

ORALIDADES

Revista de História Oral

Ano 5 – Nº 10 – Jul. Dez./2011

Núcleo de Estudos em História Oral – USP
Núcleo de Estudos das Diversidades, das Intolerâncias
e dos Conflitos – Diversitas/USP

Núcleo de Estudos em História Oral – NEHO/USP

Núcleo de Estudos das Diversidades, das Intolerâncias e dos Conflitos

– Diversitas/USP

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária

CEP 05508-900 – São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (11) 3091-3701 (ramal 238) Fax: (11) 3091-3150

Site: www.usp.br/neho.com.br

E-mail: neho@gmail.com

Coordenador do NEHO/USP

José Carlos Sebe Bom Meihy

Docentes

Alfredo Oscar Salun, Andrea Paula dos Santos, Fabíola Holanda, Júlio César Suzuki, Juniele Rabêlo de Almeida, Leland McCleary, Lourival dos Santos, Maurício Barros de Castro, Samira Adel Osman, Sara Albieri, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Zilda Marcia Grícoli Iokoi

Pesquisadores

Archimedes Barros Silva, Cassia Milena Nunes Oliveira, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fernanda Paiva Guimarães, Glauber Cícero Ferreira Biazo, Gustavo Esteves Lopes, João Mauro Barreto de Araujo, Leandro Seawright Alonso, Márcia Nunes Maciel, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Natanael Francisco de Souza, Ricardo Sorgon Pires, Thomas Machado Monteiro, Vanessa Generoso Paes, Vanessa Paola Rojas Fernandez, Xênia de Castro Barbosa

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretora: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

Vice-diretor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Departamento de História

Chefe: Profa. Dra. Sara Albieri

Vice-chefe: Profa. Dra. Márcia Regina Barros da Silva

Programa de Pós-Graduação em História Social

Coordenador: Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares

Oralidades: Revista de História Oral

Número 10 Jul.-Dez./2011

ISSN 1981-4275

Site: www.usp.br/oralidades.com.br

E-mail: oralidades.neho@gmail.com

Editor

José Carlos Sebe Bom Meihy

Comissão Editorial

Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho, Fabíola Holanda Barbosa, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Maurício Barros de Castro, Suzana Lopes Salgado Ribeiro, Vanessa Generoso Paes

Coordenadoras do Dossiê

Fabíola Holanda Barbosa, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Conselho Editorial

Cláudia Moraes de Souza (Diversitas-USP), Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho (NEHO-USP), Hélio Braga da Silveira Filho (Diversitas-USP), Júlio César Suzuki (USP), Leland McCleary (USP), Márcia Nunes Maciel (UFAM), Maurício Barros de Castro (NEHO-USP), Renato da Silva Queiroz (Diversitas-USP), Samira Adel Osman (UNIFESP), Sara Albieri (USP), Suzana Lopes Salgado Ribeiro (NEHO-USP), Teresa Cristina Teles (Diversitas-USP), Zilda Marcia Gricoli Iokoi (Diversitas-USP)

Conselho Consultivo

Alessandro Portelli (Università La Sapienza di Roma), Alberto Lins Caldas (Universidade Federal de Alagoas-UFAL), André Castanheira Gattaz (FIB-BA), Aurora Ferreira (Universidade Agostinho Neto, Angola), Dante Marcello Claramonte Gallian (Unifesp), Dolores Pla Brugat (Instituto Nacional de Antropología e Historia, México), Jacqueline Ellis (Jersey City University, EUA), Lucília de Almeida Neves (UNB), Michael LaRosa (Rhodes College, EUA), Mary Marshall Clark (Columbia University, EUA), Steven Butterman (Universidade de Miami, EUA), Yara Dulce Bandeira de Ataíde (UNEB-BA), Yvone Dias Avelino (PUC-SP)

Consultores ad hoc

Alfredo Oscar Salun (UNIABC), Andréa Paula dos Santos (UFABC), Cleusa Maria Gomes Graebin (Centro Universitário La Salle), Flaminia Moreira Manzano Lodovici (PUC-SP), Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU), José Miguel Arias Neto (UEL-PR), Lourival dos Santos (UFMS), Márcia Regina Barros da Silva (USP), Maria da Conceição Francisca Pires (Fundação Casa de Rui Barbosa), Maurício Cardoso (USP), Rejane Penna (Centro Universitário La Salle)

Produção Executiva

Fabíola Holanda Barbosa, Juniele Rabêlo de Almeida, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Marta Gouveia de Oliveira Rovai, Nilza Menezes, Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Revisão

Fabíola Holanda Barbosa, Marcel Diego Tonini, Marcela Boni Evangelista, Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Tradução

Roberto Biscaro

Diagramação

Dorys Marinho

Imagem da capa

Roberto Oya www.robertooya.com.br

Solicita-se permuta

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo

Oralidades : Revista de História Oral / Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento
de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. — Ano 1, n. 1 (jan./jun. 2007). — São Paulo : NEHO, 2007 -

Semestral.

ISSN 1981-4275

1. História oral. 2. Oralidade. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas. Departamento de História. Núcleo de Estudos em História Oral.

21ª. CDD 907.2

Sumário

EDITORIAL	11
------------------------	-----------

LINHA & PONTO

Narrativas em saúde: um recurso para lidar com a dor, o sofrimento e a morte	15
---	----

Maria Auxiliadora Craice De Benedetto

Nádia Vitorino Vieira

Fabíola Holanda

DOSSIÊ

Corporeidades, oralidades e discursos de memórias frente às tecnologias de informação e comunicação	31
--	----

Andrea Paula dos Santos

Histórias orais: relato de experiências em pesquisas geográficas	53
--	----

Júlio César Suzuki

Museu da Pessoa: o que fazer com as dúvidas?	75
--	----

Karen Worcman

Audiovisual e história oral: utilização novas tecnologias em busca de uma história pública	89
---	----

Marcela Boni Evangelista

Marta Gouveia de Oliveira Rovai

Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Uma História Oral da Anistia no Brasil: política, memória, retórica e reparação	107
--	-----

Maria Paula Araújo

Ser ou não ser, eis a questão: os modos de subjetivação dos remanescentes de quilombos.....	121
<i>Mariléa de Almeida</i>	
Pelos meandros da história oral: cotidiano e narrativas de mulheres trabalhadoras	139
<i>Reginaldo Guiraldelli</i>	
História oral: a interlocução necessária com Daphne Patai	161
<i>José Carlos Sebe Bom Meihy</i>	
PROVOCAÇÕES	
Geografia oral.....	173
<i>Alberto Lins Caldas</i>	
HISTÓRIA ORAL DE VIDA OU ENTREVISTA	
Comunidade, história e subjetividade: a história de vida de Nedir	187
<i>Marcelo Loures dos Santos</i>	
Trilhas Acadêmicas: Uma Vida Construída nos Rastros da História Oral.....	207
<i>Yvone Dias Avelino</i>	
TRADUÇÃO	
História oral e democracia: lições de analfabetos.....	217
<i>Mercedes Vilanova</i>	
RESENHAS	
História oral para além da academia: caminhos e orientações	231
para empresas, universidades, comunidades e famílias	
<i>Kalliandra de Moraes Santos Araujo</i>	
Um panorama da historiografia atual.....	239
<i>Rodrigo Gomes de Araujo</i>	
NORMAS EDITORIAIS	245

Contents

FOREWORDS	11
------------------------	----

LINE & POINT

Narrative medicine: a tool to deal with pain, suffering and death	15
<i>Maria Auxiliadora Craice De Benedetto</i>	
<i>Nádia Vitorino Vieira</i>	
<i>Fabíola Holanda</i>	

DOSSIER

Corporeality, orality and discourses of memory in relation to information and communication technologies	31
<i>Andrea Paula dos Santos</i>	

Oral histories: a report of experiences in geographical research	53
<i>Júlio César Suzuki</i>	

Museu da Pessoa: what to do with the doubts?	75
<i>Karen Worcman</i>	

The use of audiovisual in oral history and their relations with the public history	89
<i>Marcela Boni Evangelista</i>	
<i>Marta Gouveia de Oliveira Rovai</i>	
<i>Suzana Lopes Salgado Ribeiro</i>	

An Oral History of Amnesty in Brazil: politics, memory, rhetoric and reparation	107
<i>Maria Paula Araújo</i>	

“To be or not to be, that is the question”: the modes of subjetification in the remnants of quilombo	121
<i>Mariléa de Almeida</i>	

The meanders of oral history: daily and narratives of women workers.....	139
<i>Reginaldo Guiraldelli</i>	

Oral History: a necessary dialogue with Daphne Patai.....	161
<i>José Carlos Sebe Bom Meihy</i>	

ESSAYS

Oral Geografy	173
<i>Alberto Lins Caldas</i>	

LIFE STORY OR INTERVIEW

Community, history and subjectivity: the life story of Nedir	187
<i>Marcelo Loures dos Santos</i>	

Academic Trails: a life built in traces of oral history	207
<i>Yvone Dias Avelino</i>	

TRANSLATION

Oral history and democracy: lessons from illeterates.....	217
<i>Mercedes Vilanova</i>	

REVIEWS

Oral history beyond the academy: pathways and guidelines for companies, universities, communities and families.....	231
<i>Kalliandra de Moraes Santos Araujo</i>	

An overview of current historiography	239
<i>Rodrigo Gomes de Araujo</i>	

PUBLISHING RULES	245
-------------------------------	-----

Editorial



O Núcleo de Estudos em História Oral em conjunto com o *Diversitas* e o Departamento de História da Universidade de São Paulo tem o prazer de apresentar o décimo número 10 da *Oralidades – Revista de História Oral*. Este volume em que celebramos o quinto ano desta publicação é dedicado a um dossiê sobre o próprio trabalho com oralidades. Assim, a *Oralidades* se dedica a reflexões teóricas e metodológicas que envolvem os diversos fazeres em história oral, mas também em outras áreas de produção do conhecimento.

Os artigos aqui reunidos enfocam temas pertinentes à pesquisa da contemporaneidade. Seus autores desenvolveram reflexões e relataram experiências a partir de suas pesquisas e de suas diferentes formas de trabalho. O denominador comum foi o envolvimento com a oralidade e as várias maneiras de se entrevistar e de se usar as entrevistas. O objetivo desse número é compor um mosaico com os vários textos apresentados mostrando a partir da composição de suas cores e formas diferenciadas os desafios, as perspectivas e as técnicas que surgem no horizonte da história oral a partir dessas pesquisas.

Com a organização do dossiê Teoria e Procedimentos, procuramos expressar a importância das reflexões teóricas e metodológicas para esse campo de pesquisas que vêm conquistando espaços dentro e fora das universidades brasileiras, nos últimos anos. Com esse intuito convidamos autores e selecionamos artigos que traduzem os diálogos entre diferentes campos e distintas práticas.

Para alinhar e pontuar este número inciamos com um texto amoroso e poético que conta o caso de Neide, uma paciente que teve a oportunidade de contar sobre sua vida e refazer a sua trajetória até o momento de sua morte. O texto mostra a importância do saber ouvir e de como as narrativas de pacientes podem ajudar os profissionais da saúde na sua prática co-

tidiana. Dessa maneira, as autoras apontam a narrativa como um caminho possível para se lidar com as questões que envolvem o sofrimento e a morte.

O dossiê se abre com um artigo sobre corporeidade, oralidade e memória numa relação com as novas tecnologias de informação e comunicação. Andrea Paula dos Santos busca, através de uma discussão sobre aspectos teórico-metodológicos, pensar a elaboração de conhecimento tendo como base o registro de narrativas num modelo colaborativo. Em seguida, temos o texto de Julio César Suzuki que apresenta sua própria trajetória acadêmica e de pesquisa onde se utilizou da História Oral para se aproximar dos temas e pesquisas no campo da Geografia. No terceiro texto do dossiê, Karen Worcman nos apresenta o percurso de trabalho, dúvidas e afetividades percorridos na constituição do Museu da Pessoa, que tem uma maneira singular de captar, tratar e disponibilizar as narrativas das pessoas.

As autoras do quarto texto Audiovisual e História Oral: utilização de novas tecnologias em busca de uma história pública, nos apresentam uma série de trabalhos e discutem apoiadas nessas experiências as possibilidades de negociação entre pesquisadores e colaboradores nas etapas da produção do texto, considerando as questões que envolvem a performance do momento da entrevista até a sua publicização.

Os três textos seguintes apresentam resultados parciais de pesquisas envolvendo narrativas e histórias orais de vida. Maria Paula Araújo apresenta o projeto sobre Uma História Oral da Anistia no Brasil e discute a importância política de se pensar a memória, a retórica e as representações sobre esse momento histórico a partir das pessoas envolvidas no processo em questão. Além da importância de se constituir a partir dessas entrevistas documentos valiosos para a compreensão da nossa história recente. Mariléa de Almeida problematiza a partir das narrativas de uma comunidade remanescente de quilombo e de discursos acadêmicos sobre o que é ser remanescente de quilombo, as questões que envolvem as construções identitárias dos sujeitos dessa comunidade. O artigo de Reginaldo Guiraldelli aborda, a partir das experiências de mulheres trabalhadoras de uma indústria de confecção do Município de Divinópolis, no Centro Oeste de Minas Gerais, as questões que envolvem o cotidiano produtivo, as questões de gênero e o preconceito sexual. Nesse caso a história oral foi pensada como metodologia capaz de fornecer o máximo de informação possível dessa realidade social.

Encerrando o Dossiê temos o artigo de José Carlos Sebe Bom Meihy, baseado em sua fala proferida em conferência durante o IX Encontro Regional Sudeste de História Oral: “Diversidade e Diálogo”, no período de 16 a 18 de agosto de 2011, na Universidade de São Paulo. Nesse texto o autor nos fala do importante diálogo acadêmico com a Prof^a Daphne Patai para constituir sua maneira singular de pensar e fazer história oral e de como as escolhas feitas e posições marcadas o levaram para caminhos novos e outros.

Na seção *Provocações* Alberto Lins Caldas apresenta uma nova categoria epistemológica: a Geografia Oral, acreditando que ao mediar as relações entre o conhecimento geográfico e a história oral, poderia articular conceitos como o de Cápsula Narrativa e Narrador, específicos de uma dada história oral, com os conceitos de Espaço e Lugar da Geografia, ampliando dessa maneira as possibilidades do fazer geográfico.

Pensando nas muitas maneiras de apresentar resultados de entrevistas, na seção *Histórias de vida ou Entrevistas* temos Marcelo Loures dos Santos, que nos trouxe Nedir, uma mulher comum, do povo. A narrativa de Nedir é intermediada por textos do autor que conduzem a sua trajetória e a tematiza, mostrando um jeito de fazer e apresentar a narrativa de uma pessoa. De outra maneira, Yvone Dias Avelino nos traz a história oral de vida acadêmica trilhada por Luciara Silveira de Aragão e Frota. Nesses dois exemplos visualizamos diferenças importantes tanto na escolha dos entrevistados, no tipo de entrevista realizado, quanto na maneira de apresentar essas narrativas. Existem muitas outras formas e nisso consiste a relevância de se fazer história oral de vida.

A *Tradução* desse número é do texto História Oral e Democracia: lições de analfabetos, de Mercedes Vilanova, um estudo de caso escrito com a ajuda de Brian Subirana. Trata-se de um estudo de caso compartilhado em história oral, onde se busca perceber o comportamento social e de voto do analfabeto em Barcelona, Baltimore e campos de concentração nazistas, para pensar o papel da democracia e do analfabetismo, especialmente em situações de distúrbios sociopolíticos. Esse texto é importante por nos fazer retomar discussões sobre os limites e possibilidades da história oral: história oral com iletrados/analfabetos; história oral com surdos, história oral com pacientes terminais.

Por fim, a seção *Resenhas* nos atualiza com relação à produção tanto em história oral quanto às discussões historiográficas recentes. Neste último

caso, o livro de Roger Chartier *A história ou a leitura do tempo* nos é apresentado por Rodrigo Gomes de Araújo. Atentando para a produção recente acerca da história oral, Kalliandra de Moraes Santos Araújo nos guia em direção às maneiras de se fazer história oral para além da academia com a resenha do livro: *Guia Prático da História Oral: para empresas, universidades, comunidades* de José Carlos Sebe Bom Meihy e Suzana Lopes Salgado Ribeiro, publicado no segundo semestre de 2011 pela Editora Contexto.

O presente número da Revista Oralidades é resultado de um trabalho coletivo, que contou com o envolvimento de vários profissionais e de diversos especialistas que gentilmente se dispuseram a elaborar pareceres, formatar e corrigir muitos detalhes, portanto ficam aqui registrados nossos agradecimentos.

A Comissão Editorial

Linha & Ponto



Narrativas em saúde: um recurso para lidar com a dor, o sofrimento e a morte

Maria Auxiliadora Craice De Benedetto¹

Nádia Vitorino Vieira²

Fabíola Holanda³

RESUMO: Temas como dor, sofrimento, morte e morrer representam um lugar comum na prática médica, especialmente em cenários de Cuidados Paliativos. Entretanto, jovens médicos e estudantes de medicina têm grande dificuldade em lidar com tais temas. Isso é uma decorrência do modelo predominante de ensino e prática da medicina, no qual a ênfase é dada à especialização, à tecnologia e às evidências científicas e o paciente é visto de forma fragmentada. Prestar atenção às histórias dos pacientes e compartilhar as histórias que afloram em Cuidados Paliativos pode ser de grande valia. A história de Neide, que emergiu em um Ambulatório Didático de Cuidados Paliativos, pôde demonstrar a importância em se ouvir os pacientes com compaixão e empatia.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas, Final de Vida, Cuidados Paliativos.

¹ Médica do Ministério da Saúde. Pesquisadora do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da EPM/UNIFESP. Professora da Sociedade Brasileira de Medicina de Família (Sobramfa). Contato: macbet@sobramfa.com.br.

² Professora Mestre do Curso de Psicologia da Universidade Nove de Julho. Psicóloga/Pesquisadora no Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da EPM/UNIFESP. Contato: nadiavieira62@gmail.com.

³ Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia. Pesquisadora e Professora em Cooperação Técnica no Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da EPM/UNIFESP. Coordenadora do Grupo de Estudos em História Oral em Saúde do CeHFi/UNIFESP. Contato: fabiola.holanda@gmail.com.

ABSTRACT: Issues as pain, suffering, dying and dead are a common place in medical practice, especially in sceneries of Palliative Care. Nevertheless medical students and young doctors can be very frightening to deal with these themes. Certainly, this is a consequence of the predominant model of practice and teaching of medicine, in which the emphasis is given to specialization, technology and scientific evidences and the patient is seen in a fragmented way. To pay attention to patients' stories and to share the stories emerged in such sceneries can be of great value. Neide's story emerged in a Palliative Care setting and could demonstrate us the importance of listening patients and relatives with empathy and compassion.

KEYWORDS: Narratives, End of Life, Palliative Care.

Prólogo	
Chocolate Cakes She is dying now. She is fed through a gastrostomy. Her face is deformed By an extensive larynx tumor. I will keep her in my memories for ever Trying to understand Why That little and admirable woman, Even being unable to eat normally for months, Used to make and offer Delicious chocolate cakes To doctors. (DE BENEDETTO, 2008.	Bolos de Chocolate Ela está morrendo agora. É alimentada através de uma gas- trostomia. Sua face está deformada Por um extenso tumor de laringe Eu a guardarei para sempre em minha memória Tentando entender Por que Esta pequena e admirável mulher, Mesmo sendo incapaz de comer normalmente há meses Costumava fazer e oferecer Deliciosos bolos de chocolate Aos seus médicos.

A história de Neide (nome fictício) pôde ser escrita em um poema de 55 palavras, o qual faz parte da série “Life in 55 Words” lançada pela revista *Family Medicine*. Mas apenas os estudantes de medicina, médicos e residentes que a acompanharam em um em seus últimos meses de vida e colaboraram em seu cuidado serão capazes de apreender o total significado dessas escassas palavras.

Ambulatório Didático de Cuidados Paliativos

Dona Neide apresentou-se pela primeira vez em um Ambulatório Didático de Cuidados Paliativos (ADCP) com uma carta de encaminhamento onde era possível ler o monótono e costumeiro texto: “encaminho a senhora Neide, portadora de tumor avançado de laringe e fora de possibilidades terapêuticas, para o controle de sintomas.” Tais palavras costumam causar pânico a estudantes e jovens médicos, pois os fazem sentir-se incapazes frente a um paciente cuja história tem um único final possível – a morte.

Na ocasião, o ADCP era coordenado por uma equipe de médicos de família. A base da Medicina de Família é a prática da medicina centrada na pessoa e não na doença (MCWHINNEY, 1997). A metodologia denominada *narrative medicine* (CHARON, 2001) ou *narrative-based medicine* (GREENHALGH, HURWITZ, 1999) ou medicina baseada em narrativas – como preferimos em português – foi adotada pela equipe com o intuito de reforçar o relacionamento médico-paciente e aperfeiçoar a prática da medicina centrada no paciente. Com o decorrer do tempo constatou-se que esse enfoque narrativo mostrou-se muito adequado para auxiliar estudantes, médicos, pacientes e familiares a lidar com as sutis questões que afloram nesse contexto. Trata-se de questões das quais temos vontade de fugir e com as quais os profissionais da área de saúde não são preparados a lidar quando se considera exclusivamente o modelo biomecânico de ensino e prática da medicina que predomina na atualidade.

Como estudantes e jovens médicos usualmente iniciavam o estágio de forma tímida e receosa, sem saber ao certo como iriam lidar com as situações que estavam prestes a enfrentar, uma coisa lhes era inicialmente ensinada: quando aparentemente não há nada a fazer, ainda podemos ouvir – “portanto, ouçam pacientes e familiares com atenção e empatia”. Esta recomendação é a base de um enfoque narrativo e era acompanhada de algumas outras orientações complementares:

“Simplesmente fale naturalmente com o paciente, mostrando que está disponível para ajudá-lo o tanto quanto possível.”

“Olhe para seus olhos com naturalidade, sem demonstrar medo ou repulsa.”

“Ouça os pacientes e familiares sem se apressar em prover soluções que nada tenham a ver com seu contexto.”

“Ouça muito antes de falar.”

“Preste atenção às histórias de pacientes e familiares, mesmo àquelas que nada têm a ver com suas histórias clínicas.”

Alguns textos – literários e científicos – eram recomendados no intuito de auxiliar os estagiários nessa tarefa aparentemente tão simples e, no entanto, tão complexa. Os textos mais apreciados foram: A Morte de Ivan Ilitch (TOLSTOI, 2001) e Just Listening: narratives in deep illness (FRANK, 1998). Nesse contexto emergiu a comovente história de Neide.

A História de Neide Contada por seus Médicos: seria um pedaço de bolo de cenoura com cobertura de chocolate capaz de provocar reflexões?

Neide iniciou a consulta com uma pequena introdução – algumas palavras escritas em sua pequena e habitual caderneta. “Doutores, preparei este bolo de cenoura com cobertura de chocolate especialmente para vocês”. E, após essa introdução, foi logo nos ofertando pequenos pacotes envoltos em papel-alumínio. Estas escassas palavras poderiam até ser consideradas banais, uma vez que descreviam uma circunstância aparentemente corriqueira. No entanto, o contexto existente por trás daquela cena e os sentimentos então em nós despertados fizeram-nos ter a certeza de que, mesmo que vivêssemos por mil anos, jamais esqueceríamos o ocorrido.

Neide era uma senhora pequena de setenta anos de idade que, segundo a filha, Irene (nome fictício), havia sido muito vaidosa. Nós a acompanhávamos, em consultas quinzenais, em um Ambulatório Didático de Cuidados Paliativos (ADCP) destinado ao treinamento de residentes de Medicina de Família e estudantes de Medicina.

Neide apresentava uma massa tumoral grande e muito endurecida na região cervical direita, com áreas de necrose e uma exsudação purulenta e mal cheirosa. Sua face estava deformada por uma paralisia facial e ainda portava uma traqueostomia, estando, portanto, impossibilitada de falar. Era alimentada através de uma gastrostomia por ser incapaz de deglutir. Irene

tentava fazer o máximo por sua mãe e acho que até mesmo se colocava em seu lugar para tentar relatar fielmente tudo que ela estivesse sentindo, sempre pedindo-nos que fizéssemos o melhor por ela. Na primeira consulta, Irene nos explicou que o que mais atormentava Neide eram as dores intensas e a impossibilidade de dormir à noite. Neide nos fitava com os olhos tristes e apenas acenava em sinal de concordância. Rapidamente conseguimos detectar em que ponto deveríamos focar o tratamento inicial de Neide – as dores e a insônia. Teríamos de ajustar a medicação que havia sido anteriormente prescrita.

Fizemos isso, sabendo, no entanto, que era muito pouco. Durante todo tempo em que Irene falava ou explicávamos algum ponto, nós olhávamos para Neide e perguntávamos se ela estava entendendo ou se estava concordando. Assim que percebeu que havia encontrado interlocutores interessados em auxiliá-la e que não demonstraram medo ou repulsa em olhar para sua face deformada ou fixá-la em seus olhos, mostrou-se disposta a se comunicar. Tirou uma caneta e um pequeno caderno de sua bolsa e se pôs a escrever. Escrevia rapidamente tudo o que queria transmitir e um diálogo rico e dinâmico foi sendo construído entre médicos, estudantes e paciente desde o primeiro encontro. Foram tomadas medidas para o controle dos principais sintomas e, gradativamente, sua qualidade de vida foi se tornando, ao menos, aceitável. Desenvolveu-se um forte vínculo também entre a equipe e sua filha, sendo que a mesma logo constatou que não estaria mais sozinha para enfrentar aquela difícil batalha.

A cada consulta, através do meio de comunicação então improvisado, fomos conhecendo mais e mais acerca de nossa paciente. Ela nos contou sua história de vida e sobre seus amores do passado; revelou seu dia a dia e interesses, os quais incluíam uma novela de TV que era exibida em torno das 18h15min e que ela não queria perder de forma alguma. Para que isso não acontecesse, sempre tratava de encerrar a consulta abruptamente caso essa se estendesse mais que o esperado. Na ocasião, um pensamento certamente ocorria a todos nós – será que ela teria tempo para assistir aos capítulos finais? Mas quase que inacreditavelmente, Neide permaneceu sob nossos cuidados por mais de seis meses. Sobreviveu aos capítulos finais da novela e, segundo a filha, aguardava sempre com ansiedade o dia da consulta médica. Realmente, ela chegava com os olhos brilhantes, sempre com um fato de sua vida a contar, algo que tenha adquirido um significado especial e que dava sentido a seu sofrimento.

Certa vez, um dos residentes que a acompanhava e a quem ela se afeiçoou de forma especial deixou escapar que gostava muito de bolos de cenoura. Foi quando nossa querida paciente começou a trazer bolos de cenoura com cobertura de chocolate a todos os integrantes da equipe, afirmando orgulhosamente que ela mesma os havia preparado. Isso se repetiu por várias consultas, enquanto ela se manteve bem o suficiente para preparar os tais bolos.

Pouco tempo antes de morrer Neide começou a se mostrar mais alheia ao ambiente, como se estivesse se despedindo deste mundo. Necessitava altas doses de morfina para o controle da dor. Quando lhe perguntamos se ela estava assistindo à nova novela das seis horas, ela dizia que não, pois dessa vez não teria mais tempo de chegar ao final. Mas falava isso sem revolta ou amargura, como se fosse algo para qual ela havia se preparado durante aquele período de convívio conosco. Neide morreu em sua residência, em paz e sua filha fez questão de voltar uma última vez ao ADCP para compartilhar seus momentos finais. E também para nos agradecer.

Alguns anos já se passaram e uma questão continua: o que levaria alguém, impossibilitada de se alimentar normalmente há meses, a preparar deliciosas guloseimas e ofertá-las com tanto carinho a outras pessoas?

As respostas encontradas por cada um de nós que colaboramos em seu cuidado certamente não são coincidentes. Mas a lição de desprendimento e generosidade que transmitiu com sua atitude será transposta para muitas outras situações em nossas vidas. Saber que é possível viver cada momento com um máximo de intensidade, mesmo que as circunstâncias de vida sejam totalmente adversas, é sempre um grande consolo. E nós sempre nos recordaremos com admiração daquela pequena e digna senhora que, mesmo estando impossibilitada de se alimentar há meses, preparava bolos de cenoura com cobertura de chocolate unicamente para presentear seus médicos.

Medicina Baseada em Narrativas

Nossos ancestrais se reuniam ao redor das fogueiras para contar e ouvir histórias. Assim, criaram metáforas na tentativa de explicar o incompreensível e misterioso. A identidade dos povos tem sido construída através de histórias transmitidas de geração a geração. Estas mantêm viva a memória dos seres humanos e atribuem sentido e significado a cada ato ou ocorrência da vida.

O ato de contar histórias é uma tendência fortemente arraigada ao âmago dos seres humanos, motivo pelo qual os antropólogos os consideram contadores de histórias. Higino Marin Pedreño (1997) define os seres humanos como bípedes com mãos que contam histórias. O autor afirma: “Na vida – como nos contos ‘As Mil e Uma Noites’ – para se seguir vivo cada dia, se há de saldar com um conto.” As histórias permitem que o caos se transforme em ordem e através delas os seres humanos, além de recordar, podem reescrever suas vidas, atribuindo-lhes significados.

Essa tendência se mostra especialmente nítida ao final de vida. Mediante o ato de contar sua história, as pessoas se despedem deste mundo, partindo para o desconhecido com a certeza de que sua vida valeu à pena. Mas, justamente nesta fase, as pessoas perdem sua voz. Neide perdeu literalmente a voz em decorrência de um tumor de laringe. Mas, e os demais pacientes em seus dias finais? É quase rotina que percam a voz em um sentido simbólico, uma vez que, na atualidade, as pessoas não estão preparadas para lidar com a morte de forma natural, como uma condição inerente ao ser humano.

A medicina é uma profissão que envolve um relacionamento especial entre as pessoas. Do íntimo contato que caracteriza a relação médico-paciente emergem muitas histórias, narrativas de vida e morte que, muitas vezes, aparentemente, nada têm a ver com histórias clínicas. A questão é: existe algum espaço para essas histórias tão humanas em um mundo dominado pela alta tecnologia, em que procedimentos diagnósticos e terapêuticos sofisticados assumem o primeiro plano e são considerados essenciais para uma boa prática da Medicina? O que fazer quando a tecnologia não pode mais oferecer soluções?

Como afirmam Sweeney e Gray (1998), “na medicina moderna, a atividade clínica tem sido norteadada pelos princípios da medicina baseada em evidências”. De acordo com esse modelo, a história do paciente é “transformada em uma questão clínica, cuja resposta é buscada a partir da evidência mais relevante, a qual deverá ser aplicada de uma maneira apropriada em um contexto individual”. No entanto, as evidências científicas provêm de ensaios randomizados ou estudos de coorte aplicados a populações. A questão é, que no dia a dia, médicos e profissionais de saúde se defrontam com pessoas únicas e especiais, que vivenciam sua doença de forma particular. É inútil conhecer a melhor evidência para o manejo de determinada doença se o paciente não toma os medicamentos porque

está deprimido ou tem um determinado sistema de crenças – decorrente de fatores culturais, familiares ou pessoais – que impede sua adesão ao tratamento. Para se obter bons resultados clínicos é necessário adequar as evidências científicas ao contexto individual.

Atentos a essas questões, muitos autores têm se dedicado à renovação do método clínico, com o desenvolvimento de metodologias que enfatizam o cultivo de um bom relacionamento médico-paciente, em que o paciente é o elemento central e mais importante no estabelecimento dos processos que possam conduzir à cura e não a técnica ou o profissional e nem mesmo a própria doença. STEWART e colaboradores (2006) desenvolveram um modelo de medicina centrada no paciente composto de vários elementos, o qual tem se mostrado fundamental para a prática da especialidade Medicina de Família. Um ponto essencial da prática da medicina centrada no paciente é a necessidade de se ouvir o paciente para conhecê-lo em sua totalidade, em seus aspectos físico, mental, emocional, espiritual e cultural.

Quando iniciam o curso de medicina, os estudantes também sabem que ouvir os pacientes é ou deveria ser muito importante. Todavia, com o enfoque na fragmentação, tecnologia e especialização que caracteriza o modelo biomecânico de ensino e prática da Medicina na atualidade, esse conhecimento intuitivo vai se perdendo. Os estudantes acabam se convencendo de que ouvir pacientes além de suas histórias clínicas é função de psicólogos e psiquiatras e que não se pode exigir que os médicos em geral tenham familiaridade com técnicas de psicoterapia. A questão é que quando pacientes encontram médicos dispostos a ouvi-los com atenção e empatia facilmente começam a contar histórias – histórias de suas vidas e sofrimentos, histórias relacionadas a seus sistemas de crenças e histórias que decodificam seus paradigmas. E o que fazer com essas histórias que, aparentemente, nada têm a ver com suas histórias clínicas?

A aplicação das histórias dos pacientes como uma ferramenta terapêutica vem sendo possível mediante a aplicação da *narrative medicine*, termo criado por Rita Charon (2001) ou *narrative-based medicine* (GREENHALGH, HURWITZ, 1999), como preferem os autores britânicos. Tal abordagem vem sendo construída nas últimas décadas graças a colaboração de vários autores. Pacientes e familiares contam histórias, as quais são ouvidas, interpretadas, recontadas e compartilhadas por médicos, estudantes e profissionais da área de saúde, os quais atuam de acordo com essas his-

tórias. Neste contexto, estas se transformam em narrativas que adquirem funções que vão muito além do reconhecido papel terapêutico. Médicos que valorizam a importância do cultivo de um bom relacionamento médico-paciente, certamente, têm aplicado, desde sempre, ainda que de forma intuitiva, elementos da medicina baseada em narrativas.

Rita Charon (2001) afirma que a prática da Medicina requer competência em narrativa, o que significa a capacidade para reconhecer, assimilar, interpretar e atuar de acordo com as histórias e dificuldades dos pacientes. Competência em narrativa permite aos médicos alcançar os pacientes e atuar junto a eles na enfermidade, reconhecer sua própria jornada pessoal através da medicina, reconhecer suas obrigações junto a outros profissionais de saúde e introduzi-los a um discurso sobre saúde. A leitura e discussão acerca de obras literárias e a escrita reflexiva complementam o método e auxiliam a clarificar situações difíceis.

Na década de 80, desenvolveu-se na Austrália e Nova Zelândia uma técnica de psicoterapia denominada *narrative therapy*, cuja base é ouvir, com atenção e empatia, às histórias dos pacientes. Ao prestar atenção às histórias dos pacientes, não apenas ao que é comunicada em linguagem verbal, mas também ao que é transmitido subliminarmente, o profissional de saúde ajuda-os a organizar o caos gerado pela doença e dor física ou emocional e a encontrar, dentro de si, soluções que não conseguiam enxergar quando se sentiam totalmente sós e imersos em um mar de problemas (SHAPIRO, 2002). A Medicina baseada em narrativas tem alguns pontos em comum com a *narrative therapy* no que diz respeito a ouvir os pacientes com atenção e empatia. Mas a primeira não se refere a uma psicoterapia formal, apesar de permitir a construção de relações terapêuticas, o que representa um dos objetivos da prática da medicina centrada na pessoa.

A visão de Arthur Frank a respeito das funções das narrativas em Ciências da Saúde representou uma forte base para a estruturação do ADCP. Arthur Frank (1998) classifica as narrativas de acordo com três esqueletos básicos – histórias de restituição, de caos e de busca. As estruturas descritas pelo autor não são rígidas e, sim, representam padrões predominantes. Frank considera o paciente como um contador de histórias e o ato de contá-las e ouvi-las, não uma simples troca profissional, mas sim um dom, um presente. Consideramos que estudantes de Medicina e médicos também são contadores de histórias. Estas são contadas com o ouvinte e

não para ele. Assim, quando médicos ouvem seus pacientes com compaixão e empatia, ajudam-nos a reescrever um novo roteiro mais satisfatório para suas vidas e proporcionam a possibilidade de mudanças no padrão de suas histórias. Quando contadas, as histórias propiciam a emergência de um significado para a doença e o sofrimento e a própria identificação desse significado exerce um efeito terapêutico para o paciente. De fato, isso é verdadeiro não apenas para pacientes, mas também para estudantes e profissionais da área de saúde. Quando médicos compartilham suas histórias, não estão apenas buscando um conselho clínico. Eles também buscam a clarificação de situações difíceis que vivenciam na prática da profissão e estão tentando aprender como lidar com o sofrimento dos pacientes e com o seu próprio sofrimento, o qual costuma ser desencadeado na empática relação médico/paciente.

As histórias de restituição (FRANK, 1998) são aquelas com as quais os médicos estão preparados para lidar. Dizem respeito a pessoas que ficam doentes, são tratadas e têm seu bem estar restituído. Durante a evolução para a cura ou resolução de problemas, o que estava errado é corrigido e o médico, muitas vezes, emerge como um herói, sendo considerado o principal ator em cena – especialmente por sua *expertise* técnica ou capacidade em identificar problemas e prover soluções – e a doença o inimigo a ser conquistado. São narrativas de pacientes que têm altas chances de cura ou que se encontram em fase inicial da doença. Quando contam suas histórias, tais pacientes perdem a subjetividade e sempre falam a partir da perspectiva do médico que o tratou. Profissionais que buscam sucesso e eficácia são particularmente atraídos por tal categoria de narrativas. É evidente que estas também são preferidas por pacientes e familiares, pois são as que têm um final feliz.

As histórias de caos (FRANK, 1998) são aquelas das quais temos vontade de fugir, pois retratam situações com as quais não fomos preparados para lidar durante o processo de formação nas escolas médicas. Nelas, o paciente tende a uma piora inexorável e a única evolução possível é a morte ou a incapacidade progressiva. Pacientes que as vivenciam não têm mais chances de cura. Histórias de caos são caracterizadas por sentenças incompletas, perguntas sem respostas e períodos de silêncio. Transtornos emocionais costumam permear tais histórias e nelas os familiares desempenham papel importante, mostrando grandes dificuldades para enfrentar a situação.

Quando a cura ou restituição são impossíveis ou improváveis, os sofrimentos ou doenças podem se tornar uma oportunidade de aprendizado. Neste caso, as histórias de caos se transformam em histórias de busca (FRANK, 1998). Nelas, a conclusão final da jornada compartilhada por médicos ou profissionais de saúde e pacientes é a transcendência da dor. Ao ser ouvido com atenção, compaixão e empatia, o paciente consegue organizar o caos que se formou em sua mente em decorrência da doença e, encontrando um significado para os seus sofrimentos, descobre recursos internos e desenvolve novos valores os quais permitem que o sofrimento, ainda que presente, possa ser vivenciado com aceitação e serenidade. As histórias de busca são uma possível transformação para as histórias de caos. Proporcionam lições de vida que impulsionam o contador da história para um nível mais elevado de consciência, transformando-o em alguém que aprende e ensina através da doença. Durante tal jornada para a transcendência, ele se torna grato, não pela doença, mas pela vida, a qual, mesmo incluindo a doença, pode ser vivida e aceita incondicionalmente. Profissionais de saúde necessitam compartilhar e refletir acerca das histórias de caos dos seus pacientes para que, então, consigam algum distanciamento das situações difíceis que emergem do relacionamento profissional. Somente dessa forma poderão atuar como o testemunho compassivo, cuja presença é essencial para a criação de novos roteiros, ou seja, a transformação de histórias de caos em busca. É necessários se manter em mente que é impossível que histórias de caos se transformem em histórias de restituição.

As narrativas dos pacientes são muito mais do que simples histórias em os fatos são relatados um após o outro em uma sequencia cronológica e finita. Nelas, os sentimentos por trás dos fatos são frequentemente mais importantes que os próprios fatos. Narrativas envolvem interpretação. O mesmo evento pode ser contado e ouvido de formas diferentes por diferentes pessoas.

Um número cada vez maior de profissionais de saúde concorda acerca do poder curativo da palavra e recomenda a seus pacientes expressarem, através da escrita ou fala, em prosa ou poesia, sentimentos com os quais têm dificuldade em lidar (SMYTH et al., 1999; CARROL, 2005). Quando pacientes têm, em uma consulta, a oportunidade de exteriorizarem livremente sentimentos, ansiedades, medos, crenças e fatos tristes acerca de suas histórias de vida deixam o consultório bem melhores do que quando entraram. O efeito paliativo ou curativo das narrativas tem se mostrado incontestável.

Um enfoque narrativo na prática clínica também melhora a eficiência dos profissionais. Através das histórias contadas, o médico é capaz, por exemplo, de trazer à tona sistemas de crenças equivocados dos pacientes. Muitas vezes, essas crenças representam o motivo pelo qual determinado paciente, considerado difícil, não adere ao tratamento. Munido desse conhecimento, o médico passa a ter condições de efetuar as intervenções necessárias.

Dessa forma e com a incorporação de outros elementos – como a escrita reflexiva (BOLTON, 1999) – a essa metodologia, seu papel se amplia em relação a todos os envolvidos no processo. Assim, as narrativas, além de melhorar a eficiência dos profissionais, também passam a desempenhar um papel curativo, paliativo, didático e organizador em relação aos próprios profissionais. Assim, as narrativas passam a exercer sua função organizadora, terapêutica ou paliativa e didática para todos os envolvidos com a metodologia das narrativas.

As narrativas adquirem um caráter didático quando compartilhadas por profissionais e estudantes da área de saúde. Na atualidade, recursos humanísticos têm sido adotados para introduzir estudantes e jovens médicos a temas complexos relacionados à vida, à morte, à dor, doença e ao sofrimento. A reflexão mediante o emprego de textos literários e filosóficos ou produções cinematográficas é uma alternativa para fomentar a reflexão acerca de tais temas. Um primeiro contato com situações difíceis no âmbito da ficção poderia preparar os profissionais e estudantes da área de saúde para quando tivessem de enfrentá-las na vida real. A prática da medicina baseada em narrativas poderia reforçar intensamente esse aprendizado, graças à utilização das histórias reais de pacientes como objeto de reflexão.

Considerações Finais

Esta foi uma história de dor, sofrimento, generosidade, transcendência e morte; uma morte ocorrida em circunstâncias de aceitação e extrema paz. Uma narrativa que somente pôde ser composta porque Neide encontrou interlocutores interessados. Assim, mesmo incapaz de articular palavra alguma, Neide, ao notar que estava sendo considerada com atenção e empatia, rapidamente encontrou um meio de comunicar-se – um pequeno caderno onde escrevia rapidamente tudo o que queria transmitir. E a sua história foi muitas vezes contada, ouvida, recontada, escrita, reescrita, interpretada e compartilhada. Dessa forma foi convertida em uma poderosa

narrativa que ensinou a médicos e estudantes de medicina que mesmo que seja impossível modificar o final de uma história – Neide evoluía para a morte inexorável – se é possível atuar de forma a mudar o seu curso. (DE BENEDETTO et al., 2007).

O enfoque narrativo utilizado no ADCP devolveu a voz à Neide. Ela pôde “falar” não apenas pelas palavras escritas em seu caderninho, mas também expressou todo seu amor ao oferecer os bolos de cenoura com cobertura de chocolate à equipe de saúde. Neide teve a oportunidade de reviver e reorganizar sua vida antes de morrer, desfazendo assim o vazio do silêncio que poderia ter permanecido a assombrar seus familiares ainda por muito tempo caso isso não tivesse ocorrido. Que cada vez mais profissionais e estudantes da área de saúde compreendam a importância em se ouvir os pacientes e familiares com interesse, compaixão e empatia e se conscientizem de que esta atitude não irá comprometer o rigor científico e sim complementar e enriquecer sua prática.

Referências Bibliográficas

BOLTON, Gillie. Stories at work: reflective writing for practitioners. **The Lancet**, Philadelphia, v. 354, n. 9174, p. 243-245, Jul. 1999.

CARROLL, Robert. Finding the words to say it: the healing power of poetry. **Evidence-based Complementary and Alternative Medicine**, Los Angeles, v. 2, n. 2, p. 161-172, 2005.

CHARON, Rita. Narrative Medicine. A model for empathy, reflection, profession and trust. **JAMA**, Chicago, v. 286, n. 15, p. 1897-1902, 2001.

DE BENEDETTO, Maria Auxiliadora Craice. Chocolate Cakes. **Family Medicine**, Leawood, v. 40, n. 4, p. 241-244, April 2008.

____ et al. From suffering to transcendence: narratives in Palliative Care. **Canadian Family Physician**, Mississauga, v. 53, p.1277 - 1279, Aug. 2007.

FRANK, Arthur W. Just listening: narrative and deep illness. **Families, Systems & Health**, Washington DC, v. 16, n. 3, p. 197-212, 1998.

GREENHALGH, Trisha; HURWITZ, Brian. Narrative Based Medicine: why study narrative? **BMJ**, Londres, v. 318, n. 7175, p. 48-50, 1999.

MCWHINNEY, Ian R. **A textbook of family medicine**. New York: Oxford University Press, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PEDREÑO, Higinio Marin. **De dominio público**: ensayos de teoría social y del hombre. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1997.

SHAPIRO, Johanna; ROSS, Valerie. Applications of narrative theory and therapy to practice of family medicine. **Family Medicine**, Leawood, v. 32, n. 2, p. 96-100, 2002.

SMYTH, Joshua M. et al. Effects of writing about stressful experiences on symptom reduction in patients with asthma or rheumatoid arthritis. **JAMA**, Chicago, v. 281, p. 1304-1309, 1999.

STEWART, Moira et al. **Patient-Centered Medicine**: transforming the clinical method. Oxford: Radcliffe Medical Press, 2006.

SWEENEY, Kieran. G.; MACAULEY, Domhnall; GRAY, Denis Pereira. Personal significance: the third dimension. **The Lancet**, Philadelphia, v. 351, p. 134-136, Jan. 1998.

TOLSTOI, Leon. **A morte de Ivan Ilitch**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

DOSSIÊ



Corporeidades, oralidades e discursos de memórias frente às tecnologias de informação e comunicação

Andrea Paula dos Santos¹

RESUMO: O artigo trata de algumas noções clássicas de memória, corpo, corporeidade, documento, a partir de práticas de pesquisa com oralidades e do panorama crítico-analítico em torno delas na contemporaneidade. Falamos de aspectos teórico-metodológicos relacionados à produção de conhecimentos com registros de narrativas feitos de forma colaborativa, que implicam em atos de lembrar em contextos de criação de diálogos entre sujeitos e grupos mais jovens e mais idosos. Problematicamos, sobretudo, como são produzidos vestígios documentais de subjetividades e de experiências sociais de determinadas comunidades, decorrentes de processos de mediações de oralidades efetivados com tecnologias de informação e comunicação, que naturalizam e desnaturalizam seus usos e também discursos das Humanidades.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Corpo, Oralidades, Tecnologias de Informação e Comunicação, História Oral.

¹ Professora adjunta da Universidade Federal do ABC (UFABC/SP), mestre em História Social e doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Possui pós-doutorado em História da Ciência no Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

ABSTRACT: The article works with some classical notions of memory, body, corporeal, document, from research practices through oral and critical-analytical overview around them nowadays. We talk about theoretical and methodological aspects related to the production of knowledge with records of narratives made collaboratively, involving in acts of remembering in the context of creating dialogue between individuals and groups – of young and old people. We asked, especially how is a documentary produced based on evidence of subjectivity and social experiences of certain communities, from processes of oral mediations effected with information technology and communication, which naturalize and denaturalize their uses and also discourses of the humanities.

KEYWORDS: Memory, Body, Orality, Information and Communication Technologies, Oral History.

Este trabalho pretende levantar alguns pontos de reflexão a partir de diálogos e dilemas expressos por meio de tecnologias de informação e comunicação acerca da construção de memórias de sujeitos que tratam de suas trajetórias para compor discursos da área de História ou das Humanidades em geral, por meio de práticas de pesquisa com oralidades e em história oral.

Nossas práticas de pesquisa dialogam com alguns aspectos do contexto atual de transformações provocadas pelas tecnologias de informação e comunicação, que influenciam os processos de construção transitória de identidades e de subjetividades múltiplas e sobrepostas de indivíduos e grupos na contemporaneidade, e que atravessam seus corpos, corporeidades e noções de como se constituem como sujeitos e como coletividades (BAUMAN, 2005; HALL, 2006; SANTOS, 2007). Em geral, nossos entrevistados pertencem à gerações ou grupos sociais diferentes daqueles que fazemos parte, e suas trajetórias registradas em documentação oral e audiovisual também constituem um documento interessante sobre relações intergeracionais, de gênero, de classe, interétnicas, em nossa época e como elas são suporte e substrato da construção de documentos e de discursos de memórias escritos.

Compreendemos, por exemplo, que as reflexões em torno de relações intergeracionais são definidas culturalmente pelo que os grupos sociais estabelecem como próprio de uma geração, associando, agrupando e localizando sujeitos por etapas ou fases da vida dos indivíduos. Consideram-se não apenas a faixa etária ou a quantidade de anos vividos para se definir quem é jovem e quem é velho, mas também as experiências e as vivências em determinadas formas de sociabilidade, contextos sociais e processos dinâmicos, que mesclam aspectos cognitivos, ambientais e corporais bastante complexos. Levando em conta a diversidade de experiências que os sujeitos vivenciam na contemporaneidade, podemos ter configurações bastante plurais e heterogêneas entre aqueles que poderiam ser considerados até bem pouco tempo atrás pertencentes a uma mesma geração em termos de locação em contextos e processos históricos, e mesmo em quantidade e qualidade das experiências vividas (FERRIGNO, 2006). Juventude e velhice, numa perspectiva histórico-antropológica, são

categorias historicamente construídas e tão variáveis e, embora tenhamos nos acostumado a enxergar algumas particularidades próprias em cada uma delas, nossas pesquisas com história oral ajudaram a problematizar tais fenômenos como complexos, instáveis, heterogêneos, muito além das caracterizações por faixas etárias. Para alguns, a categoria juventude refere-se a um tempo da vida mais passageiro do que o da velhice, onde se podem observar as transformações de forma mais intensa. Para outros, a velhice é tão passageira quanto a juventude, e ainda é ameaçada pela percepção aguda da passagem do tempo e da chegada da morte, o que chega a intensificar mais ainda as transformações vividas pelos sujeitos. Outros ainda desconfiam que juventude e velhice, cercadas por estereótipos, mitos, preconceitos e estigmas, possam se constituir como categorias de análise passíveis de alguma delimitação, seja em termos culturais ou biológicos rígidos e fixos. Para estes, conta mais saber com quem, onde e como os sujeitos se categorizam, se apresentam, se identificam, se sociabilizam, se movem nas sociedades contemporâneas (DEBERT, 1999; GROppo, 2000; SARLO, 1997).

A partir disso, uma das questões que emergiram em nossos processos de trabalho com oralidades foi: que recursos poderiam ser considerados mais apropriados por pesquisadores mais jovens e por entrevistados mais velhos quando nos referimos às formas de registro audiovisual dos depoimentos, atualmente em ligação estreita com tecnologias de comunicação e informação? O senso comum tem associado as facilidades dos usos dessas tecnologias aos grupos mais jovens. Todavia, algumas pesquisas e projetos começaram a problematizar esse acesso por categoria geracional no que diz respeito ao que se reconhece pelo corte muitas vezes simplificador de etapa de vida própria da juventude, bem como a faixa etária tida como relacionada à velhice (entre 50 ou 60 anos em diante).

Nossas pesquisas também buscaram estudar e problematizar tais categorias geracionais a partir do desenvolvimento das entrevistas com pessoas que pertenciam a diferentes gerações, realizadas por pesquisadoras mais jovens, observando o que cada geração prioriza narrar neste diálogo para juntos trocarem experiências, mediadas por algumas tecnologias de informação e comunicação em espaços privados e públicos.

Para refletirmos sobre algumas dessas práticas e apresentar alguns aspectos teórico-metodológicos importantes, partimos da problematiza-

ção, talvez no sentido de desconstrução proposto por Jacques Derrida, da permanência, fixidez e/ou estabilidade de alguns dos significados do conceito de corpo, memória, velhice, juventude, tecnologia e documento no âmbito de trabalhos de pesquisa e de produções sobre a história de sujeitos e grupos, sobretudo, nas áreas de Humanidades e das Ciências Sociais (DERRIDA; BENNINGTON, 1996).

Propomos, portanto, uma reflexão teórica e prática, sobre a necessidade de reconhecimento não apenas das disputas em torno das definições das categorias de análise como geração, juventude, velhice, corpo, memória, mas também daquelas em circulação sobre tecnologias que supostamente seriam próprias a um ou outro grupo, quais tecnologias podem ser utilizadas para a construção de memórias, que informam e dão sustentação a essas disputas e encontram-se igualmente em linha de fogo. Perguntamo-nos, como pesquisadores em história oral: como adoções e usos de certas tecnologias por determinados grupos em certos contextos trazem possibilidades de criações documentais, construções de identidades, subjetividades, corporeidades, comunidades e análises críticas em torno dos múltiplos sentidos do conceito de memória, velhice, juventude, corpo? Sabemos que todas essas categorias são construções teóricas que podem comportar sentidos bem diferentes e que os pesquisadores escolhem que tipo de construções serão aquelas que mobilizarão como ferramentas nos seus trabalhos. Aqui delinearemos algumas dessas noções a partir das escolhas teóricas e metodológicas forjadas pelas nossas experiências acadêmicas e profissionais em história oral e história da ciência, entrelaçadas por processos de formação e de atuação interdisciplinares, nas fronteiras entre as Ciências Sociais (notadamente a Antropologia e a Sociologia), as Humanidades (História, Filosofia, entre outras) e as Artes.

Nessas perspectivas, corpo e memória se confundem. O corpo do qual falamos, que para Jean-Jacques Courtine foi teoricamente inventado no século XX, é simultaneamente objeto e sujeito das nossas práticas de pesquisas com oralidades (COURTINE, 2008). E a memória, entendida como ato de lembrar, pode ser um fenômeno físico ou biológico que só faz sentido e ganha expressão discursiva quando se refere à cultura como capacidade de sujeitos e grupos de construir e transformarem significados sobre o passado e sobre o presente, tanto nos sentidos antropológicos definidos por Clifford Geertz, repensados em termos de processos interculturais e criações de cidadanias culturais, por Nestor G. Canclini, e também no

sentido das políticas e de discursos de/sobre memória formuladas por Andreas Huyssen e Beatriz Sarlo (GEERTZ, 1989; CANCLINI, 2005; HUYSSEN, 2004; SARLO, 2007). O corpo é nossa forma de estar no mundo, de percebê-lo, de ser reconhecido pelos outros, em processos de alteridade que permitem nos construir como sujeitos e assim elaborar mundos íntimos, nossas subjetividades, representações, sempre em relação aos outros e aos contextos e ambientes que nos cercam (COURTINE, 2008; LE BRETON, 2006; KECK, RABINOW, 2008). O corpo inventa e se apropria de comportamentos expressivos e estéticos, isto é, faz performances, e é marcado por corporeidades, ou seja, por usos e técnicas apreendidos, determinados, disciplinados, criativos, normatizados, desviantes, que fazemos dele, dentro e fora de instituições, através de linguagens e discursos que partem de oralidades, gestualidades, musicalidades, de traços escritos ou desenhados, entre outras práticas culturais mediadas por tecnologias que criamos e que empoderam sujeitos e grupos para expressar ideias, sentimentos, sensibilidades, posições, valores (MAUSS, 2003; FOUCAULT, 2004, 2006; CARDIM, 2009; ZHUMTOR, 2007). Corpos são plurais, vivem em múltiplos contextos na mesma contemporaneidade e são, ao mesmo tempo, de sujeitos únicos e de populações, constituintes e atravessados pelo biopoder clássico, anátomo-político do corpo, submetidos, exercendo e legitimando processos disciplinares corporais, relacionados às questões de gênero, sexualidade, étnicas e geracionais. Simultaneamente e paradoxalmente, sujeitos, seus corpos e subjetividades inseridos em grupos identitários ou comunidades sobrepostas, vivenciam processos denominados como biossociabilidades, onde se misturam usos de biotecnologias, de práticas medicinais e bioascéticas, de técnicas corporais para estabelecerem novos sentidos de pertencimento, isto é, novos parâmetros para construção de identidades, as chamadas bioidentidades (KECK, RABINOW, 2008).

A memória parte do corpo, habita o corpo, é corpo. A memória refere-se à nossa capacidade de lembrar e de esquecer, que pode ser expressa por técnicas corporais ou por inúmeras outras tecnologias (metodologias, formas de fazer, procedimentos, aparelhos, dispositivos que criamos para perceber e se relacionar com o mundo) fabricadas pelos sujeitos com seus corpos, em corporeidades e em documentos criados pelo exercício de corporeidades. O corpo é carne, é a dimensão biológica e animal da existência humana, e também guarda a possibilidade de – ao mesmo tempo e de forma plural, contraditória, ambígua, complexa – expor aos outros o que achamos que

somos por meio de técnicas e tecnologias que acionam a memória e dão significados aos nossos sentidos de pertencimento e de continuidade em tempos e espaços, isto é, nossas identidades ou bioidentidades, como alguns estudiosos preferem definir ao analisar processos e práticas de certos sujeitos e grupos na contemporaneidade. Corpo, memória

e tecnologias são dimensões multifacetadas do que somos como sujeitos históricos, seja sob o crivo dos biopoderes ou das biossociabilidades. Podem se separar conceitualmente no esforço teórico que fazemos para entender o mundo, mas não se separam na experiência vivida. Não existem corpos sem marcas de memória, de técnicas e tecnologias, pois mesmo que um sujeito acabe de nascer ou perca a capacidade de lembrar ou de esquecer, a cultura na qual sua corporeidade está inscrita criou técnicas e tecnologias individuais e coletivas que envolvem, entram, atingem nossos corpos desde antes do nascimento, para marcar e externalizar ao corpo o que cada grupo ou sociedade considera que precisa ser lembrado, esquecido, vivenciado pelos sujeitos. Biopoder feito por políticas que engendramos, controlamos, legitimamos ou não, e ainda biossociabilidades que protagonizamos, endossamos e adotamos (ou não?) coexistem nos mesmos corpos com marcas de memórias, técnicas e tecnologias, porém de modos diferenciados, específicos, que qualquer generalização teórica não conseguirá mais explicar.

Um corpo é vida, e nunca é o mesmo. Ao longo de uma única vida, curta ou longa, um único corpo é diferente, se transforma, seja pela ação do tempo e das experiências em que as corporeidades o inserem, seja pela ação deliberada dos sujeitos de modificá-los, (des)construí-los. O corpo intocado, sagrado, higienizado, limpo, é uma representação, parte de uma construção histórica, tanto quanto o corpo modificado, alterado, com inscrições, objetos, roupas, representações que se sobrepõem ou são subjacentes a ele, como extensões tecnológicas que mudam em mil e uma variações, de sujeito para sujeito, de grupo para grupo, de contextos para contextos. Hoje alguns dizem que o corpo é incerto (ORTEGA, 2008), mas talvez ele sempre tenha sido assim, embora certas construções teóricas ainda pareçam querer situar sua história em sentidos de origem, dualistas, de certo modo idealizados e imaginados, ou ainda vigiado pelo biopoder das políticas públicas de saúde, de “qualidade de vida”, de controle sanitário, onde ele seria mais estável, limpo, saudável, “puro”. O corpo incerto da cultura contemporânea é criticado por ser explicitamente modificado,

por dar visibilidade como nunca, de como é produto dos seus usos, fruto do que sujeitos podem e/ou querem expressar para si e para outros. É corpo da biopolítica e da biossociabilidade, menos em oposição e mais em sobreposição. Corpo complexo, ambíguo. Corpo que o bem e o mal dos valores morais da civilização ocidental cristã insistem em classificar, generalizar, enquadrar e até mesmo hostilizar, com discursos mais ligados aos biopoderes em voga do que aparentam, mesmo quando a cultura acadêmica insiste em dizer que não o faz...

Tais reflexões sobre corpo, memória e tecnologias foram postas pelas práticas em projetos de pesquisa em história oral, porque propôs aos entrevistados – alguns dos quais poderiam ser considerados como idosos, se identificados com as definições geracionais já problematizadas – que contassem suas histórias de vida para um registro mediado por um dispositivo tecnológico, gravador e câmera de vídeo digital, para assim favorecer um processo de construção documental relacionado aos usos e construções de memórias individuais e coletivas. Como pesquisadores, por sua vez, nos dispomos, numa perspectiva interdisciplinar, a olhar, ouvir, escrever em torno de práticas compartilhadas num diálogo intergeracional que ressignificam corporeidades estabelecidas anteriormente (OLIVEIRA, 2006; MEIHY, RIBEIRO, 2011). Assim, debruçamo-nos sobre práticas que, desde há algum tempo, não são mais prerrogativas exclusivas da Antropologia e começam com a provocação deliberada e estudada dos atos de lembrar dos sujeitos e continuam no incentivo ao uso de tecnologias de informação e comunicação para tentar exteriorizar e consolidar essas lembranças em outros suportes que não apenas os seus cérebros, com sua capacidade corporal e mental de esquecer, lembrar e contar essas lembranças por meio da expressão oral, capturada pela linguagem audiovisual.

Propomo-nos, dessa forma, a assumir a existência da mediação dessas memórias e inseri-las num contexto paradoxalmente individual e coletivo, em que se borram as fronteiras entre o que é interno e externo à dinâmica corporal de lidar com memórias, agora pertencentes a sujeitos de categorias geracionais distintas. Sujeitos mais jovens e mais idosos, com seus corpos e suas formas performáticas diferentes e semelhantes de lidarem com as próprias corporeidades, constroem significados interculturais e sentidos de pertencimento de continuidade com tecnologias de informação e comunicação em tempos e espaços plurais.

A elaboração de registros, de escritos a partir das entrevistas – compreendendo revisão, edição e autorização das mesmas por parte de pesquisadores mais jovens e entrevistados mais idosos em práticas de trabalho em história oral – revela como as performances, os comportamentos expressivos em espaços de pesquisa, públicos ou privados, com criação documental, podem trazer possibilidades instigantes de colocar em debate muitas das visões teóricas e práticas cotidianas. Estas, quase naturalizadas e legadas ao senso comum, de profissionais e leigos que têm materializado e desmaterializado corpos, corporeidades, performances, memórias e documentos, nem sempre refletindo sobre o que fazem e o que podem fazer diante dos excessos e dissoluções de lembranças e arquivos, ainda vistos como locus privilegiado do depósito dos vestígios de práticas humanas a ser legado ou não às futuras gerações.

No caso de nossos trabalhos de pesquisa com oralidades, somos mediadores dessa organização de lembranças, memórias e arquivos, com grupos sociais, políticos, econômicos ou culturais. O corpo é um meio de expressão dessas lembranças, mas também a sua finalidade, e pode acionar outros recursos, tais como as tecnologias de comunicação e informação para dar visibilidade a certas construções discursivas de memórias à margem das políticas e dos discursos de/sobre memória, reconhecidos pelas instituições mais tradicionais, bem como a outras formas de perceber suas próprias trajetórias ou histórias institucionais, à luz de como reconhecem diferenças em suas etapas de vida, da juventude à velhice, muitas vezes na periferia das práticas dos biopoderes clássicos e das biossociabilidades em voga. Não há como tratar dessas categorias em nossas pesquisas sem refletir sobre a corporeidade dos sujeitos mais idosos e mais jovens, constituída e constituinte dessas representações, sempre instáveis, em transformação, em contradição.

Desde meados da década de 1960, o nosso presente onipresente insiste na busca interminável de raízes, obcecada com a construção de memórias, de corpos que revelem (bio)identidades e experiências, de linguagens que expressem representações subjetivas que constituem os sujeitos, pois as transformações velozes levam a constante ruptura entre presente e passado. A memória está nos corpos tanto quanto está nas linguagens e atua em múltiplas temporalidades, mas o seu tempo principal é o presente que necessita do passado, sendo que a construção de memórias sempre acontece no presente, responde às suas demandas, ficando evidentes seus

usos, primordialmente feitos no presente, nas corporeidades que construímos e manipulamos.

Vivemos entre a amnésia e a vontade de nada esquecer, soterrados em meio às informações excessivas, sendo que as memórias, as linguagens e os corpos pelos quais circulam, são sempre construções sociais, mediadas pelas relações de (bio)poder entre sujeitos, grupos em sociedade. Vivemos e reagimos tanto ao medo da “perda da memória” quanto em relação aos seus excessos como mais uma forma de descartar, consumir, esquecer, em meio à overdose de informações, uma das grandes ameaças do mundo moderno e/ou pós-moderno – conforme a análise crítica sobre a contemporaneidade.

Entendemos que a memória se manifesta como demanda por novas identidades e subjetividades de resistência, de criação, de afirmação e negação de novas e velhas comunidades, onde esta se reivindica como direito e como dever, constituindo compromissos éticos e cidadanias culturais. Tentamos saber quem somos e acabamos por nos transformar no diálogo, performativamente, pois em meio às narrativas organizamos e compartilhamos novas e velhas experiências.

Os registros de memórias implicam em atos de lembrar em contextos de criação de diálogos entre sujeitos e grupos que se dispõe a falar, com seus corpos e suas performances, sobre suas lembranças, que se estendem para além dos limites corporais, abrangendo objetos, imagens, paisagens, tecnologias, que são apropriados e se tornam documentos e vestígios de subjetividades e de experiências sociais em determinadas comunidades em nossa sociedade. Fizemos registros das memórias de forma colaborativa, às vezes com a mediação de uma ou duas pesquisadoras, por meio de gravadores de áudio e de vídeo digitais e o apoio de outras tecnologias de comunicação e informação, como computadores, para transcrição e edição dos mesmos para a linguagem escrita.

Tais práticas proporcionam problematizar as trajetórias dos entrevistados e os temas que estes abordam para os discursos das áreas de Humanidades. Bem como são os usos das tecnologias para construção de memórias de determinados grupos, considerando as formas como seus corpos e subjetividades se reconfiguram em processos intergeracionais de criação de memórias e corporeidades em espaços presenciais/virtuais, ressignificando antigas e novas histórias e dinâmicas socioculturais.

Cotidianos de pesquisas com oralidades tiveram dinâmicas próprias, que preferimos aqui representar como traços de um corpo a corpo singular, destacando alguns aspectos observados e vivenciados, que separamos em dois pontos, a saber. O primeiro ponto refere-se a como, no âmbito de um projeto, os atos de lembrar que partem dos corpos dos entrevistados desconstróem e reconstróem o que consideramos como memórias individuais e coletivas, favorecendo as conversas e as trocas de experiências. Além disso, todas as mediações para a linguagem escrita dessas trocas de experiências a partir dos atos de lembrar como discursos de memórias, foram feitas a partir dos usos das tecnologias de comunicação e informação, seja pelos entrevistados, seja pela pesquisadora. Entre o que foi gravado digitalmente e a elaboração de um texto escrito publicado, entrevistados e pesquisadores interferem nas representações, primeiramente evocadas pelos atos de lembrar que partem dos seus corpos e se estendem para além deles, criticando nessas práticas performáticas a visão convencional de objetividade, de linearidade cronológica e de coerência nos processos de construção de memórias coletivas e históricas, mediadas por tecnologias de informação e comunicação. Muitos dos resultados desses processos omitem as ambiguidades, as contradições, as subjetividades presentes nos atos de lembrar e no controle que os sujeitos tentam fazer destes, desde quando essas expressões partem dos seus corpos até quando elas se plasmam em outras representações audiovisuais e escritas que, depois de autorizadas, invariavelmente apon-tam para a disciplinarização de memórias coletivas e históricas e de corporeidades, em termos de biopoder.

O segundo ponto desdobra-se e diz respeito a como os corpos dos entrevistados e da pesquisadora, sejam mais jovens ou mais idosos, se defrontam com a excessiva naturalização dos usos dos aparelhos tecnológicos nesses processos de construção de memórias individuais e coletivas. Há em todo o processo a incorporação de elementos básicos da construção de discursos pelas linguagens em convergência, às vezes problematizada pelas demandas dos corpos dos mais idosos e pelas proposições de pesquisadores, ou seja, dos mediadores, expressa desde:

- 1) os usos de programas eletrônicos de edição de textos para transcrição e edição dos documentos que são criados a partir das narrativas. Coloca-se, nesse caso, a pouca familiaridade de alguns dos entrevistados mais idosos ou de grupos sociais economicamente marginalizados

para interferir nas narrativas transcritas a partir da utilização dos mesmos, recorrendo às revisões do texto sob sua forma impressa ou com o auxílio de familiares. Fato que consideramos apropriado para passar a compor as preocupações teóricas e metodológicas daqueles que lidam com tecnologias de informação e comunicação na contemporaneidade, já que essas relações com as linguagens por meio de dispositivos ligados às tecnologias de informação e comunicação configuram relações de poder complexas e desiguais sobre a produção de discursos de memória;

- 2) as implicações dos usos de gravadores digitais e, sobretudo, das câmeras de vídeo e do domínio da linguagem audiovisual, tanto nas filmagens, quanto na transcrição e edição de textos partir das imagens para publicação escrita ou futura exibição audiovisual. Tais dispositivos requerem dos pesquisadores exigências de habilidades motoras, conhecimentos de linguagem e expressões técnicas, com seus formatos direcionados para performances de corpos jovens. Se observarmos que estes também têm dificuldades para utilizá-los, tais dificuldades se aprofundam e trazem marcas de exclusão ainda maiores quando verificamos os usos direcionados aos entrevistados mais idosos ou em condição de desigualdade nos processos de mediação, embora tais tecnologias guardem possibilidades que poderiam abrigar usos mais confortáveis, autônomos e sofisticados – outras performances e corporeidades, em forma e conteúdo indissociáveis;
- 4) e, no universo da cibercultura, a importância para edição de um texto transcrito dos usos da internet, por meio de sites de pesquisa, links para enciclopédias on line, universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior, artigos científicos, livros, e-mails, que viabilizam o acesso a informações específicas, seja sobre contextos históricos, regionalismos, expressões orais, termos técnicos, conceitos e teorias, instituições, dados biográficos. Tais informações são fundamentais para a construção de documentos que compõem discursos de memória a serem divulgados e conhecidos por outros grupos e sujeitos, de diferentes gerações, etnias, gêneros, classes sociais e interesses, pois dão sentido ao que foi dito, quando apresentam camadas de informações sobre a narrativa registrada, com citações e contextualizações dos eventos tratados e das experiências vividas.

Elencados esses pontos referentes às observações do percurso de pesquisas com oralidades, observamos a construção complexa de novas relações com as linguagens e os dispositivos que as mediam na construção de discursos de memórias, que passam por questões intergeracionais onde, por exemplo, o corpo idoso, o corpo do outro, não é visto como um problema, mas sim como uma problematização das relações dos corpos mais jovens e mais idosos com a naturalização que estes fazem das rotinas e das performances que as tecnologias os conformam. Observamos que nas práticas de mediação e transformação dos atos de lembrar e de narrar em discursos de memória, o corpo jovem, o corpo do pesquisador empoderado por tecnologias, não é parâmetro sobre como deve ser estabelecida a relação e a performance com as tecnologias de comunicação e informação frente ao corpo idoso ou de um desempoderado corpo sem dispositivos maquínicos. Há especificidades que precisam ser consideradas, como expusemos. Nossas pesquisas colocaram a possibilidade de corpos, performances e experiências justapostas, não hierarquizadas, configurarem novas sensibilidades, percepções, expressões, linguagens, memórias e histórias.

Por parte dos sujeitos envolvidos, há um processo intercultural de dupla valorização. Por um lado, a valorização dos corpos mais jovens, em outros termos que não os dos estereótipos que cercam a juventude e a velhice na sociedade capitalista, por incorporar neles as extensões tecnológicas como forma de expressão, de experiência, de comunicação, de construção de memórias e histórias junto com corpos mais idosos, dos marginalizados, não mais vistos como sinônimos de decadência, doença, isolamento, exclusão. Por outro lado, a valorização dos atos de lembrar e de narrar dos corpos mais idosos, dos corpos excluídos, que não importam (BUTLER, 2008), por conter neles as possibilidades de construção de memórias e histórias e de usar as formas de expressão da oralidade e sua convergência com outras linguagens permitidas pelas práticas com tecnologias de informação e comunicação, derrubam mitos e estigmas sobre o que é apropriado ou inapropriado para um grupo. Assim, protagonizamos e testemunhamos a formação de novas comunidades de sentido, novas memórias e performances, não isentas de problemas ou de problematizações, vistas como construtivas e construídas, e não típicas de grupos mais jovens, mais idosos, mais ou menos tecnologizados.

Alguns dos problemas dizem respeito à necessidade de pensar e repensar continuamente papéis e formas de mediação, com desdobramento de

estudos teóricos e metodológicos interdisciplinares para dialogar com as experiências em curso e a dificuldade de incorporar o atendimento dessa demanda ao conjunto das demandas que compõem o cotidiano da pesquisa acadêmica. Outro problema relaciona-se à crítica efetiva e mais aguda à visão corrente de construção de memórias a partir de narrativas, enxergando-a como elaboração de discursos que destacam suas subjetividades, contradições e ambiguidades, onde corpos de pesquisadores mais jovens incorporam com certa naturalidade dispositivos tecnológicos, que são apresentados aos corpos dos sujeitos de pesquisa mais idosos ou excluídos do uso corrente destes meios, como indispensáveis à mediação e construção dos discursos de memórias, atentando para as relações de poder implicadas no processo de pesquisa. Apesar desses dilemas, encaramos que os sujeitos envolvidos trocam saberes e experiências, constroem conhecimentos em mão dupla.

Outro problema que pesquisas com oralidades possibilitam entrever é o da predominância de um certo senso comum que ainda atravessa as experiências dos sujeitos que desenvolvem práticas discursivas sobre memórias (sejam os que narram ou os que registram e mediam), quando estes referem-se à noção de memória numa visão moderna, ainda valorizando origens e fixação, estabilidade perene, sem enxergá-la como políticas e discursos em disputa, inclusive no âmbito dos biopoderes e das biossociabilidades. Permanece certa ingenuidade que faz correspondência direta entre as representações advindas da construção de memórias e “a realidade”, como se esta fosse única, com significados de origem, com sentidos de finalidade, com ideia de verdade, já desconstruídas por perspectivas pós-estruturalistas a serem consideradas para o entendimento da complexidade em que vivemos.

Por fim, apresentou-se um panorama intrincado nas pesquisas em história oral, do qual emergiram discursos sobre a memória e usos das tecnologias de informação e comunicação que apelam às reflexões sobre a questão da diversidade em termos de gênero, classe, etnia, entre outros recortes, que poderiam desconstruir qualquer tentativa universalizante de dar forma definitiva às noções de comunidades coesas, ou mesmo às generalizações que podem ser feitas quanto às vivências geracionais, de velhice e de juventude dos sujeitos nessas comunidades performatizadas por narrativas.

Nesse sentido, os mitos e estereótipos que cercam noções naturalizadas pelo senso comum de juventude e velhice, o corpo jovem é definido em oposição ao corpo idoso. O primeiro ganha atributos ligados ao que definimos na sociedade capitalista como força e saúde, tais como agilidade física e mental, rapidez, coordenação motora; enquanto que o segundo é visto quase sem qualidades, ao contrário, defeituoso, decadente, fraco, lerdo, descoordenado, doente. Os usos das tecnologias de comunicação e informação citadas acima (áudio e vídeo digital, programas eletrônicos de edição de texto, internet) e muito relacionadas ao uso do computador foram, em muitos casos, vivenciados pelos sujeitos mais jovens e mais idosos, pesquisadores e sujeitos de pesquisa, próximo desse quadro de oposição, configurando uma grande naturalização da ideia de que os pesquisadores mais jovens devem utilizá-las de forma mais apropriada, intensiva, corrente, típica.

Os mais idosos, ao falarem da velhice diante dessas tecnologias de comunicação e informação, caracterizam-na paradoxalmente como uma fase boa, de balanço de toda uma trajetória pelos atos de lembrar mediados em discursos de memória, cuja limitação maior diz respeito às possibilidades de percepções e intervenções do corpo idoso nessas práticas discursivas de memórias em meio às corporeidades que estes estão inseridos. Alguns ressaltam essa oposição, corroborando a naturalização dos usos dessas tecnologias por parte dos pesquisadores mais jovens, sendo marginais e eventuais os usos que fazem das mesmas, seja no espaço público ou no espaço privado, familiar, onde essas tecnologias não estão presentes. Ou, quando estão, são apropriadas por filhos que chegaram a mediar a construção do documento escrito, compartilhando-a com os mais idosos. Esses sujeitos não possuem câmeras de vídeo, poucos lidam com câmeras fotográficas digitais ou utilizam a internet, com a frequência que os pesquisadores e boa parte dos sujeitos mais jovens em nossa sociedade o fazem. Suas memórias, externalizadas em documentos digitalizados, passaram a constituir um corpo documental escrito, revisado e autorizado para publicação, construídos de forma complexa, repleta de idas e vindas, de mediações de outros sujeitos, como familiares, para que se estabelecessem finalmente como discursos de memória sobre trajetórias individuais numa comunidade reconhecida.

Perguntamo-nos: esses discursos – que passam a habitar o universo dos discursos de memórias, que agora podem ser acessados em qualquer local

e a qualquer tempo, independente do momento em que foram narrados os atos de lembrar – podem constituir novos atos de lembrar em novos corpos e performances que incorporam esses discursos de memórias?

Um fato importante a considerar é que as experiências vividas pelos sujeitos são compartilhadas por meio de histórias e lembranças, que partem dos atos de lembrar, das práticas em torno da faculdade da memória, e se transformam em representações, em discursos de memória, em memórias coletivas, em memórias históricas. Nesse processo, as memórias dos mais velhos transformam-se em outras camadas de experiências dos mais novos, parte das vivências destes, que passam a compor novas performances dos seus próprios atos de lembrar, suas próprias memórias individuais e coletivas. Percebemos que nós, mais jovens, também lembramos e criamos formas de deixar vestígios, fazer discursos, estabelecer traços sobre a realidade. Os mais jovens têm memórias e experiências a compartilhar tanto quanto os mais idosos, e estes, por sua vez, têm formas de comunicar e informar tanto quanto os mais jovens, e ainda problematizam, desnaturalizam e ressignificam olhares e modos de compreender certos usos das tecnologias de informação e comunicação.

A pesquisa atingiu nossos corpos, transformando corporeidades, quando fez com que nos deparássemos com a questão da alteridade, ao nos compararmos com os idosos quanto às formas como nossos atos de lembrar, partindo de nossos corpos, se convertem em discursos de memórias, como lidamos com as tecnologias de informação e comunicação, para entender como se configuram diferentes performances, ritmos, discursos e estéticas geracionais. Olhamos para nossos corpos e suas performances, antes naturalizados, como expressão de diferenças, como formas de comunicação, de interação, portadores de técnicas e tecnologias. Preocupamo-nos em como sujeitos diferentes de nós vão interpretar modos de vestir, estéticas pessoais, jeitos de falar, usos de objetos e dispositivos tecnológicos como, por exemplo, uma câmera de vídeo. Corpos mais jovens se auto-observam e contemplam surpresos o quanto naturalizam suas formas de expressão corporais e as relações dos seus corpos com as tecnologias de informação e comunicação, reconhecendo que estas foram feitas primordialmente para eles, excluindo, marginalizando, tornando difícil, ou mesmo inacessível ou ininteligível por parte dos corpos e corporeidades dos mais idosos a visualização, a compreensão, a percepção de um dispositivo tecnológico, de uma informação, de uma imagem, de um escrito, de um som digitalizado.

Estes, por outro lado, trazem seus corpos, performances, ritmos e estéticas de outras gerações, às vezes expressos num misto de autovalorização e depreciação, expressos em falas irônicas sobre si mesmos: “Como sou velho!”; “Minha cabeça não funciona tão bem como a de vocês, jovens...”; “Ah, meu corpo não aguenta mais. Não consigo mais falar por hoje!”; “Não escuto nada.”; “Lembro muito bem, como se fosse hoje!”; “Quero lembrar a data, o local, o nome, mas...”; “Vocês, mais jovens, não sabem o que era isso!”. Corpos como expressão de experiências, que muitas vezes se veem como problema, mas que, para nós, constituem-se como corpos que nos problematizam, problematizam noções estáveis de comunidade, interrogam os universalismos do ambiente acadêmico, interrogam as relações estabelecidas e naturalizadas quanto às tecnologias de informação e comunicação, em forma e conteúdo indissociáveis, tanto quanto se tornaram as práticas de pesquisa e de construção de discursos de memória, aqui problematizadas.

Sujeitos mais idosos e mais jovens criam e recriam ambientes, estéticas, performances, corporeidades, discursos, memórias, usos de tecnologias com novos sentidos. Estas práticas podem ser consideradas como performances e também como novas políticas de memória. Dessa forma, possibilitamos usos de tecnologias, bem como reflexões sobre como estas interferem nos processos de mediação discursiva de memórias, no que diz respeito a como se configuraram formas éticas e estéticas decorrentes desses usos compartilhados em entrevistas gravadas e mediadas em suportes digitais. Assim, mais jovens e mais idosos engendram, por meio da oralidade, sentidos de comunidade partilhados pelos sujeitos em novas identidades e subjetividades, talvez novas corporeidades e incorporações nos processos de construção discursiva de memórias individuais e coletivas, que dialogam e colocam novas performances narrativas entre experiências e dilemas no âmbito de relações intergeracionais.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importam**. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2005.

CARDIM, Leandro Neves. **Corpo**. São Paulo: Globo, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques (Org.) **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. v. 3. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DERRIDA, Jacques; BENNINGTON, Geoffrey. **Jacques Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

FERRIGNO, José Carlos. A identidade do jovem e a identidade do velho: questões contemporâneas. In: VÁRIOS AUTORES. **Velhices**: reflexões contemporâneas. São Paulo: SESC/PUC, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 3 v.

_____. **Vigiar e punir**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Porto Alegre: DP&A, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KECK, Frédérick; RABINOW, Paul. Invenção e representação do corpo genético. In: COURTINE, Jean-Jacques (Org.) **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. v. 3. Petrópolis: Vozes, 2008.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. Diversidades na velhice: reflexões. In: VÁRIOS AUTORES. **Velhices**: reflexões contemporâneas. São Paulo: SESC/PUC, 2006.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Andrea Paula dos. Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 101-129, verão, 2007.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.



Histórias orais: relato de experiências em pesquisas geográficas

Júlio César Suzuki¹

RESUMO: A história oral pode ser utilizada como história de vida, de empresas, de instituições e de comunidades. Objetivamos, em nossa análise, discutir as possibilidades de encontro com a história oral em nossa trajetória acadêmica a partir dos primeiros anos de formação até a pesquisa atual como professor da Universidade de São Paulo. Inicialmente, valemos-nos da história oral para a discussão da urbanização de Rondonópolis. Posteriormente, trouxemos a discussão das memórias das comunidades tradicionais como mediação para evidenciar a importância da história oral na formação social. Finalmente, utilizamos as lembranças para a compreensão da formação de instituições universitárias brasileiras com base em histórias de vida de professores.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral, Geografia, Populações Tradicionais, Cidade, Instituições.

¹ Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com graduação em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP, 1997 e 2002) e estágio pós-doutoral na Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne. Contato: jcsuzuki@usp.br

ABSTRACT: Oral history can be used as meaningful way to produce life, businesses, institutions and communities' history. We aim to discuss in this analysis the different ways and possibilities that our meeting with oral history in the academic career from the early years of our current research as professor at the University of Sao Paulo provided. Initially, we used oral history to discuss the urbanization process of the city of Rondonópolis. We also bring into discussion oral remembrances of traditional communities as a way to enhance the relevance of oral history on the society formation. Then we use oral recall as a support to understand the formation of Brazilian universities through the life histories of its professors.

KEYWORDS: Oral History, Geography, Traditional Populations, City, Institutions.

Introdução

A história oral pode ser utilizada como história de vida, de empresas, de instituições e de comunidades, valendo-se de vários instrumentos técnicos e metodológicos, bem como valendo-se apenas dos relatos ou do uso combinado com outras fontes, como a de documentos escritos (MEIHY; RIBEIRO, 2011).

Assim, objetivamos, em nossa análise, discutir as possibilidades de encontro com a história oral em nossa trajetória acadêmica a partir dos primeiros anos de formação até a pesquisa atual como professor da Universidade de São Paulo.

Nossa história parte de um primeiro momento de uso de testemunhos, ainda, na formação inicial da Educação Básica, chegando às histórias de vida e aos testemunhos necessários à pesquisa de mestrado acerca da urbanização de Rondonópolis (MT). Em seguida, trataremos de nossa experiência com a história de comunidades tradicionais e de populações subalternas e, por fim, com a formação de instituições universitárias brasileiras com base em histórias de vida de professores na leitura das mudanças da Geografia Agrária brasileira.

Primeiros Passos

O encontro com a pesquisa e com a interlocução com relatos de práticas sociais se deu, ainda, no período que cursávamos a 7ª série do antigo Primeiro Grau, atual Ensino Fundamental. Na disciplina voltada para a discussão de técnicas comerciais, a docente nos colocou a obrigatoriedade de realização de uma pesquisa, voltada, fundamentalmente, em levantamentos primários, com notas em caderno de campo, o qual deveríamos entregar ao final do ano. Nosso grupo, constituído por mim e outro colega de turma, tomou como tema de pesquisa a produção de tijolos ao Sul da área urbana de Rondonópolis-MT.

Com base em questionário estruturado, dialogamos com vários trabalhadores e proprietários das inúmeras olarias daquela porção do município e conseguimos compor um relatório que dava conta do número de funcionários, volume de produção, área de comercialização, tamanho das famílias e idades, bem como as dificuldades e perspectivas da atividade oleira em Rondonópolis.

Desta primeira experiência com relatos orais para a segunda, passaram-se vários anos, aproximadamente uma década e meia, quando do início do mestrado em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

O primeiro passo deste reencontro com os relatos orais, de forma mais sistemática, se deu com a tese de doutorado de Luci Léa Lopes Martins Tesoro (1993), cuja defesa aconteceu na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social.

Foi uma defesa bastante difícil por conta do ineditismo da fonte para tratar da história urbano-regional. Ainda, no início da década de 1990, o uso das fontes orais não era considerado adequado como fundamento principal de uma pesquisa acadêmica, particularmente de uma tese de doutorado, tida por muitos como o último nível da formação acadêmica brasileira¹

A defesa de Luci Léa Lopes Martins Tesoro aconteceu em meados do primeiro semestre de 1993. Em julho, dirigimo-nos para nosso primeiro trabalho de campo em Rondonópolis. Foi quando tivemos o privilégio de ter acesso a todas as suas transcrições das entrevistas realizadas com imigrantes de Rondonópolis.

Luci Léa Lopes Martins Tesoro realizara 34 entrevistas, bem como dispunha de mais outras 4. Assim, antes de iniciar nossas entrevistas, pudemos nos deliciar com inúmeros relatos que compunham liames e tecidos que a história documental não nos permitiria. Por mais que nós tivéssemos nos dirigido a Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, para realizarmos levantamentos de documentos junto ao Arquivo Público do Estado, pouco pudemos encontrar que nos pudesse ajudar a compreender o problema de pesquisa a que tínhamos nos posto. Tampouco o jornal da cidade ajudou muito para os períodos anteriores à década de 1970, quando, ainda, não havia edições.

¹ Nas universidades estaduais paulistas, permanece um último título acadêmico alcançado por meio de concurso, para o qual não se depende de vaga, a livre-docência, composto de prova escrita, prova didática, defesa de memorial e defesa de tese (ou de análise circunstanciada da trajetória acadêmica). Em algumas unidades destas instituições, pode haver, ainda, prova prática. De forma geral, é o que é exigido na maioria das universidades federais para o cargo de professor titular, por mais que em algumas, como a UFRJ, haja somente arguição de memorial e prova didática. O concurso de livre-docência existia, também, nas universidades federais até a reforma de 1968.

Luci Léa Lopes Martins Tesoro, ainda, além de fornecer-nos todo o seu acervo de entrevistas, indicou-nos vários interlocutores com os quais nós poderíamos aprofundar questões e relações necessárias à nossa pesquisa. Em algumas situações, apresentou-nos aos entrevistados; em outras, acompanhou-nos, o que corroborou no estabelecimento do vínculo de confiança, necessário para que aconteça a epifania produzida no ato da entrevista.

Assim, pudemos entrevistar o primeiro prefeito da cidade, um empreendedor imobiliário e moradores antigos da cidade. Fugimos, em minha dissertação (SUZUKI, 1996), do termo “pioneiro” pelo significado apologético que carrega.

Aos senhores Daniel Martins Moura, Bittencourt Lopes Esteves, Hélio Cavalcante Garcia, Luiz Lopes Martinez, João Portela e Waldomiro Pereira Viana, que nos receberam em suas casas, somos imensamente gratos por dividirem parte da sua história conosco; faces da história social que permeia a formação da cidade de Rondonópolis.

A dissertação de mestrado, defendida em fevereiro de 1997, foi um relatório importante, constituído, em grande medida, com base na história oral.

Naquela oportunidade, tomamos como norte o uso da transcrição literal. Acreditávamos que a aproximação da grafia o mais perto possível da elocução seria o suficiente para traduzir a fala do nosso interlocutor, bem como o contexto social, político e econômico em que se inseria.

Essa era uma aproximação possível, por mais que já tivéssemos percebido que nem tudo poderia ser capturado na transição do discurso oral para o escrito, tendo em vista que já tínhamos nos iniciado no curso de graduação em Letras na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, desde 1994, onde tais questões, relativas à transição do discurso oral para o escrito, bem como da transcrição e da existência de dialetos regionais, sociais, geracionais e profissionais, eram muito comuns.

Assim, constituir um sistema de transcrição não foi algo simples, mas acabou não tomando tanto espaço na pesquisa e na redação de seu relatório por se tratar de um mestrado em Geografia Humana, não em História ou em Linguística.

O Encontro com as Comunidades Tradicionais

Da defesa do mestrado, passamos, novamente, pouco mais de uma década para termos novo contato com os relatos orais.

Ao retornarmos do estágio pós-doutoral na Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, em Paris, com foco na importância da Geografia francesa na formação da Geografia Agrária brasileira, resolvemos propor um projeto para o Programa Aprender com Cultura e Extensão, recém-criado, pela Universidade de São Paulo, por intermédio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão.

Tendo trabalho na Universidade Federal do Paraná, de 1997 a 2003, tivemos a oportunidade de orientar duas monografias de bacharelado acerca de pescadores e de mulheres caiçaras no litoral paranaense, para as quais, também, os relatos orais tiveram extrema importância, como era comum em várias outras pesquisas de nossos orientandos.

Com a entrada na Universidade de São Paulo, como docente, a partir de agosto de 2003, o reencontro com as populações caiçaras e quilombolas se deu a partir do primeiro semestre de 2004, na disciplina de Geografia Agrária I, quando pudemos visitar a Comunidade do Camburi, por indicação de Simone Bezende da Silva, nossa monitora e aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nos anos seguintes, junto às disciplinas de Geografia Agrária I, Geografia Agrária II e Trabalho de Campo em Geografia I, visitamos as Comunidades do Mandira, da Prainha Branca e a da Poça.

Essas experiências, na Universidade Federal do Paraná e na Universidade de São Paulo, com populações caiçaras e quilombolas, entendidas como populações tradicionais, conforme Antonio Carlos Diegues (1983, 1993) e Antonio Carlos Diegues e Rinaldo S. V. Arruda (2001), fundamentaram, então, a proposição do projeto “Geografia da Oralidade – *Uma recuperação da história oral de populações tradicionais no estado de São Paulo*”, cujo objetivo geral é o de contribuir para a formação dos educandos no que concerne ao aprimoramento de técnicas de história oral na recuperação de histórias de populações caiçaras e quilombolas do estado de São Paulo, corroborando com a manutenção das suas práticas espaciais.

Metodologicamente, fundamo-nos nas histórias de vida de um representante por família de cada comunidade, tomando como referência que os

percursos dos sujeitos nos permitiriam recompor o processo geral pelo qual passaram as populações tradicionais com as quais dialogávamos; não como em uma perspectiva positivista em que cada história familiar formaria um pedaço da história da comunidade, mas que cada família possuiria similaridades em termos de dilemas e perspectivas de reprodução material e imaterial que marcariam a dinâmica mais ampla em que todos se inseriam, por mais que fosse inegável a existência de diferenças muito particulares entre as famílias e os indivíduos, tanto no que concerne ao gênero, quanto à idade.

Por conta das diferenças, tentamos capturar vozes de mulheres, de homens, de jovens, de adultos, de idosos, bem como as de sujeitos que sempre estiveram na comunidade e a de outros que, em certo momento, migraram e, depois, retornaram.

Muitas foram as experiências coletivas de aprenderem a partir do diálogo com as populações tradicionais nos inúmeros trabalhos de campo nas comunidades caiçaras da Prainha Branca (Guarujá), do Marujá (Cananeia); nas quilombolas da Poça (Eldorado e Jacupiranga), de Peropava (Registro); nas caiçaro-quilombolas do Mandira (Cananeia) e São Paulo-Bagre (Cananeia); e de pescadores do Perequê (Guarujá), mas, sobretudo, no Grupo de Geografia da Oralidade, em que os alunos-pesquisadores, principalmente da graduação em Geografia/FFLCH/USP, refletiam, sob nossa orientação, acerca dos dilemas teóricos, históricos e metodológicos que o real nos impunha.

Inúmeras análises foram publicadas no formato de trabalho completo em eventos ligados à Geografia, como Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa (ENGRUP), Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil (SINARUB) e Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), ou de iniciação científica, como resumo, particularmente o Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo (SIICUSP); bem como resultaram em duas dissertações de mestrado já concluídas, a de Kátia Souza Rangel (2011) e de Alexsandro Alexandre Gomes de Sousa (2011) e várias monografias (algumas defendidas e outras em elaboração).

Com o projeto “Geografia da Oralidade – *Uma recuperação da história oral de populações tradicionais no estado de São Paulo*”, iniciado em 2008, procuramos chegar para além da pesquisa, ou seja, estabelecer laços

profundos entre a Universidade e a Sociedade por meio da extensão universitária. Extensão não como imposição de uma leitura acadêmica na proposição de novas práticas produtivas ou de comercialização da produção agrícola, mas de respeito com as comunidades em diálogo, em que os saberes das populações envolvidas tomem o centro dos projetos.

Muitos empecilhos foram encontrados no percurso, tais como a mudança no quadro dos alunos envolvidos com o projeto, dificultando a continuidade das transcrições das entrevistas, bem como a formatação de um banco de dados, em que o retorno para os interlocutores, ainda, não foi possível se realizar.

Outra dificuldade se refere ao número elevado de comunidades com as quais resolvemos dialogar, o que contribuiu para que houvessem visitas limitadas do grupo.

Um terceiro obstáculo se coloca em relação à construção de um projeto que não se origina da Universidade, mas dos grupos sociais com os quais estamos dialogando, o que impõe a necessidade de que haja liderança nos grupos para a proposição, a partir deles, do que é necessário para todos, sendo a Universidade, por meio do Grupo “Geografia da Oralidade”, sobretudo, o elaborador dos textos de referência ou de projetos para pedidos de recurso a fundo perdido, bem como a escritura de livros, artigos e trabalhos completos voltados para a reconstrução das histórias das comunidades, sendo que este último aspecto é o que tem sido mais fácil de se concretizar nos três primeiros anos do projeto “Geografia da Oralidade – *Uma recuperação da história oral de populações tradicionais no estado de São Paulo*”, a partir do apoio das Pró-Reitorias de Cultura e Extensão/USP, junto ao Programa Aprender com Cultura e Extensão; de Graduação/USP, por meio do Programa Ensinar com Pesquisa; e de Pesquisa/USP, pelo programa de iniciação científica CNPq/USP; além da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP; com bolsas para os alunos da graduação, as quais já mencionamos existir anteriormente.

Em 2009, propusemos um segundo projeto, envolvendo as histórias de vida dos sujeitos sociais. O projeto tinha por base a proposta de Grupo PET que realizáramos em 2008 e 2009, mas que teve boa avaliação da Pró-Reitoria de Graduação, com segunda e terceira classificações, respectivamente, mas não tendo sido indicado para ser avaliado pelo Ministério da Educação do Governo Federal, tendo em vista que a Universidade de São Paulo só poderia indicar um novo grupo por ano.

Assim, constituiu-se o projeto “Espaço, modernização e populações subalternas na sociedade brasileira”, cujo objetivo geral é o de contribuir para a formação acadêmica dos alunos de graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, incentivando o diálogo com a sociedade, em processo mútuo de aprendizagem, a partir de uma leitura interdisciplinar da relação estabelecida entre o espaço, a modernização da sociedade brasileira e as populações subalternas.

Os dois projetos possuem como foco importante a formação acadêmica, tanto a continuada a partir de grupos de estudo, de trabalho de campo, de participação de eventos e de publicações; quanto a extensão universitária.

No segundo projeto, houve bastante diversificação de temas e de sujeitos sociais com os quais se possibilitou o diálogo, sendo que, no primeiro ano, houve um certo privilégio das populações tradicionais, particularmente as caiçaras e as quilombolas.

No segundo ano, mesmo havendo maior diversificação temática, envolvendo outras populações em situação de risco econômico, social, cultural e ambiental; dificuldades de manutenção do grupo de orientandos, por motivos os mais variados, mas envolvendo, em geral, o diminuto significado econômico da bolsa percebida pelos alunos, contribuíram para a perda de continuidade dos trabalhos de campo, das análises e do diálogo com os sujeitos sociais, sendo que expectativa é que a situação para o próximo ano e seguintes seja bastante diferente.

Outro Encontro com a História Oral, A Pesquisa de Livre-Docência

Em 2010, nova relação se colocou como fundamental em relação ao uso de histórias de vida em pesquisas geográficas, a continuidade da análise da história da Geografia Agrária brasileira que se estendia por 6 anos.

Em 2003, quando realizáramos o processo seletivo, na Universidade de São Paulo, para ingresso na carreira de professor, já se colocava como obrigatória a realização de concurso com o objetivo de alcançarmos a situação de docente em caráter efetivo, o que a situação de contrato precário não permitiria. Ainda, naquele ano de 2003, nova vaga foi aberta com a aposentadoria do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

No concurso, realizado em 2004, foi sorteado o tema da História da Geografia Agrária para a nossa prova didática. Inicialmente, acreditávamos que nada poderia ser menos trabalhoso que discutir as mudanças teórico, metodológicas, temáticas e conceituais da Geografia Agrária, com enfoque para o caso brasileiro, tendo em vista que já conhecíamos alguns textos bastante expressivos nesta linha epistemológica de discussão. No entanto, fomos surpreendidos com grandes lacunas e ausência de atualização do debate para os anos posteriores a 1990, o que nos colocou inúmeras dificuldades para compor uma discussão coesa e coerente acerca do tema sorteado, mesmo que tomando como referência o que ocorrera no Brasil e o nosso conhecimento da produção intelectual realizada por nossos pares.

Mesmo aprovados em 1º lugar, com indicação à Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para ocupar a vaga em concurso, cujo referendo ocorreu logo na sua reunião seguinte, não ficamos satisfeitos com a densidade da análise alancada, o que nos impôs a obrigatoriedade de continuarmos as leituras e as sistematizações em relação à História da Geografia Agrária brasileira, resultando em debate apresentado no XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, ocorrido, em 2007, no Rio de Janeiro, com promoção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cuja publicação original aconteceu, ainda, em 2007, em livro organizado por Gláucio Marafon, João Rua e Miguel Angelo Ribeiro².

A publicação original da discussão da história da Geografia Agrária brasileira e as suas republicações já revelam a nossa insatisfação em relação ao que fora alcançado em termos de relações analíticas, mesmo com alguns avanços entre 2007 e 2011, o que nos motivou a retomar o tema como centro da pesquisa para a elaboração da nossa tese de livre-docência, com perspectiva de ser apresentada nos próximos anos.

Entendemos que a história da ciência requer a compreensão do movimento de mudança no uso das categorias, das abordagens teórico-metodológicas, dos temas de pesquisa, do significado das instituições de ensino e de pesquisa.

² Vide Suzuki (2007). O texto teve republicação na Revista Colombiana de Geografia/Cuadernos de Geografia (Vide SUZUKI, 2008), bem como parte da análise foi utilizada em texto de 2011 (Vide SUZUKI, 2011).

Tomamos, como norte, para a discussão das mudanças nas tendências teórico-metodológicas e da conformação das redes de pesquisa, a indicação de José de Souza Martins (2000, p. 94): “Na investigação científica, os novos problemas surgem sempre da possibilidade de novas indagações, propostas justamente a partir da consciência dos ‘vazios’ contidos nos sistemas de conhecimento [...]”.

Assim, cabe indagar-se, de forma profunda, acerca dos novos problemas que instigaram os pesquisadores a negarem tradições consolidadas e institucionalizadas na forma de produzir o conhecimento, propondo outros caminhos, novos temas, diferentes categorias de análise.

Tomando como referência a Geografia Agrária brasileira, indagamo-nos, inicialmente, acerca de sua gênese, de suas grande mudanças em termos de abordagens, para que pudéssemos construir um quadro inicial de debate, a partir do qual seria possível o aprofundamento dos liames mais finos de produção das redes de pesquisa e seu significado na definição de novas abordagens teórico-metodológicas.

Em que pese o cuidado de não ler a história da Geografia Agrária a partir da camisa de força dos rótulos já edificadas em leituras anteriormente realizadas, sem, no entanto, as desprezar. Assim, seguiremos o que fora proposto por Manuel Correia de Andrade ao tratar da importância de abertura do estudioso ao tratar das situações a que se defronte, valorizando, sempre, a observação e o respeito à diversidade:

Ao se tentar teorizar é necessário ter uma abertura que permita a cada estudioso seguir os seus caminhos filosóficos, epistemológicos e políticos e que ele seja capaz de se adaptar a cada situação com que se defronte. Os grandes modelos podem ser utilizados apenas como referências abstratas, teóricas, mas nunca como uma meta a ser aplicada mecanicamente no trabalho científico, no campo. A observação e a preocupação com a diversificação devem permanecer no raciocínio do estudioso para atenuar o rigorismo dos modelos que quase sempre são bem elaborados, mas em geral contribuem para a alienação. (ANDRADE, 1995, p. 12).

Entendemos, como norte do método de análise da história da Geografia Agrária, que as leituras foram compostas em contextos político, econômico e técnicos específicos que permitiram e impuseram certas escolhas e possibilidades, cujas lentes de interpretação não podem seguir os princípios e os critérios da ciência do nosso tempo, mas a contemporânea à

produção do conhecimento realizado. Assim, tomamos, como princípio, a necessidade de compreender mais do que negar as leituras realizadas na história da Geografia Agrária, particularmente a brasileira.

A história da Geografia Agrária brasileira por mais que bem elaborada em vários textos – em que se sobressai a pesquisa de Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (2002), defendida como tese de doutorado em 1998 –, ainda, não foi abordada, densamente, no que se refere às redes de pesquisa que conformaram as tendências teórico-metodológicas, particularmente no que toca à gênese e à atuação dos centros de ensino e pesquisa no Brasil e seu papel na produção das abordagens em Geografia Agrária.

Preocupados com a necessidade de aprofundamento na leitura da história da Geografia Agrária, realizamos um estágio pós-doutoral na França, junto à Université Paris 1-Panthéon-Sorbonne, entre 2007 e 2008, procurando adensar a compreensão da gênese da Geografia Agrária francesa e da sua importância para a formação da Geografia Agrária brasileira.

As leituras e sistematizações foram importantes para darem conta de um primeiro momento da formação da Geografia Agrária brasileira. No entanto, ainda, muitas linhas não poderiam ser estabelecidas, sobretudo em relação à formação dos principais centros de ensino e pesquisa no Brasil; ao significado dos principais intelectuais da Geografia Agrária brasileira; às determinações que conduziram à introdução da Geografia Quantitativa no Brasil, sobretudo em Rio Claro e no IBGE; às raízes teórico-metodológicas formadoras dos intelectuais que incorporaram as tendências matemáticas e estatísticas; aos conflitos advindos das inovações teórico-metodológicas; ao rebatimento da tendência quantitativa na formação de quadros intelectuais, particularmente na pós-graduação de Rio Claro e da UFRJ (onde atuaram pesquisadores do IBGE, como Faissol e Lysia Bernardes); e às críticas ao quantitativismo e à introdução de novas abordagens teórico-metodológicas.

Assim, definimos 5 centros fundamentais de ensino e pesquisa sobre os quais deveriam recair o foco da análise: Universidade de São Paulo, UFRJ, UNESP-Rio Claro, IBGE e UFPE/Instituto Joaquim Nabuco.

O primeiro, a Universidade de São Paulo, e o segundo, a UFRJ, por conta do seu significado na institucionalização da Geografia brasileira, bem como na difusão de abordagens na leitura do campo e da agricultura. O terceiro e o quarto, a UNESP-Rio Claro e o IBGE, por conta de sua parti-

cipação na difusão da abordagem quantitativa de leitura do campo e da agricultura. E o quinto, UFPE/Instituto Joaquim Nabuco, pelo significado da produção acadêmica de dois de seus intelectuais, Manuel Correia de Andrade e Mário Lacerda de Melo, dentre outros acadêmicos.

Acerca dos 5 centros de ensino e pesquisa vale, ainda, ressaltar sua importância na participação de quadros intelectuais no Brasil.

A leitura da produção acadêmica dos intelectuais presentes nos 5 centros de pesquisa e ensino não foi suficiente para superar uma leitura muito genérica das abordagens em Geografia Agrária, particularmente em relação às gêneses e às escolhas teórico-metodológicas. Assim, em um primeiro momento, procurou-se iniciar dois outros caminhos metodológicos que não foram seguidos por Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (2002) nem por outros pesquisadores da Geografia Agrária em geral: a leitura das teses e dissertações dos centros de ensino e pesquisa, nos quais havia programas de pós-graduação ou defesas isoladas, e a realização de entrevistas com intelectuais representativos dos movimentos de gênese e renovação da Geografia Agrária brasileira ou dos centros de pesquisa tomados como foco da análise.

O levantamento bibliográfico das teses e dissertações, em Rio Claro, já está concluído, bem como iniciado o da USP e o da UFRJ, bem como a sua leitura e sistematização, sendo que a análise das teses e dissertações está sendo realizada a partir dos orientadores, com discussão das categorias utilizadas em cada pesquisa, bem como da abordagem teórico-metodológica. Já tem sido possível capturar que a relação entre orientador e orientando não é suficiente para estabelecer todos os nexos explicativos na definição da abordagem teórico-metodológica utilizada nas pesquisas realizadas, sobremaneira no que concerne ao processo que culminou na formação dos pesquisadores vinculados à Geografia Quantitativa em Rio Claro, pois praticamente todos, com exceção de Lívia de Oliveira, tiveram, como orientador formal, os professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. No entanto, os pesquisadores de Rio Claro foram os que iniciaram, quase concomitantemente com o IBGE, a introdução da Geografia Quantitativa, negada pela grande maioria dos professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Situações semelhantes têm sido verificadas, também, entre os trabalhos orientados pelos pesquisadores das várias instituições pesquisadas, por mais que a força teórico-metodológica do orientador, na grande maioria

das situações, apareça como linha mestra na definição da abordagem seguida pelo orientando, o que não anula a relação proposta de análise das pesquisas a partir dos orientadores, mas requer um refinamento da análise, o que esperamos alcançar com o uso das entrevistas, em histórias de vida e testemunhos.

Entrevistas iniciais já foram feitas com Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Antonio Carlos Robert Moraes, Carlos Augusto de Figueiro Monteiro, Bertha Koiffmann Becker, Elza Coelho de Souza Keller, Livia de Oliveira, Antonio Olívio Ceron, Miguel Cezar Sanchez, Adilson Avansi de Abreu, Fany Davidovich, Pedro Pinchas Geiger, Liliana Laganá, Adyr Aparecida Balastreri Rodrigues, Lia Osório Machado, Jacob Binsztok, Júlia Adão Bernardes, Álvaro Luiz Heidrich, Ana Maria Marques Camargo Marangoni, Antonio Carlos Castrogiovanni, Dirce Maria Suertegaray, Dora de Amarante Romariz, José Borzacchiello da Silva, José Bueno Conti, Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, Maria do Carmo Corrêa Galvão, Mário de Biasi, Roberto Lobato Corrêa, Rosa Ester Rossini, Rosa Maria Vieira Medeiros, Zeny Rosendahl, Vera Miorin, Vera Lúcia Salazar Pessoa, Juergen Richard Langenbuch, Beatriz Soares Pontes, Gervásio Rodrigues Neves, Manoel Calaça, Suíse Monteiro Leon Bordest, Aldo Paviani, Bernardo Mançano Fernandes, Raul Borges Guimarães. No entanto, algumas outras ainda precisam ser realizadas para capturar nuances do movimento de transformação da Geografia e da Geografia Agrária brasileiras.

As entrevistas estão sendo realizadas, com o auxílio de gravador digital, seguindo orientações propostas por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991), particularmente em relação ao cuidado para que não ocorra o direcionamento do interlocutor com base em posição político-acadêmica do entrevistador, a partir de roteiro semiestruturado, em que se tem como norte: origem familiar, formação acadêmica, vivência institucional, significado da orientação à pesquisa e dilemas da docência.

Toma-se, então, como fundamento da entrevista o seu significado na recuperação da memória social, particularmente a acadêmico-institucional, tal qual realizará Peter Gould e Forrest Ralph Pitts (2007), em *Geographical Voices*.

A memória fornece elementos importantes para “confrontos e reivindicações” de toda a sorte como nos aponta Ulpinano T. Bezerra de Meneses (1992), não devendo “ser confundida com seus vetores e referências objetivas”, nem considerada como sua substância redutível a um pacote de recordações,

previstas e acabadas. Pelo contrário, a memória é “um processo permanentemente de construção e reconstrução, ou seja, *‘um trabalho’*”, sendo que a “elaboração da memória se dá no presente para responder a solicitação do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar.” (MENESES, 1992, p. 10-11).

Desta maneira, a memória se situa na fronteira entre a História e o mito, fazendo analogia com uma espécie de trabalho artesanal que alcança uma profundidade quase mítica e mística que, na maior parte das vezes, não depende do discurso científico (BENJAMIN, 1987, p. 220). Em consequência desta linha tênue entre o histórico e o mítico, há um resgate de um modo de vida que longe de ser uma cópia mimética daquele antigo cotidiano vivido, vem à tona como um mosaico de fragmentos, em que a memória, hábito de caráter mais pontual e utilitário, dá lugar à memória sonho, em que o passado ressurge não como o acontecimento de um fenômeno fidedigno do que realmente foi, mas, sim, como uma reelaboração do acontecido, (re) significando as experiências vivenciadas no tempo e espaço do presente.

De tal sorte que a memória reavivada traz em si uma dinâmica não cristalizada, envolvendo um diálogo recíproco entre o passado e o presente vivido, sendo a envolvente narração da experiência vivida e recriada pelo sujeito interlocutor (BENJAMIN, 1987, p. 197), fundamental para a reconciliação entre o momento vivido e o momento lembrado, trazendo o sentido destas lembranças narradas para a inserção do interlocutor no tempo e espaço presentes (DIEGUES, 2005, p. 33).

Assim, na dialética entre o passado e presente, há uma não linearidade dos fatos, dando abertura a um universo permeado de contradições, no qual a tese e a antítese, o sim e o não podem ser apreendidos (BOSI, 2004, p. 32-33).

A percepção do mundo vivido e os valores e ações inseridos no tempo e espaço do presente, que são fatores determinantes para a identidade dos sujeitos, se encontram com a lembrança mediada pela memória do narrador; que traz na maior parte das vezes “[...] Um ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira o narrador é um homem que sabe dar conselhos.” (BENJAMIN, 1987, p. 200).

Remetendo-nos novamente a Benjamin (1987), há uma correspondência entre o trabalho manual e a narrativa, pois a voz, a alma e o corpo propriamente dito interagem simbolicamente de maneira que

[...] a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito [...]. (BENJAMIN, 1987, p. 220-221).

Ainda, devemos salientar que a memória interfere no curso da vida, pois a torna menos alienante e reificada, pois exerce “[...] uma função decisiva na existência, já que ela permite a relação corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no curso atual das representações.” (BOSI, 2004, p. 36).

As lembranças vividas permitem a (re)significação do passado que pode servir como um instrumento de recriação identitária, possibilitando a preservação e a incorporação de novos elementos materiais e imateriais, pois a memória, como afirma Ecléa Bosi (2004, p. 34), consiste em um aprendizado para o futuro e aufere extrema importância para os mais velhos, permitindo “[...] despertar-lhe outra vez o gosto pela vida.”.

Corroborando a importância da memória como fonte importante para reconstrução do passado, a posição de José de Souza Martins é contundente:

A narrativa da memória é um modo de reatar os fios soltos da existência, de vasculhar conexões e rupturas, de rever o que foi ficando à margem da vida, perdendo sentido aos poucos, as irrelevâncias de tantas alternativas que não vingaram, que teriam levado a história pessoal para outros rumos. A memória é a sua própria circunstância. A memória dos que viveram transições sociais e históricas acaba sendo a memória dos muitos eus que cada um é, as diversas vidas que ganhamos, mas também as várias mortes que sofremos com o passar do tempo. A memória é, ainda, a memória dos esquecimentos que podem ser encontrados nas descontinuidades das lembranças, na carência de sentido de aspectos muitos e diversos da história pessoal. (MARTINS, 2011, p. 447).

As lembranças dos entrevistados estão inseridas na reelaboração do passado como indivíduo e como sujeito social partícipe da produção da Geografia brasileira. Como indivíduo, ao ser interpelado sobre sua história de vida, elaborando um relato sobre sua existência, reconstituindo os acontecimentos que vivenciou e transmitindo suas experiências (QUEIROZ, 1988, p. 20); como sujeito social, ao realizar testemunhos, informando algo de que efetivamente presenciou, experimentou ou conheceu (QUEIROZ, 1988, p. 21).

A credibilidade das histórias de vida e dos depoimentos será auferida a partir do cotejamento com outros realizados com entrevistados em mesma situação histórica, bem como pela aferição com outras fontes documentais ou bibliográficas.

A transcrição das entrevistas segue o padrão de uso da norma culta, sem a indicação de marcadores conversacionais, como repetições de palavras, hesitações, pausas, dentre outros, pois o que importa para a pesquisa é a informação acerca da vida dos indivíduos, do contexto acadêmico de que participou e de sua inserção intelectual. Assim, seguimos os preceitos da transcrição propostos por José Carlos Sebe Bom Meihy e Suzana Lopes Salgado Ribeiro (2011), em que se evidencia a necessidade de reconstruir o discurso oral quando passado para o código escrito.

Um cuidado a mais, ainda, está sendo levado em conta, o de disponibilizar a transcrição ao entrevistado para supressões, acréscimos e mudanças na estruturação das orações, frases e parágrafos, permitindo que seja dado ao público somente o que for adequado para o indivíduo, na estrutura gramatical que lhe convier, o que deixa a seu encargo a decisão do que pode ou não constrangê-lo física ou moralmente.

Além das entrevistas, fundadas em histórias de vida e em testemunhos, ainda levaremos em conta os memoriais de concurso de livre-docência, de ingresso ao magistério público e de professor titular. Os memoriais se definem, assim, como autobiografias intelectuais, em que a liberdade de escrita difere da entrevista ao permitir encaminhamentos próprios do narrador, sem a mediação do pesquisador, conforme salientou Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988, p. 23), por mais que realizada, sempre, para um público específico, com informações selecionadas, em que a falta de linearidade da vida é superada pela coesão proposta pelo indivíduo que delineia sua trajetória acadêmico-pessoal.

Outra fonte importante, ainda, na perspectiva das trajetórias intelectuais, será a de entrevistas já fornecidas pelos intelectuais brasileiros, publicadas em diversos meios, em que pese a contribuição do acervo já constituído em diversos números das Revistas *Geosul* e *Paisagem*, bem como o *Boletim Paulista de Geografia*.

A pesquisa, ainda, se fundamenta em levantamentos institucionais junto ao Setor de Recursos Humanos dos centros de pesquisa e ensino, particularmente no que concerne à formação dos pesquisadores e período de atuação profissional.

Tentar-se-á, também, tomar contato com as fotografias de arquivos privados, permitindo rememorar situações que marcaram as trajetórias intelectuais dos entrevistados.

Por fim, não há como fugir dos trabalhos importantes, publicados pelos pesquisadores, para a compreensão do contexto acadêmico-institucional em que se inserem, mas diferente de Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (2002), cuja pesquisa tratou de textos completos e resumos publicados em anais, bem como de artigos. Em nosso caso, tomaremos como referência somente os artigos, por se constituírem em textos com maior profundidade e cuidado analíticos, de forma geral, requeridos pelas comissões científicas dos periódicos. Em situações excepcionais, em trabalhos de reconhecido valor acadêmico para a compreensão dos contextos acadêmico-institucionais e da difusão das abordagens teórico-metodológicas, levaremos em consideração textos completos publicados em anais de eventos científicos. Os resumos, por seu caráter, extremamente simplificado, com ausência de referências, bem como de detalhamento da metodologia e dos resultados, o que impossibilita, em grande parte, a discussão da abordagem teórico-metodológica, não serão utilizados.

Assim, o que se objetiva, em termos gerais com a pesquisa de livre-docência, é compreender as mudanças de abordagens da Geografia Agrária brasileira, a partir da formação das redes de ensino e pesquisa, de 1934 a 2010, tomando como referência 5 centros fundamentais de ensino e pesquisa: Universidade de São Paulo, UFRJ, UNESP-Rio Claro, IBGE e UFPE/Instituto Joaquim Nabuco.

Últimas Palavras

A história oral, em nossa vida acadêmica, foi se substancindo e nos aproximando do diálogo fundamental com o Núcleo de História Oral da Universidade de São Paulo, cujo debate teórico, metodológico e político tem nos feito pensar nossa prática como docente, pesquisador, orientador e cidadão.

Mesmo que o percurso seja o que nos forma, a certeza de que passos importantes foram dados nos impõe a prosseguir no processo de amadurecimento intelectual na compreensão das possibilidades e dos limites que a história oral pode colocar para o pesquisador das Ciências Humanas no Brasil e, particularmente, para os da Geografia.

Em nosso caminho, a certeza que fica é a de que muito do que conseguimos interpretar das dinâmicas espaciais não teria sido possível com o uso restrito dos documentos escritos. Assim, a história oral não só coloriu os nossos textos de inúmeras cores, mas deu densidade argumentativa em relação às relações constituídas pelas inúmeras vozes presentes em nossas análises.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 3-13, 1995.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. **Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura** (Obras escolhidas). São Paulo: Brasiliense, 1987, v. 1, p. 197-221.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. História e memória Caiçara. In: _____. (Org.). **Enciclopédia Caiçara: história e memória Caiçara**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/CEC/USP, 2005, v. IV, p. 29-44.

_____. ; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

_____. **O mito moderno da natureza intocada: populações tradicionais em unidades de conservação**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993.

_____. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia: Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: UNESP, 2002.

GOULD, Peter; PITTS, Forrest Ralph (Ed.). **Geographical voices**. 6. ed. New York: Syracuse, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Uma arqueologia da memória social: autobiografia de um moleque de fábrica**. Cotia: Ateliê, 2011.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades e famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

_____. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43.

RANGEL, Kátia Souza. **De bairro rural a território quilombola**: um estudo da comunidade do Mandira. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

SOUSA, Alexsandro Alexandre Gomes de. **Limites da propriedade privada absoluta**: luta das comunidades quilombolas Poça e Peropava pelo direito de posse no Vale do Ribeira/SP. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

SUZUKI, Júlio César. Percursos teórico-metodológicos da Geografia Agrária brasileira: da formação à autonomia intelectual. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Gláucio José (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 23-40.

_____. Geografía agraria brasileña: génesis y diversidad. **Cuadernos de Geografía/Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá-Colombia, Universidad Nacional de Colombia, n. 17, p. 63-75, 2008. ISSN 0121-215X.

_____. Geografia Agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, Gláucio; BUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. p. 17-39.

_____. **De povoado a cidade**: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1997. 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

TESORO, Luci Léa Lopes Martins. **Rondonópolis-MT**: um entroncamento de mão única; O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902-1980). 1993. 565 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993. 2. v.



Museu da Pessoa: o que fazer com as dúvidas?

Karen Worcman¹

RESUMO: Este artigo apresenta a trajetória do Museu da Pessoa, um museu virtual de histórias de vida fundado em São Paulo em 1991. Parte das experiências que deram origem à iniciativa e aprofunda as questões conceitual, metodológica e contextuais que permearam esta trajetória ao longo dos últimos 20 anos. As questões abordadas abrangem desde as posturas de entrevistadores até o papel de produção, coleta e preservação de histórias na Internet hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Museu da Pessoa, História de Vida, Metodologia, Tecnologia Social de Memória, Internet.

ABSTRACT: This article presents the trajectory of the Museu da Pessoa, a virtual museum of life stories based in Sao Paulo in 1991. Some of the experiences that gave rise to the initiative and deepens the issues conceptual, methodological and contextual that permeated this trajectory over the past 20 years. The issues dealt with the attitudes of interviewers to paper production, collection and preservation of stories on the Internet today.

KEYWORDS: Life Story, Methodology, Social Technology, Memory, Internet.

¹ Fundadora e diretora do Museu da Pessoa.

Biografia de uma Ideia

Toda prática deriva de uma ideia. Toda prática resulta de um conjunto de experiências, individuais e/ou coletivas, sistematizadas. Da cozinha à academia. Um bom bife é, por exemplo, resultado de uma ideia seguida de uma série de tentativas e erros realizada ao longo da história. O Museu da Pessoa nasceu de uma ideia. São 20 anos de história que nos permitiram sistematizar algumas práticas. Tal sistematização – por nós denominada Tecnologia Social de Memória² – constitui o cerne de nossa metodologia. Neste artigo irei explicitar a ideia e as formas de como esta metodologia veio se construindo. Como no caso do bife, a história do Museu da Pessoa está plena de tentativas e erros. Neste sentido tentarei pontuar como, ao longo dessa trajetória, lidamos com a tensão permanente entre a ideia e a prática e de como, ao longo dos anos, novos desafios e dúvidas foram surgindo. Neste sentido, não é um artigo conclusivo, mas um texto reflexivo que apresenta algumas questões que provocam a prática e a ideia do Museu da Pessoa hoje.

A Origem

Entre 1984 e 1990, quando eu ainda era estudante de História na Universidade Federal Fluminense e de mestrado de linguística na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tive duas grandes oportunidades de trabalho: participar de uma pesquisa realizada no Instituto de Fotografia da Funarte sobre a vida e obra de José Medeiros, um dos maiores repórteres fotográficos do Brasil e coordenar o segmento de História Oral do Projeto Heranças e Lembranças³: a história dos judeus imigrantes no Rio de Janeiro. Os dois projetos tinham como base entrevistas orais. Nas mais de 100 entrevistas que realizei naquela época, três fatores me chamaram especial atenção: a singularidade presente na narrativa de cada entrevistado, o impacto que uma entrevista tem para o entrevistado e o potencial que um acervo de história de vida de pessoas comuns pode ter. Estes três fatores acabaram, de certa forma, por inspirar as premissas que deram gênese ao trabalho do Museu da Pessoa.

² Esta metodologia está descrita no livro TECNOLOGIA SOCIAL DA MEMÓRIA: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2010. A publicação está em pdf no site do Museu da Pessoa www.museudapessoa.net.

³ Este projeto – que durou de 1987 a 1991, resultou na construção de um acervo, uma exposição no Museu Histórico Nacional e uma publicação (WORCMAN, 1991).

Sobre a Singularidade de cada Narrativa

Na pesquisa sobre José Medeiros, o foco era identificar, por um lado, a importância da Revista O Cruzeiro para o surgimento do fotojornalismo no Brasil (assim como sua decadência) e, por outro, registrar a trajetória de José Medeiros tal como vivida e percebida por ele assim como por seus pares. De início, com uma lista de pessoas a serem entrevistadas⁴, eu saía com um gravador na mão e, nas entrevistas, fazia perguntas temáticas: Qual a importância de José Medeiros e da Revista O Cruzeiro? Por que a Revista havia decaído? etc. As respostas eram muito gerais e beiravam o óbvio. Eu me frustrava com o resultado. Então, de forma quase que intuitiva, desloquei o foco da entrevista e passei a explorar a trajetória de vida de cada entrevistado. As respostas começaram a ficar mais ricas, surgiram histórias pessoais e as percepções sobre aquele momento e sobre a Revista se tornaram extremamente ricas e originais. Muitas vezes contraditórias. As causas da decadência da Revista, por exemplo, eram identificadas por cada entrevistado segundo o significado que este fato tinha tido na sua própria vida. Este mesmo processo se repetiu muitas e muitas vezes quando passei a realizar as entrevistas com imigrantes judeus. As histórias e suas versões tornaram-se ainda mais ricas de contradições. O entrevistado, sua vida, a singularidade de cada narrativa ocupavam, cada vez mais, o centro do palco.

Sobre o Impacto da Entrevista

Peter Coleman (1994, p. 9) afirma que a necessidade de narrar a própria história existe desde o princípio da vida, mas que esta necessidade se torna cada vez mais essencial com a chegada da meia idade. O autor pontua que, muitas vezes, na sociedade ocidental, as pessoas parecem ter apenas um breve roteiro sobre suas vidas. Quase que um papel em branco. Este fator deriva, muito provavelmente, de sentirem que suas experiências de vida têm pouco valor para os outros. Assim pouco se empenham em “recontá-las”. No entanto, segundo o mesmo autor “permitir que uma pessoa tenha sua própria voz e uma oportunidade para construir uma expressão pessoal sobre sua vida são pré-requisitos para que ela adquira um senso de controle sobre a própria vida”.

⁴ Foram entrevistadas pessoas como Walter Firmo, Luis Carlos Barreto, Cacá Diegues, Armando Nogueira, Lauro Escorel entre outros.

Falar sobre o impacto que uma entrevista de história de vida tem sobre um entrevistado é algo quase que redundante para aqueles que trabalham com História Oral. Muitas vezes, no entanto, os pesquisadores estão mais preocupados com o tipo de conteúdo trazido pelas entrevistas. Mesmo que de forma pouco intencional, os entrevistados são tidos como “informantes” e esquecemos de valorizar o processo em si. Um processo riquíssimo e valioso. Por inúmeras e inúmeras vezes vi entrevistados se “transformando”, mudando seu jeito de pensar sua própria vida ao “recontar” sua história. Talvez o entrevistado que melhor tenha resumido este impacto foi Paulo Freire⁵ que disse: “as histórias de mim mesmo me ajudaram a entender as tramas das quais fiz parte.”.

Sobre o Acervo

O valor museológico de um acervo constituído por memórias individuais já se tornou um fato amplamente aceito, ainda que tenha sido objeto de muitas discussões na academia (ainda hoje é um fator polêmico). Gostaria aqui de deslocar um pouco a discussão tradicional sobre o valor deste tipo de fonte (algumas questões recorrentes como a subjetividade e a parcialidade presentes nos depoimentos, a manipulação da narrativa pelos narradores e por aí vai). Mas, além de já estar amplamente discutido⁶, creio que o que mais me chamou atenção durante o período em que realizei minhas primeiras entrevistas foram as possibilidades de comparação entre as narrativas. Certamente que somos seres históricos e que nossas narrativas estão permeadas por nossa experiência social como belamente afirma Elizabeth Tonkin que diz que “distinguir o individual do social em qualquer ser humano é como tentar separar os dois lados de um papel” (TONKIN, 1992, p. 102).

Mas existe um aspecto ainda mais apaixonante em um acervo de histórias de vida: seu teor humano, demasiadamente humano. Para além das possibilidades de análise histórica e social que uma ou várias histórias de

⁵ Paulo Freire foi entrevistado para o Museu da Pessoa em 1992, durante o projeto Memória Oral do Idoso, realizado na Oficina 3 Rios da Secretaria de Estão da Cultura de São Paulo. Sua entrevista na íntegra está em <http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=84>.

⁶ O capítulo “Historiadores e História Oral” do livro clássico de Paul Thompson (1992), “A voz do passado”, apresenta de forma bastante precisa o processo histórico de como as fontes orais foram levadas a segundo, terceiro, quinto plano em prol de uma crença quase que *naïf* nos documentos orais.

vida apresentam, o que de fato me fascinou naquele primeiro momento foi a forma tão pessoal, tão singular, com que cada um se debatia com sua própria história. Os pressupostos presentes no discurso, as relações de causa e efeito, as falhas de memória, a conexão entre os fatos da própria vida... Cada coisa desvelava um ser único, fascinante! Cada entrevista tornava-se um novo aprendizado para mim e uma forma de “entender”, simplesmente “entender” um outro ser humano.

Creio que estes três aspectos se tornaram bases para a ideia do Museu da Pessoa, um museu virtual que tem por objetivo constituir um espaço de registro, preservação e disseminação de histórias de vida. A proposta de ser um “museu”, de usar o nome “museu” era também fundamental na medida em que, em nossa sociedade, os museus são percebidos como instituições capazes de dar legitimidade e valor ao que consideram como tendo “valor”. Mario Chagas é bastante preciso quando diz que:

Selecionar, reunir, guardar e expor num determinado espaço, projetando-as de um tempo a outro, com o objetivo de evocar lembranças, exemplificar e inspirar comportamentos, realizar estudos e desenvolver determinadas narrativas parecem constituir as ações, que num primeiro momento, estariam nas raízes dessas práticas sociais chamadas, convencionalmente de museus... Essa inflexão é uma das características marcantes do denominado processo de musealização que, grosso modo, é dispositivo de caráter seletivo e político, impregnado de subjetividades, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuição de valores socioculturais... do imensurável universo do museável – tudo aquilo que é possível de ser incorporado a um museu – apenas algumas coisas, a que se atribuem qualidades distintivas, serão destacadas e musealizadas. (CHAGAS, 2009, p. 22).

Neste sentido, considerar que narrativas de vida, toda e qualquer narrativa de vida pudesse ser considerada parte de um “museu” tornou-se parte estruturante da ideia, na medida em que legitimava, valorizava e perenizava o que de mais precioso possuímos, que é nossa memória. Mario Vieira, entrevistado em 2000 pelo Museu resume esse sentimento ao dizer “Eu nunca imaginei participar de um Museu. Este trabalho é uma vacina contra o complexo de inferioridade.”⁷.

⁷ Mario Vieira Gonçalves foi treinado pelo museu da Pessoa em um Programa chamado “Agentes da História” que formava idosos para que entrevistassem outros idosos.

A Trajetória do Museu da Pessoa

1991-1996 – Uma rede sem rede

Podemos dizer que o início da trajetória do Museu se caracterizou pelo esforço em registrar vozes que considerávamos “excluídas” das narrativas oficiais. Aliado a isto e a um esforço muito grande de garantir a sustentabilidade da iniciativa, passamos a “explorar” produtos que disseminassem as narrativas. Data desta época os primeiros CD ROM’s, nos quais as histórias organizadas de forma temática se conectavam por meio de *links* e *hiperlinks* que tinham a função de oferecer ao leitor “noção” do contexto ao qual aquela narrativa estava inserida. Assim, a história de um clube de futebol ou do comércio na cidade de São Paulo⁸, organizadas em CD ROM’s categorizavam os entrevistados e conectavam, por meio de hipertextos, palavras e histórias com o contexto histórico.

Antes de iniciarmos as entrevistas, fazíamos pesquisas sobre o contexto, mapeamento de entrevistados e preparávamos os roteiros de entrevista. O mapeamento pressupunha contemplar a cadeia de pessoas e suas funções envolvidas em um dado tema. Por exemplo, quando nos preparávamos para contar a história do São Paulo Futebol Clube, identificamos, além dos jogadores e técnicos, quem tinha sido a primeira a cozinheira, a telefonista, os dirigentes, os torcedores, o chefe do almoxarifado. Este cuidado era fundamental e baseava-se em nossa crença de que cada narrativa é singular e resulta, em grande parte, da perspectiva de cada um. Ou seja, combinar histórias de pessoas que, envolvidas na mesma atividade, mas ocupando papéis diferentes, significa constituir um caleidoscópio de histórias e apresentar uma visão multifacetada do tema.

Deste período também surgiram programas que procuravam dar maior visibilidade à ideia e ampliar oportunidades para que as pessoas pudessem registrar suas histórias. Criamos o Programa “Museu que anda”, composto por cabines de captação de vídeo que circulavam por espaços públicos (metrô, praças, parques) e privados (empresas, shoppings, entre outros) e que, tal como um lambe-lambe, registravam pequenas histórias. Realizamos mais de 200 horas de entrevistas em cabines por todo o Brasil. A preocupação em socializar o conteúdo nos impulsionava a pensar

⁸ Projeto do São Paulo Futebol Clube.

produtos de disseminação como CD ROM's⁹, livros, exposições etc. Mas um fato veio transformar nossa prática: a chegada e a popularização da Internet no Brasil!

1997-2004 – Mudando o jeito de fazer memória

Um ano após colocar nosso primeiro site na Internet, em 1997, passamos a compreender o poder da interatividade. De início, tal qual todos os museus, reproduzimos a lógica do fluxo de informação característico dos jornais, livros e da TV. Como emissores da informação, colocamos o conteúdo das entrevistas em nosso site. No entanto, ainda em 1997, percebemos que a Internet significava uma mudança de paradigma, pois abria ao internauta a possibilidade de registrar sua própria história. Iniciamos a seção “Conte sua História”, que incentivava os leitores a participar e criar novos conteúdos para o site. Nesse momento surgiram as dúvidas: qual a diferença entre uma narrativa produzida em uma entrevista e aquela que uma pessoa escreve por conta própria, sabendo que se destina a um público amplo e anônimo? Por outro lado, qual o verdadeiro potencial de impacto socio-cultural do uso desta mídia no Brasil? Naquele momento, menos de 20% da população tinha acesso à Internet no Brasil e o crescimento frenético do uso das novas tecnologias era imprevisível.

Em meio a estas questões, mantínhamos o objetivo de expandir a rede de colaboradores. Percebíamos claramente nossos limites se nos mantivéssemos como produtores quase que exclusivos de nossos conteúdos. O que mais poderíamos fazer para disseminar a ideia? Quais os usos que as histórias de vida e a metodologia com as quais trabalhávamos potencializariam mudanças de valores? Como nossa metodologia poderia ser utilizada para que grupos sociais diversificados pudessem eles próprios, registrar suas histórias?

Decidimos ampliar o número de produtores de conteúdo e fazer com que o impacto que as histórias tinham sobre nós pudesse atingir outros segmentos da sociedade. Começamos então por programas como o “Agentes da História”¹⁰ e culminamos com a constituição do programa “Memória

⁹ Neste período, o Museu da Pessoa realizou cerca de 200 projetos nas áreas de educação, memória institucional, desenvolvimento comunitário. Produziu seis CD ROMs, 48 exposições e 46 publicações.

¹⁰ O Programa Agentes da História capacitou durante o ano de 2000, 13 idosos para que estes realizassem entrevistas com outros idosos.

Local”¹¹. Essas novas ações acabaram por resultar em novos desafios: como garantir que os entrevistados nas escolas não fossem entendidos apenas como meros “representantes” de categorias sociais. Como evitar, por exemplo, que se escolhessem apenas personagens folclóricos da região para que a entrevista fosse unicamente sobre temas tradicionais: festas, tradições populares etc? Como garantir a ideia de que o mais importante de tudo era fazer com que as crianças percebessem o valor de se escutar uma única história de vida? Percebíamos a tendência dos próprios professores – em “organizar” as narrativas e transformar os entrevistados em informantes. Este embate permanente, que se trava em cada nova cidade em que realizamos o projeto¹² exemplifica, mais uma vez, o quão transformadora pode ser a História Oral, mais precisamente a história de vida.

Por fim, ao longo deste período, muitas coisas haviam mudado no Brasil. Museus comunitários, o resgate de raízes e valorização dos patrimônios intangíveis do Brasil passaram a ser entendidos, tanto na esfera oficial e acadêmica como pelos movimentos sociais, como um eixo fundamental para o desenvolvimento social de comunidades. Face a esta questão passamos a revisitar nosso papel como Museu e a nos preocupar em “articular” as iniciativas para que as histórias se conectassem e servissem como um forte eixo mobilizador de grupos sociais diversos. Esta preocupação nos levou à iniciativa “Brasil Memória em Rede”¹³, que envolveu diretamente cerca de 100 organizações em todo país para articularem suas ações em torno da memória. Este movimento inaugurou uma nova fase para o Museu da Pessoa.

2004-2008 – Trabalhando para construir redes

Nesta nova fase, nosso esforço passou a ser o de constituir não mais apenas uma rede de histórias, mas também uma rede de organizações¹⁴. Parte deste processo implicou em sistematizar, de forma muito simples, a metodologia que usávamos, pois descobrimos que grande

¹¹ O Programa Memória Local na Escola, que conta 10 anos em 2011, trabalha formando professores e alunos do Ensino Fundamental I para que estes realizem entrevistas de história de vida de pessoas de suas próprias comunidades.

¹² O Programa Memória Local, que possui a duração de um a três anos em cada cidade, já envolveu cerca de 700 escolas e 23 mil professores e alunos em todo Brasil.

¹³ O relato da iniciativa está na publicação BRASIL (2010).

¹⁴ O resultado da iniciativa no Brasil e de outras campanhas de mobilização internacionais – como o Dia internacional de Histórias de Vida – conseguiu, ao longo dos últimos quatro anos, envolver cerca de 600 organizações (dentro e fora do país).

parte dessas organizações “praticavam” o registro de histórias, mas possuíam poucas ferramentas para processá-las e transformá-las em um acervo público e acessível. Dessa necessidade nasceu o que hoje chamamos tecnologia social das histórias, uma forma de transformar os conceitos e as ideias em práticas de forma a que grupos sociais variados pudessem apropriar-se de nossas metodologias. Foi um processo riquíssimo! Uma equipe interdisciplinar do próprio Museu da Pessoa e vários consultores reuniram-se por quase um ano para avaliar qual seria o mínimo múltiplo comum entre todos os nossos projetos. O que evitar para garantir a singularidade de cada narrativa, o impacto do processo em cada entrevistado e seu entrevistador e para que o registro das histórias se tornasse público?

A primeira grande questão foi o desafio de compartilhar com as organizações o fato de que o simples registro não garante a socialização de uma história. Também a mera guarda. Era preciso compartilhar com todos esses grupos o valor da sistematização ainda que em menor grau, do conteúdo coletado. Era preciso também sugerir produtos que pudessem ser realizados em quaisquer tipos de realidades. A tecnologia social de memória foi, neste sentido, um primeiro passo para que o Museu transcendesse, de forma efetiva, os limites de seu escopo de atuação. Mas novas questões surgiram. Novos desafios.

2008-2011 – E o museu como fica?

Fundado em São Paulo em 1991, o Museu da Pessoa hoje atua para registrar, preservar e transformar em informação histórias de pessoas e grupos de toda a sociedade. Sua missão é ser um museu virtual, aberto e colaborativo, que transforma histórias de vida de toda e qualquer pessoa em fonte de conhecimento, compreensão e conexão entre pessoas e povos. Nesse período, inspirou a criação de três museus similares fora do Brasil, articulou uma rede de memória voltada para o desenvolvimento cultural e social do país, contribuiu para a criação de campanhas nacionais e internacionais para a valorização de histórias de vida, sistematizou e disseminou metodologia. Atualmente, seu acervo está composto por cerca de 14 mil histórias que narram, de certa forma, a história do Brasil nos últimos 100 anos.

Após esta trajetória, plena de desafios e conquistas, vivemos hoje a seguinte questão: o que fazer com tudo isto? Qual é, de fato, o papel social e cultural de uma iniciativa como esta? Sobretudo em um momento em

que as novas tecnologias revolucionaram, de forma definitiva, a produção e o uso de conteúdos.

As Dúvidas

Após quase 20 anos de trabalho, as motivações que levaram à constituição do Museu da pessoa permanecem. Posso dizer inclusive que a ideia continua, de certa forma, a mesma. As práticas, no entanto, vieram sendo absolutamente desafiadoras e transformaram, muitas vezes, alguns objetivos inicialmente estabelecidos. Se, por um lado, permite perceber as limitações que a disseminação de uma metodologia impõe, por outro é fascinante vislumbrar um novo potencial de aplicação. A cada nova percepção do potencial e/ou de uma demanda que nossa atividade poderia ter, fomos tal qual um laboratório, experimentando e nos adaptando. Cada vez que púnhamos o experimento no ar, novas dúvidas, novos desafios.

Desde a origem, entendíamos que as histórias deveriam se conectar em uma rede, acessível e pública. Este seria o espaço eleito para ser nosso “Museu”. Como a iniciativa precedia a Internet, começamos a explorar os recursos da época: organizar as histórias em uma base de dados e, em seguida, apresentá-las em quiosques multimídia e em CD ROM’s. Para tal, não bastava apenas registrar e acondicionar as histórias (a maior parte das entrevistas foram gravadas em vídeo). Era necessário transcrever, processar, revisar, indexar e apresentá-las de forma lúdica e interativa para o público. Definimos que cada entrevista constituía uma unidade do acervo – uma “obra” – formada pela gravação em áudio ou vídeo da entrevista, a transcrição e edição de cada narrativa que era, por sua vez, acompanhada do que denominávamos material complementar – fotos e documentos – também unitariamente digitalizados e catalogados. Surgiu a questão de onde acondicionar cada uma das unidades de acervo. Passamos então a conceber uma base de dados que permitisse que o conjunto das histórias fosse acessado segundo o objetivo do público. Os campos estabelecidos para a primeira base de dados incluíam nome, sobrenome, data e local de nascimento, formação, nome do cônjuge, atividade do cônjuge, número de filhos, estado civil, nome e profissão dos pais, atividade atual, observações. Além disso, fazia-se uma sinopse, uma biografia e uma indexação de cada entrevista. Cada foto e/ou documento era catalogado incluindo dados como local, data e tipo de evento, descrição, personagens,

histórico da foto/documento, créditos e observações. Quanto ao processo de indexação, trabalhamos por alguns anos categorizando trechos dos depoimentos com vocabulários controlados, de forma a permitir uma busca cruzada na base de dados. Não é necessário dizer o quão trabalhoso é todo este processo e, quando envolve uma equipe maior, como é difícil constituir parâmetros de qualidade do tratamento do material. Ao longo de nossa trajetória fizemos três grandes esforços para construir bases de dados consistentes. A primeira precedia a Internet e a última – realizada em 2003 – tornou-se a base que estrutura o atual portal do Museu.

No entanto, apesar de todos nossos esforços, os desafios se multiplicaram. A Internet e as redes sociais mudaram definitivamente o papel dos indivíduos na produção de conteúdos, o que impactou na produção coletiva da memória. O avanço das tecnologias, a globalização e a transformação das formas de comunicação nos últimos 20 anos vêm transformando a dinâmica de produção de informação e cultura no mundo. Iniciativas como a Wikipédia, com cerca de 330 milhões de acessos por mês, o Youtube, as mídias sociais e os blogs (existem 27,3 milhões no mundo, e são criados 70 mil diariamente) transformaram o papel dos indivíduos na produção e disseminação de informação e as histórias de pessoas reais passaram a ter um papel decisivo para a sociedade. Um único vídeo visto por 338 mil pessoas ao redor do mundo foi capaz de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para o que acontecia no Irã. Recentemente, uma novela de televisão utilizou histórias pessoais de superação de desafios para inspirar e mobilizar a sociedade brasileira, atingindo cerca de 86 milhões de pessoas. Hoje, a ideia de que histórias de vida podem constituir um patrimônio para a humanidade, e de que preservá-las e disseminá-las é uma forma importante de promover a mudança social deixou de ser tão inusitada. Blogs, programas de televisão, rádio e livros passaram a ter como parte de seu conteúdo a experiência de pessoas e grupos sociais diversificados.

Esses fatores nos levaram e nos levam, cada vez mais, a revisitar as premissas conceituais que inspiraram o surgimento do Museu e uma série de novos questionamentos surgiram. Como transformar isto em informação de fato? Como garantir que o impacto das narrativas, tanto no processo de captação quanto na sua disseminação, não se perca e caia em práticas que banalizem o processo e tornem os conteúdos apenas dados dispersos em um mar de informações sem critério e hierarquia?

Segundo Paul Longley Arthur (2009), desde 2003 o ambiente digital se transformou de tal forma que aqueles que trabalham com biografias, histórias de vida jamais poderiam prever. A web 2.0 e as novas tecnologias permitem novas maneiras de se gravar histórias de vida. Câmeras embutidas nos celulares registram histórias pessoais que são acessadas por milhões no Youtube. Definitivamente, houve uma inversão da lógica de captação de histórias de vida. Hoje, o público produz suas histórias. Poderíamos dizer que se trata de um fenômeno absolutamente paralelo ao processo de construção de acervos orais, cuidadosamente construídos. Mas, pelo menos no que tange à ideia original do Museu da Pessoa – constituir uma rede de histórias que envolvesse de forma ampla, geral e irrestrita toda e qualquer pessoa da sociedade – são fatores que favorecem a ideia original, ao mesmo tempo em que desafiam as mesmas premissas conceituais que inspiraram a construção do Museu.

Tal qual mencionado no início, a metodologia adotada no Museu da Pessoa pressupõe que a narrativa de cada pessoa constitui a expressão de sua singularidade. Entrevistá-la é estimulá-la a produzir sua narrativa. Cada entrevistado não é entendido como uma mera fonte de “informações” sobre o assunto, mas sim como uma pessoa que de alguma maneira vivenciou um pedaço de um momento histórico e que se apropriou de forma pessoal de seu significado. Apesar de considerarmos o entrevistado o autor principal de uma narrativa e darmos a ele o espaço para que determine o ritmo, o estilo e o conteúdo do que vai narrar, achamos que o sucesso da entrevista depende muito da relação estabelecida entre entrevistado e entrevistador. Neste sentido, o roteiro é entendido apenas como um guia, um apoio. O foco é a escuta. Se o processo for profundo para o entrevistado, certamente teremos uma narrativa de qualidade, mas se for banalizado seja pelo entrevistado seja pelo entrevistador teremos, certamente, uma narrativa menos consistente. Quando invertemos toda a lógica de captação e passamos a contemplar, de fato, os internautas como os maiores colaboradores para a construção do acervo do Museu da Pessoa, evidente que o processo muda. Será que a qualidade das narrativas é a mesma? O que dizer do impacto causado pela entrevista em si? O nível de reflexão, avaliação e síntese propiciado pela entrevista é mantido quando alguém senta e escreve sua própria história? O que perdemos e o que ganhamos com essa inversão?

É fundamental avaliar as novas oportunidades que o mundo digital trouxe para a produção e uso de nossas memórias. Os círculos de histórias,

tradicionais em sociedades orais, foram revitalizados como base para produção de histórias digitais, um recurso utilizado para mobilização de grupos sociais em todo mundo (LAMBERT, 2009). Segundo Joanne Garde-Hansen (2011) o Youtube, o terceiro site mais visitado da Internet, tornou-se um ambiente para que escritores, artistas, advogados, empreendedores sociais pudessem atuar sem a necessidade de infraestruturas das grandes instituições. O mesmo ocorre com a produção de memórias pessoais. São novas formas de registro, preservação e, sobretudo, distribuição das memórias. Os conteúdos refletem produções variadas e a questão de como acessar todo este material só se amplia. Mas, a principal questão é sobre a qualidade. Como comparar este tipo de material com o produto de entrevistas cuidadosamente realizadas, transcritas e indexadas? Por outro lado, essas mesmas tecnologias permitiram que aquelas bases de dados, altamente estruturadas e custosas, fossem simplificadas. Talvez as buscas tenham se tornado menos sofisticadas, mas certamente o potencial de ampliar o acesso às histórias é incomparável.

Conclusão

Procurei, ao escrever este artigo, entender que a trajetória metodológica e de realizações do Museu da Pessoa não reflete necessariamente todas as concepções, objetivos e ideias de quando comecei esta empreitada. Certamente os resultados de tudo que fizemos envolveram, além das minhas ideias iniciais, as contribuições de toda uma equipe, que possuía o mesmo empenho e compromisso pela iniciativa. No entanto, apesar de tantas dúvidas, uma certeza se consolidou. Uma certeza que garantiu o envolvimento da equipe e de muitos que compartilharam dessa aventura ao longo desses 20 anos: o poder transformador de ouvir uma boa história e a magia que essa escuta produz em cada um de nós. Creio que todo nosso esforço veio da crença de que este poder transformador não se restrinja apenas a nós, mas que se espalhe e contamine muitos e muitos outros.

Referências Bibliográficas

ARTHUR, Paul Longley. Saving lives: digital biography and life writing. In: GARDE-HANSEN, Joanne et al. (Ed.). **Save as...** digital memories. Great Britain: Palgrave MacMillan, 2009.

BRASIL memória em rede: um novo jeito de conhecer o país. São Paulo: Museu da Pessoa; Itajaí: Casa Aberta, 2010.

CHAGAS, Mario. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MINC/IBRAM, 2009.

COLEMAN, Peter. Reminiscence within the study of ageing: the social significance of story. In: BORNAT, Joanna (Ed.). **Reminiscence reviewed**: perspectives, evaluations, achievements. Buckingham: Open University Press, 1994.

GARDE-HANSEN, Joanne. **Media and memory**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

LAMBERT, Joe. **Digital storytelling**: capturing lives, creating community. 3. ed. Berkeley: Digital Diner Press, 2009.

TECNOLOGIA social da memória: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2010.

THOMSPON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TONKIN, Elizabeth. **Narrating our pasts**: the social construction of oral history. New York: Cambridge University Press, 1992.

WORCMAN, Susane (Coord.). **Heranças e lembranças**: imigrantes judeus no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ARI/CIEC/MIS, 1991.

Audiovisual e história oral: utilização novas tecnologias em busca de uma história pública

Marcela Boni Evangelista¹

Marta Gouveia de Oliveira Rovai²

Suzana Lopes Salgado Ribeiro³

RESUMO: O artigo aborda as relações estabelecidas pelo fazer da história oral e os registros audiovisuais na contemporaneidade, apresentando um balanço de trabalhos que vêm sendo produzidos. Além disso, o texto aborda como tais trabalhos negociam seus resultados junto a seus entrevistados para a produção de textos, considerando na escrita a performance do momento da entrevista. Apresenta, por fim, a possibilidade deste fazer desaguar em resultados mais ligados à produção de uma história pública

PALAVRAS-CHAVE: Fontes Audiovisuais, Performance, Narrativas, História Pública, História Oral.

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). Membro da Comissão Editorial Executiva da **Oralidades: Revista de História Oral**. E-mail: marcela.boni@gmail.com.

² Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). Membro da Comissão Editorial Executiva da **Oralidades: Revista de História Oral**. E-mail: martarovai@usp.br.

³ Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Paulista – UNIP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP). Membro da Comissão Editorial Executiva da **Oralidades: Revista de História Oral**. E-mail: suzana.ribeiro@falaescrita.com.br.

ABSTRACT: The article discusses the relations established by doing oral history and audiovisual records in contemporary, showing a balance of work that has being produced. Moreover, the text deals with some discussions on how such work negotiate their results with their interviewees, for the production of written texts considering the performance present at the interview moment. Finally, it displays about the possibility of produce a knowledge more connected to a public history.

KEYWORDS: Audiovisual Sources, Performance, Narratives, Public History, Oral History.

A história oral enquanto conjunto de procedimentos que vem se estruturando a partir de condições técnicas do mundo moderno, tem sua origem no surgimento da possibilidade de registro através de gravadores de áudio. Ainda que as fontes orais tenham sido utilizadas ao longo da História, diferenciamos a questão do registro em suportes das novas tecnologias como específicas deste novo fazer da história oral, o qual será abordado neste artigo. Os desdobramentos possíveis a partir dos novos equipamentos da cultura digital para o registro de experiências nos convidam a refletir sobre as transformações mais recentes no âmbito da oralidade.

Nesta direção, é importante refletir sobre documentos para a história oral e, portanto, pensar o quanto estas novas tecnologias influenciam ou possibilitam seu fazer carregando elementos de pós-modernidade e de liquidez presentes no mundo contemporâneo. Crescem formas alternativas de documentação, como os documentários em vídeo, compilações iconográficas e as próprias entrevistas de história oral. Estes documentos dialogam com a contemporaneidade por serem produzidos por equipamentos modernos – câmeras e gravadores digitais – mas, mais do que isso, são também “descontínuos”, “auto-reflexivos” (GIDDENS, 1991, 2002) e “líquidos” (BAUMAN, 2001) como seu próprio tempo.

A modernidade é inseparável de sua “própria” mídia: os textos impressos e, em seguida, o sinal eletrônico. O desenvolvimento e expansão das instituições modernas está diretamente envolvido com o imenso aumento da mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciam. [...] As imagens visuais que a televisão, o cinema e os vídeos apresentam sem dúvida criam texturas de experiência via mídia que não estão disponíveis na palavra impressa. (GIDDENS, 2002, p. 29-31).

Em vista do impacto do sinal eletrônico e das novas mídias, é importante que os novos documentos promovam o debate sobre subjetividade, pluralidade, diversidade complexificando a produção do conhecimento, uma vez que oferecem novas versões e protagonistas aos processos históricos. Também se pode relacionar esta descontinuidade e liquidez com um processo econômico e político característico da sociedade da informação (CASTELLS, 2007), que também é vivido na história oral. Isso tem relação com a busca de formas alternativas de documentação e explicação do mundo. Daí a ideia da história oral como uma nova forma de produção de

documentação e conhecimento sobre a contemporaneidade. Nessa medida, é possível afirmar que a história oral:

Vinculada ao uso dos meios eletrônicos, a junção de entrevistadores e entrevistados dimensiona nova forma de se produzir textos resultantes de pesquisas realizadas no tempo real da apreensão. Isso também joga luzes nos processos de preservação, arquivamento e uso de documentos dispostos às análises do social. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 22).

Se o uso do gravador (PORTELLI, 1993) suscitou uma série de formulações teóricas e éticas relativas à história oral, a introdução de novos métodos de captação de histórias individuais ou coletivas acena para uma onda de discussões cujo principal objetivo é permitir que a história oral, em sua relação intrínseca com o tempo presente, absorva os novos componentes técnicos e tecnológicos do mundo contemporâneo e consiga relacionar seu uso com todo o conjunto de procedimentos já utilizados e consolidados teoricamente. A velocidade com que assistimos ao avanço das imagens, muitas vezes em detrimento da escuta e da escrita, força-nos a novos posicionamentos na elaboração do conhecimento. Evidentemente, entendemos as críticas que apontam esses meios de comunicação e sua forma de propagação de informações, bem como a vivência contemporânea nas grandes cidades como responsáveis pelo esvaziamento da noção de experiência. Nas palavras de Agamben, após retomar o que Benjamin teria afirmado em 1933, “O homem moderno volta para casa à noite extenuado por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atroz –, entretanto nenhum deles se tornou experiência.” (AGAMBEN, 2005b, p. 21-22).

Contudo, acreditamos que existe outro movimento a partir do qual pessoas antes excluídas podem, ao se apropriar destas tecnologias, contar suas histórias. Importa dizer que com a possibilidade de divulgação de vídeos via *internet* projetos de história oral que utilizam este recurso ganham maior possibilidade de circulação.

Cresce a produção de pequenos vídeos com imagens baseadas, sobretudo, em narrativas de histórias de vida e na valorização das experiências. Alguns desses vídeos, especialmente os produzidos por realizadores profissionais, possuem linguagem audiovisual profissional e sofisticada. Outros, produzidos por sujeitos engajados em suas próprias histórias e contextos comunitários, podem ser mais precários quanto aos recursos e

à linguagem audiovisual, mas guardam polifonias, contradições e ambiguidades que muitas vezes estão ocultas nas obras dos profissionais. Os vídeos provocam, emocionam, chocam, questionam, mostram imagens alternativas ao universo midiático.

Tais narrativas audiovisuais compõem universos subjetivos e identitários complexos, diversos e difíceis de serem reduzidos a esquemas de análises de ação coletiva tradicionais da sociologia ou da ciência política. Ao contrário, nos aproximam dos questionamentos sobre a polifonia das narrativas, a multiplicidade das subjetividades, e a presença constante da defesa da transmissão da experiência humana como forma de vivenciar na memória e na identidade individual e coletiva os processos de resistência, na contra-mão do contexto de destruição da experiência do contexto histórico atual. Algo bastante inovador e significativo, na medida em que se pluraliza o registro histórico ao trazer à cena novas narrativas e diferentes temáticas. Portanto, cabe pensar bases para a utilização do vídeo em história oral assim como refletir qual a sua contribuição na construção de narrativas. O uso de vídeo no trabalho com histórias orais – de vida, temática e tradição oral – coloca em debate uma série de novas preocupações sobre as relações que se estabelecem entre entrevistado e entrevistador, e os produtos da pesquisa. Uma delas é até que ponto a imagem interfere – positiva ou negativamente – na condução de narrativas e que critérios podem ser pensados para os cortes, construção e análise das mesmas. O uso de fontes audiovisuais modifica o fazer do pesquisador à medida que o coloca frente a um diferente processo de registro da performance do narrador, resultando em mudanças nos procedimentos de transcrição/transcrição do relato. Outra questão a ser levantada com as novas técnicas – e aí cabe também a utilização dos meios digitais, como a *internet* – relaciona-se com os caminhos que podem ser abertos a partir delas. Sabendo das diversas formas de aplicação da história oral, destacamos que os trabalhos com uso de vídeo devem refletir sobre questões como mediação, negociação, colaboração, devolução, transcrição, que passam a ser consideradas à luz das possibilidades oferecidas pelo uso da câmera. Inicialmente, é possível identificar ao menos duas possibilidades de utilização do vídeo em trabalhos de história oral: aqueles que preveem no projeto a utilização do recurso da captação de imagens de todas as entrevistas e os que são resultados da edição de materiais coletados em diferentes momentos da pesquisa. No primeiro caso, é necessário atentar para alguns elementos relacionados à

intimidade estabelecida entre entrevistador e entrevistado, pois “entendemos a entrevista enquanto um momento em que pontos de vista distintos se encontram. Trata-se de uma situação marcada pela interlocução e pela produção de significados novos.” (EVANGELISTA, 2010, p. 178). Parte desta produção de novos significados é privilegiada pelo vídeo proporcionar um conhecer das performances, ou comportamentos expressivos, de cada entrevistado sobre suas experiências e trajetórias de vida. Ressaltamos, para tanto, o que Paul Zumthor observou sobre a importância da oralidade em nossa sociedade (ZUMTHOR, 2007a) e observamos a existência de comportamentos expressivos que se concretizam no momento da narração de uma história de vida. Ou seja, cada sujeito conta e interpreta sua versão de uma dada experiência para pesquisadores que se tornam mediadores e utilizam recursos de uma câmera de vídeo. Esta versão vem carregada de referências de uma experiência vivida passada, mas também de efeitos discursivos que os entrevistados pretendem estabelecer e provocar nos entrevistadores que ouvem sua narrativa e nos futuros espectadores que terão acesso ao seu “documento”. Levando em consideração que o vídeo pode registrar a performance e que ela também é carregada de expressividade e significado, lembramos as palavras de Zumthor: “A performance e o conhecimento daquilo que se transmite estão ligados. A performance, de qualquer jeito, modifica o conhecimento. Ela não é somente um meio de comunicação: comunicando ela o marca.” (2007b, p. 32).

Trabalhos com vídeos-testemunhos que abordam experiências traumáticas, como a vivenciada por sobreviventes do holocausto (CLARK, 2009), permitem potencializar o registro da performance nas narrativas, como os gestos, as lágrimas e os silêncios. Ressaltando que a responsabilidade do pesquisador envolve não apenas o ouvir, mas o olhar atento, a sensibilidade para a percepção sobre o coincidente ou o destoante e o dissonante, entre fala e corpo.

[...] a História Oral e os testemunhos de traumas gravados em vídeo estão engajados no processo de recuperação da memória e da experiência através da criação de narrativas pessoais, quer seja a experiência pessoal e privada, quer seja a pública e coletiva. O projeto para a reativação da memória, do eu e da experiência compartilhada do sofrimento é especialmente valioso em face do acúmulo de conhecimentos sobre traumas e sua exposição perante vastas plateias públicas. (CLARK, 2009, p. 161).

Diante deste desafio em escutar as histórias de vida de forma mais ampla e sensível e de divulgá-las em “vastas plateias públicas” a manutenção do formato de captação de entrevistas envolvendo somente entrevistador e entrevistado acrescenta ao primeiro a responsabilidade de controlar o equipamento de vídeo.

Este tipo de registro da entrevista sugere um trabalho em que a imagem captada seja fixa, sem que, sozinho, o pesquisador tenha o aproveitamento de outros recursos oferecidos pelas câmeras. Também a iluminação acaba sendo preparada antes do início da gravação e não sofre alterações posteriores. À preocupação teórica do trabalho com imagem vem unir-se a habilidade com o uso de vídeo. Nesse sentido, vem sendo desenvolvida uma série de projetos com a utilização do vídeo em que pesquisadores são responsáveis tanto pela condução da entrevista quanto pela preparação prévia dos equipamentos de vídeo e iluminação. Destaca-se aqui o trabalho realizado com a comunidade de químicos brasileiros (RIBEIRO; SANTOS, 2010) em que o registro das histórias foi feito em áudio e vídeo, todas as entrevistas foram transcritas e transformadas em narrativas de história de vida. Essas narrativas de pessoas envolvidas com o cotidiano da Química contam histórias dos anos de organização e reorganização das universidades e de sociedades de químicos, mas também de como, ao longo desse tempo foram se formatando identidades relacionadas à prática da pesquisa e de um projeto de institucionalização da química no Brasil.

A diferença do suporte escolhido para esses registros tem relação direta com as condições de realização e gravação que são possibilitadas pelo trabalho de campo, levando-nos à reflexão sobre a utilização de recursos tecnológicos de acordo com as possibilidades técnicas de registro de entrevistas em ambientes públicos e institucionais. (RIBEIRO; SANTOS, 2010, p. 132).

Cada vez mais, entretanto, projetos de história oral vêm utilizando o recurso audiovisual a partir de um trabalho coletivo. Desta maneira, a formação de uma equipe em que a responsabilidade sobre as diferentes atividades são divididas, permite um melhor controle e uso do potencial dos equipamentos, como a câmera e a iluminação, porém pode comprometer algo caro aos trabalhos com entrevistas de história oral: a espontaneidade possível e a intimidade buscada no contato entre quem faz a entrevista e quem a concede. A qualidade do material captado tende a ser superior, sobretudo na medida em que o profissional responsável pelos equipamentos é es-

pecializado naquela atividade. É possível utilizar de forma mais ampla as possibilidades oferecidas pelos equipamentos de modo que o cenário e as expressões possam ser melhor traduzidos para a linguagem audiovisual. Trabalhos realizados com equipes demandam detalhes importantes que, se contemplados pelos envolvidos, podem garantir resultados satisfatórios. Em primeiro lugar, é importante que todos compartilhem dos mesmos conceitos, ainda que cada qual com os aparatos de sua área. Este tipo de procedimento pode evitar situações constrangedoras como nos casos em que entrevistador e equipe de filmagem têm comportamentos destoantes. Trabalhos como os de Clark (2009) destacam a importância de que todos os envolvidos na filmagem possam “mergulhar” nas narrativas, compartilhando interpretações e significações, acompanhando o narrador para que o vídeo não seja um registro sem vida. O narrador é testemunha de sua própria experiência, enquanto o entrevistador e todos os envolvidos no aparato fílmico tornam-se testemunhas atentas de seu relato. Além disso, existe a partir do registro audiovisual a perspectiva dessa narrativa se tornar pública e com isso assegurar ao narrador seu papel de protagonista e testemunha de uma experiência coletiva, que mesmo traumática não gerou vítimas e sim sujeitos.

A História Oral tem suas raízes no ato criativo do discurso, motivada pela esperança de que experiências individuais possam ser transformadas em narrativas históricas e culturais inspiradoras de ação. A história individual, a história de vida, modela a narrativa da História Oral, mas, ao passo que essa história emerge das fraturas da História, ela inevitavelmente trata do sofrimento em sua dimensão coletiva. (CLARK, 2009, p. 163).

Além das situações em que as entrevistas são filmadas, temos diversas experiências que buscam a confecção de produtos audiovisuais após a realização de pesquisas de história oral. Nestes casos, tanto há trabalhos que utilizam a gravação de todas as entrevistas ou parte delas, como os que somente partem para o recurso fílmico em momentos subsequentes. Em ambos os casos é possível verificar a preocupação com o registro audiovisual desde o momento das entrevistas, ainda que nem sempre de maneira sistemática. O que marca tais trabalhos, no entanto, é a utilização do material produzido em desdobramentos das entrevistas realizadas. O Laboratório de Estudos da Intolerância da USP tem realizado trabalhos que, alicerçados nos aparatos da história oral, utilizam o recurso audiovisual

como parte integrante dos projetos com entrevistas. Este é o caso do documentário *Juntar é bom. Melhor é misturar!* (2009), estudo desenvolvido com professores de ascendência japonesa da USP, que contam sua experiência migratória e sua trajetória no Brasil. No filme, intercalam-se diferentes elementos audiovisuais: entrevistas, objetos biográficos, fotografias, cartas, imagens de arquivo e música. A construção de produtos com tais características demanda conhecimentos técnicos que vão além da utilização da câmera e direcionam a atenção para elementos de edição, aproximando o resultado do trabalho da linguagem documental e cinematográfica. Dominar diferentes linguagens da tecnologia, portanto, é também exigência deste novo pesquisador. Ou seja, ele deverá se inteirar de sua produção em âmbito temático, desenvolver habilidade de entrevistar, promover o diálogo aberto, atentar para aspectos da performance, assim como dominar o manuseio de equipamentos (*hardware*) e de programas de edição e produção de vídeo (*software*). Trabalhos com tal formato necessitam ainda da construção de roteiros que permitam o encadeamento dos diversos elementos constitutivos do produto audiovisual, além da utilização da minutagem das entrevistas, de modo a pontuar de maneira exata os temas que deverão ser abordados. A ideia da minutagem também tem relação com a verificação, sobretudo em projetos com diversas entrevistas, dos temas recorrentes, facilitando análises relacionadas à memória coletiva, aspecto dos mais importantes em trabalhos de história oral. Em trabalhos como este a negociação se mostra elemento indispensável. Como acreditamos que a história oral seja todo o conjunto de procedimentos que se iniciam com o projeto e terminam na análise, passando pelas entrevistas, pensamos que o processo de elaboração do produto final também deva ser discutido com o colaborador (MEIHY, 2008). Mais do que a preocupação com a estética, o que deve interessar na elaboração do vídeo, é a preocupação com a publicização das histórias e isso deve contar com o consentimento dos entrevistados. Um trabalho que pode nos ajudar a exemplificar esta sensibilidade no caminho da negociação é o da pesquisadora Juniele Rabelo de Almeida, cujo desdobramento tem profunda relação com a ideia de devolução colocada em prática em diversos trabalhos do Núcleo de Estudos em História Oral da USP⁴. Seu projeto foi estruturado, desde o

⁴ O histórico deste trabalho pode ser encontrado, em parte, no texto de Anjos, Lima e Almeida (2008).

início, a partir da história de vida de uma única pessoa, Dona Eliuza, uma catadora de materiais recicláveis bastante conhecida na região central de Belo Horizonte. Para contar sua história de vida, Dona Eliuza concedeu diversas entrevistas, todas gravadas em áudio e algumas em vídeo. A narrativa oral foi transcrita e posteriormente passou pelo processo de transcrição. O conceito de transcrição tem sua fonte de inspiração em discussões sobre a tradução, a passagem de um discurso oral para o escrito. Sendo assim, alguns pesquisadores chegam a refletir:

Como devolver esse conjunto performático que tivemos no momento das entrevistas, onde reproduzimos uma audição [...] Para mim é a Transcrição que devolve ao texto escrito a performance, na medida em que busca assimilar na escrita, o gestual, os olhares, as demonstrações de emoção, de maneira teatralizada. (HOLANDA, 2006, p. 163).

Em seguida à construção do texto final, foi proposta a realização de uma produção audiovisual a partir de um roteiro em que os trechos narrativos selecionados bem como os cenários componentes seriam escolhidos de forma colaborativa entre entrevistada e equipe de trabalho. O produto final, resultado da negociação, atendeu tanto aos interesses da equipe – o próprio estudo das relações entre história oral e vídeo – como deu importância às preocupações de Dona Eliuza, que escolheu os fragmentos de sua narrativa para compor o filme sobre sua história de vida. A equipe coordenada por Almeida contou com a participação de alunos de diversas áreas, o que representou um desafio ao trabalho mas, sobretudo, lançou suas potencialidades. O trabalho fílmico com narrativas de vida em uma comunidade também pode proporcionar a devolução de forma mais ampla, por meio das políticas públicas. Os documentários produzidos pelas cineastas holandesas Ilse e Femke Van Velsen, *Fight the Silence* (2008) e *Weapon of War* (2010), partiram de um projeto construído em colaboração com a comunidade de mulheres violentadas por soldados durante a guerra que se estende no Congo desde 1996. Perpetradores e vítimas, colocados frente a frente e apresentando suas versões, ajudaram na escolha dos temas e cenas, e na construção do filme, ao mesmo tempo em que puderam discutir seus traumas. Depois de concluído, as produtoras percorreram a África e o restante do mundo colocando em discussão o problema da violência sexual contra mulheres. Desta forma, elementos como negociação, mediação, transcrição e, sobretudo, devolução e política pública puderam ser levados a cabo, tanto por Almeida como por Van Velsen, entrelaçando

o uso do recurso do vídeo e os conceitos e práticas da história oral. O que se produz, em casos como estes, é mais do que um produto de consumo; é conhecimento sobre o qual é possível se pensar a própria vida, e é um compromisso ético que o pesquisador estabelece com a verdade do outro, os significados do narrador, mediando os usos da palavra e da imagem, sua edição e publicação, a partir de necessidades e interesses negociados com seus colaboradores. Além dos trabalhos de história oral amparados pelo registro de vivências através de entrevistas, outras experiências que relacionam estudos históricos e o recurso audiovisual vêm sendo desenvolvidas pelo LABHOI-UFF (Laboratório de História Oral e Imagem da UFF). Podem ser elencadas quatro diferentes modalidades de produtos em vídeo desenvolvidos pelo grupo: escrita direta e interativa, escrita intertextual, escrita intertextual ampliada e escrita *vídeo-clip* (MAUAD, 2010, p. 147). Em todos os casos busca-se certa independência das discussões que envolvem a linguagem do documentário cinematográfico, de modo que os estudos são orientados pela ideia de “texto videográfico”:

Um termo em grande medida criado para sairmos dos debates sobre documentário cinematográfico, e valorizarmos a necessidade de divulgar o trabalho acadêmico num suporte alternativo ao papel e com uma linguagem atualizada, bem como termos um produto que possa ser retornado ao entrevistado como resultado de um trabalho de produção de sentido (dentro dos protocolos da produção de fontes orais está previsto oferecer ao entrevistado uma forma de objetivação do tempo cedido na entrevista). O uso das fontes visuais – pictórica, fílmica e fotográfica – pelo LABHOI integra hoje o que, em nossas discussões, denominamos de “a escrita videográfica”. A “escrita videográfica” como resultado da pesquisa histórica implica a elaboração de um novo tipo de texto histórico que considere na sua produção a natureza do tipo de enunciação da fonte trabalhada. Assim, as fontes orais, visuais e sonoras para serem objeto de reflexão historiográfica e comporem o texto histórico devem ter sua substância de expressão preservada. (MAUAD, 2010, p. 146).

Os trabalhos realizados pelo LABHOI marcam reflexões metodológicas e teóricas sobre o registro audiovisual e de construções narrativas para a História. Entretanto, quando tratamos especificamente da história oral e do contato com o outro/narrador é preciso considerar também pressupostos teóricos e éticos que perpassam este fazer em diversos momentos e demandam atenção no estabelecimento de documentos de autorização do uso de imagem e som.

A coleta de autorizações dos entrevistados, sendo prática comum nos trabalhos de história oral, passa a apresentar novas necessidades. Se num primeiro momento, o que se autoriza é a gravação do áudio e do texto produzido a partir deste, a introdução do elemento videográfico acrescenta a autorização da imagem do entrevistado e complexifica casos em que os temas tratados são mais polêmicos. Nos primeiros casos, embora haja preocupação com as autorizações, não há uma regra clara a ser seguida de forma abrangente sobre para qual etapa do trabalho está sendo concedida a autorização, uma vez que geralmente os estudos não se esgotam na gravação do áudio. Desta forma, o áudio é tão somente o ponto de partida para o estabelecimento de outros produtos, os quais sofrem processos que podem transformar o sentido do que fora dito pelo entrevistado. O recurso da edição do texto é um destes elementos e, buscando minimizar tais questionamentos e ampliar os efeitos da colaboração empreendida em alguns projetos de história oral, busca-se mais que a autorização, a validação do texto final a ser utilizado. No caso de trabalhos desenvolvidos no âmbito do NEHO-USP, tal produto refere-se ao texto transcrito. A despeito da variedade de tipos de autorizações e de usos dos materiais coletados, cabe aos diretores dos projetos providenciarem autorizações, as quais são indispensáveis para o uso dos produtos dos trabalhos. Nos casos em que há o registro também de imagens, a questão das autorizações exige ainda mais cuidados e a negociação se mostra fundamental. O tratamento de questões polêmicas e que possam comprometer os entrevistados ou colocá-los em risco exigem reflexão que considere novas possibilidades de abordagem das histórias narradas.

No universo do texto escrito, alguns recursos podem solucionar boa parte dos problemas, como é o caso da mudança de nomes e características pessoais dos envolvidos. José Carlos Sebe Bom Meihy teve que lançar mão de tal medida em *Augusto e Léa* (2008), trabalho que aborda a história de uma família da elite paulistana em que o marido homossexual contraiu o vírus HIV e o transmitiu à esposa, que somente quando apresentou sinais avançados da doença descobriu o que acontecera. Neste caso, a mudança dos nomes e atividades dos entrevistados foi suficiente para descaracterizar e preservar a identidade dos protagonistas da história. Mas, o que fazer quando o produto final é audiovisual? Partimos do pressuposto de que todos ou pelo menos a maioria dos trabalhos de história oral tomam como ponto de partida questões de relevância social. Desta maneira, as experiências

registradas ganham importância coletiva na medida em que permitem iluminar discussões públicas sobre diferentes temas. No caso de *Augusto e Léa* importava menos saber quem eram os reais envolvidos na história do que oferecer ao debate público questões como diferenças sociais e de gênero, além de elementos de saúde pública que poderiam ser depurados daquela experiência. Mas, aqui falamos do universo da escrita. Quais as dificuldades e potencialidades que o registro audiovisual oferece em uma fase final dos trabalhos de história oral? Uma das possibilidades vislumbradas remete à substituição da “personagem”. Ainda que esta saída comprometa a suposta “veracidade” do relato, uma vez que não será o protagonista daquela história quem contará a experiência em questão, não poderíamos estender as preocupações da “história oral visual” e relacioná-la com o cinema de ficção propriamente dito? Exemplos como o documentário *Jogo de Cena* (2007), de Eduardo Coutinho, sugerem a possibilidade da experiência contada por diversos “atores”. Aqui, as narrativas de mulheres que protagonizaram fatos reais se misturam à fala de atrizes que incorporam as mesmas histórias, confundindo o expectador sobre os limites do real e do ficcional, mas preservando os significados dos relatos. Outras soluções se apresentam como é o caso do recurso aos docudramas, produções que ao misturar elementos de ficção e realidade, buscam trazer à tona temas de relevo para a sociedade contemporânea. Nestes casos, tanto os reais protagonistas das histórias podem atuar em espécies de reconstituições de cenas como as imagens construídas podem trazer novos personagens que representam as experiências narradas. Mesmo filmes de ficção podem ser analisados como docudramas na medida em que suscitam reflexões de representação social. Exemplo deste tipo de experiência foi realizado por Aida Penna Campos Abreu em trabalho que aborda os filmes *Cidade de Deus* (Fernando Meirelles, 2002), *Carandiru* (Hector Babenco, 2003) e *Tropa de Elite* (José Padilha, 2007). Nos três casos estudados, as histórias são inspiradas em produções literárias amparadas em experiências que dialogam com a realidade vivenciada socialmente.

Como docudramas, os filmes de ficção acima possuem uma forte presença dos eventos do mundo histórico que habitamos e a influência da estética do documentário de representação social. (ABREU, 2009, p. 9).

Neste sentido, podemos afirmar que os filmes em questão, mesmo não se caracterizando como trabalhos de história oral, atingiram alguns dos

objetivos almejados pelas produções audiovisuais desta área, com ênfase para a ilustração de questões experimentadas no cotidiano da sociedade brasileira. Pensar nas possibilidades oferecidas pelo formato do docudrama contribui para alargar o espaço de atuação da história oral em seu compromisso com a história pública.

A relevância da publicização de uma experiência de impacto coletivo tem relação com aspectos que tocam o tema da história pública. O produto audiovisual possui um alcance sensivelmente superior ao trabalho escrito. Isto se deve tanto à possível preferência por parte dos receptores quanto à capacidade de absorção deste produto. O contingente de pessoas analfabetas totais ou funcionais deve ser considerado quando pensamos numa história que se pretende pública. Desta maneira, a transposição para a linguagem fílmica permitiria uma maior democratização dos resultados dos trabalhos de história oral, os quais seriam possibilitados a um público mais amplo, procurando romper com a indiferença social diante de alguns problemas. Consequentemente, a oferta de uma discussão pública também se mostra mais abrangente. Outro aspecto, que nota a mudança das relações de poder e autoridade intelectual entre os envolvidos, foi exposto por Michael Frisch:

...what is most compelling about oral and public history is a capacity to redefine and redistribute intellectual authority, so that this might be shared more broadly in historical research and communication rather than continuing to serve as an instrument of power and hierarchy. (FRISCH, 1990, p. xx).

A noção de história pública vai ao encontro de um tipo de produção do conhecimento que pretende ser ampla e, portanto, mostra-se cada vez mais necessária a utilização de mecanismos de propagação de informações. É o caso, por exemplo, de incentivar uma apropriação mais abrangente do potencial das redes sociais e da *web* como um todo. A despeito das necessárias precauções no que diz respeito à publicação de materiais, uma vez que o grande volume de informações tende a prejudicar uma seleção mais apurada do que se absorve em termos de conhecimento, não parece ser mais possível uma real separação entre a produção de conhecimento e sua publicação. Os recentes acontecimentos em território africano – com a organização da sociedade civil via *internet* e celular em protesto contra as ditaduras do Egito, Arábia e Tunísia – podem servir como ilustrativos no que diz respeito ao potencial positivo da utilização de redes sociais, o que

pode ser verificado tanto em termos de ação como de reflexão. A história oral e seu comprometimento com uma história democrática suscitam o debate sobre estas novas possibilidades que se descortinam. A relação entre a história oral e o tempo presente nos impele a discutir os novos mecanismos oferecidos pela tecnologia e imprime maiores compromissos éticos àqueles que trabalham com história oral, na medida em que a necessidade cada vez maior de uma história pública remete à ampliação do alcance dos resultados dos trabalhos colocados em prática. O trabalho sensível com a sonoridade e a visualidade repletas de vida e significados pode nos remeter, neste sentido, a uma história pública preocupada com a rememoração, o esclarecimento (a produção do documento histórico ou da expressão da subjetividade), e também com a politização dos grupos sociais. Assim discutimos sobre a viabilidade e os desafios do registro e da posterior divulgação da mensagem e da performance encenadas pelos entrevistados em suas construções narrativas. Destacamos que a transcrição pode ser caminho, no caso da necessidade da passagem do narrado – oral e performaticamente – para o escrito. Além disso, apresentamos iniciativas de trabalhos que pensam uma edição transcritiva em trabalhos audiovisuais de história oral. Ou seja, cientes das mudanças procedimentais, gostaríamos de evidenciar que as relações éticas devem permanecer como preocupação no modo como efetivar o registro – editar – do se contar do outro. Destacamos as potencialidades positivas de construção de conhecimento por meio deste documento diferenciado. Documentos audiovisuais repletos de modernidade tecnológica, de auto reflexividade e subjetividade que têm o poder de tornar mais público o fazer e o viver histórico. Tanto porque as tecnologias da modernidade tornam mais visíveis e acessíveis os conteúdos dessas narrativas, quanto porque seu fazer e sua possibilidade de registro são ampliados e democratizados. Nesse processo de democratização destaca-se a possibilidade de construção de uma documentação sobre bases em que o saber acadêmico não é considerado hierarquicamente superior ao saberes compartilhados por entrevistados. Um fazer em que esses conhecimentos possam ser considerados como complementares e eticamente respeitados em uma relação dialógica de negociação contínua.

Referências Bibliográficas

ABREU, Aida Penna Campos. **O docudrama brasileiro**: Cidade de Deus, Carandiru e Tropa de Elite. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of North Carolina, Chapel Hill, Estados Unidos, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005a.

_____. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005b.

ANJOS, Carlos Versiani dos; LIMA, Juniana Duran; ALMEIDA, Juniele Rabêlo. Um horizonte no lixo e nas letras: entrevista com Eliuza Mara de Carvalho. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo, n. 3, p. 177-192, jan./jun. 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CLARK, Mary Marshall. Vídeo-documentários sobre o holocausto, história oral e medicina narrativa: a luta contra a indiferença. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo, n. 5, p. 159-175, jan./jun. 2009.

EVANGELISTA, Marcela Boni. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo, n. 7, p. 169-182, jan./jun. 2010.

FRISCH, Michael. **A shared authority**: essays on the craft and meaning of oral and public history. New York: State University of New York Press, 1990.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991. _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MAUAD, Ana Maria. Fontes de memória e o conceito de escrita videográfica: a propósito da fatura. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 141-151, jan./jun. 2010.

MEIHY, José Carlos S. B. **Augusto & Léa**: um caso de (des)amor em tempos modernos. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Palavras aos jovens oralistas: entrevistas em história oral. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo, n. 3, p. 141-150, jan./jun. 2008.

_____. La radicalización de la historia oral. **Palabras & silencios**: Revista de la Asociación Internacional de Historia Oral, Kelvin Grove, Austrália, v. 2, n. 1, p. 33-45, jun. 2003. _____. HOLLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. Elogio de la grabadora: Gianni Bosio y los orígenes de la historia oral. **Revista de la Dirección de Estudios Históricos del Instituto Nacional de Antropología e Historia**, México, n. 30, p. 3-8, abr./sep. 1993.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SANTOS, Andrea Paula dos. **Vozes da Marcha pela Terra**. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. SANTOS, Andrea Paula dos. Memórias de uma comunidade científica no Centenário de Simão Mathias: histórias e trajetórias de cientistas da Química no Brasil; Entrevistas. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria et al. (Org.). **Simão Mathias**: Cem Anos: Química e História da Química no início do século XXI. São Paulo: EDIT-SBQ/PUC-SP, 2010. p. 127-259.

ZUMTHOR, Paul. **Oralidade em tempo e espaço**. São Paulo: EDUC, 2007a.

_____. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2007b.



Uma História Oral da Anistia no Brasil: política, memória, retórica e reparação¹

Maria Paula Araújo²

RESUMO: O projeto de pesquisa “Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil” tem como objetivo recolher depoimentos de pessoas envolvidas com a luta política contra o regime militar e que foram beneficiadas pela Lei da Anistia (ou que estão solicitando o benefício). A pesquisa tem propiciado uma reflexão sobre alguns aspectos teóricos e metodológicos da História Oral, tais como a articulação entre a memória e a retórica e a potencialidade do método biográfico. Além disso a pesquisa tem trazido à tona questões importantes sobre a memória do período repressivo: as disputas pela memória e a pluralidade de visões e de experiências. Enfim, podemos considerar que é possível construir uma narrativa histórica sobre a ditadura militar no Brasil a partir do tema da anistia, enfocando principalmente as múltiplas histórias de vida de cidadãos que foram atingidos pela repressão ou que lutaram contra ela.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral, Anistia, Memória, Reparação.

¹ Texto apresentado no “Seminário NEHO 20 anos: história oral, identidade e compromisso”.

² Professora Doutora do PPGHI/UFRJ. Contato: mp-araujo@uol.com.br.

ABSTRACT: The research project “Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil” aims to gather testimony from people involved with the political struggle against the military regime and who have benefited from the amnesty law (or those who are applying). Research has provided a reflection on some theoretical and methodological aspects of oral history, such as the relationship between memory and rhetoric and potential of biographical method. Further research has brought up important questions about the memory of the period of repression: disputes over memory and the plurality of views and experiences. Finally, we consider that it is possible to construct a historical narrative about the military dictatorship in Brazil from the issue of amnesty, mainly focusing on the many life stories of people who were affected by the repression or who fought against it.

KEYWORD: Oral History, Methodology, Memory, Military Regime, Amnesty.

O trabalho que vou apresentar aqui é uma reflexão, ainda em processo, sobre a pesquisa que venho desenvolvendo, desde o início deste ano, intitulada “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”. Esta pesquisa é uma pareceria entre a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e três universidades federais: a UFPE de Pernambuco, a UFRGS, do Rio Grande do Sul e a UFRJ, do Rio de Janeiro. Em Pernambuco a pesquisa é coordenada pelo Prof. Antonio Montenegro; no Rio Grande do Sul pela Profa. Carla Rodeghero e, no Rio de Janeiro, por mim.

O objetivo da pesquisa é realizar, em nível nacional, um amplo retrato do tema da Anistia no Brasil, recolhendo depoimentos de pessoas que foram perseguidas pela ditadura militar; pessoas que foram anistiadas ou estão solicitando o benefício; familiares de mortos e desaparecidos; pessoas que se engajaram na luta pela anistia desde a década de 1970 e que participaram da criação e da ação política do Movimento Feminino pela Anistia e dos diversos Comitês Brasileiros pela Anistia (os CBAs que se espalharam pelo Brasil inteiro entre 1977 e 1979); militantes de movimentos sociais e políticos que lutaram contra o regime e militantes dos movimentos de Direitos Humanos. Esses depoimentos – que estão sendo recolhidos no nordeste, no sudeste e no sul pelas equipes das três universidades mencionadas – estão sendo gravados, filmados e transcritos. Com este material será constituído um acervo amplo que ficará depositado nas três universidades, no Memorial da Anistia e também inteiramente disponível *on line*.

É sobre este trabalho, sobre essa experiência ainda em andamento, que eu gostaria de fazer algumas reflexões.

Apresentação: a Centralidade do Tema da Anistia na Transição Política do País

Em primeiro lugar, algo que estrutura a própria pesquisa: o tema da Anistia. Da forma com que o tema é concebido por nós, ele vai além da questão pontual da anistia. Na verdade, encaramos a anistia como uma questão chave, simbólica para o entendimento do período: das lutas políticas da época, das disputas em torno da memória do período, do processo de transição vivido pelo país, das políticas de reparação que o Brasil vem implementando, das polêmicas surgidas a partir destas políticas, dos desafios referentes à consolidação democrática e das polêmicas em relação às demandas de verdade e justiça.

Essa centralidade do tema da anistia não é geral, não é vivida da mesma forma nos países latino-americanos que também vivenciaram transições políticas. Ela é uma especificidade do caso brasileiro. E por diversos motivos;

Em primeiro lugar porque, no Brasil, a luta pela anistia unificou e mobilizou vários grupos políticos e movimentos sociais. Ela teve papel central na luta política contra a ditadura e pelas liberdades democráticas, especialmente no contexto de transição política que o país viveu do final da década de 1970 até 1985.

Recordemos um pouco este momento: o contexto da luta democrática se definiu após a derrota política e militar da experiência da luta armada quando as esquerdas brasileiras se reorganizaram em torno de uma proposta de luta pelas liberdades democráticas, ajudando a constituir e, em muitos casos a liderar, um amplo campo de oposição política à ditadura militar. Por outro lado, em meados da década de 70, o próprio regime buscava ampliar sua base de institucionalidade, iniciando durante o Governo do general Geisel, a chamada “distensão” política. Temos, portanto, a partir de 1974, uma conjuntura marcada de um lado, pelo projeto de “abertura lenta, gradual e segura” do regime e, de outro, pela atuação de um movimento político de oposição que reunia amplos setores da sociedade numa luta pelas liberdades democráticas. Neste novo cenário alguns atores se destacaram. Entre eles, o MDB, a Igreja Católica, o Movimento Estudantil, os movimentos de bairros e de favelas, os movimentos de algumas categorias de profissionais liberais (como advogados, professores, jornalistas), alguns movimentos de novo tipo que estavam se construindo (ou se reconstruindo com novo conteúdo) como o movimento das mulheres e o movimento negro, a Imprensa Alternativa (um tipo de imprensa de oposição muito peculiar da época) e, no final dos anos 70, a presença de um novo movimento operário – sindical, principalmente na região do ABC paulista. A campanha pela anistia foi a primeira grande campanha política nacional depois do AI-5. O ano de 1977 foi uma data importante nesse processo. Ela marcou um momento de retomada das lutas e manifestações políticas públicas nas principais capitais do país. O estopim foi a prisão de alguns jovens, ligados a organizações de esquerda, que estavam *panfletando* no Primeiro de Maio em São Paulo. Com a palavra de ordem “Libertem nossos presos! Agora, já!” estudantes de todo o país realizaram amplos atos públicos em várias universidades e, junto com outros setores da oposição, aproveitaram

o movimento e criaram o Comitê 1º de Maio pela Anistia: o primeiro passo para uma campanha pública, de rua e ofensiva pela anistia no país. Logo depois, no início de 1978, foi criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia, somando-se a outros comitês que já existiam, como o Comitê Feminino pela Anistia. Na sequência foram criadas sedes do CBA em várias cidades do país.

Neste momento a atuação dos jornais da Imprensa Alternativa foi bastante importante. Eles ajudavam a divulgar e nacionalizar algumas amplas campanhas políticas, entre elas, a campanha pela anistia. Nas páginas dos jornais “Movimento”, “Em Tempo”, “Versus” o movimento era debatido e divulgado. Com apoio desta imprensa e de movimentos sociais o CBA dirigiu uma ampla campanha pela “Anistia, ampla, geral e irrestrita”. Esta foi a bandeira de luta e a palavra de ordem que marcou a transição política brasileira.

Mas a anistia que foi promulgada na Lei de Anistia de 1979 não foi a anistia desejada pelos setores mais combativos da sociedade – o CBA, o movimento estudantil, os grupos e coletivos de familiares de mortos e desaparecidos, os jornais de esquerda da imprensa alternativa. Sabemos disso. Foi uma anistia parcial, restrita e que, ainda por cima, permitia um certo entendimento de “reciprocidade” ou seja, de proteção para os militares e perpetradores da violência do Estado.

A anistia no Brasil tem, portanto, um caráter complexo, como insiste em dizer o próprio presidente da Comissão de Anistia, Sr. Paulo Abrão. Ela representou, por um lado, uma conquista parcial da sociedade e dos grupos que lutavam pela “anistia geral e irrestrita” (e que viram a anistia como resultado, ainda que imperfeito, dessa luta); mas por outro lado, ela foi também, uma vitória parcial dos militares e da classe dirigente que aprovou uma anistia limitada e se desobrigou da apuração das responsabilidades e dos crimes cometidos pelo regime.

A anistia foi, portanto, uma questão importante a nível político e simbólico do período da transição política. Porque marcava a presença política e a força dos dois atores em confronto: os movimentos de oposição e os militares.

A lei de anistia foi recebida como uma vitória parcial pelos movimentos de oposição ao regime. E o verão de 1979 para 1980, entrou para a história como o “verão da anistia”; os exilados voltavam e eram recebidos com festa no aeroporto do Galeão.

Mas o retorno dos exilados não encerrou a questão da anistia no país. Aos poucos, por medidas e leis complementares todos os prisioneiros políticos foram libertados, ultrapassando as barreiras inicialmente impostas pela Lei da Anistia de 1979. Nos anos seguintes – em 1985, 1988, 1992, 1995, 2001 e 2002 – a anistia foi alvo de nova legislação federal. (RODEGHERO, 2011). De um modo geral estas leis visavam ampliar os benefícios e beneficiados pela anistia, procurando reparar a violência praticada pelo Estado brasileiro durante a ditadura. E por este processo histórico, o termo “anistia”, no Brasil se identificou com o termo “reparação”. O governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou este processo de reparação. A ideia era que o cidadão não fosse apenas *anistiado* dos crimes políticos dos quais era acusado, mas *reparado* pelo mal sofrido. A Comissão de Anistia, criada em agosto de 2001, junto ao Ministério da Justiça, tinha (e tem) por função reparar, indenizar, reconduzir a postos públicos e a antigos cargos, enfim, exercer o papel de restaurar e compensar os danos provocados pela ditadura militar a perseguidos políticos. O termo anistia ganhou então uma acepção mais ampla, significando mais do que tudo, *reparação*. Esta é uma especificidade do processo político brasileiro, do modelo brasileiro de justiça de transição: a ênfase na reparação (em detrimento de outros aspectos, como por exemplo a revelação da verdade, apuração de responsabilidades e punição dos culpados); e a identificação entre “anistia” e “reparação”.

É por isso, por este papel político, simbólico e complexo, que o tema da anistia se revela como uma chave de análise e interpretação da história política recente do Brasil, em especial do processo de transição e consolidação democrática vivido nas últimas décadas.

Nosso Acervo: a História do País através de Histórias de Vida

As três universidades que estão trabalhando em parceria, UFPE, UFRJ e UFRGS estão realizando entrevistas em todo o país e constituindo um acervo nacional de fontes orais e visuais e também escritas, na forma de texto, na medida em que esses depoimentos estão sendo gravados, filmados e transcritos. Tanto os filmes como as transcrições estão sendo editadas.

³ Este texto foi escrito e apresentado antes da instalação da Comissão da Verdade. Os trabalhos da Comissão poderão vir a redefinir os termos desta afirmação.

A ideia é constituir um acervo que registre a história da ditadura militar, na medida em que entendemos que, a partir das múltiplas histórias de vida que estamos recolhendo, seja possível narrar a história política recente do país. Nessa compreensão nós trabalhamos com a tese de Franco Ferrarotti, exposta num livro que foi pioneiro nos estudos biográficos, intitulado “História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais”. Esse livro infelizmente não foi traduzido no Brasil, eu tive acesso ao exemplar publicado em francês. Neste livro Ferrarotti chama a atenção para a relação entre a história e as múltiplas histórias individuais e a possibilidade que daí decorre de *ler uma sociedade através de uma ou muitas biografias*. O trabalho de Ferrarotti se propõe a dar uma base teórica ao método biográfico mas o utiliza no plural. De uma forma geral, nos diz ele, o método biográfico é utilizado para um indivíduo; para elaboração de biografias individuais. Para ele essa escolha expressaria um equívoco: a ideia do indivíduo como átomo social, como unidade básica fundamental da sociologia. Na verdade o indivíduo não é este elemento mais simples. Ao contrário, o indivíduo enquanto tal é uma síntese complexa de várias relações. A unidade mais básica da sociologia é o grupo social – um grupo básico que estabelece entre si relações de sociabilidade, de troca, de interação. Sua perspectiva de histórias de vida volta-se, portanto, para a construção de biografias de grupo. Para Ferrarotti, é desta forma que o método biográfico apresenta sua maior riqueza e seu maior potencial: ao mostrar que as múltiplas histórias de vida particulares de uma época, de uma geração, de um lugar, se inscrevem dentro dos limites e das possibilidades de uma História mais geral – e que cada uma dessas múltiplas histórias particulares interpreta, a seu jeito, a História e sua relação com ela (FERRAROTTI, 1983).

É essa perspectiva que tem orientado a constituição deste acervo, pelo menos na UFRJ, onde estou trabalhando com a minha equipe. Esta concepção foi um elemento central inclusive na escolha dos depoentes. Nós procuramos selecionar e analisar trajetórias de vida em sua dimensão de biografias coletivas, biografias de grupos de pessoas pertencentes a algum tipo de unidade coletiva (movimento, associação, partido, etc.). Elaboramos nossas listas de entrevistados a partir da filiação das pessoas a algum tipo de grupo.

O nosso compromisso com a Comissão de Anistia é o de procurar fazer um retrato amplo da anistia no Brasil, entendendo a anistia como indicativo de um processo político mais amplo. Estamos então recolhendo depoi-

mentos de pessoas que foram perseguidas políticas, que foram presas, exiladas ou banidas, que viveram longo tempo na clandestinidade, pessoas que foram beneficiadas pela Lei da Anistia de 1979 ou pelas medidas e leis posteriores, pessoas que estão pedindo o benefício, familiares de mortos e desaparecidos, pessoas que participaram da campanha pela anistia na década de 1970 (parlamentares, militantes de esquerda, familiares); membros dos Comitês pela Anistia (CBAs e Comitês Femininos pela Anistia), pessoas que estão tendo ainda hoje dificuldade em obter o benefício da anistia (como os marinheiros, talvez a categoria que encontra maior dificuldade em receber a anistia do governo porque, nos processos que eles movem, a Marinha alega sempre que eles foram punidos por indisciplina e quebra de hierarquia e não por motivos políticos). Procuramos selecionar essas pessoas não isoladamente mas em grupos, em “comunidades de pertencimento” (movimentos, grupos, partidos, associações, etc.); entendendo que as vidas dessas pessoas narram a história política recente do país.

Mas os depoimentos permitem também uma outra abordagem, uma outra leitura, para além das trajetórias de vida e das biografias que revelam o campo de possibilidades da história do país. A análise das entrevistas permite também uma investigação sobre a memória do período da repressão. As entrevistas permitem perceber as diferentes construções de memória do período da ditadura militar; as diferentes e conflitantes versões sobre fatos e temas; as disputas pela memória. E as polêmicas em torno do próprio processo de anistia e reparação. Nesse terreno os autores que mais nos têm ajudado a lidar com esses problemas são Michel Pollak e Andreas Huysen.

Michel Pollak (1989), no texto “Memória, esquecimento, silêncio”, chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre grupos minoritários e a sociedade englobante; e mesmo entre diferentes correntes dentro de um mesmo grupo. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem a mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional (ARAÚJO; SEPÚLVEDA, 2007); mas às vezes também se confrontam com a memória “oficial” de um grupo. A esta dimensão conflitiva Huysen acrescentou

um outro dado: o dinamismo e mutabilidade das versões e dos conflitos, mostrando que a relação entre o que é lembrado e o que é esquecido muda, de acordo com a conjuntura e com as possibilidades e necessidades políticas de uma época.

Analisadas com este instrumental nós podemos detectar nos depoimentos que estamos recolhendo a existência de disputas pela memória, de versões divergentes, de conflitos profundos e latentes, envolvendo, por exemplo, diferentes visões sobre o golpe de 64 e sobre todo o movimento político do pré-64; diferentes interpretações políticas sobre os acontecimentos. Além disso, podemos perceber também que não apenas a memória mas a própria experiência e trajetória de vida das pessoas é marcada por diferenças sociais, de classe, de gênero, de raça. Essas diferenças marcaram as experiências políticas dos depoentes e marcam ainda hoje suas memórias.

O que Narrar? Como Narrar? Memória e Retórica

Os relatos de vida de nossos depoentes não colocam em questão apenas a memória, mas também a retórica. Nos depoimentos não existe apenas uma relação entre memória e esquecimento, não se trata apenas de selecionar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, mas também como as coisas devem ser contadas ao entrevistador. Ou seja, a retórica é fundamental. Como narrar uma vida de tal forma que ela faça sentido, apesar (ou por causa) das prisões, exílios, torturas, perdas, mortes, etc. Em quase todos os depoimentos existe uma busca de sentido, algo que justifique trajetórias de vida que, algumas vezes foram inteiramente conturbadas pela perseguição política.

Muitos de nossos depoentes apresentam suas trajetórias de vida, como trajetórias exemplares – seja como exemplo para futuras gerações, seja como exemplo (representação) de sua própria geração. Outros não, outros apresentam essencialmente um relato de dor e de uma vida fragmentada pela repressão política. A diferença entre os primeiros e os segundos é dada, de uma forma geral, pela existência ou não de uma rede social, mas sobretudo política, em torno do depoente. O sobrevivente, como escreveu Primo Levi, é aquele que não morreu, que escapou, que não vivenciou o pior (LEVI, 1988). Para ele se aceitar como sobrevivente é necessário uma rede de apoio que justifique, explique e transforme em ação política essa sobrevivência. Dito mais simplesmente: o trauma da violência política é

mais facilmente superado quando trabalhado coletivamente no interior de um espaço politicamente investido e com parceiros políticos.

As imposições da retórica, do “como e o que narrar”, estabelecem também uma relação entre o que pode e deve ser dito e o que pode ou deve ser negado, omitido. É uma operação semelhante à da memória, mas mais dirigida, mais conduzida pelo que poderíamos chamar de um “agir racional orientado para um determinado fim”.

As narrativas nos trazem também a subjetividade de uma época, os dilemas e escolhas, as projeções, expectativas, projetos de vida e utopias, formas de pensar, amar, ponderar, dar sentido à vida. Mas trazem estes elementos atualizados e ressignificados, numa narrativa que se constrói mais de 30 anos depois, num outro cenário, numa outra conjuntura, não apenas do país, mas de suas próprias vidas. A memória e a retórica estabelecem então uma íntima relação que busca não apenas dar sentido e coerência à uma trajetória de vida mas também compartilhá-la, torná-la compreensível para o outro – que ouve, grava e filma o depoimento. Esse processo torna-se ainda mais marcante pelo fato de que antes da entrevista é relatado o objetivo do projeto de constituir um painel nacional da história e da memória da história política recente do país.

Polêmicas, Debates, Tabus

Os depoimentos têm também apontado questões controversas, polêmicas, disputas, tabus. Alguns deles, como já referimos, dizem respeito ao movimento político do pré- 64 e do golpe militar. Existe claramente uma disputa de versões nos depoimentos sobre esse período e este tema. Para os entrevistados mais idosos, que foram cassados, presos ou exilados em 64 – como alguns velhos sindicalistas ainda vivos (como Clodesmidt Riani, ex-presidente da CGT, por exemplo) há uma memória deste período como sendo um momento de glória, o período áureo da democracia brasileira: o movimento sindical, a campanha pelas reformas de base, a atuação da UNE e do CPC. Para outros entrevistados, sobretudo militantes das organizações da esquerda armada, esse período não é valorizado, ao contrário, muitas vezes é identificado com o adjetivo de populista ou de reformista. Esta é uma das principais polêmicas que aparecem nas narrativas de nossos depoentes: o enquadramento de 1964 – do movimento político que havia antes e do golpe militar que derrubou o governo de João Goulart.

Outra polêmica se refere ao processo da anistia e à reparação. Alguns dos nossos depoentes declaram que são contra os pedidos de reparação; outros acham que a reparação é uma componente importante do processo de transição. E outros valorizam especialmente o pedido de desculpas oficial, em nome do Estado brasileiro, que o presidente da Comissão de Anistia faz no ritual da cerimônia de anistia e reparação.

Eu vou ilustrar este ponto com trechos de dois depoimentos divergentes. Um depoimento é do artista e poeta Ferreira Gullar. O outro depoimento é da historiadora Dulce Pandolfi.

Me neguei a aceitar qualquer indenização, porque ninguém me pediu para brigar, eu briguei porque quis. Não posso ser indenizado. Por que? O povo me chamou para brigar? Telefonaram para mim? A população pediu para mim para eu ir brigar contra a ditadura? Não, eu briguei porque eu quis. Por que o povo tem que pagar por isso? Por que? Fui eu que escolhi fazer. (Ferreira Gullar).

O Estado está agora diante de mim se curvando e me tratando desse jeito, que coisa linda! [...] Então no final, o Paulo Abraão atual presidente da Comissão da Anistia, de pé leu a sentença, perguntou se eu queria recorrer e eu pensei “Que recorrer? Não quero recorrer nada!” [risos], porque eu poderia ainda brigar pra receber a indenização parcelada, mas para mim estava ótimo. Então foi quando ele disse que o Estado brasileiro me pedia perdão, foi quando eu desabei, eu me senti muito recompensada, foi uma coisa muito bonita! Mesmo que a gente saiba que, claro, não apagou as coisas do passado, mas você sente que finalmente a cidadania chegou nesse país. Acho mesmo que todo mundo deveria entrar [com o pedido de reparação]. Foi um momento muito lindo da minha trajetória. (Dulce Pandolfi).

Aparecem também alguns tabus, alguns temas delicados que são evitados nas entrevistas ou tratados com reticências: as delações, as desistências, as deserções, os justicamentos. Temas que aparecem ainda muito timidamente nas entrevistas porque configuram, na expressão de Pollak, “memórias subterrâneas”. Estes temas ainda merecem uma atenção e abordagem especiais, e não temos condições de tratá-los neste artigo. Eles exigem uma aproximação mais cuidadosa, um amadurecimento maior, não apenas dos depoentes, mas dos próprios assuntos, da sociedade e, claro, dos historiadores.

Novas Tecnologias, Novos Dilemas

Por último eu gostaria de focar uma questão técnica – metodológica. Nesta pesquisa nós estamos não apenas gravando e transcrevendo as entrevistas mas também filmando. É a primeira vez que eu estou trabalhando dessa forma, usando a imagem. E eu acho que isso nos coloca questões metodológicas importantes. Como analisar a imagem dos depoentes falando? Qual é o estatuto desta imagem? Ela apenas “sustenta” o que é narrado ou ela é um “texto” em si, um objeto de análise? Expressões e gestos que antes eram sugeridos nas gravações ou apenas conhecidos pelos entrevistadores (e que podiam optar por inseri-los ou não nas transcrições) agora são visíveis para todos que consultam um acervo, que é oral e visual, e ampliam o sentido das entrevistas. Se antes tínhamos apenas o áudio e o texto (e isso já era bastante às vezes para nos confundir, para produzir algumas duplicidades de sentido), agora temos também a imagem. Os depoentes filmados podem ser vistos rindo, chorando, gesticulando, tapando a boca, olhando o entrevistador nos olhos ou ao contrário, olhando para baixo ou para o vazio; a expressão facial e, às vezes até mesmo a expressão corporal dos depoentes é visível para todos – para os pesquisadores que realizaram e editaram as entrevistas e para as pessoas que consultam o acervo. Como lidar com esse acréscimo de informação e de conteúdos das nossas fontes? Eu acho que nós temos que produzir um aparato metodológico novo que nos permita explorar esse novo formato com que nossas fontes estão sendo coletadas e armazenadas.

A imagem – não qualquer imagem – mas a imagem do próprio depoente, que narra a sua vida, suas memórias, que as narra com alguma intenção, e que se expõe em gestos, expressões, tons que carecem de uma análise com o mesmo rigor daquela que analisar sua fala e o texto produzido a partir dela.

Considerações Finais

As reflexões expostas neste texto procuraram apresentar um conjunto de questões levantadas pela prática da pesquisa ao longo deste ano. Questões de conteúdo, de orientação teórica, de método e de técnica. Estamos na metade do trabalho No Sudeste (englobando Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) temos que fazer 40 entrevistas. Já fizemos 26. Alguns nomes:

Jessie Jane, Anita Prestes, Ferreira Gullar, Flavia Schilling, Vladimir Palmeira, Clodesmidt Riani, José Luis Guedes, Dulce Pandolfi, Avelino Capitani, Dom Waldir Calheiros. Um leque variado. Devemos terminar esse projeto em abril do próximo ano. O acervo será entregue à Comissão da Anistia mas uma cópia ficará nas universidades do projeto. Esperamos também, ao final da pesquisa, sistematizar as conclusões e aprofundar algumas das questões aqui levantadas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula; SEPÚLVEDA, Myrian. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, n. 79, p. 95-111, dez. 2007.

FERRAROTI, Franco. **Histoire et histoires de vie**: la méthode biographique dans les sciences sociales". Paris: Librairie des Méridiens, 1983.

HUYSEN, Andréas. **Resistência à memória**: os usos e abusos do esquecimento público. s/d. Mimeografado.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RODEGHERO, Carla; DIESTMAN, Gabriel; TRINDADE, Tátiana. **Anistia ampla, geral e irrestrita**: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.



Ser ou não ser, eis a questão: os modos de subjetivação dos remanescentes de quilombos

Mariléa de Almeida¹

RESUMO: Pretendemos problematizar a naturalização do sujeito denominado remanescente de quilombo e suas práticas políticas em torno da autodefinição identitária. Sob o enfoque dos modos de subjetivação e os jogos de verdade (FOUCAULT, 1984) e os processos de singularização (GUATTARI, 2010) analisamos os discursos acadêmicos sobre a categoria remanescente de quilombo e alguns pronunciamentos de moradores da comunidade de São José da Serra, a fim de investigar a partir das visibilidades oferecidas pelos discursos e pronunciamentos os jogos de verdade e os processos de singularização que atravessam a construção das subjetividades.

PALAVRAS-CHAVE: Remanescentes de Quilombos, Modos de Subjetivação, Processos de Singularização.

ABSTRACT: We intend to discuss the naturalization of the subject called remnant of Quilombo and policies practices around the self-definition of identity. Thus, from the standpoint of modes of subjectivity and the games of truth (FOUCAULT, 1984) and the processes of individualization (GUATTARI, 2010), we analyzed the academic discourses on the remaining category of Quilombo and some pronouncements of residents of the community of “São José da Serra” to investigate from visibility offered by the discourses and pronouncements games of truth and the processes of individualization that cross the construction of subjectivities.

KEYWORDS: Remnants of Quilombos, Modes of Subjectivity, Processes of Individualization.

¹ Mestre em História pela Universidade Severino Sombra, sendo bolsista da CAPES, e professora do Centro Universitário Geraldo Di Biase.

Desde final da década de 1980, temos visualizado na mídia, no discurso acadêmico e no discurso jurídico a emergência de um sujeito de direito denominado remanescente de quilombo. Ocorre que tanto o sujeito como sua prática política são frequentemente, nestes discursos, relacionados à necessidade de um posicionamento étnico-cultural como forma de assegurar a posse da terra. Esta forma de visibilidade favoreceu que ocorresse ao mesmo tempo uma construção essencializada do sujeito – cujo centro era a identidade étnica – e uma forma de naturalização de sua prática política a partir da necessidade incontornável da autodefinição como condição para acesso ao direito.

Se, por um lado, esta forma de subjetivação da pessoa remanescente de quilombo, em torno de uma identidade, poderia abrir possibilidades para o acesso à terra; por outro, assumir uma identidade significa também assumir um lugar de sujeito que atravessa cotidianamente a vida das pessoas e comunidades que assim se posicionam. Considero este modo de subjetivação como um dispositivo de poder que favoreceu a prática política dos sujeitos identificados como remanescente de quilombo no sentido de tomar pelo menos duas direções não excludentes, porém com configurações diferenciadas que por vezes mesclaram-se durante a luta pela terra.

A primeira prática, em defesa da identidade, configura a luta sem questionar os aspectos essencializadores em torno da identidade dos remanescentes de quilombo. Esta configuração tem sido amplamente visualizada pelos discursos acadêmicos sobre o tema. E a segunda prática, ao investir contra a identidade, inventa modos de subjetivação singulares que problematizam a ideia da identidade como o motor da política e acesso ao direito. Esta configuração não tem sido visualizada nos discursos acadêmicos.

Considero que a tensão entre assumir uma identidade e/ou negá-la deu o tom dos modos de subjetivação em comunidades remanescentes de quilombo como a de São José da Serra. Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar de que forma os pronunciamentos de pessoas identificadas como remanescentes de quilombo podem apontar outras formas de narrar este processo político para além da naturalização de que o posicionamento identitário é única forma política possível para ter acesso à terra e portanto à justiça social.

Como escrever é tomar partido, considero importante destacar que a distribuição de terra é uma questão indiscutível, pois é uma questão de justiça social. Sabemos que ao longo da história do Brasil a concentração de terra foi uma das formas mais violentas de exclusão social de nossa história. O que este artigo questiona é em que medida o condicionamento ao pertencimento identitário como forma de acesso ao direito configura-se em um elemento que mais complica do que facilita a realização da justiça social de forma ampla e irrestrita. Em outras palavras, cria uma sujeição em nome da justiça.

Assim, este artigo interroga sobre os modos de subjetivação que configuraram visibilidades naturalizadas sobre o denominado sujeito remanescente de quilombo e de que forma os modos de subjetivação cotidianamente construídos pelas pessoas definidas como tal apresentam outras possibilidades de se pensar o sujeito e a política.

Para as análises das questões aqui propostas, num primeiro momento, apresento as abordagens teóricas sobre modos de subjetivação, jogos de verdade e singularização. Em seguida, com a finalidade de apresentar a forma como as narrativas acadêmicas vêm tratando a temática, descrevo algumas abordagens acadêmicas sobre o sujeito remanescente de quilombo e sua prática política. Por fim, com a finalidade de visualizar outros modos de subjetivação ausentes na narrativa acadêmica contemporânea, teço algumas análises a partir de pronunciamentos de pessoas da comunidade de São José da Serra.

Modos de Subjetivação, Singularização e Jogos de Verdade

A respeito da concepção de modos de subjetivação foram fundamentais, para delimitação deste artigo, as interlocuções com Foucault (1984, p. 12-13) que as definiu como práticas de constituição de sujeito ocorrendo, simultaneamente, em duas direções. A primeira, grosso modo, seria os modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação e de conhecimento. E, a segunda, como o sujeito ético produz a si mesmo.

A referência sobre o caráter construído, político e situado que envolve os modos de subjetivação remete-nos aos condicionamentos que permeiam este processo. Pois, assumir que os sujeitos se posicionam é diferente de assumir que eles são agentes sob quaisquer condições. É preciso considerar

o fato, apesar de aparentemente óbvio, de que os modos de subjetivação são atravessados pela tensão entre assumir uma identidade e/ou negá-la, são sempre situados em condições específicas de possibilidades.

Desta forma, os modos de subjetivação são as condições de possibilidades para a singularização. A este respeito acrescenta Guattari:

O modo pelo qual os indivíduos vivem sua subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização. (GUATTARI, 2010, p. 42).

Para as análises sobre os modos de subjetivação e os processos de singularização, é basilar não perdemos de vista que ambos os processos não ocorrem fora das suas condições de possibilidades. Esta abordagem, sobretudo em relação à singularidade, é importante porque se afasta da ideia de singularidade como uma prática narcísica de um sujeito autocentrado e, tampouco, advoga a ideia de uma consciência fora da experiência. Considero que estas são as condições de possibilidades históricas que permeiam os movimentos sociais na contemporaneidade. A este respeito acrescenta Guattari:

O que vai caracterizar um processo de singularização é que ele seja automodelado. Isto é capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa constante de dependência do poder global, em nível econômico, em nível do saber, nível técnico, em nível das segregações, dos tipos de prestígios que são distribuídos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus próprios processos, eles passam a ter a capacidade de ler sua situação e aquilo que se passa em torno deles. (GUATTARI, 2010, p. 55).

A esta altura podemos indagar quais configurações políticas esta tensão oferece lutas contemporâneas. Foucault (1995, p. 235) descreve três formas: aquelas que, segundo o autor, por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais, e, por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, que fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a voltar para si mesmo e liga à sua própria identidade de modo coercitivo. Aquelas formas de lutas políticas que se opõe aos efeitos de poder relacionados ao saber, à competência e à qualificação. Desta

forma, são lutas contra os privilégios relacionados ao saber, à competência e à qualificação: lutas contra os privilégios do saber. E, finalmente, aquelas lutas que giram em torno da questão: quem somos nós? Ou seja, estão relacionadas a um sujeito ético, entendido aqui como um sujeito que se reconhece como o sujeito de uma identidade.

O dispositivo jurídico que inventou a categoria “remanescente de quilombo” condicionava acesso ao direito ao pertencimento identitário, ou seja, era necessário se reconhecer como remanescente de quilombo. Como expressa o artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Transitórias): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”.

Ao mesmo tempo em que o dispositivo jurídico idealizou esta subjetividade também condicionou a posse da terra ao seu pertencimento. Este acontecimento jurídico instituiu jogos de verdade em torno das seguintes questões: quem é remanescente de quilombo? Como identificá-los? Que direitos possuem? Assim, considero que os modos de subjetivação do sujeito ético e os processos de singularização não ocorreram fora destes jogos de verdade e destas relações de poder, mas, sobretudo, estes elementos são suas condições de possibilidades históricas.

A esta altura é importante acrescentar que a narrativa sobre as práticas de subjetivação não pode configurar-se na tentativa de descobrir que modos de subjetividades são verdadeiros ou falsos em si mesmos, mas que jogos tornam verdadeiros ou falsos as subjetividades. Sobre os jogos de verdade sintetiza Foucault:

Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos, mas uma análise dos “jogos de verdade” dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de que jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo? (FOUCAULT, 1984, p. 13).

Dito de outra forma, em que jogos de verdade tiveram que entrar as comunidades que quisessem acessar o direito à terra? Que identidade ou verdade sobre si deveriam assumir ou produzir? Quem legitimaria esta

verdade? O que é ser um remanescente de quilombo? Quem poderia definir verdadeiramente?

A Categoria Remanescente de Quilombo no Discurso Acadêmico

Os discursos acadêmicos participaram destes jogos de verdade criando e legitimando subjetividades.

Sobre o caráter inventivo do discurso acadêmico, sobretudo o historiográfico, Jenkins (2009, p. 23) colabora ao dizer que a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo e que embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vemos) eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. Considerando que percepção que temos sobre os sujeitos não existe fora dos significados que a eles são atribuídos, faz-se necessário analisar as concepções construídas no campo acadêmico sobre os remanescentes de quilombo.

Sobre os trabalhos que discutiram a categoria remanescente de quilombo, selecionei abordagens de historiadores e antropólogos. Esta escolha se justifica porque, na década de 1990, ambas as disciplinas, estiveram diretamente envolvidas nas questões sobre os remanescentes quilombos e, em certa medida, constituíram-se como campos especializados sobre a temática. Este acontecimento delimitou-se desta forma porque o dispositivo jurídico elegeu a identidade cultural como elemento definidor das políticas públicas.

Assim, historiadores e antropólogos foram designados para a elaboração dos chamados Laudos de Identificação, que, para fins de aplicabilidade dos dispositivos jurídicos, eram documentos contendo análises sobre aspectos históricos e culturais do grupo que reivindicava o pertencimento à categoria (ALMEIDA, 2010, p. 69).

Com efeito, esta atribuição também favoreceu que os pesquisadores, ao se depararem com a multiplicidade de grupos que se posicionavam como quilombola, percebessem a necessidade de produzir novos significados sobre o conceito de quilombo, para além das configurações tradicionais como “refúgio de negros fugidos” ou abordagens em torno apenas das evidências materiais, como sítios arqueológicos ou vestígios (ALMEIDA, 2010, p. 70).

No discurso historiográfico, no final década de 1980, consolidou-se uma abordagem no campo da História Social que, guardada as diferenças entre os autores, logrou problematizar imagens sobre os quilombos. Publicado em 1996, destaca-se nesta direção o livro, “Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil”, organizado pelos historiadores Flávio dos Santos Gomes e João José Reis. A obra reuniu dezessete artigos de diversos pesquisadores sobre o tema quilombo, sendo que grande parte dos textos foram produzidos por historiadores. O recorte temporal aproximado que permeou as análises foi entre os séculos XVII e XIX em variadas regiões do país.

Na introdução, João José Reis e Flávio dos Santos Gomes apesar de destacarem as múltiplas narrativas sobre os quilombos ressaltaram que tomados em conjunto os textos, contidos no livro, representavam uma nova abordagem sobre os quilombos porque seus autores desistiram da busca das sobrevivências africanas nos quilombos e, ao mesmo tempo, afastaram-se da rigidez do marxismo convencional, abordagens presentes na historiografia sobre o tema entre os anos 1930 e 1980 (REIS; SANTOS, 1996, p. 13).

Esta abordagem renovada, segundo Reis e Gomes, foi possível porque os autores incorporaram a seu universo de pesquisa preocupações como: o diálogo com a antropologia social; a renovação da historiografia marxista; um cuidado ampliado com os documentos e análises de fontes manuscritas e orais. Essas mudanças, afirmam Reis e Gomes, ampliaram o conhecimento historiográfico sobre os quilombos (REIS; GOMES, 1996, p. 9-14).

Tomados em conjunto os textos do livro delinearam as seguintes conceitualizações sobre a categoria quilombo:

- O isolamento e marginalidade dos quilombos em relação à sociedade circundante era um mito, pois as pesquisas documentais daqueles autores revelaram complexas e variadas redes de sociabilidades entre os quilombos e o seu entorno (RAMOS, 1996, p. 165; GOMES, 1996, p. 285; MAESTRI, 1996, p. 326; CARVALHO, 1996, p. 416-417).
- Os quilombos não eram formados apenas por negros fugitivos. As pesquisas revelavam a presença de outros grupos étnicos dentro daquelas formações. Esta abordagem colaborava para desconstruir uma imagem cristalizada, sobretudo a respeito de Palmares, onde a pesquisa arqueológica, realizada na década de 1990, revelava a presença de diversos

grupos étnicos; problematizando inclusive a ideia de Palmares símbolo da resistência “negra” (FUNARI, 1996, p. 46-47; RAMOS, 1996; VOLPATO, 1996, p. 236; FUNES, 1996, p. 470).

- A organização interna dos quilombos não representava inequivocamente uma alternativa à sociedade escravista, pois em alguns quilombos havia, inclusive, a presença da escravidão (REIS, 1996, p. 332).

Ocorre que, apesar das novas configurações para o termo quilombo propostas pela historiografia, na década de 1990, isso não significou que os historiadores deixaram de traçar linhas de contato entre o projeto político do passado escravista e a luta contemporânea em torno da terra.

GOMES (2003, p. 463) no texto, “Sonhando com a terra, construindo a cidadania”, enfatiza a continuidade histórica entre o projeto de cidadania dos antigos quilombos com os quilombos contemporâneos, destacando a recuperação histórica dos quilombos, pelos últimos, como um importante capítulo de lutas em torno do acesso à terra. O autor avalia ser fundamental incluir no debate contemporâneo sobre a reforma agrária a questão étnica, especialmente as experiências do cativo, como forma de assegurar o direito à terra contemporaneamente.

O Fiabani em, “Novos Quilombos: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008)”, traça uma linha de continuidade entre as lutas do passado e do presente, destacando que a especificidade da luta pela terra, a partir da década 1990, era a questão identitária nas comunidades. Segundo o autor, o termo quilombola

Pode ser identificado com um sujeito consciente de seus direitos étnicos, capaz de autodefinir-se, como tal dotado de relação territorial específicas, com pressunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência histórica e que a titulação dos territórios garantirá a sobrevivência destas comunidades com suas culturas e tradições. (FIABANI, 2008, p. 228).

A perspectiva de naturalizar a relação inequívoca entre a obtenção de um direito e uma consciência identitária presentes nas abordagens de Gomes e Fiabani estão em consonância com a proposta de ressemantização do termo proposta pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia) que, em 1994, propôs a ressemantização do termo *quilombo* para fins de aplicabilidade do artigo 68 do ADCT nos seguintes termos:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelado, mas sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. (O'DWYER, 1995).

O documento procura contornar os limites impostos, à época, pela política pública, que defendia o enquadramento na categoria por meio de vestígios materiais. Para tanto, propõe a substituição do pertencimento material pelo pertencimento cultural/simbólico, descrevendo práticas cotidianas pela manutenção e reprodução dos modos de vida característicos como definidores da identidade. Em outras palavras, o documento reafirma a necessidade do pertencimento identitário como uma forma de obtenção da terra.

Arruti (2008, p. 30) com uma visão problematizadora sobre a abordagem contida no documento da ABA, no que tange aos critérios definidores da categoria remanescente de quilombo, denuncia que, em primeiro lugar, tal documento não questionou a necessidade de atribuição político-jurídica como uma forma de identificação das comunidades remanescente, e, em segundo lugar, que o uso da redução sociológica “remanescente” a uma grande variedade de categorias locais é uma forma abstrata de definição. Assim para contornar as abstrações e o caráter autoritário das definições externas feitas por antropólogos, o autor defende a autodefinição das comunidades e as incorporações de suas categorias locais como critérios válidos no processo de identificação de uma comunidade como remanescente de quilombo.

De forma explícita, Arruti problematiza o caráter autoritário das definições feitas por pesquisadores, mas não consegue desvinciliar-se da necessidade da identidade como um caminho político para obtenção do direito. Apesar de propor a autodefinição ele parte novamente da necessidade em assumir uma verdade sobre si como forma de assegurar um direito.

Como propôs Arruti será que apenas narrar experiências locais e suas autoatribuições basta para problematizar o caráter autoritário do dispositivo jurídico? Os modos de subjetivação locais representariam a negação dos modos de subjetivação jurídica e acadêmica?

Muitas as abordagens, nesta direção, ao contrário de problematizarem o sujeito, partiram da categoria como um dado e, portando, não conseguiram desnaturalizar a relação entre direito e identidade. Esta perspectiva foi assumida pela historiadora Hebe Mattos em relação à comunidade de São José, no texto “Novos quilombos: re-significação da memória do cativo entre os descendentes da última geração de escravos”.

Ao buscar responder que estratégias foram possíveis para a permanência dos descendentes dos escravos na Fazenda de São José da Serra, no tempo presente, a autora conclui que os novos significados atribuídos às antigas práticas culturais de origem africana realizadas em São José, no tempo presente, faziam parte de um agenciamento coletivo, e foi justamente esse aspecto que assegurou a permanência do grupo nas terras da fazenda de propriedade particular desde o final da abolição (MATTOS, 2005, p. 295).

Para a autora, o aspecto singular, deste agenciamento, foi o fato de o grupo acionar uma memória do cativo para legitimar a posse de suas terras – uma memória que, segundo a autora, já estava presente mesmo antes da aprovação do dispositivo legal e que era o elemento central na construção identitária do grupo no tempo presente (MATTOS, 2005, p. 297).

Neste sentido, autora toma a memória do cativo como um dado pre-existente ao grupo – é como se a memória do cativo já existisse entre os moradores da comunidade – como um dado da realidade, e, no tempo presente, emergisse pelo processo que estavam vivendo. Mattos embora procure narrar uma experiência local, ao preocupar-se na busca pelas origens identitárias, não visualizou os modos de subjetivação produzidos pelo grupo, que naquele momento, poderiam problematizar a ideia de uma identidade fundante. Considero que muito embora a historiadora desejasse narrar os agenciamentos dos moradores de São José da Serra acabou construindo uma narrativa que silenciava as experiências que fragmentavam a identidade por ela mesma estabelecida.

O problema desse discurso é que embora, por um lado, tenha como objetivo valorizar as práticas e conquistas coletivas, por outro lado, ele também totaliza a experiência do grupo no presente a partir de elementos do passado

e, principalmente, não questiona a relação inequívoca que se estabeleceu nos discursos jurídicos, a partir da década de 1990, entre a obtenção de um direito e uma necessidade de um posicionamento identitário.

Com efeito, estas abordagens acadêmicas construíram significados sobre os remanescentes de quilombo, suas práticas políticas que privilegiaram as seguintes visibilidades:

- O sujeito remanescente de quilombo é identificado a partir de uma identidade étnica-cultural construída na experiência coletiva do grupo com referência ao tempo do cativeiro.
- A prática política para obtenção do direito remanescente de quilombo faz-se a partir de um posicionamento identitário. Ou seja, uma tomada de consciência.
- As narrativas acadêmicas, sobretudo historiográficas, em nome valorizar os agenciamentos coletivos, preocuparam-se em sublinhar as origens destas experiências no presente. Esta opção narrativa não favoreceu a visibilidade de experiências locais que problematizam inclusive o posicionamento identitário como a única forma de ter acesso ao direito.

Em suma, estas narrativas não romperam com a presunção de ter de haver uma base unificadora (identidade) para ter acesso à justiça social.

Outras Subjetividades

A análise sobre os modos de subjetivação realizados cotidianamente por pessoas definidas como remanescentes de quilombo, como da comunidade de São José da Serra pode ajudar-nos a problematizar a ideia que há uma verdade incontornável sobre o sujeito remanescente de quilombo, e esta verdade é assumida sem reservas pelos sujeitos com a única forma de acesso à terra.

O uso de pronunciamentos orais, neste trabalho, afasta-se da abordagem que considera seus usos como uma possibilidade de “dar voz às pessoas”, perspectiva que considero ingênua e arrogante. Ingênua porque considera a linguagem como transparente e não como uma prática discursiva que mais do que se referir à realidade participa da sua invenção. Arrogante porque reforça o papel do pesquisador como alguém que autoriza a fala do outro. A minha abordagem a respeito do uso de fontes orais assume o aspecto intersubjetivo como uma das suas condições de produção e uso.

Assim, interessa-me, nas análises destes pronunciamentos orais, problematizar: a) De que forma os modos de subjetivação cotidianamente construídos pelos remanescentes de quilombo apresentavam outras visibilidades sobre as pessoas identificadas como quilombolas? b) Que condições de possibilidades históricas e jogos de verdades configuram os modos de subjetivação criados cotidianamente por pessoas definidas como remanescente de quilombo, como as de São José da Serra?

Para tanto, analisarei os pronunciamentos de Antônio do Nascimento, Rosimere do Nascimento Fernandes e Tereza Gonçalves, moradores de São José da Serra e lideranças políticas da comunidade.

A comunidade, onde vivem Antônio, Tereza e Rosimere, é denominada para fins jurídicos como Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda de São José da Serra, e fica situada no Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro – no distrito de Santa Isabel do Rio Preto – pertencente ao município de Valença. Vivem hoje na comunidade cerca de 120 pessoas que foram identificadas como remanescentes de quilombo e deste então aguardam a titulação das terras ocupam.

A fala de Antônio do Nascimento Fernandes, presidente da Associação de moradores, em conferência dada a um grupo de pesquisadores do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense, em 2003, chamou-me atenção pela percepção que revela sobre da relação que se impõe entre a identidade e o acesso a um direito.

Parece que a constituição federal em 1988, né? Foi publicado uma lei em 88 e 98 parece que a Doutora Hebe foi mais um pessoal aí, sabendo da comunidade, ligou para mim. Botamos a idéia de quilombo na cabeça e foi lá e fez esse trabalho na Comunidade eu falei assim: “nós somos mesmo aqui a gente só vive da terra, mesmo, ninguém sabia que era Quilombo não. Que era dos negros mesmo. Aí ela falou: “Vocês são Quilombo. Mas só com o laudo da comunidade, que a gente reconhece o que é da comunidade. (FERNANDES, LABHOI, 2003).

A fala de Fernandes explicita os jogos de verdade e as relações de poder que atravessaram o processo de subjetivação como remanescente de quilombo. Primeiro porque Fernandes confere autoridade e legitimidade à historiadora Hebe Mattos, autora em 1998 do laudo de Identificação para defini-los como quilombolas. Esse elemento não é gratuito, pois as políticas públicas, na década de 1990, designaram pesquisadores para construírem os Laudos de Identificação, e estes pesquisadores falam de um lugar que

é a instituição acadêmica legitimada pela sociedade para definir quem é remanescente de quilombo. Antônio do Nascimento Fernandes ressalta “ninguém sabia que era quilombo não”, mas, quando a “Doutora Hebe” falou, eles botaram a ideia de “quilombo na cabeça”.

Segundo elemento que merece destaque, na fala de Fernandes, foi o fato de, apesar de dizer que foi a “Doutora Hebe” que os denominou como remanescente de quilombo, também fazer questão de reforçar que esta denominação foi feita com base em uma verdade preexistente ao contexto legal “nós somos mesmo aqui a gente só vive da terra”. Assim, faltava para o grupo, na aceção de Fernandes, apenas tomar consciência e, a partir dela, lutar pela terra.

Como destaquei anteriormente o fator identidade, em torno de aspectos étnico-culturais, foi um aspecto que configurou os discursos legais e acadêmicos a partir de 1990, e que possivelmente o posicionamento político de Fernandes, como presidente da Associação de Moradores, à época do depoimento, está relacionado a esta concepção de fazer política que naturaliza a luta política a partir do pertencimento identitário. Deste modo, “botar a ideia de quilombo na cabeça” era uma forma de tomar consciência também do direito.

Mas será que a posição de Fernandes era a única possível entre as lideranças políticas de São José da Serra? A fala de Tereza Gonçalves Fernandes, primeira secretária da Associação de Moradores da comunidade à época do depoimento, em 2005, no documentário “Sementes da Memória”, aponta questionamentos a este respeito. Ao ser abordada sobre as configurações que as apresentações públicas do jongo tomaram, ela diz:

Para ser sincera eu preferia mais quando era para diversão. Eu dançava com mais liberdade, não tinha que está buscando nada. Não tinha que está dançando a troco de nada. Agora, você vai com aquele compromisso tem que provar para alguém que eu sou da minha comunidade, pra mostrar que sou gente, lá pro presidente, pra alguém vê e te dar um coisa que é sua. Muita gente que visita diz: Nossa, vocês tem que manter isso aqui a tradição! É bonito uma casa de sapé, bonito sem luz. Muita gente falou, mas porque botou luz elétrica? Não devia. Mas como só para manter a tradição vai ficar passando dificuldade. (SEMENTES, 2006).

Tereza questiona a necessidade das apresentações públicas do jongo funcionavam como uma forma de provar que o grupo tem um elemento étnico

cultural para assim obter a terra: “tem que provar para alguém que eu sou da minha comunidade, pra mostrar que sou gente, lá pro presidente, pra alguém vê e te dar um coisa que é sua”. Ela problematiza uma forma de fazer política, não nega a necessidade do direito, porém, investe contra a necessidade que estava se impondo para o grupo de ter que “provar” quem você é para assegurar um direito.

A partir da fala de Tereza, apreende-se uma relação de poder que atravessa os modos de subjetivação impondo uma lei e uma verdade que os indivíduos vivenciam cotidianamente como contribui Foucault (1995, p. 235), uma lei e uma verdade que os sujeitos devem reconhecer em si mesmos e os outros têm que reconhecer nele. Esta forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos.

Outro elemento desconcertante, na fala de Tereza, é seu investimento contra a tradição. O estatuto da comunidade, registrado no Cartório do Primeiro Ofício da cidade de Valença, em 2000, apregoa que um dos deveres dos moradores da comunidade é a manutenção das moradias em seu aspecto “original”, definido como casa de sapé. É contra este discurso que dona Tereza se opõe quando diz “Nossa, vocês tem que manter isso aqui a tradição! É bonito uma casa de sapé, bonito sem luz. Muita gente falou, mas porque botou luz elétrica? Não devia. Mas como só para manter a tradição vai ficar passando dificuldade”.

Como proibir que dona Tereza – sujeito ético – se posicione contrariamente a um discurso que a impossibilita de decidir sobre o aspecto de sua casa? Ela deseja, como todas as pessoas que não se conformam com o lugar onde os discursos totalizantes as colocam, transformar o espaço onde vive em um espaço sobre o qual ela decida.

Tereza parece rejeitar um discurso que seleciona uma identidade da qual ela não poderá se desvincular se quiser receber um direito. Esta fala representa uma forma de luta que investe contra a identidade e propõe uma singularização diante do discurso totalizador em torno da tradição.

Como apontou Foucault (1995, p. 234), as lutas políticas contemporâneas, além de serem econômicas e contrárias às formas de sujeição – à submissão da subjetividade –, estão se tornando cada vez mais importantes à medida que, contemporaneamente, o dispositivo jurídico exige que as pessoas assumam uma identidade. Parece-me que é esta visibilidade que o depoimento de D. Tereza nos apresenta.

Na direção de Tereza, questionando a naturalização da identidade, o depoimento de Rosemeire Gonçalves Nascimento apresentou-me outras visibilidades sobre o jogo político no processo de subjetivação como remanescente de quilombo. Rosemeire Gonçalves, à época, fazia parte do conselho fiscal da Associação de moradores de São José da Serra.

As pessoas têm que entender isso: a gente dança o jongo, não que a gente não se diverte com o jongo, mas a gente tem que gostar de outras coisas. A gente tem que gostar de forró, tem que gostar de funk, tem que gostar de tudo um pouco. [...] a gente não pode deixar morrer a nossa cultura, mas a gente não tem que ficar parado no tempo só porque a gente dança o jongo. O funk não é só para branco e o jongo não é só para negro. Mas é claro que não deixando acabar nossa cultura. Porque a gente não tem que ser bom pros outros, não tem ser bonito pros outros, tem que ser bom para gente. (SEMEN-
TES, 2006).

Rosimere ao mesmo tempo em que parte de uma subjetividade dada, quando diz que eles não podem deixar “morrer” a cultura, problematiza a ideia de um projeto identitário que os atrela ao passado: “mas a gente não tem que ficar parado no tempo”.

Deste modo, oferece-nos visibilidade sobre existente tensão entre dois modos de subjetivação. Um que assume a identidade e outro que problematiza os significados atribuídos a esta identidade. Esta tensão faz com que ela proponha modos de subjetividade singularizantes: “a gente não tem que ser bom pros outros, não tem ser bonito pros outros, tem ser bom para gente”.

As visibilidades oferecidas nestes pronunciamentos problematizam três dimensões sobre o tema remanescente de quilombo na contemporaneidade: o sujeito, a sua prática política e a forma de narrar suas experiências.

Primeiro, a análise sobre os modos de subjetivação analisados nestes pronunciamentos à medida que ofereceu outras visibilidades sobre modos de subjetivação produzidos por pessoas definidas como remanescentes de quilombo, como da comunidade de São José da Serra, problematiza a ideia que há uma verdade incontornável sobre o sujeito remanescente de quilombo.

Segundo, considero que os modos de subjetivação analisados, neste artigo, questionam a abordagem – que emergiu na década de 1990 – sobre direito e política que naturalizou a obtenção do direito somente por meio do pertencimento identitário tal como vêm ocorrendo, no Brasil contemporaneamente, com as comunidades remanescentes de quilombo.

Considerando que análises sobre os modos de subjetivação sobre pessoas de comunidade quilombolas como as de São José fornecem visibilidade sobre o caráter descontínuo, fragmentário e sutil que atravessam os modos de subjetivação, avalio que estas visibilidades forçosamente demandarão uma forma de narrativa histórica mais biográfica e anedótica, portanto, menos explicativa em relação às origens identitárias, e assim que se preocupe em explicitar os jogos de verdade que atravessam o processo (VEYNE, 1982).

Para finalizar, é importante reiterar que as análises sobre os modos de subjetivação podem colaborar para a percepção de que o acesso à terra para as pessoas negras e pobres, neste país, não pode continuar sendo pautado por nenhum tipo de sujeição do tipo: ser ou não ser remanescente de quilombo. É uma questão de justiça social e ponto.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina (Org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 233-243.

ALMEIDA, Mariléa. **Não queremos ser vistos como artistas**: a comunidade negra remanescente do Quilombo de São José (1997-2007). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2010.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo (Org.). **Raça**: perspectivas antropológicas. Rio de Janeiro: ABA; Campinas: Ed. da Unicamp; Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Marcos Joaquim M. O quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 407-430.

FIABANI, Adelmir. **Novos quilombos**: a luta pela terra e afirmação étnica no Brasil (1988-2008). Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Unisinos, São Leopoldo, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia de Palmares: sua Contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 26-50.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-248.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos; V).

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. P. 447-446.

_____. Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 263-289.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAESTRI, Mário. Pampa negro: Quilombo no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 291-330.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terra de quilombos. In: XIX Reunião Brasileira de Antropologia, 1995, Niterói. Anais... Rio de Janeiro: ABA, 1995.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Resistência negra em área de fronteira. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 213-238.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-190.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 164-190.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**: Foucault Revolucionaria a História. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

Filmografia

SEMENTES da memória. Produção de Ana K. Brenner, Beatriz Pinheiro, Clara Belato, Lila Almendra, Luciano Dayrell, Paulo Carrano, Priscila Bastos. Rio de Janeiro: Observatório Jovem UFF, 2006.

Pelos meandros da história oral: cotidiano e narrativas de mulheres trabalhadoras

Reginaldo Guiraldelli*

RESUMO: A predominância feminina em alguns espaços do mundo do trabalho é um dado inquestionável diante da divisão sexual do trabalho e de formas de discriminação e preconceito de gênero que se sustentam na sociedade atual. A partir desse pressuposto, o respectivo texto, resultado de uma pesquisa mais abrangente, aborda de forma sucinta as experiências e vivências de trabalhadoras inseridas no ramo da confecção. Como enfoque metodológico, utilizou-se do recurso da história oral, em sua modalidade história de vida, com vistas a capturar o máximo de informações possíveis para a compreensão desta complexa face da realidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Mulher; História Oral.

ABSTRACT: The female predominance in some areas of the world of work and a given unquestionable before the sexual division of labor and of forms of discrimination and prejudice of gender that is sustained in current society. From this assumption, the text, which is the result of a broader research, addresses briefly on the experiences of workers included in the branch of confection. As methodological approach was used in the use of oral history, in their modality life history, with a view to capture the maximum amount of information possible for the understanding of this complex face of social reality.

KEYWORDS: Work; Women; Oral History.

* Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Contato: reginaldog@unb.br ou reguiraldelli@hotmail.com.

O cotidiano de mulheres trabalhadoras no contexto da divisão social e sexual do trabalho em tempos de reestruturação produtiva são elementos norteadores deste texto que demarca como lócus analítico a indústria da confecção no município de Divinópolis, localizado na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais, sem perder de vista sua interação amplificada com a dinamicidade de uma conjuntura política, econômica, ideológica e sociocultural presente na estrutura organizacional da produção na contemporaneidade.

Situar o universo da confecção como eixo de abordagem requer um olhar acerca dos contornos da organização produtiva nesse setor econômico, caracterizado pela divisão social e sexual do trabalho com visível presença do contingente feminino nas diversas fases da atividade confeccionista, sobretudo na costura.

Tendo em vista o predomínio de mulheres nesse ramo produtivo, objetivamos, por meio da metodologia da história oral, compreender de forma aproximativa as condições de vida, de trabalho e o cotidiano das trabalhadoras da confecção.

Sob esse prisma, a história oral, compreendida como um procedimento metodológico interdisciplinar contribui na produção do conhecimento que se caracteriza, em especial, pela atenção aos *grupos silenciados e excluídos socialmente*, priorizando suas raízes, seu cotidiano, a vida privada e suas territorialidades e, desse modo, “[...] procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais.” (LOZANO, 2006, p. 16).

Diante desse esboço e seguindo os propósitos deste texto que se orienta nas narrativas das trabalhadoras da confecção, vale ressaltar que pensar o cotidiano das mulheres, a partir de suas experiências, requer um mergulho pela história oral de vida desse segmento, pois,

Até bem pouco tempo, a história das mulheres foi ignorada pelos historiadores, em parte porque a vida delas, ligada ao lar ou ao trabalho desorganizado ou temporário, muito frequentemente transcorreu sem ser documentada. [...] toda uma série de estudos sobre as mulheres no trabalho – no campo, nas fábricas, no serviço doméstico, na guerra, na fronteira – e também, ainda que com menos frequência, em casa e na família. O descaso total por esse campo faz com que entrar nele cause a emoção de uma viagem de descoberta. (THOMPSON, 2002, p. 134).

Portanto, a partir desse cenário, torna-se necessário contextualizar a realidade das trabalhadoras da confecção, inseridas no espaço produtivo e em uma temporalidade marcada pela precarização das relações sociais e do trabalho. De acordo com essa premissa, tal realidade é cerceada de rupturas, permanências, objetividade, subjetividade, num constante *devir* histórico.

Ao relatar suas histórias de vida, as trabalhadoras definem seu lugar na sociedade e a forma com que estabelecem suas relações sociais.

A decisão de enfatizar a mulher trabalhadora condiz com a presença maciça desse segmento no setor da confecção, sendo o contingente feminino significativo tanto na esfera fabril, ou seja, no espaço interno das indústrias, quanto no trabalho domiciliar, marcado pela informalidade e precariedade.

Destarte, a partir das narrativas respaldadas nas histórias de vida das entrevistadas, pôde-se constatar que a maioria dessas mulheres possui elementos em comum como, por exemplo, terem vivido, em muitos casos, processos migratórios diante das precárias condições de vida nos seus locais de origem e a busca por outros territórios objetivando melhorias na satisfação de suas necessidades vitais e perspectivas de trabalho.

As costureiras entrevistadas, que totalizaram 10 (dez), sendo 5 (cinco) delas trabalhadoras fabris e 5 (cinco) trabalhadoras domiciliares não são naturais de Divinópolis e migraram, juntamente com seus familiares, em busca de mobilidade social e de projetos de vida a partir da inserção no mundo do trabalho. Outro aspecto importante de se apresentar é o estado civil dessas mulheres, sendo bem diversificado, pois há mulheres solteiras, casadas e separadas, o que demonstra a inserção de todas elas na estrutura produtiva.

Também pôde ser apreendido, com base em tais relatos, que essas mulheres vivenciaram fases de privações e dificuldades financeiras em diversos períodos da vida, perpassadas pela infância, adolescência e fase adulta.

A partir da vivência de situações de miserabilidade no contexto familiar, esses grupos buscaram, por meio de processos migratórios, melhores condições de vida e de trabalho.

Também é possível observar no íterim das experiências narradas pelas mulheres, alguns elementos em comum que circundam suas vidas, como

as dificuldades para atender as necessidades de sobrevivência e, inclusive, a inserção desde a infância no mundo do trabalho como alternativa de contribuir para o sustento familiar. Tal fato é constatado nas narrativas de algumas costureiras, conforme citado abaixo:

Eu sempre trabalhei desde os 11 anos, eu sempre tinha o meu dinheirinho e ajudava minha mãe. Ajudava a controlar o dinheiro também, o que é melhor pra você comprar, porque muita coisa você compra se tiver dinheiro disponível. Nesse sentido, de estar ajudando com as despesas. Isso aí eu não descuido até hoje. (COSTUREIRA 1, 39 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).¹

A gente morou na roça a vida inteira. Eu vim pra cá, eu já tava velha já. Não tinha escola, nem nada. E os pais também não incentivaram os estudos não. Mesmo se a pessoa buscasse na roça querendo estudar o filho, o pai não deixava, tinha que trabalhar. Eu já pensei em voltar a estudar. Ah, mas agora depois de velha... É que eu vi na televisão aquelas mulheres de 71 anos estudando, aprendendo escrever o nome. (COSTUREIRA 2, 56 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Era muito bom, a gente tem saudade da roça, quando a gente morava lá por causa da infância da gente, que era totalmente diferente da infância dos meninos de hoje. Era uma vida boa, era muita fartura, era bem farturento assim, era uma situação financeira média. Mas na minha adolescência piorou, foi quando teve a separação dos meus pais, aí foi uma fase mais difícil. Eu e meu irmão mais velho teve que trabalhar pra ajudar nas despesas da família. (COSTUREIRA 3, 34 anos, separada, costureira fabril).

Os diversos períodos da história de vida que estão imbricados no cotidiano das mulheres demonstram fatores significativos na trajetória dessas trabalhadoras, como, por exemplo, a dinâmica escolar, a gravidez na adolescência, dentre outros quesitos que podem ser observados por meio dos relatos.

Frequentei até oitava série e saí de bobeira. Fiquei grávida. Foi a gravidez, aí logo em seguida casei. Porque eu parei a quarta série com dez anos e voltei a estudar com dezessete anos porque eu morava na roça. Então quando a gente veio pra cá que eu comecei a estudar

¹ Utilizamos neste artigo a abreviação COSTUREIRA 1, COSTUREIRA 2 e assim sucessivamente como forma de manter o anonimato das trabalhadoras e garantir os preceitos éticos da pesquisa científica. Merece ser destacado que este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNESP, campus de Franca, no ano de 2009.

de novo. Vontade eu tinha de voltar de estudar. Quando eu falei que ia voltar, eu fiquei grávida de novo e é difícil com criança pequena, a gente trabalha o dia todo. (COSTUREIRA 3).

A fala da costureira 3 elucida uma sociedade sustentada por relações de gênero assimétricas e hierarquizadas em que as mulheres assumem as responsabilidades pelo cuidado com os filhos e com os demais afazeres domésticos e, por isso, são “obrigadas” a abandonar outros projetos como ocorre, por exemplo, com o abandono da vida escolar para cumprir seu papel social de mãe e esposa.

Outros relatos também evidenciam a mesma problemática, como se conclui abaixo.

Eu estudei até a sétima série e parei porque engravidei aos 18 anos. E não quero voltar a estudar porque eu não gosto de deixar meus meninos com os outros, então assim, pra você estudar você tem que ter horário, então você depende de uma pessoa pra tá olhando, então por enquanto ainda não vou estudar. (COSTUREIRA 4, 29 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Quando eu tava na quinta série, eu comecei a namorar, aí só matava aula, aí eu parei de estudar e casei, casei grávida. Casei com dezesseis pra dezessete anos, aí que eu parei de estudar, por isso, motivo maior foi namoro na escola, não queria estudar, minha mãe falou é melhor você largar. Eu já pensei em voltar várias vezes já até peguei meu histórico na escola, só que por causa de trabalho, a gente chega tão cansada em casa, tem que fazer janta, aí a hora que eu penso. Mas esse ano eu até tive muita vontade de voltar a estudar, mas desanimei demais, até tinha um negócio pra voltar a estudar aqui na escola pertinho, dois quarteirões daqui. Só que desanimei demais, cansaço mesmo, porque igual eu chego 20:00, 21:00 horas em casa, não tem hora pra você parar, então falei como que eu vou estudar, não tinha como. Eu tinha muita vontade de formar. Mas aí eu penso na minha idade porque eu tenho 38 anos, até eu tirar vou estar com 40 e tantos. Aí também não vou conseguir um emprego, porque com 40 e tantos é mais difícil conseguir emprego. Aí fica aquele preconceito, porque a pessoa acima dos 45 é mais complicado. Então eu penso que é bobagem eu voltar a estudar. Interessante é meus filhos estudar. (COSTUREIRA 5, 38 anos, casada, costureira fabril).

A costureira 5, traz, em sua fala, algumas questões interessantes para serem problematizadas, tendo em vista o desligamento dos estudos em detrimento do casamento e da gravidez, o que já expressa sua posição

feminina naturalizada na sociedade como mãe e esposa. Não obstante, aponta o desgaste e o cansaço com o trabalho mediante as exigências que são colocadas aos trabalhadores frente ao complexo de reestruturação produtiva e a lógica da produtividade, concorrência e lucro. Nesse contexto, justifica a dificuldade de conciliar uma atividade remunerada com os estudos e também ressalta a discriminação no mundo do trabalho com aqueles que possuem uma idade superior aos 40 (quarenta) anos, que muitas vezes são expulsos da produção por representarem um segmento “improdutivo” para o capital.

Não obstante, seguindo o propósito de pensar a vida cotidiana dessas mulheres trabalhadoras, é importante contextualizar os diversos ângulos das relações humanas permeados de atividades que se configuram, muitas vezes, como rotineiras, repetitivas, fragmentadas e alienantes. Tal esfera do cotidiano também se constitui de ambivalências em que se conjuga o mundo real e o fictício, o abstrato e o concreto, o homogêneo e o heterogêneo. Porém, não se pode reduzir a concepção de cotidiano aos caracteres mencionados, tendo em vista que é, também, na vida cotidiana que se organizam os espaços de resistências, lutas e possibilidades de transformação de uma realidade social. Para tanto, compreender a vida cotidiana como este espaço de possibilidades de um *devir histórico* é apreendê-la não meramente de forma fragmentada, mas em sua totalidade, que para Kosik é

[...] realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo. (KOSIK, 1989, p. 44).

Mesmo com o objetivo de apreender o cotidiano das trabalhadoras da confecção tendo como prisma uma análise de totalidade, pode-se considerar que seria impossível apreender toda a dinâmica das experiências, vivências, cotidiano de trabalho e relações sociais dessas mulheres, tendo em vista que a realidade é muito mais rica e complexa do que permite o olhar limitado do pesquisador.

Por isso, capturar tal totalidade é situar o cotidiano em um movimento histórico e processual, pois “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico [...]” (HELLER, 1985, p. 20). Para isso é fundamental compreender a dinamicidade das relações sociais em um determinado contexto e em suas diversas nuances, permeadas por relações de dominação e poder, tendo em vista recortes de gênero, classe, raça/etnia, nacionalidades e geração, para buscar estratégias de rupturas com a *fetichização, alienação e imediatividade* do real.

Com respaldo nas reflexões de Heller (1985, p. 37), “[...] a alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade.”²

A vida cotidiana, dotada de heterogeneidades, hierarquias e complexidades, se insere nas formas de sociabilidade humana e se torna reflexo de um tempo histórico sendo, muitas vezes, uma cotidianidade não consciente e naturalizada.³

Nesse horizonte, “[...] a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais.” (HELLER, 1985, p. 39).

É na cotidianidade, entendida como conjunto de conexões interagentes que demarcam a vida humana, que a fantasia/imaginário e a realidade se interpenetram. Sendo assim, é imprescindível buscar, nesse cotidiano, apreender a teia complexa de elementos que circunda as relações sociais.

Por isso, é preciso considerar que as mudanças nos valores, nas crenças e no *habitus* de uma sociedade implicam em alterações na cotidianidade, visto que o cotidiano só é válido na medida em que se torna funcional em um determinado sistema societário.

Ao extrapolar as fronteiras da singularidade e atingir a genericidade humana, fazendo os seres humanos ultrapassarem as barreiras do “eu”

² Para a autora, partindo de um embasamento na tradição marxista, “Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção.” (HELLER, 1985, p. 38).

³ Conforme apontado por Martins (2000, p. 108) “A cotidianidade não é, nem pode ser, vaga substantivação de um adjetivo da moda, [...] Ela é substantivamente a consciência do lugar das contradições na era do cotidiano. Ela é o momento da história que parece dominado pelo repetitivo e pelo que não tem sentido.”.

e apreenderem a dimensão do “nós”, é possível pensar em uma forma histórica em que a liberdade possa ser imperativa. A partir disso, os seres humanos poderão se reconhecer enquanto indivíduos, com suas individualidades, singularidades, particularidades e, também, como representantes de um conjunto social e humano-genérico, ou seja, como seres sociais que sentem, agem, pensam, desejam e se relacionam. A partir dessa conjunção é possível imprimir sentido ao processo histórico, substancial para o desenvolvimento da sociedade, na medida em que o indivíduo produza “[...] as possibilidades de sua própria essência, ao elevar-se através da hominização acima do reino animal [...]” (HELLER, 1985, p. 15).

Na concepção de Heller (1985), existem alguns elementos que contribuem para ultrapassar o campo da singularidade para o da genericidade, como o trabalho, a arte, a moral e a ciência. Esses espaços são fundantes para germinar os processos de rupturas com o mundo *reificado* e fragmentado, buscando outras formas de sociabilidade.

Na contemporaneidade, estando o trabalho dimensionado ao seu substrato de produção de mercadorias, sob a égide do capitalismo, a fim de obtenção de lucros, tal atividade abandona seu caráter vital de processo criador e criativo, ou seja, seu ideário concreto, para assumir uma configuração abstrata e alienante, engendrando um movimento de estranhamento dos trabalhadores, o que pode contribuir para uma ausência de criticidade acerca do real.⁴

O trabalho se dividiu em milhares de operações independentes e cada operação tem seu próprio operador, seu próprio órgão executivo, tanto na produção como nas correspondentes operações burocráticas. O manipulador não tem diante dos olhos a obra inteira, mas apenas

⁴ O pensador Karl Marx, em sua obra *O Capital*, ao situar o trabalho no contexto do modo de produção capitalista pondera que: “Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade ‘objetiva’, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria.” (MARX, 2006, p. 83). Conforme elucidado pelo pensador, “Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.” (MARX, 2006, p. 68). Em suma, o trabalho concreto é produtor de valores de uso, ou seja, o resultado do trabalho humano tem utilidade para satisfazer as necessidades vitais da humanidade. Já o trabalho em seu formato abstrato, produz valores de troca, que é resultante da produção de mercadorias para atender a lógica da acumulação sob relações sociais capitalistas baseadas na compra e venda da força de trabalho.

uma parte da obra, abstratamente removida do todo, parte que não permite a visão da obra no seu conjunto. O todo se manifesta ao manipulador como algo já feito; a gênese para ele existe apenas nos particulares, que por si mesmos são irracionais. (KOSIK, 1989, p. 74).

Assim, em tempos precarizados, subjugados aos ditames do capital internacionalizado e de reificação das relações sociais, verifica-se o esvaziamento do exercício político de sujeitos coletivos e o enfraquecimento das bases representativas dos trabalhadores, o que implica em pensar e (re)pensar formas de enfrentamento e resistência diante do estabelecido, para que os trabalhadores ultrapassem o nível da singularidade e imediaticidade do real fetichizado e se reconheçam na dimensão genérica da humanidade de forma a superar tal realidade. Para tanto, é necessário ter uma concepção de homem/mundo respaldada em *atos reflexivos partilhados*, ou seja, coletivos, dotados de criatividade e consciência. São as concepções e leituras do mundo que instrumentalizam a humanidade nas estratégias de sobrevivência, nas resistências, enfrentamentos e rupturas, pois o cotidiano não se desvela com fórmulas matemáticas, lógicas, pragmáticas, empiricistas e com base em explicações causais. O cotidiano só pode ser decifrado a partir da apreensão de um método de análise que possa compreender o movimento do real para abranger a totalidade e apreender a trama das relações sociais.

Vale dizer que essa totalidade complexa é permeada de contradições e conflitos, o que elimina as análises factuais da realidade a partir do mundo da pseudoconcreticidade, termo utilizado por Kosik (1989, p. 15) para se referir ao campo da imediaticidade. De acordo com o autor, o espaço do pseudoconcreto engendra uma práxis fetichizada e acrítica acerca do real, não permitindo capturar a essencialidade dos fenômenos. Em sua argumentação, na pseudoconcreticidade se interpenetram o claro e o escuro, as verdades e as enganações, “O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde.” (KOSIK, 1989, p. 15). Para o autor, a essência não se desvela na imediaticidade da vida cotidiana e, para compreendê-la, são necessárias a ciência e a filosofia, pois conforme sua assertiva, “Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis.” (KOSIK, 1989, p. 17).

Frente ao apresentado, apresentamos as histórias de vida das trabalhadoras da confecção em um cenário singular que é o município de Divinópolis.

Porém tal estudo se pauta em um princípio metodológico que busca contemplar e apreender a totalidade do real. Com respaldo em Kosik (1989, p. 49), os fenômenos e processos singulares são expressões e momentos de um todo, desde que seja abordado, compreendido e situado no todo. Assim, tais fenômenos se revelam e se decifram tendo como referência a dimensão singular e genérica da realidade. A análise de um fenômeno, desfocado do todo ou do próprio todo sem situar os diferenciados momentos singulares, se torna esvaziada e abstrata.

A partir do entendimento do real conjugado ao todo, com suas dimensões singulares e genéricas, é possível conhecer fatos, fenômenos e situações específicas com base no conhecimento do todo, tendo em vista sua dinamicidade e processualidade numa relação dialética entre o individual e o geral.

Portanto, propusemos desvelar a vida cotidiana de algumas mulheres, compreendendo suas histórias, vivências e experiências situadas em uma rede de relações sociais. Mesmo objetivando apreender a totalidade dos processos fenomênicos de tal cenário, é importante considerar, conforme já mencionado por Kosik (1989), a presença do claro-escuro, do que se manifesta e do que se oculta, o que justifica o caráter sempre aproximativo de qualquer estudo científico.

Com base nesse esboço, as colaboradoras desta pesquisa relataram seu cotidiano e suas rotinas tendo o trabalho como um dos principais elementos que circundam suas vidas. Isso é notável de acordo com as narrativas abaixo.

Eu trabalho a semana toda das 7:00 às 17:00 e de vez em quando aparece hora extra ainda, e o local de trabalho é muito bom, mas é muito bom mesmo, inclusive agora eu recebi outra proposta de trabalho, onde eu ia ganhar mais, e fazer outra coisa, fazer modelagem. É outra coisa que eu amo também, só o que me segura lá são os colegas, os patrões que são tudo gente boa, muito tranquilo o lugar, o ambiente. Aí acabei optando por ficar lá. Lá onde eu trabalho tem 28 funcionários e a gente é tudo registrado e a gente trabalha de segunda à sexta, só quando aperta mesmo que a gente trabalha no sábado. (COSTUREIRA 3).

Não, eu só costuro, assim, o rapaz que eu costuro, ele tem arremateira, e a que embala, então a gente só costura, mas o que precisar fazer, eu faço, e costuro. Eu costuro naquela de braço, eu costuro na de overloque. Somos eu e minha mãe e a gente presta serviço prum rapaz. Nós tinha mais pessoas que procurava a gente, nós tinha muita.

Aí a gente ficava assim quase doida, teve uma época que nós achou que nós ia ficar doida, de tanto...você pega de várias pessoas, então assim, chega um, um qué as coisas, então, aí esse rapaz não deixa a gente sem serviço. E ele só mexe com isso. Ele corta e traz pra gente e vende, entendeu? Daí nossa rotina é das 7:00 às 18:00 todos os dias, mas só trabalho de segunda à sexta. (COSTUREIRA 4).

A gente faz camisa e camiseta. A gente pega no serviço das 7:00 às 17:00 com uma hora de almoço, do 12:00 à 13:00 e de manhã a gente tem 15 minutos de café das 9:00 às 9:15 e à tarde de 15:30 às 15:40 horário de café, e a gente faz camiseta, aí acontece que lá no momento tem 10 costureiras e cada uma tem sua função, tirando de mim, porque eles me chamam de Severina. Eu sou a mais velha lá e aí faz de tudo. Eu normalmente fico pregando gola nas camisas que é uma das funções mais difícil da camisa. Tirando a máquina de braço que é onde monta, é a função mais difícil, que eu também mexo na máquina de braço, mas eu não gosto não, por causa dela me deu um problema sério na coluna. Agora encontraram um menino lá, que é muito difícil de achar, em cada dez costureiras no máximo duas sabe trabalhar em máquina de braço. Custou mas achou um rapazinho, aí ele tá trabalhando lá. Na realidade eu não tenho função certa não, porque o que aperta mais, é o que faço, que eu sou uma de todas que sabe fazer qualquer coisa. As outras, uma fica na reta, outra na overloque, essas coisas assim, e eu fico onde que precisa, entendeu? (COSTUREIRA 6, 34 anos, casada, costureira fabril).

Às vezes a gente começa cedo, às vezes começa um pouquinho mais tarde, e depende o período. Às vezes tem que acelerar, correr atrás do tempo. Então a vantagem de tá em casa é isso, você controla esse tempo e tem a minha mãe e minha irmã que me ajuda nessa parte, do controle da produção. Então a gente organiza o serviço, o que que pode andar mais rápido, o que não pode, então a gente controla. Na parte da casa eu faço mais o necessário. Igual a parte da cozinha, preparar almoço, banheiro, roupa, então eu controlo mais essas coisas, pra quando eu tiver um tempo no final de semana eu coloco a ordem da casa em dia. Nessa rotina também tem uma hora que eu paro. Tem o horário de café, porque chega uma hora que a gente tem que parar. Mas depende muito da quantidade de serviço porque quando a gente tá iniciando a gente entra em contato com as fábricas pra saber quem pode tá trazendo o serviço pra gente. Aí à medida que eles já começam a trazer, a gente já sabe pra quem vai ligar, quem não vai. Então mais ou menos a gente já sabe a pessoa certa.

Então eles trazem pra gente, marca o período que eles precisam das roupas e a gente empenha pra sair no tempo que a pessoa determinou. Geralmente o período das confecções é de março a novembro. É uma fase bem apertada, é a fase que tem mais serviço mesmo. Então já o janeiro, são poucas fábricas que trabalham de janeiro a janeiro, a maioria para, férias coletivas. Então janeiro, fevereiro, carnaval você já fica um pouco mais parada, não totalmente, mas fica. Aí a partir de março já começa a melhorar e vai até final de novembro. (COSTUREIRA 1).

Eu trabalho 48 horas por semana, 5 dias, de segunda a sexta. Entro às 7 da manhã e saio às 17 da tarde pra pagar o sábado. Daí meu dia já foi embora... (COSTUREIRA 7, 35 anos, separada, costureira fabril).

A gente trabalha todos os dias da semana, de segunda à sexta. Se tiver muito apertado trabalha no sábado. A gente trabalha geralmente das 7:00 às 17:00, mas se tiver apertado, vai das 7:00 às 20:00, das 7:00 às 22:00, que é geralmente final do ano, que aperta mais. (COSTUREIRA 8, 25 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Eu sou costureira, trabalho de segunda à sexta das 7:00 às 17:00. Quando tá apertado eu trabalho às vezes mais, das 7:00 às 20:00, das 7:00 às 21:00, do jeito que a gente vê que tem que soltar o serviço ali, porque quando você acostuma a ganhar mais um pouco, então assim, quanto mais você ganha, melhor você acha né. Aí se você vê que tem serviço ali que você dá conta de soltar pra você ganhar mais um pouco, você quer porque mesmo que você quer ganhar mais, então você vai trabalhar até mais tarde um pouco pra ganhar mais, porque tem dias assim que a gente trabalha das 7:00 às 17:00, tem dia que é das 7:00 às 21:00 ou quando tá muito apertado a gente trabalha no sábado. (COSTUREIRA 9, 30 anos, solteira, costureira a domicílio/faccionista).

Perante relatos acima, considera-se que as costureiras informais, na maioria dos casos, ficam submetidas a vínculos precários, sendo os pagamentos efetuados de acordo com as peças produzidas e a preços baixos, numa permanente insegurança, incerteza e instabilidade nas relações “contratuais”, pois o contratante pode interromper o repasse dos serviços quando considerar necessário.

O que existe nesse tipo de atividade, realizada em domicílio, é uma *concepção falaciosa de autonomia*, pois na verdade essas trabalhadoras prolongam suas jornadas de trabalho caracterizadas por um ritmo intenso na produção, conforme o aumento da demanda, tendo em vista o cumprimento

de prazos e metas de entrega do produto, pois, caso contrário, podem perder o “vínculo” com o solicitante dos serviços.

Outro fator relevante é que, em sua maioria, os preços são fixados pelo contratante e por isso as mulheres ficam fragilizadas e suscetíveis a tais imposições e determinações.

Com isso, as costureiras domiciliares geralmente ficam subordinadas às regras das empresas que demandam seus serviços, pois são estabelecidos contratos informais sem nenhuma garantia trabalhista, até porque tais medidas foram adotadas visando a isenção da regulamentação e dos encargos sociais.

Mesmo assim, as costureiras domiciliares ainda apresentam em suas narrativas algumas vantagens na atividade em domicílio, como melhores salários, a conciliação dos afazeres domésticos com as tarefas remuneradas, a autonomia no uso do tempo e a ausência de um patrão.

De acordo com a costureira 4, que atua em domicílio, é preferível esse tipo de trabalho, apesar de algumas desvantagens como ausência de férias, cobertura previdenciária e demais direitos sociais e trabalhistas.

No caso é assim, você trabalha, não tem ninguém pra poder te amolar, então você faz, você tem que pegar as peças porque senão também não sai. Mas em fábrica assim, é aquele trem sabe, acho que eu não dou conta não, mandar em mim, aquele trem que, porque tem gente que acha porque é patrão pode sair, fazer desaforo com a gente. Não é que eu sou desaforenta, tudo conversado é bem entendido, mas tem gente que acha porque você trabalha na fábrica, você é obrigado a aguentar tudo. Eu já tive uma experiência uma vez. Fui fazer um teste, duas vezes, eu trabalhei até na hora do almoço, sabe, mexia com aquela máquina, a menina não deixou eu mexer, eu falei: não dá pra, aí eu preferi mexer aqui em casa. Mas a gente não tem férias, tipo eu tirei final do ano agora, não deu nem quinze dias, mas assim, ia trazendo as camisas pra fazer pra reveilon, aquele trem assim, até dia santo. Em julho, eu tirei quinze dias, viajei, mas eu já tinha serviço aqui esperando eu chegar. Então porque não tem aquele trem de... não tem férias, tem essas desvantagens, não tem férias, não tem décimo terceiro, você não tem direito de ficar encostado, não tem nada né, mas é um preço que a gente tem que pagar. (COSTUREIRA 4).

Em relação à ausência de um “patrão” no trabalho domiciliar, o relato desta trabalhadora aponta uma versão contrária diante da “pressão”

pelos prazos estipulados pelos contratantes dos serviços prestados pelas trabalhadoras.

O rapaz que contrata meu serviço não me dá um prazo fixo não porque ele traz pra mim e ele vem quase todo dia aqui, sabe, ele dá assistência e vai levando as peças que eu vou fazendo. Igual aqui, esse aqui já tá pra por punho, aquele lá pra fazer barra. Então segunda aquele ali já fica um pouco pronto, essa daqui já à tarde tá pronta. Então é assim, não é aquele trem...Quando ele vai viajar, ele fala: eu preciso dessa camisa até quarta feira, dá pra você? Então a gente esforça um pouco, e entrega pra ele, ele é muito ajeitado de mexer, sabe? (COSTUREIRA 4).⁵

O que ocorre a partir de certas narrativas é uma análise aparente em face de determinadas imposições dos contratantes, pois, conforme citado pela costureira, existe uma estipulação de prazos, mesmo que não seja de forma explícita.

Nesse contexto, pensar a precarização no mundo do trabalho requer articular as dimensões de rupturas e permanências circunscritas na amplitude das relações de trabalho sob a regência do capital financeiro e mundializado que abrange as inseguranças, incertezas e instabilidades na esfera produtiva, além da ausência de proteção social e cobertura previdenciária e trabalhista no contexto da era flexível e da dinâmica da divisão social e sexual do trabalho.

Mas de acordo com as experiências narradas pelas trabalhadoras, existem diversas acepções acerca do cotidiano dessas mulheres, pois algumas demonstram certa satisfação no ambiente em que realizam suas atividades, outras expressam direta ou indiretamente em suas narrativas a polivalência no espaço produtivo, tendo que se desdobrar em múltiplas funções, constatando uma exploração e intensificação da sua força de trabalho no local em que está empregada. Com isso, é possível observar que existem costureiras que realizam apenas determinadas parcelas do processo produtivo, enquanto outras realizam diversas frações da produção.

É relevante sublinhar que a costureira 1 apresenta em sua fala a opção pelo trabalho domiciliar devido aos cuidados com a criação de sua filha

⁵ Cabe mencionar que tal entrevista foi concedida em uma tarde de sábado em que a respectiva colaboradora estava costurando algumas peças, o que demonstra a abdicação de outras atividades nos finais de semana em prol do cumprimento dos afazeres da confecção, para atender o que lhe foi solicitado.

e, por isso, nesse tipo de atividade pode conciliar diversas tarefas e ter uma jornada flexível para realizar outras funções, o que a trabalhadora considera “vantajoso”.

Eu tenho três anos que eu tô trabalhando em casa, vai fazer três anos e olha tem as vantagens de ficar em casa, porque eu tenho a menina, então aquele negócio de ficar deixando na escola, deixando na casa de uma pessoa pra tá olhando, então eu optei de trabalhar em casa justamente por causa disso, pra ficar olhando mais ela. Ela vai fazer treze anos, mas eu não confio muito em deixar ela sozinha em casa, então eu prefiro ficar trabalhando em casa pra ajudar e orientar ela mais. (COSTUREIRA 1).

Essa citação comunga das constatações da pesquisa realizada por Pereira, na qual a autora observa que as faccionistas, ou seja, as trabalhadoras domiciliares que prestam serviços a terceiros,

[...] são mulheres (mães, esposas, avós), que apelaram para o trabalho domiciliar na indústria de confecção por não conseguirem um cuidado adequado e barato para os filhos em idade pré-escolar, um acompanhamento para os filhos que estão em idade escolar ou que estão presas ao lar pelos compromissos familiares. Essa modalidade de trabalho vai possibilitar que elas mesmas tomem conta de seus filhos, dos afazeres da casa, e trabalhem ao mesmo tempo. Portanto, trabalho produtivo no domicílio vai estar intimamente ligado ao trabalho reprodutivo doméstico. (PEREIRA, 2004, p. 90).⁶

A partir dessa realidade descrita pela costureira 1, Abreu e Sorj (1993) apontam que o trabalho domiciliar em muitos momentos se torna submetido à organização da dinâmica familiar e passa a ser realizado seguindo parâmetros similares ao trabalho doméstico. Em muitos casos, conforme observado e relatado, as mulheres contam com ajudas eventuais de entes familiares para realizar suas atividades na produção e na reprodução. Além do mais, no trabalho domiciliar não há um limitador entre atividade profissional e

⁶ “As faccionistas não se reconhecem como empresárias, nem como independentes, e sim como uma trabalhadora que, dentro de sua casa, vende sua força de trabalho.” (PEREIRA, 2004, p. 106). Em Divinópolis, a facção domiciliar é predominante, sustentada por formas de subcontratação do trabalho. Por ser um tipo de atividade que se reproduz na clandestinidade e ilegalidade, ou seja, um *trabalho invisível*, pode se observar a existência também do trabalho infantil nestas facções, visto que muitos filhos e filhas ajudam suas mães na execução das peças, seja cortando linhas, dobrando, empilhando roupas ou fazendo outro tipo de função auxiliar que contribua para sustentar esse ciclo produtivo. Porém tal discussão não é nosso foco, mas merece ser problematizado e quizá ser objeto de análise de futuras investigações.

atividade doméstica, pois as funções remuneradas acabam invadindo os finais de semana, os feriados e os momentos de lazer das trabalhadoras.

No que concerne aos aspectos positivos e negativos do trabalho no âmbito fabril e no espaço domiciliar, a costureira 1 ainda pondera que,

Os dois ambientes é favorável, porque em casa é bom estar cuidando da minha filha, controlando meu tempo, quando precisar sair pra pagar alguma coisa, eu pago, precisar arrumar alguma coisa pra menina, eu vou lá e faço, que ela está mais próxima de mim, então eu vou e faço. Agora na fábrica tem a vantagem que o serviço é mais organizado, vamos dizer, já tem uma moça que faz um ritmo de trabalho, a outra faz outro, aí no final do dia a peça fica toda pronta. Então em casa, fica só na minha responsabilidade, eu tenho que distribuir serviço, tem que tá controlando as atividades porque eu tenho uma faixa pra concluir toda peça, então nesse ponto é automático, mas eu acho que não sobrecarrega tanto assim não. A pessoa que tem uma boa disposição do trabalho não fica tão pesado. Aí lógico que vai fazer aquilo que está dentro do seu limite. (COSTUREIRA 1).

Embora esta trabalhadora ressalte os elementos positivos do trabalho domiciliar devido aos cuidados com o lar e com a filha, também reconhece os fatores positivos do trabalho na fábrica. Em sua fala, retrata como se dá o desenvolvimento de suas atividades na produção do vestuário.

A peça já vem cortada pra gente e vem uma peça piloto falando como que é o desenho da roupa, o processo, como que é o estilo da roupa. Então através daquela peça piloto a gente desenvolve o trabalho. (COSTUREIRA 1).

Com base neste relato, percebe-se que o trabalho da faccionista, ou seja, da costureira que trabalha em domicílio prestando serviços a terceiros é distinto da costureira particular que costura em casa confeccionando peças para pessoas particulares, pois,

As faccionistas, assim como as costureiras particulares, dominam todo o feitiço de uma peça, desde o conhecimento da modelagem até a finalização; porém, trabalham com grandes quantidades de produtos e não se responsabilizam pelo corte das peças – estas já chegam cortadas. (PEREIRA, 2004, p. 90).⁷

⁷ "As peças chegam cortadas com um tempo determinado para a entrega. Geralmente, o empresário, no ato da entrega, fala a data que precisa das peças concluídas e negocia com a faccionista quanto tempo ela vai demorar para entrega. As faccionistas, no geral, procuram entregar as peças,

Em relação à costureira fabril e a faccionista, podem-se distinguir as competências de ambas da seguinte forma: a costureira fabril está vinculada à estrutura organizativa da fábrica e mantém vínculos formais de trabalho, com direitos assegurados segundo a legislação trabalhista. Além disso, sua atividade se restringe a uma parcela do processo produtivo baseado ainda no modelo taylorista/fordista devido às tarefas parciais e fragmentadas, conforme se observa nos dizeres da costureira 5,

Cada um tem sua função ali, vamos supor se eu for fazer essa camisa sua, eu vem cá faço o ombro, a outra vem prega a gola, a outra fecha do lado, então cada um tem uma função, cada parte é uma pessoa, nunca ninguém termina uma roupa sozinha. (COSTUREIRA 5).

Já a faccionista não possui vínculo empregatício com uma determinada organização produtiva e, por isso, realiza suas atividades em outros espaços físicos, geralmente no próprio domicílio sob o regime da informalidade, sem garantias sociais e trabalhistas e sem estipulação de jornada de trabalho. As faccionistas são, geralmente, requisitadas por empresas que terceirizam parcelas de sua produção e para isso, essas trabalhadoras precisam conhecer todo o processo produtivo para atender as exigências do mercado e do contratante. Assim, o cotidiano de trabalho das faccionistas se organiza de acordo com as demandas que surgem e muitas vezes tais trabalhadoras executam suas atividades em finais de semana e noites prolongadas. Outro ponto a ser destacado é que todos os gastos oriundos na confecção das peças são de responsabilidade das faccionistas, como por exemplo, a manutenção e conserto das máquinas, despesas com energia, telefone, dentre outros.

Ademais, dando prosseguimento ao cotidiano e rotina de trabalho das costureiras, algumas evidências do cenário fabril são explicitadas, conforme descrito abaixo.

O serviço eu pego 7:00, paro 12:00 pra almoçar, aí tem café de manhã. Por isso que eu tô te falando que eu não quero essa função de chefe lá pelo seguinte: nenhuma fábrica aqui em Divinópolis se você for, você tem o café de manhã e o café da tarde, isso é lei, sindicato das costureiras. Você escolhe ou de manhã ou à tarde, você tem um

no máximo, na data combinada. Nessa fase também, são negociados os preços de cada peça, tendo em vista que o pagamento é feito por peça concluída [...] Assim o preço de cada peça é comumente dado pelo empresário, obedecendo o mercado." (PEREIRA, 2004, p. 96-97).

horário, uma norma a ser cumprida pelo sindicato das costureiras. Então quando eu trabalhava numa outra fábrica a gente tinha o café só à tarde, quinze minutos de café, só que você paga por ele depois, igual na segunda-feira a gente saía às 17:15, toda segunda, pra poder pagar os 15 minutos que você tomava café. Então, assim, toda fábrica para 16:00 horas dia de sexta feira, a gente para 17:00. Então por isso que eu acho difícil essa função de chefe, pelo seguinte, lá onde que eu tô agora, você para 7:30 e volta 8:00, fica todo mundo conversando, sabe, batendo o maior papo. Aí se escuta o carro do patrão chegar todo mundo corre e vai pra sua função. Então é uma coisa que eu não vou querer mudar lá dentro, é uma coisa que eu acho complicado, entendeu? E o almoço é a mesma coisa, é 12:00 só que a gente para 12:30 e volta sempre mais um pouquinho. É só uma hora de almoço, só que às vezes você enrola ali e sai mais de uma hora. Só que eu acho que se eu fosse a patroa, isso não é normal, sabe eu acho que é sacanagem com patrão, sabe eu tenho uma patroa muito boa, sabe tem muita vantagem trabalhar com ela. Eu já trabalhei numa fábrica que até o papel higiênico ela te dava; você tinha direito de 2 rolos de papel por mês, ela media quantos centímetros de papel higiênico você gastava. Ela te dava um do dia 1º ao dia 15 e do dia 15 até dia 30. Se você acabasse com os dois rolos, você tinha que levar de casa, entendeu? E era papel higiênico ruim, bem vagabundo mesmo. Lá não, lá você ganha o café da manhã, é pão com presunto e mussarela, é leite todo dia, tanto de manhã quanto à tarde. Então eu acho assim, o funcionário tem que ter consciência com patrão, porque se você tá num lugar desse com patrão bom, tem que conservar seu serviço. Porque eu já trabalhei em serviço que... Igual essa semana eu cheguei 7:15, mas não foi porque eu quis, foi porque foi o primeiro dia que fui de ônibus, eu não sabia horário de ônibus, então eu cheguei atrasada. Eu falei, cheguei atrasada, ele disse que não tinha problema. Então por eu ter trabalhado em vários lugares, igual assim, lá você levanta a hora que você quer, você vai tomar água, vai no banheiro, e muitas fábricas que eu trabalhei você não podia, você tinha horário de levantar pra ir no banheiro, tinha uma pessoa que passava com água pra você não levantar pra beber água, sabe, se não patrão não aguenta, se você tiver 60 funcionários, se todos começar a levantar hora que quiser, vira bagunça, chega no final do dia não produz nada. Só que lá ainda não chegou a esse ponto, então como você vai pegar um negócio desse pra chefiar, depois de tá bagunçado assim. É uma coisa que você não vai conseguir, as meninas vão tomar antipatia de você, porque você vai colocar regras num lugar que nem o patrão coloca, entendeu. (COSTUREIRA 5).

Essa descrição é assaz pertinente no sentido que relata o cotidiano do ambiente fabril e faz analogias com outros espaços de trabalho, pois a colaboradora pontua algumas vantagens do trabalho na fábrica onde está empregada, tendo em vista as experiências de outrora, em que havia o controle do horário para o café e o almoço, de idas ao banheiro para satisfazer as necessidades fisiológicas da trabalhadora e o limite no uso de alguns produtos, como bem cita a questão da utilização do papel higiênico.

Assim, a costureira narra experiências em fábricas onde trabalhou antes de ingressar na atual e demonstra situações de controle, porém se posiciona de forma favorável a tais medidas.

Porque toda fábrica que eu trabalhei tem chefe, tem um chefe para te monitorar. Todas fábricas que você trabalha você já entra ciente que você tá ali pra trabalhar e não para enrolar o tempo, é sério. O patrão às vezes fica o dia todo pra resolver os negócios, atendendo viajante, tá no telefone comprando. Igual onde eu trabalhei o patrão e a patroa trabalhavam, ele ficava no escritório e ela ficava no arremate com as meninas, ela passava toda hora. Igual um dia eu fui conversar com a chefe, ela tava na minha máquina explicando o serviço, eu conversei e comecei a rir. Ela foi e voltou e viu. Depois ele me chamou no escritório, e falou comigo, eu não quero conversa na máquina, você já tem o horário do café e almoço pra isso, pra conversar. Então não é certo, se for pela lógica não é normal. (COSTUREIRA 5).

Isso é um fenômeno presente na atual conjuntura, pois tal modelo de gestão do trabalho, baseado no controle e na pressão, tem sido implementado por diversas ramificações a fim de aumentar a produtividade e lucratividade e reduzir custos e desperdícios, transferindo para os trabalhadores as responsabilidades pela produção, o que tem contribuído para o desgaste físico e emocional desse segmento. Nesse modelo não se permite inclusive estabelecer contato com os demais trabalhadores, pois qualquer variável pode interferir na produtividade do trabalho.

A realidade descrita já foi retratada por Marx, no século XIX, quando analisou a regulação do capital na estrutura produtiva e na vida social, se reportando a situações de controle, disciplinamento e punição no sistema fabril, conforme mencionado abaixo.

A diretriz de economizar os meios sociais de produção, diretriz que se concretiza, de maneira cabal e forçada, no sistema de fábrica, leva o capital ao roubo sistemático das condições de vida do trabalhador

durante o trabalho. O capital usurpa-lhe o espaço, o ar, a luz e os meios de proteção contra condições perigosas ou insalubres do processo de trabalho, para não falarmos nas medidas necessárias para assegurar a comodidade do trabalhador. (MARX, 2006, p. 486-487).

Além do que foi enfatizado pela costureira 5, a costureira 7 também vivencia situações marcadas por controle, pressão e, inclusive, assédio moral, conforme argumenta a seguir.

Eu tenho problemas só com a chefe da seção, porque ela é muito grossa, não é só comigo, é com o pessoal todo. Chama a gente de burra, preguiçosa, manda a gente pedir conta. Fala pra gente ficar em casa se não quiser trabalhar; vigia a gente ir no banheiro. Esses tempos atrás alguém colocou algo na minha bolsa e disse que foi eu que roubei, mas eu acho que foi ela que fez isso comigo. Ela vigia a gente o tempo todo, pro lanche, pra tomar água tem horário e banheiro tem horário também, que é de hora em hora, mas eu tenho problemas de rins e preciso ir mais ao banheiro. (COSTUREIRA 7).

Este relato é significativo, pois evidencia o cotidiano e a dinâmica de um ambiente fabril marcado por pressão, controle, desrespeito e competitividade entre os trabalhadores, que ao invés de provocar neles uma consciência coletiva do que vivenciam na esfera do trabalho sob os ditames do capital, despertam na verdade um sentimento concorrencial.

No entanto, a partir das descrições das colaboradoras, é elucidativo reforçar que as ações cotidianas acabam se tornando repetitivas e coisificadas diante de uma realidade que se apresenta às trabalhadoras como determinada, fazendo os indivíduos não reconhecerem sua participação enquanto produtores e criadores da realidade, mas é como se essa já estivesse formatada e impenetrável.

Portanto, para que o cotidiano extrapole o campo da imediatez e das práticas fetichizadas do real, torna-se desafiante descortinar a realidade e alcançar a essencialidade dos fenômenos, indo para além do aparente e, assim, haver a passagem da singularidade humana para a sua genericidade, superando a *reificação* das relações sociais, pois “A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente ser particular e ser genérico*.” (HELLER, 1985, p. 20, grifo da autora).

Diante do explicitado e compreendendo que a realidade social se constitui de sujeitos concretos que pensam, agem, sentem, desejam e atribuem significados ao seu ser, estar e *dever* no mundo, torna-se elementar a

decifração das inúmeras manifestações da questão social que incidem na vida cotidiana dos indivíduos para que possamos propiciar espaços de superação do instituído e atingir verdadeiramente a emancipação humana.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. **O trabalho invisível**: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17/18, p. 139-156, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Livro I, v. 1).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

PEREIRA, Rosângela Maria. **Pedagogia do lar/oficina**. 2004. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.



História oral: a interlocução necessária com Daphne Patai

José Carlos Sebe Bom Meihy

*You taught me language, and profit on't
Is I know how to curse. The red plague rid you
For learning me your language"*

Shakespeare

I

Hoje me é um dia singular. Participar desta mesa significa muito mais do que pode parecer apenas *honroso*. Para alguém preocupado com a singularidade da história oral em particular no Brasil e na América Latina, dialogar com posturas que um dia se cruzaram, soa como *ajuste de engrenagem*, resultado de um *bom combate*, daquela luta que – qual Quarup – engrandece porque respeita os dois lados. Propugno de partida o enquadramento da história oral como *diagnóstico do presente* ou como Foucault sugeriu para participação pessoal nos atos de seu tempo *jornalismo radical*¹. Parto, pois, do suposto do saber comprometido e deste modo *tango o tema indicado história oral entre saber e política*. Sou daqueles que não entendem política sem saber e vice-versa, e, assim, a história oral que pratico não está *entre*, ela é política². Em especial dimensiono o significado do conhecimento em espaços onde o exercício intelectual é componente intrínseco dos pactos que justificam trabalhos de entrevistas. Por isso a história oral que defendo é *viva* e se faz por *viventes no tempo e espaço problematizados* pelos interlocutores que se juntam para a proposição de reflexões atentas aos motivos que os unem. Não é, pois, História em sentido

¹ Foucault afirmou que a “filosofia é uma espécie de Jornalismo Radical”. FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits, tome II**: 1976-1988. Paris: Gallimard, 1994, p. 43.

² Valho-me do conceito de política como Hannah Arendt propôs: espaço de liberdade, conhecimento e deliberação pública.

disciplinar clássico, diga-se³. Tempo e espaço material e cultural se fundem na relação dialógica imediata formulada pela situação de entrevistas gravadas. Seja qual for a razão desses encontros entre interlocutores, motes sociais abonam as gravações. E questões sociopolíticas são sempre, invariavelmente, fermentadas por processos históricos que dimensionam justificações projetadas na razão dos registros.

Sendo a fala matéria da *memória expressa oralmente*, a interação entre interlocutores implica “olho no olho”, trocas retraçadas em contatos diretos, colaboração – co/labor/ação, ato de trabalhar juntos para a caracterização de tensões comuns. A história oral que advogo jamais se faz por fazer, por motivações nostálgicas, neutras ou de mero registro. A fala gravada é documento e neste sentido ocupa espaço, como propõe Auge em suas meditações sobre a inexistência do vazio⁴. Mas, trata-se de um espaço provocado e por isto intencional. Sim, é também convenção, acordo entre partes que dialogam, mas comprometidas com a atuação de pessoas que interagem e participam de processos comuns. A parafernália eletrônica que lhe garante suporte – a eletrônica disponível em aparelhos – é complemento da essencialidade de contatos humanos, e, os textos escritos resultantes desses encontros expressam a ponta sensível de situações complexas e subjetivas. Memória captada no presente, em contatos pessoais, por meio de maquinários modernos, vertida para escrita, eis o chão que dá rumo aos trabalhos de história oral. Esse conjunto se institui documento para a revelação pública de situações *desnaturalizadas* da paisagem cotidiana⁵. Nos contatos gravados, o *aqui* e *agora*, “presentificados”, se abraçam na ordem empírica do: escutar, registrar, apreender, sempre na suposição de sinas atentas às mudanças. Além da beleza épica, poética, inerente às situações relatadas por personagens que se “historicizam”, exoro a vocação transformadora que contém na essência do encontro o padrão estético inerente às epopeias traduzidas nas experiências de cada qual em seu

³ Os argumentos contidos neste texto exploram possibilidades de se pensar a história oral para além da História e mesmo distante de outras dependências disciplinares. Sobre o assunto leia-se MEIHY, José Carlos Sebe Bom. The radicalization of oral history. **Words and Silences**, Journal of the International Oral History Association, Mexico, v. 2, n. 1, p. 31-41, jun. 2003.

⁴ AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Bertrand, 1994.

⁵ Parte-se do suposto que “real events do not offer themselves as stories”, proposta defendida por Hayden White ao se referir à representação da realidade. WHITE, Hayden. **The content of the form**. Baltimore; London: John Hopkins University Press, 1987, p. 4.

grupo. Sim, fala-se de narrativas que fatalmente vão além das palavras enunciadas e que, em si, na precariedade de sua soma, não traduzem intenções globais. Como um sistema, as falas apenas ganham sentido em uma lógica narrativa que vai além de perguntas e respostas. A roupagem do texto vertido do oral para o escrito, para se comunicar, clama clareza que, contudo, não se identifica com manipulação, pois só tem razão de ser se validada pelo emissor que deve se reconhecer no texto. A autorização se iguala à validação e existe para garantir pactos colaborativos e assim fugir de ficcionalidades sem referentes. É exatamente a formulação dessas tramas que garante o aspecto não alienado do texto resultante que deve ter fadário público. Sem destino social, coletivo, *per se*, o resultado das entrevistas não alça voos além de *mais um documento solto*. Daí a premissa justificadora do elo político intelectual: *história oral quando, de quem, como e por quê*. Nessa relação, o projeto de estudos é primordial e se impõe como *discurso político*⁶.

II

Ao falar de história oral em nossos dias, não há como deixar de lado experiências teóricas feitas alhures, nutridas em outras tradições culturais, mas, cautelosos, relativizemos arremedos toscos, cópias ingênuas ou injunções gratuitas. Por lógico, prezam-se muito os modelos reconhecidos, mas ajuízam-se também gradações, intercâmbios. Não se desmerece, pois, de forma alguma, a gravidade do matiz local, distintivo, mutação derivada do ajeito que determina formas resultantes da *natureza social genuína* da cultura localizada. Mesmo estendidas, esgarçadas, as continuidades fiadas em outras tradições se nos mostram, sim, presentes – como, aliás, propõe Bhabha para culturas ditas periféricas⁷. Periféricas, mas donas de seus saberes transformados e por tanto geradoras de outras centralidades⁸. Respeitemos isso: a história oral, metáfora generosa dos bulbos brotados em canteiros distantes dos hegemônicos jardins originais. Qual *rizoma* de vocação global, tubérculo horizontalmente expandido em dermes plurais,

⁶ Sobre procedimentos em trabalho com entrevistas segundo a prática do Núcleo de Estudos em História Oral leia-se MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

⁷ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

⁸ HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

a história oral que acredito é sempre híbrida. Essencialmente híbrida. *Transculturalmente híbrida*.

Visto aceitar que a história oral não tenha raiz única, vertical, que também não é espécie transplantada e nem pertence a algum vergel exclusivo, sagro o suposto que credita porquês e funções próprias em contextos capazes floradas autênticas. A história oral africana é da África; África híbrida e nela ganha sua centralidade. A latino-americana da América Latina; América Latina híbrida também detentora de centralidade própria e a europeia é da Europa; Europa híbrida e com epicentro original. Aceitemos isso como premissa respeitadora da amplitude do mundo pós-colonial. Conheçamo-nos respeitosamente. Sim, dialoguemos, mas com complexidades e entendimento sofisticado dos localismos. Outra vez recupero a noção do *rizoma* para defender expressões de oralidades brotadas no polemicamente chamado *terceiro mundo*, ou, pelo menos, fora do *eixo dominante*. Esta variação é necessária para marcar mutações, mimeses de vulnerabilidades éticas e que variam em nuances, na cadência dada por Frederic Jameson que buscando a universalidade do discurso literário precisou aceitar a existência de outros modos que, pela literatura, almeja um espaço ideal de plenitude. Falo da *teoria dos três mundos*⁹.

Por lógico desprezo a inocência das polaridades binárias: do “dentro/fora”, “centro/periferia”, comprometidas pelas oposições, rupturas e descontinuidades. Apoio-me em Derrida e dele empresto a expressão usada para a Literatura para dizer que vejo a história oral como um *discurso particular* que exige definição de conceitos e valores éticos, teóricos, fundamentados em uma moral politicamente definida¹⁰. A história oral para mim é mais que uma técnica ou metodologia – disciplina talvez – se etiquetada como procedimento acadêmico. Ainda que se relacione com a práxis política, a história oral não se confunde com militância ou simplismos culturais nacionalistas, pueris e defensivos. Não é *outra coisa*, mas é *coisa transformada*. Ativismo, sim, e também atitude intelectual que exige rigorosos fundamentos para se despir da padronização colonizadora que sempre a ameaça. Pensando nisso, não tenho como fugir do vigoroso texto do indiano Partha Chatterjee que reconhecendo sua realidade pergunta a Benedict

⁹ JAMESON, Fredric. Globalização e estratégia política. In: SADER, Emir (Org.). *Contracorrente*: o melhor da New Left Review em 2000. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹⁰ DERRIDA, Jacques. *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Anthropos, 1989.

Anderson “*Comunidade Imaginada por quem?*”¹¹. Afirmo: temos, sim, direito de pensar por nós, ainda que derivados de instituições historicamente hegemônicas, mas transformadas. Repito *ad nauseam*: há nuances e diálogos nisso. Há caminhos contrários também. Contaminações. O que não pode existir é simplismos e devotamentos sem benefícios da cirurgia crítica. Nem devotamento encantado como se as narrativas não derivassem da vida social e a ela voltassem.

A fim de retrazar uma trajetória hoje já maior de idade, valho-me de anterioridades. Refaço com afeto segredo em minhas melhores memórias, os primeiros esboços na trilha do que hoje é a *raison d'être* de minha vivência acadêmica. *Desconstrução* caberia afiançar outra vez inspirado em Derrida.

III

Comecei diferente do que assumo hoje como postura do *Núcleo de Estudos em História Oral da USP*¹². *Justifico variações mediante inconformidade germinal, semeada na nascente do que chamaria de moderna história oral brasileira*. Remeto-me ao fim dos anos de 1970 e começo da nossa Abertura Política. Como tantos outros, questionava resultados de saberes acadêmicos tímidos e ineficientes. Novamente estou falando de política, mas não de política no sentido raso, instrumental ou mecânico. A política que menciono remete a atitude intelectual de ver o mundo em seu tempo e assumindo o passado como processo inacabado. Penso no *intelectual específico* suposto por Foucault para se distinguir do *intelectual universal*. Considero o *diagnosticador* que não apenas registra, produz documentos, mas daquele que estabelece uma relação consequente consigo mesmo e com seu entorno social.

Posto isto, devo dizer que, sim, minhas posturas foram fecundadas alhures, exatamente a partir do reconhecimento de um texto seu, Daphne. O *Brazilian Women Speak* foi fundamental no desdobramento de meus passos na

¹¹ CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

¹² O Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP) foi um projeto fundado em 1991 para abrigar discussões sobre o papel da história oral e incentivar pesquisas dessa área. Hoje com mais de 20 anos de funcionamento continua promovendo encontros e trabalhos com oralidade. A sede fica no Departamento de História da USP.

caminhada de oralista¹³. Divido tal referência em leituras frequentes com colegas e alunos, e fico feliz por ter introduzido sua leitura no Brasil. Por justiça, devo dizer também que na minha gênese como oralista atuou outro intelectual. Por essa ocasião, em virtude de um escrito meu *Introdução ao Nacionalismo Acadêmico: os brasilianistas*, meu inesquecível amigo, Robert M. Levine, facilitou um encontro com o antropólogo norte-americano Charles Wagley. Com ele, por várias vezes me vi motivado a deixar as reflexões sobre a produção “historiográfica” de autores estadunidenses e trocasse isso pelo moto vital das atitudes intelectuais¹⁴. Referia-se menos aos aspectos institucionais e mais às histórias de vida. Sim, dizia-me o antropólogo, campeão da iniciativa dos estudos brasileiros nos Estados Unidos: *está na hora de ver o que existe movendo atos e atitudes acadêmicas*. Tudo se exibia ainda mais úbere mediante a leitura de seu livro e, mais do que isso, Levine atento aos meus anseios, convidou-a, para apresentações na Universidade de Miami, onde então lecionava. Findava o ano de 1988 e tinha prazer de reencontrar alguém que anos antes me convidara para jantar em sua casa em Bloomington, Indiana, onde eu havia estado para conferências sobre oralidade e política na música popular brasileira – tema que nunca deixei e insisto com alunos. Conversamos, entre tantas coisas, sobre Lobato e *O presidente negro*. Disso resultou lindo artigo seu. Lembra-se?¹⁵.

Foram, aqueles, momentos determinantes em minha vida. Assumia projetos irreversíveis. No embalo das recolhas de histórias de intelectuais norte-americanos deu-se na publicação de *A colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*, e, entrevistei então você com mais 61 outros estudiosos do Brasil¹⁶. Desde então busquei marcar sua presença em minha vida e meu livro seguinte *Canto de morte Kaiowá: história oral de vida de índios*, na dedicatória, gravei para Daphne Patai pela interlocução em história oral¹⁷. Bendita palavra *interlocução*. Vendo hoje, de longe, tenho claro, con-

¹³ PATAI, Daphne. **Brazilian women speak**: contemporary life stories. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.

¹⁴ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Introdução ao nacionalismo acadêmico**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁵ GRAHAM, Richard (Org.). **Machado de Assis**: reflections on a Brazilian Master Writer. Austin: University of Texas Press, 1999. Este livro é composto pela junção de quatro artigos, cujos autores são: John Gledson, João Adolfo Hansen, Sidney Chaloub e Daphne Patai.

¹⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista**: história oral de vida acadêmica. São Paulo: Nova Stela, 1990.

¹⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Canto de morte Kaiowá**. São Paulo: Loyola, 1991.

tudo que temas lançados em nossas conversas inaugurais ganharam rotas diferentes. Isto é bom. É criativo. É democrático. É respeitoso, sobretudo de diferenças nutridas pelos compromissos com causas desiguais. Isso é virtuoso também por marcar independências e autonomias.

Com muita luta busquei edificar algumas posições no uso da história oral no resistente campo intelectual brasileiro. Devo reconhecer aqui que em paralelo duas colegas de Departamento de História da USP, Maria de Lourdes Janotti e Suely Robles propuseram na USP um projeto sobre famílias negras e já aplicavam recursos de história oral¹⁸. Havia é claro importantes outras iniciativas em diversos cantões brasileiros, mas minha escolha era a USP, o Departamento de História. Estava estabelecido o enfrentamento: o papel do oral em território consagrado do escrito.

De meu lado, atizado por alunos, despontava um primeiro problema: mas qual modelo? Surdamente me perguntava se a premissa enunciada em 1964 por Juracy Magalhães se aplicaria a nós: *o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil*. É? De um plano a outro sabia que era preciso me converter. Ainda que nutrido pela considerável coleção de textos lidos sobre trabalho com entrevistas, durante meu ano na Universidade de Miami, achava que necessário buscar outros instrumentos, nossos, brasileiros, latino-americanos. Devo dizer que já em 1983, juntamente com o colega Sebastião Witter fizemos uma série de entrevistas enlaçadas num projeto nomeado “histórias de vidas do mundo do futebol brasileiro” no MIS/SP. Mesmo sendo tudo muito intuitivo, desafios estavam no ar. E fui então compreendendo a força de testemunhos, dos primeiros escritos vazados na experiência de cidadãos politicamente cassados. Abria-se significativamente, pelos exilados, o uso da palavra “memória” aliada à experiência narrativa da exclusão. Dói-me dizer que continuo achando que a história oral brasileira nasceu no exílio, mas, preciso desta premissa para falar da alternativa política que ambientou o enxerto brasileiro da história oral¹⁹.

Em paralelo, numa atitude de busca de modelos, uma série de textos estrangeiros, era lançada como que para compensar o tempo silenciado

¹⁸ Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo (Projeto de pesquisa) Maria de Lourdes M. Janotti e Suely Robles R. de Queiroz.

¹⁹ Os primeiros trabalhos publicados no Brasil foram: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. **Memórias do exílio**. São Paulo: Livramento, 1976. COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.). **Memória das Mulheres do Exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

pela ditadura militar. Ainda que facilitadora de diálogos importantes eram sempre os mesmos autores os traduzidos, repetidos e isso acabou por surtir efeito extravagante: colonizava-se, mais uma vez, a formação de novos oralistas que passaram, por exemplo, a trabalhar com mestiços brasileiros usando base de análise de memória proposta fora de nosso espaço cultural. Aliás, além de inspirações e aportes comparativos, pergunta-se o que teriam teóricos estrangeiros a nos dizer sobre memória da negritude? Da condição de gênero em regiões de submissão das mulheres aos mandos masculinizantes derivados de tradições ibéricas? E à experiência do mandonismo local expresso em formações de latifúndios característicos de terras latino-americanas? Seriam mesmos os critérios de análise da memória da construção de identidades e de caracterização comunitária válidos para a Itália, Japão, Índia e Brasil?

Confesso que me via pressionado entre a responsabilidade de leitura saudável da experiência dos exilados e a colonização provocada pelos textos importados. Preocupava-me – e ainda me preocupo – a frequente ausência de trabalhos empíricos entre nossos teóricos. Diria sem medo de errar que a doença infantil da história oral brasileira é o febrão teórico desprovido do antídoto dos trabalhos empíricos. Felizmente, na sutileza da “presentificação” do entendimento nacional tão alheio aos nossos modelos disciplinares acadêmicos, um nome brasileiro repontava em lembranças que hoje ganham sentido. Maria Isaura Pereira de Queiroz nos idos de 1953 cunhara um escrito fundador *História de vida e depoimentos pessoais e dela também, decorrência*, dois outros textos iluminados: *Relatos orais: do dizível ao indizível* e *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*²⁰. Cabe lembrar que os esforços estrangeiros de implantação de modelos de história oral em 1975 não surtiram efeitos imediatos e nem poderia ser de outra forma, posto não haver ambiente contextual para o exercício de gravações. Isso além de ser um projeto verticalizado, graças a Ford Foundation²¹.

A dinâmica dos acontecimentos era intensa. Desafios se multiplicavam: o esforço em convencer a validade da história oral na USP; argumentar em

²⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1991.

²¹ Sobre o tema leia-se MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer como pensar*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 109.

favor das diferenças entre memória de expressão oral diversa da escrita; a sedução dos alunos que se tornaram aliados; constelar colegas para debate e, sobretudo, dialogar com questionamentos teóricos. Por certo este esforço foi repartido com muitos em diferentes praças, mas tinha comigo que isso na USP era prioritário. Aqui optamos por ficar, mesmo quando convidados para situações mais propícias no recente campus da USP Zona Leste. Aqui estamos mesmo depois da aposentadoria.

Por ocasião do ano de 1991, juntamente com Sônia Freitas, pela primeira vezousei pensar em reunir colegas para constituir a Associação Brasileira de História Oral. Valemo-nos dos eventos sobre 1992 e promovemos aqui mesmo, neste departamento, uma reunião aglutinadora. Comovo-me ao ler o reconhecimento assinado por Janaína Amado no livro celebrativo *CPDOC 30 anos* onde releva iniciativa da efetivação do Primeiro Encontro Nacional de História Oral, situação em que foi gestada a fundação da Associação Nacional de História Oral²². De igual monta a menção à primeira coletânea de textos resultantes desse encontro o *(Re)introduzindo história oral no Brasil*²³.

IV

Tenho orgulho da luta conjunta dos colegas pioneiros da construção de uma história oral brasileira. Quando meço a trajetória percorrida me emociono e entendo o entusiasmo de Alessandro Portelli ao dizer que aqui *a história oral está mais afiada no momento, onde as coisas mais novas estão sendo feitas e onde a significação social de nosso trabalho é mais visível e imediata*²⁴. Ainda que detecte exageros, acho que pelo menos em termos numéricos atingimos alvos: a história oral praticada no Brasil é nacional, mas, é caracterizadamente nossa? Faz parte, de todo modo, de minhas melhores lembranças o esforço incomensurável para dar forma a um labor que respondesse às condições sociopolíticas brasileiras e latino-

²² AMADO, Janaína. Conversando: o CPDOC no campo da história oral. In: CAMARGO, Célia et al. *CPDOC: 30 anos*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003, p. 71.

²³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). *(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996. 342 p.

²⁴ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 67.

americanas. De maneira polêmica, tal luta se apresentou formalmente por ocasião do Décimo Congresso Internacional de História Oral, ocorrido em 1998, no Rio de Janeiro. Convidado para organizar mesa, não titubeei em colocar o tema “*Desafios da História Oral latino-americana*”²⁵. Diria que fui voz dissonante ante duas colegas que criticaram diversidades na caracterização de certo DNA em nossos procedimentos. Daí, parti para outro texto e expressei com mais determinação minhas ideias no escrito *Radicalização da história oral*²⁶. A continuidade disto, porém, me valeu redobrar esforços e hoje defendo com vigor alguns supostos que dão corpo às ideias quase que intuitivas.

Falo de *colonialidade*, do conceito cultivado por ninhada de latino-americanistas mergulhados no mar profundo do respeito ao que se produz abaixo do rio grande mexicano. Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo entre tantos expõem a *colonialidade* como avesso do imperialismo²⁷. Isto interessa, pois ainda preside a criticável postura de submissão dos nossos valores essenciais. Entre a superação da origem exilada da história oral e a repetição da postura imitativa que insiste na base dos modelos produzidos no exterior, a vitória deste sobre aqueles é ameaçadora. Duas linhas devem nutrir esta discussão:

não se desvaloriza, de forma alguma, o diálogo com avanços conquistados fora do nosso espaço, pelo contrário, mas, reclama-se da inocência da aceitação servil e pouco crítica do mesmo;

de modo hegemônico, a história oral brasileira se choca na teorização feita alhures, desprovida de *outras* fundamentações teóricas.

A busca de afirmação da naturalização da história oral latino-americana obrigou a esforços que podem ser periodizado em três fases sequentes: 1- de mera imitação; 2- de estabelecimento de dilemas entre o local e o externo e, ainda que timidamente, 3- de busca de independência e soberania. Nas duas primeiras circunstâncias a *colonialidade* preside.

²⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 85.

²⁶ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. La radicalización de la historia oral. *Palabras y silencios*: Revista de la Asociación Internacional de Historia Oral, Nueva Época, v. 2, n. 1, p. 33-45, jun. 2003.

²⁷ Sobre o tema leia-se LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, set. 2005.

V

Mas passemos a ordem prática. Ainda que fosse necessário tempo para melhor desenrolar argumentos, resta partir de objetividade já firmada. Alberto Lins Caldas²⁸ é, talvez, a pessoa que melhor compreendeu nossas relações. Sobre o impacto de seu trabalho em minha produção, Daphne, ele escreveu de maneira sensível:

Para Daphne Patai (1989), como a entrevista é um vasto diálogo, encontro de subjetividades, não há busca pelo “real”, pelo “fato”, mas *criação textual* que nos deixa entrever outras ficcionalidades sociais, pondo em aberto o passado e o presente. Uma de suas ações metodológicas é reescrever os depoimentos, não só tornando a leitura mais compreensiva como dando margem a uma auto-iluminação do próprio texto. Para isto ela separa (como Meihy fará depois numa perspectiva bem mais radical e conseqüente) as narrativas de uma introdução teórico-metodológica, sem misturar, objetificando, pedaços de entrevistas a um fluxo discursivo acadêmico. Tendo uma “idéia” mais *ficcional* que *positiva*, Patai consegue conceber um predomínio das idéias sobre o *ipsis literis* do interlocutor, conquistando com isso a própria vida do vivido. No entanto, não vai tão longe quanto Meihy, que nos propõe uma verdadeira reescritura radical do texto. (CALDAS, 1999, p. 89).

E por fim afirma: “Para Meihy (1991:29-33; 1996a), os procedimentos da História Oral devem passar por uma concepção social, por um projeto, por gravações, por textualizações e por um processo de transcrição.” (CALDAS, 1999, p. 89).

Transcrição, portanto, não é apenas uma operação textual – e nem ética, pois não se refere apenas à relação de entrevistado/entrevistador. Muito mais *transcrição* é a *desnaturalização* dos fatos sociais, coletivos, que sem a ação dos *colaboradores*, de ambos os agentes da formulação narrativa, simplesmente não existiria. Quem dá vida aos fatos sociais, quem os subtraem da natureza social, são pessoas, viventes que se articulam para diferenciar situações que não existiriam sem o esforço conjunto. A *transcrição*, pois, é muito mais do que mudar palavras ou sentenças em uma narrativa, é ato de compromisso com a transformação dos acontecimentos. Devir. *Transcrição*: ação criativa de mudar. De mudar tudo: texto e contexto. Por lógico, clamo limites. Sem messianismos totalizantes, mas também sem alienação do saber que é, sim também, ato político.

²⁸ CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história**: para ler a história oral. São Paulo: Loyola, 1999.

A fim de dar coesão a tudo que tenho dito neste encontro, junto pontos compatíveis. Primeiro falei de *rizomas*, de trocas estendidas, alargadas de modelos. Saudei assim as mutações de padrões hegemônicos. Disse depois da derivação transformada de minhas propostas baseadas nas suas. Apelei para Jameson para afiançar questões reversíveis da colonialidade e agora resta falar das transcrições em sentido ético, filosófico, amplo. Por lógico evoco o trabalho genial de Fernando Ortiz ao tratar a transculturação da América Latina no *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*; continuo chamando ao debate o texto do uruguaio Ángel Rama com a explícita menção *Transculturación narrativa en América Latina*²⁹. O conceito de – “trans” – transculturação foi emprestado no Brasil pelos irmãos Campos ao falar de traduções. Foi exatamente esta linhagem de procedimentos que me inspirou a falar de transcrição em história oral. Não se trata de nada instintivo, de bom senso. Cuidadosa elaboração, combatida por combatível, tenho ao longo dos anos que afiançar que há em relação ao texto – do oral para o escrito – toda uma operação homóloga à operação política que me inscreve na história oral. E, ao falar de projeto, tenho que recuperar dizeres apressados que acham que a frase que se coloca no início das narrativas completas é uma que dá sentido à fala – como se as outras fossem descartáveis. Nada disso, a frase encabeçadora das narrativas é a que organiza qualquer texto em função da proposta geral, do projeto. Articuladora em nível amplo – do projeto – e específico na narrativa, o que tecnicamente se chama tom vital remete dialeticamente tanto à memória coletiva da comunidade chamada à desnaturalização dos fatos como à justificativa da lógica do texto em si. Transculturação e transcrição, Daphne: legados de um debate que, sim, para mim, começou com você, mas se transformou tanto...

²⁹ ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978. RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI, 1982. RAMA, Ángel. Los procesos de transculturación en la narrativa latinoamericana. In: _____. *La novela latinoamericana 1920-1980*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura, 1982a. RAMA, Ángel. *Literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.

Provocações



Geografia oral

Alberto Lins Caldas¹

RESUMO: Texto sobre a Geografia Oral enquanto mediadora epistemológica entre a História Oral e a Geografia Humana utilizando a noção de Cápsula Narrativa e Narrador em articulação com os conceitos de Espaço e Lugar, abrindo, com isso, maiores possibilidades ao fazer geográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Humana, História Oral, Geografia Oral, Cápsula Narrativa, Oralidade.

ABSTRACT: The text introduces the concept of epistemological geography as a mediator between Oral History and Oral Human Geography using the notion of “narrative capsule” and narrator in conjunction with the concepts of Space and Place, opening with this, other possibilities to the geographical work.

KEYWORDS: Human Geography, Oral History, Oral Geography, Narrative Capsule, Orality.

¹ Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas. Coordenador do Centro de Hermenêutica do Presente (CENHPRE – UFAL). Contato: albertolinscaldas@yahoo.com.br. Site: www.albertolinscaldas.unir.br.

Pressupostos

Se um dos exercícios essenciais do conhecimento que se diz geográfico é pensar o espaço, é preciso entender que esse espaço é, antes de tudo, “coisa humana”, produção duplamente humana e que esse pensar só pode advir de relações vivas, fluxos básicos, atividades de “presença” (produções, vivências, sociabilidades). E é preciso explicar. Primeiro, como fruto das produções, das múltiplas “atividades sociais”, pois antes disso só podemos usar a imaginação ou um conhecimento epistemologicamente ingênuo pressupondo o sem presenças, atividades, criações, ou que todo conhecimento só pode advir de uma “epistemologia”, não de campos de atividade; segundo, exatamente para evitar essa ingenuidade, é preciso entender que o espaço pode advir do pensamento comprometido com esses devires, isto é, a “atividade humana social”, grupal, individual gestando existência, ordem, estrutura, cosmo, mas se tornando conhecimento apenas “depois”, isto é, o conhecimento do espaço, do lugar, do território não preexiste, como não preexiste o espaço sem o “ser social” em sua presente-atividade.

Chegamos logo à questão central: um conhecimento que só possa advir profundamente de uma série de atividades, das redes vivas dessas atividades, sendo alijando em nome da teoria, sendo feito apenas teoricamente, abstratamente, ou mesmo reificado enquanto ciência, métodos e técnicas de “coleta de dados”, inquéritos, inquisições, perde a potência em pouco tempo, criando “modelos” eficazes apenas abstratamente, somente porque abstrato, podendo, no máximo, ser raptado ou adaptado pelo “mercado” ou pelo “estado”. A Geografia Humana ao reduzir o seu “humano” a dados colhidos, a entrevistas produzidas pelo pesquisador (que desconhece que os dados se tornam produção dele e não do entrevistado, resto das suas planilhas de perguntas), mascara os resultados e cria um cenário falso, um falso espaço, ou melhor, um espaço compatível, amigo, companheiro das teorias, procedimentos e poderes que produziu ele. O espaço que nasce da “indignidade de falar pelos outros” cria uma geografia diretamente para o poder, diretamente serva dos fluxos produtores de certo real, uma Geografia dócil.

Uma das questões da Geografia Oral é estabelecer conexões, aprender a ouvir as ressonâncias, abrir as redes, os fluíres entre domínios de saberes, domínios de vida, campos de praticas. Daí porque certa História Oral

(Caldas, 2009) enquanto tensor livre para o pensar geográfico para uma Geografia Oral. Com essa conexão não se pretende legitimar, fundar, justificar um “novo saber”, mas arejar um lócus antigo de práticas, exercícios, costumes acadêmicos, escolares, estatais, e com esse arejamento expor certas práticas viciadas e deformadoras. A Geografia Humana precisa aprender a respirar com a experiência, a oralidade auto-organizada, a narrativa, a individualidade (esse bicho papão das ciências), extraindo seus devires não de epistemologias de poder, mas de um contato aberto, intenso e livre com alguém que escolhe sua narrativa, seu espaço, suas forças, escolhe sua narrativa como viveu sua vida, suas relações vitais que é, em primeira instância, espaço e lugar. O que é espaço e o que é lugar.

Os espaços, territórios, lugares jorrando das relações vitais que não apenas os mantêm e reproduzem, mas que, antes de tudo, os criaram e os criam em práticas essenciais, inter-relações essas que não estão em espaços, territórios e lugares, mas sim que são, eles mesmos, essas inter-relações e apenas enquanto fluíres podem ser pensados. Para isso é preciso um novo conceito, o de Geografia Oral enquanto campo nômade que articula espaço-lugar com oralidade-narrativa, articula vivamente o narrador, os narradores e seu lócus vivo, com o pesquisador através das narrativas, isto é, não há nem território nem Geografia antes dessas relações efetivas: o espaço-lugar jorra das oralidades em narrativas escolhidas pelo narrador, não o contrário.

O lugar, enquanto conhecimento, advém de uma Geografia Oral que articula os conceitos de Cápsula Narrativa (Caldas, 1999a, 1999b, 2009) com os de espaço e lugar, a História Oral com a Geografia Humana como mecanismos de produção de conhecimento advindo das narrativas, dos narradores e não do pesquisador, do projeto, das redes acadêmicas e dos livros. Vem de quem é e produz o espaço, o lugar, o território, a população e das suas narrativas.

Cápsula Narrativa

Com a noção de cápsula narrativa, elemento chave da Geografia Oral, o sujeito da minha atenção passa a não ser eu, a não estar em mim nem ser uma realização do meu discurso, dos meus métodos, das minhas práticas, da minha posição, dos meus conceitos, ritmos e tempo. Minha atuação enquanto geógrafo não consiste em apropriá-lo, mas em deixá-lo

afirmar(-se) todas as suas redes vivenciais, todas as suas determinações, caminhos e tecidos particulares, todas as suas diferenças, corpos, visões, desejos, sonhos, mentiras, sofrimentos, verdades, ilusões, crenças, devaneios, sintomas, palavras, limites e deslimites, bens e males, importâncias e desimportâncias, ordens interiores, sequências narrativas, temporalidades, voltas e revoltas, repetibilidades, mas essa atitude não é para reproduzir o real, o como é ou como foi, ser mais “fiel”: não esquecemos que aquilo que é dito, pensado, lembrado ou sonhado é sempre uma narrativa, uma ficção e não o acontecido ou uma versão sobre o acontecido; essa ficção não reproduz nem representa o acontecido, sequer a sequência do acontecido, mas como dizemos aquilo que entendemos como o vivido e, no caso, o vivido que vamos pensar, espaço/lugar em sua forma de existência, advinda de práticas, atividades, crenças, imaginários produtivos, reprodutivos que se transformarão em conceitos.

Para tanto, temos, depois do contato inicial com nosso interlocutor, contato social, explicado em linhas bem gerais nosso interesse em sua “*experiência de vida*”, deixando claras as questões técnicas e “éticas” da nossa “entrevista”, nosso interesse pessoal, mas evitando terminantemente falar no “Título do Projeto”, em “Espaço”, “Construção do Espaço”, “Lugar”, “Geografia”, “História” ou “história”, “História Oral”, “História de Vida”, “cronologia”, “temas” e “assuntos”, e até mesmo sobre nosso possível interesse maior e específico (questão acadêmica e teórica), pois durante o trajeto, e ao término, com certeza seremos satisfeitos sem pedir, de antemão, o que queremos e queremos tanto saber; se bem que depois da primeira ou segunda entrevista podemos esclarecer o nosso interlocutor sobre tudo aquilo que ficou na sombra para não direcionar inicialmente sua construção e seu fluxo narrativo, a específica, única e delicada montagem ficcional que é sua “vida” e como essa “vida” se transformará em espaço e lugar, em Geografia Humana.

Podemos dizer como frase-chave ao nosso interlocutor como “primeira pergunta”: “Agora que sabe por que estamos aqui, pode começar como quiser e por onde quiser”. Assim, aparecerá o eixo narrativo do próprio narrador; sua temporalidade pessoal; sua ordem, seus próprios labirintos, é que dirigirá nosso trabalho sem precisarmos mais refazer os eixos temáticos, temporais, espaciais, estilísticos à nossa revelia: “princípio”, “meio” e “fim”, agora, pertencem ao “narrador” respeitado radicalmente enquanto “narrador”. O pesquisador perde a autonomia epistemológica para “falar

em seu lugar”, o “falar em nome do outro”, ou completar sua “fala”, muito menos expor uma “bateria de perguntas e respostas” cruas que apenas expõem os desejos, ânsias, necessidades, obrigações do pesquisador: as garantias epistêmicas se dão e devem se dar e se constituir contra mim, não contra ele, contra minha ganância discursiva, um “método” contra os “procedimento de coleta”.

Temos, então, um “nascimento voluntário” para o início duma fala, sem a interferência do pesquisador, sem as condicionantes dum nome, filiação, data de nascimento, raça, religião, assunto: tudo isso virá como decorrência: agora é o tempo e a palavra do narrador. E, assim, iniciamos a configuração duma cápsula narrativa onde poderemos, depois, inserir ou não o restante da entrevista (cápsulas temáticas), de possíveis perguntas e respostas, escapando ao início e ao direcionamento inocente de todo interrogatório, tradicionalmente de toda instrução policial ou jurídica: Qual o seu nome? Onde nasceu? Qual foi o ano do seu nascimento? Qual é a sua idade? Qual é o nome dos seus pais? Qual sua profissão? Qual sua religião? Como foi isso? Como foi aquilo?

Ao iniciarmos com perguntas sobre a origem, os pais, o nascimento, o que queremos, estamos não só direcionando, mas o que é pior, pondo no outro nosso corpo, nosso olhar, nosso espaço, nossa temporalidade ocidental, cristã, histórica, metropolitana, unilinear, encadeada e evolutiva (determinado paradigma ou episteme da “nossa sociedade”, da nossa tribo como se ela fosse única, exclusiva, correta, universal e não um dentre vários epistemes ou paradigmas); sem perceber, antes, que as naturalizações universalizantes dos tempos da *phýsis* é, obviamente, tempos de determinada formação discursiva (formação produtiva e de domínios específicos da “nossa sociedade”) e inútil fora dos seus quadrantes, apesar de ter o poder de deformar outras temporalidades. Essa temporalidade dominante não é a única, mas o pesquisador age como se fosse. Não queremos mario-netes (que dirão exatamente o que queremos que ele diga: o pesquisador é “inconscientemente” o “inconsciente da pesquisa”, um ventríloquo), mas singularidades discursivas, hipertextos livres e vivos em sua alteridade para um diálogo além das meras objetificações tão comuns e necessárias na Ciência.

A Geografia Oral não se apresenta especificamente como uma técnica, mas como um conjunto articulado de procedimentos num “discurso”, no caso certa História Oral que se configura com a noção de Cápsula

Narrativa e seus conceitos constitutivos. Nesse ponto é uma História Oral aplicada a Geografia Humana, dirigida por questões, paixões interesses, projetos ditamente geográficos, mas sem quebrar o “espírito” da Cápsula Narrativa (por isso não há “emissor”, “receptor”, “entrevistado”, “colaborador”, “pesquisado”, mas narrador). Seu trabalho inicial é o “mesmo” dessa História Oral. Com todos os seus pré-requisitos e requisitos, seus conceitos e procedimentos. Assim, não é a “oralidade”, a “memória”, mas a experiência, as matérias vivas das atividades que produzem o existente. A “oralidade” é um conceito fraco diante da noção de Cápsula narrativa que o incorpora enquanto elemento antigo e deformado por uma delimitação indevida, mesmo sendo utilizada enquanto título tanto na “história oral” quanto na Geografia Oral. O foco não se dá na oralidade, mas narratividade, no narrador, naqueles que produzem o espaço enquanto sistemas de atividades e não como algo natural.

O “uso” da Geografia Oral se dá da mesma maneira. A diferença entre essa História Oral e a Geografia Oral é o destino, o que se faz com os resultados obtidos pelo uso da Cápsula Narrativa. Enquanto em História Oral se destina ao aprofundamento da singularidade enquanto construção empírica dos discursos, das visões de mundo, das epistemes, dos discursos do nosso “imediato”, em Geografia Humana ela deixa de focar em “narradores plenos” e se volta para grupos, cidades, coletividades, comunidades para compreender as produções do espaço, dos lugares, os movimentos e configurações das populações, passa a se preocupar com um conceito foucaultiano de biopolítica, as forças que formatam as populações.

A História Oral da Cápsula Narrativa dá à Geografia Humana instrumentos preparatórios à resolução de seus problemas com “espaço”, “lugar”, “população”, “comunidade” e suas decorrências. Apresenta-se como um “círculo metodológico crítico” para tentar estabelecer as produções do viver. Esses conceitos geográficos deixam de ser “teóricos”, isto é, vindos de um saber preexistente à fala dos narradores. Os conceitos de “espaço”, “lugar”, “população”, “comunidade” e suas decorrências virão depois do trabalho “qualitativo” da História Oral da Cápsula Narrativa. E digo isso para se distinguir de outros procedimentos de história oral, como a de José Carlos Sebe Bom Meihy (mesmo sendo um dos nossos horizontes), de Marieta de Moraes, de Janaína Amado, de Antonio Montenegro.

Enquanto a História Oral já tem seus procedimentos, reformatados para fazerem a conexão com a Geografia Humana, a Geografia Oral deve, aos

poucos, criar seus mecanismos compatíveis com suas bases teóricas e práticas. Como não parte de nenhuma “práxis sociais existentes”, deverá, a partir das experiências, criar o real dos narradores, o pleno dessas vidas.

Nossa matéria de contato possibilita e nos abre para leituras inesperadas, onde não encontramos somente nossas sombras projetadas sobre o papel, mas fluxos vitais tanto das singularidades quanto das sociabilidades que formataram ativamente e pôs em movimento cada uma delas. Mundo e singularidades ficcionais, mas ainda assim a única maneira de compreender, atuar e modificar a “realidade”, que não é coisa natural, mas presentificação de discursos e atuação deles enquanto imediato do presente. Nossa matéria, para se dizer, exige outra forma de leitura, de interpretação, de diálogo.

Considerações Finais

A Geografia Oral é uma proposta de prática de pesquisa (Caldas, 1999a, 1999b, 2000, 2001, 2006, 2007, 2009) que norteou as pesquisas do Centro de Hermenêutica do Presente – UNIR, várias monografias e dissertações tanto no Departamento de História quanto no Departamento e no Mestrado de Geografia – UNIR. Entre os trabalhos podemos citar Silva, 1999; Barboza, 2000; Barbosa, 2001, 2006; Souza, 2002; Santos, 2002; Gusmão, 2008; Maciel, 2002; Pinheiro, 2008; Souza, 2001, 2008. A articulação entre História Oral e Geografia Humana através da noção de Cápsula Narrativa nos tem proporcionado um campo vasto e ainda não completamente compreendido, tanto em extensão quanto em profundidade. A prática com grupos, individualidades, comunidades, famílias vem se abrindo a insuspeitas relações quando levamos em conta a experiência da singularidade em narrativa, a singularidade expondo suas maneiras de viver, pensar, agir, acreditar. Tanto a História quanto a Geografia, e até mesmo as Histórias Oraís inda presas à entrevista, ao inquérito, às tabelas, podem se enriquecer profundamente com uma Geografia Oral.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Fabíola Holanda. Cápsula narrativa: História e usos de um conceito. **Caderno de Criação**, Porto Velho, ano VIII, n. 26, out. 2001.

_____. **Experiência e memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia**. Tese (Doutorado em História Social) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARBOZA, José Joaci, **O PT em Rondônia**: história oral de vida militante. Trabalho de conclusão de curso (História) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2000.

_____. PEIXOTO, Moisés. Cápsula narrativa. **Caderno de Criação**, Porto Velho, ano VII, n. 22, jun. 2000.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221. BOADA, Luis. **O espaço recriado**. São Paulo: Nobel, 1991.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: EDUSC, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BURGOS, Elizabeth. **Me chamo Rigoberta Menchú e assim nasceu minha consciência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

CALDAS, Alberto Lins. **Oralidade, texto e história**. São Paulo: Loyola, 1999a.

_____. A noção de cápsula narrativa. **Caderno de Criação**, Porto Velho, ano VI, n. 20, out. 1999b.

_____. Transcrição em história oral. **NEHO-História**, São Paulo, n. 1, p. 71-80, 1999c.

_____. **Calama**: uma comunidade no Rio Madeira. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Nas águas do texto**: palavra, experiência e leitura em História Oral. Porto Velho: Edufro, 2001.

_____. História Oral e Hermenêutica do Presente. **Caderno de Criação**, Porto Velho, v. 31, p. 05-13, 2003.

_____. Espaço e experiência: História Oral e Geografia Humana. **Zona de Impacto**, v. 8, ano VIII, 2006. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/espacoexperiencia.htm>. Acesso em: 01 jul. 2010.

_____. História Oral: experiência e narrativa. In: SANTOS, Nilson (Org.). **Alinhavos em Ciências Humanas**. Porto Velho: Edufro, 2007. p. 137-146.

_____. Narradores plenos em História Oral. **Zona de Impacto**, v. 10, ano X, p. 01-10, 2008a. Disponível em: <http://www.albertolinscaldas.unir.br/narradores.htm>. Acesso em 01 jul. 2010.

_____. Pontuação em história oral. **Oralidades: Revista de História Oral**, São Paulo, n. 4, p. 163-167, jul./dez. 2008.

_____. Cápsula narrativa em História Oral. **Oralidades: Revista de História Oral**, São Paulo, n. 6, p. 49-76, jul./dez. 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2005.

_____. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Espinosa e os signos**. Porto: Rés, 1989.

_____. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **Nietzsche e a filosofia**. Porto: Rés, 2001.

_____. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **O Anti-Édipo**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

ESCOBAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- _____. **Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEORGE, Pierre. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- GUSMÃO, Deyvesson Israel. **Entre mundos: História Oral com soldados da borracha**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- MACIEL, Márcia Nunes. **A construção de uma identidade: História Oral com os Cassupá**. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2002.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A colônia brasilianista**. São Paulo: Nova Stella, 1990.
- _____. **Canto de morte Kaiowá: história oral de vida**. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____. **A gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Aurora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A vontade de poder.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PINHEIRO, Zairo Carlos da Silva. **Migração dos sentidos.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2002.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia:** sobreviventes da fatura. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Emmanoel Gomes. **Espíritos acuados:** História Oral com apenados. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 1999.

SILVA, Josué da Costa. **Cuniã:** mito e lugar. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, Maria das Graças S. N. **O espaço ribeirinho.** São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Edinéia Bento de. **O mito do herói:** história oral de vida com homens da Comunidade Santa Marcelina. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2002.

SOUZA, Maria Cristiane Pereira de. **Vozes que curam**. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2001.

_____. **A palavra e o lugar da cura**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

História oral de vida ou Entrevista



Comunidade, história e subjetividade: a história de vida de Nedir

Marcelo Loures dos Santos¹

RESUMO: A história de vida de Nedir revela a intrincada relação entre subjetividade, movimentos sociais e momento histórico. No entanto, esta não pode ser considerada uma regra geral, pois a posição assumida por ela nos permite reconhecer sua identidade com as ações empreendidas na comunidade e com o momento histórico em que vivia. Assim, são percebidos os processos de emergência, retração e transformação do processo de participação comunitária, bem como sua articulação com as políticas públicas vigentes em cada momento histórico. A história de vida de Nedir, em sua singularidade, permite vislumbrar correspondências com a realidade dos movimentos sociais contemporâneos, evidenciando a indissociabilidade entre o subjetivo e o coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: História de Vida, Subjetividade, Comunidade, Movimentos Sociais.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Viçosa e Doutor em Psicologia pela PUC-Campinas.

ABSTRACT: The life story of Nedir reveals the intricate relationship between subjectivity, social movements and historic moment. However, this cannot be regarded as a general rule, because the position taken by her allows us to recognize her identity with the actions undertaken in the community and with the historic moment in which she lived. Thus, are perceived emergency procedures, retraction and transformation of the process of community participation, as well as its articulation with public policies in force in each historic moment. The life story of Nedir, in its singularity, allows a glimpse matches with the reality of contemporary social movements, spotlighting the indivisibility between subjective and the collective.

KEYWORDS: Life Story, Subjectivity, Community, Social Movements.

Nedir é uma mulher negra, separada, mãe de dois filhos (11 e 7 anos) e moradora da Vila São Jorge. Sua família mudou-se para o lugar onde ainda hoje mora desde a década de 1940. O casamento de seus pais foi desaprovado pelas famílias, pois se por um lado o pai era arrimo de família, por outro a “família de criação” da mãe era branca e não via com bons olhos o relacionamento com um homem “de cor”. Nesse sentido, relata que sua mãe foi “advertida” por parentes que seus filhos poderiam ser negros.

Na época da mudança para a Vila, o pai de Nedir trabalhava nos Correios e a mãe era camareira. Por iniciativa da mãe, iniciaram um pequeno comércio local, onde vendiam leite e pão, recebendo apoio de S. Jorge e sua esposa – donos da única venda do local – para que conseguissem se manter no negócio. O local, ainda pouco povoado, com pequenas casas espalhadas na região, tinha na venda do S. Jorge e dos pais de Nedir a referência espacial do que se desenvolveria com as características de uma favela. Aos poucos, novos moradores foram construindo seus barracos neste lugar sem saneamento, sem luz, sem transporte, sem qualquer infraestrutura.

Nesse período, a vila era considerada por Nedir como um lugar seguro, sendo que era frequente deixar a venda aberta e “entrarem para dentro da casa”, sem que ocorresse nenhum furto. Segundo ela, algumas vendas da comunidade hoje são gradeadas e o cliente deve se anunciar para que o proprietário abra as grades para que ele entre.

Relações Familiares

A mercearia funcionava a partir do trabalho do casal com o auxílio dos 12 filhos, revezando-se de acordo com os horários de escola. Com o adoecimento de Seu Nazi e o crescimento dos filhos, a mãe de Nedir decide convidar outras pessoas para virem morar com a família e ajudar nas tarefas da mercearia. Além da numerosa família, portanto, mais três pessoas foram criadas no ambiente familiar, integrando sua dinâmica e organização. Nedir conta que sua mãe não pagava diretamente o salário para um dos rapazes que veio a morar com a família, sendo que ela se responsabilizava em depositar mensalmente o dinheiro dele, para que “não fizesse bobagem”. No lote da família, alguns barracões foram construídos para alugar e aumentar a renda familiar. Segundo conta Nedir, também

a nova família que irá alugar um dos barracões será incorporada à organização familiar, sendo chamados por “tios” pelas crianças das gerações seguintes da família de Nedir.

Os irmãos não demonstravam afinidade com as atividades comunitárias, mas sempre se envolviam com atividades esportivas – especialmente o futebol – e culturais, com ênfase no teatro. Era comum, portanto, que encenassem peças, cada irmão representando um papel, e outras pessoas da comunidade fossem convidadas para assistir às apresentações. Essas lembranças familiares em torno das peças de teatro serão muito significativas para as gerações seguintes, cujos sentidos subjetivos associados a essas atividades remetem sempre a momentos de confraternização e alegria para a família.

Infância

Sobre sua infância, Nedir evidencia que viver em um local sem recursos e com fortes laços comunitários teria tido alguma vantagem, considerando que essa condição tivesse propiciado maior liberdade, uma vez que podiam brincar até tarde na rua. Relata que apanhava muito pelas brincadeiras de rua, especialmente por pegar carona nos parachoques de caminhões que passavam perto de sua casa. A percepção das mudanças na vila diz respeito, principalmente, às mudanças nas formas de socialização e nas brincadeiras que desenvolviam.

O campo de futebol, recuperado na memória de forma recorrente pelos moradores mais antigos da comunidade, é repleto de sentidos nas lembranças de Nedir. A vivacidade do relato é quase palpável, demonstrando a densidade e atualidade em sua memória.

A gente chamava a Vila de Buraco Quente. É eu fico pensando porque, né? Creio que quando tinha jogo no final de semana – tinha muito jogo, né – então esquentava a Vila! Então o povo brigava, alguma, assim, dava facada e tal, mas ninguém morria, né? Era uma coisa maravilhosa! Era uma briga, era briga por causa de namorado, é porque fulano ganhou, fez gol... não era briga rivalidade... É, não era.

Embora a família de Nedir não tivesse envolvimento ativo com os movimentos comunitários, ocupou um lugar significativo na comunidade seja pela participação dos pais na igreja, seja pelas relações vicinais com a escola.

Meus pais [...] participaram muito da igreja, a Vila tinha muita ligação com a igreja porque ... ela veio da São Vicente de Paula, então a associação era os mesmos membros a maioria, então ela tinha ligação com a igreja. Então todas as reuniões, todos os eventos partiam da igreja, para associação. [...] Depois mais tarde, fui presidente juntamente com Seu Jorge de Assis, [que] foi um dos primeiros presidentes

Nedir não frequentou a escola infantil, indo diretamente para o ensino básico e ali aprendeu a ler e a escrever. No entanto, mesmo afirmando se lembrar bastante da escola, o único relato espontâneo de Nedir sobre esse período foi que, na terceira série, além de ser muito tímida, tinha muitas dificuldades em fazer amizades por um motivo inusitado.

Eu me lembro bastante da escola, né?! Um tanto, lembro, não me lembro da primeira professora, lembro da terceira, terceira série, eu sempre fui uma aluna muito tímida, é eu lembro que eu era muito “mijona” então eu ia pra aula fedendo xixi e geralmente eu apanhava muito por causa disso, porque, primeiro que eu nem tomava banho pra ir pra escola, muito pequena, e segundo nenhum colega também, meus pais sempre corrigia por esse motivo né, e meus colegas quase nem ficavam perto de mim, por causa disso. E também eu não dava conta de conter, era uma necessidade que eu tinha e muitas vezes eu ficava na fila do banheiro feminino e às vezes eu fazia na fila, então eu não entendia, mas eu sabia que eu tinha um problema, eu era diferente das outras crianças e eu não conseguia segurar o xixi, então muitas vezes eu fazia até na fila do banheiro o que mais me lembro é essa parte.

No entanto, no que se refere a esta escolarização, Nedir guarda muito poucas lembranças, tudo passando “muito rápido”, recordando-se apenas das relações que esta e seus funcionários viriam a estabelecer com a comunidade e as instituições das quais viria a participar na juventude e vida adulta. Mas Nedir evidencia que a familiaridade com a escola é uma de suas principais características, com os que a frequentam e com os que nela trabalham. A familiaridade construída no espaço escolar e comunitário fomenta uma relação de identidade que cumpre um importante papel de ambientar os alunos a outras relações que não aquelas exclusivamente familiares – embora muitas das relações estabelecidas na escola também sejam familiares.

A escola seria marcada para Nedir, portanto, por essas relações vicinais e de amizade. A escola não apenas fazia uso frequente do telefone de

sua casa em busca dos professores faltosos, mas também seu pai continuamente a ajudava de forma voluntária na resolução dos problemas de manutenção que surpreendiam a escola, como esgoto ou outros serviços de bombeiro. Em contrapartida, as diretoras da escola em um dado momento da vida de Nedir passaram a ser suas ex-colegas de escola, com as quais Nedir já mantinha relações de amizade a partir da comunidade. Estas colaboraram significativamente nas instituições da comunidade. Na sua percepção, portanto, a escola é vista, hoje, principalmente, como uma instituição social voltada para o desenvolvimento da comunidade e não como uma experiência pessoal de formação escolar. Essa percepção, segundo ela, é predominante nas pessoas da comunidade, principalmente pelo trabalho que tem sido desenvolvido pela escola ao se aproximar das famílias.

No entanto, algumas dificuldades irão povoar suas relações na infância.

Nessa época mesmo eu me lembro que eu frequentava o catecismo, lá no [Bairro] Gutierrez. Então iam crianças daqui da vila, do próprio Gutierrez e havia assim diferença, havia bastante crianças brancas e minha turma mesmo era só eu negra, então muitas crianças evitavam de me dar a mão na hora da oração. Então eu me lembro desse detalhe, mas na escola não, a maioria parecia, era tudo misturado então não tinha muita diferença pra mim, aqui não fazia diferença. Eu percebi a única diferença foi aí, no Gutierrez.

Nedir relata que, fosse na escola ou na catequese, os profissionais apresentavam grande dificuldade ao lidar com a diferença racial e os problemas relacionados a essa temática junto às crianças. Nesse sentido, relata sobre uma intervenção da professora de catecismo.

[...] essa vez que a menina não queria me dar a mão [...] “ah eu não vou dar a mão porque ele é preto”, aí a professora conversou, disse que Deus também poderia ser negro, mais uma conversa assim, só para os meninos me aceitarem, não teve um trabalho em cima disso não. De forma nenhuma eu não me lembro mais. Sempre, “pode dar a mão a Nedir, ele é negra, mas ela é filha de Deus também”, não me lembro muita coisa assim.

Essas dificuldades enfrentadas pelas escolas são levadas ao paroxismo quando Nedir relata a situação de sua irmã, também negra, em uma escola particular. Apesar de ter sido aprovada em primeiro lugar como bolsista numa escola particular não pode ser matriculada por ser negra:

Aí a Irmã falou claramente com papai na ocasião “olha infelizmente nós não podemos ficar com sua filha, ela passou e tudo, mas nós não podemos porque ela é negra e se eu colocar ela e será bolsista ela não vai pagar, pra eu colocar ela vai sair um tanto.”. Ela falou desse jeito com papai, nós vamos perder [alunos], então nós não podemos colocar.

Aos dez anos de idade, as dificuldades em relação à incontinência serão superadas por Nedir e a posterior mudança de escola colocará novos desafios. Na nova escola, também bolsista como teria sido sua irmã, a diferença racial e social não é percebida de forma menos consistente, interferindo significativamente em seu desenvolvimento. Nedir não evidencia qualquer tratamento discriminatório ou falta de respeito, mas a ausência de uma atenção como aluna foi considerada por ela nitidamente prejudicial. Relata que sempre se sentira líder, condição que não pôde exercer nessa escola.

A retomada da possibilidade de exercitar essa posição de liderança em uma outra escola para a qual foi encaminhada alterou seu empenho, rendimento e, principalmente, reconhecimento.

Então eu tomei uma bomba na primeira série do ginásio pra segunda e daí eu fui estudar [em] outro colégio, aí eu fiquei mais à vontade. Era colégio de freira, mesma situação: eu era bolsista também, havia várias freiras, mas lá havia freiras negras, existiam várias freiras de outra nacionalidade, porém o tratamento era muito legal e eu sentia muito à vontade lá. Inclusive teve uma festa em comemoração, um teatro, eu me lembro que eu seria a única negra que poderia estar fazendo esse papel de Maria Conga, eu e as outras filhas, e as outras alunas seriam de classe média né representaram os outros papéis.

Nedir considera-se “com sorte” por estar sempre respaldada institucionalmente não apenas por seu bom desempenho, mas também por ser reconhecida nessas escolas pelas relações vicinais estabelecidas pela família e dela própria com a escola através de seus trabalhos de catequese.

Eu estudei no Pio XII era bolsista [...] eu fui muito destaque lá, porque as irmãs eram freiras, algumas estudavam na sala comigo, então eu era muito boa em matemática então eu ia dia de semana, eu ia pra lá pra ensinar pra irmã e tal então eu tinha lá um certo privilégio com elas, e ainda sábado e domingo ia dar catecismo ainda, aí que eu crescia muito com elas, mas nem todas as pessoas eram tratadas como eu fui né.

Assim, apesar dos episódios ocorridos nas escolas por que passou, mesmo tendo recuperado lembranças de formas de tratamento que por vezes a segregavam (pela incontinência ou por ser negra), trata essas situações com menor importância, sendo que suas qualidades foram evidenciadas a partir de sua entrada em outros contextos e segundo outros referenciais (relações com a comunidade, desempenho escolar e principalmente atividades de catequese).

Com isso, Nedir foi inserida precocemente nos movimentos comunitários, tendo sido convidada pelas freiras da Congregação São Vicente de Paula, por volta dos 12 anos, a dar catecismo e a cuidar de crianças na pré-escola. Nos próximos anos de sua juventude, Nedir passará a ser convidada a participar de diferentes atividades, integrando-se ao movimento comunitário estabelecido pelas diferentes instituições da vila. Diferentemente das lembranças fugidias da escola, recupera com evidente frescor suas lembranças relativas às primeiras experiências nas atividades comunitárias, apresentando com fidelidade o sentimento de entusiasmo e ingenuidade que pareciam marcar este período.

Então tinha espaço lá no centro comunitário que poderia ser utilizado, então a Irmã da Santíssima Trindade: “Nedir, você podia dar aula pro MOBRAL”, “mas eu ainda não estou apta”, “Não, você vai fazer uma reciclagem, você vai aprender e vai ganhar meio salário mínimo.”. Aquilo pra mim foi uma farra! Oh beleza! Ganhar meio salário mínimo à noite, tranquilo... Então eu dava aula para adulto. Isso aí foi na década de 70, aí eu dava aula. Eu nasci em 1956, então eu deveria ter uns 20 anos. Quase 20, né!? Aí eu comecei a dar aula pra adultos à noite. Daí surgiu aqui o Centro Comunitário, o Centro comunitário era onde é o CERSAM, e tinha o Hugo Werneck lá também, de dia era escola, aí eu dava aula numa sala que foi cedida pra gente.

Esse engajamento inicialmente juvenil e voltado para interesses exclusivamente pessoais vai cedendo espaço, portanto, para um posicionamento compatível com as novas exigências e responsabilidades que a função passa a exigir. O volume de necessidades existentes na comunidade faz com que toda proposta emergente tome rapidamente proporções grandiosas.

Então pronto, dava aula à noite. Aí deu uma brecha e lá veio: “Nedir, tem muito menino solto na vila, vamos arrumar uma escolinha para eles, o MOBRAL paga professora, dá merenda e dá material.”. “Beleza! Vamos fazer!”. Começamos a fazer no Centro Comunitário aonde era o posto de saúde, então tinha três salas, onde a gente dava aula. [...] A

gente dava meio horário de aula para os meninos, então a gente tinha uma turma de quase cem meninos de uniforme. [...] Uma turma dava aula de manhã e outra à tarde, eu era telefonista, trabalhava de manhã numa empresa de carro, concessionária e à uma hora da tarde eu já tava aqui para dar aula para os meninos, de uma às cinco. Então já tinha uma turma.

Essa incursão de Nedir nas atividades desenvolvidas pelas instituições religiosas e comunitárias da vila irá marcar profundamente toda sua trajetória pessoal. Declara que toda essa trajetória foi construída de forma inicialmente involuntária, sendo levada pelos convites que surgiam. Sua única convicção passara a ser trabalhar na comunidade.

Juventude

Segundo Nedir, seu envolvimento com o grupo de jovens da igreja católica da comunidade deu sequência aos trabalhos comunitários já desenvolvidos por ela na vila.

É porque existia um grupo de jovens, eu participava e aí o padre precisava de algumas pessoas pra dar catequese e convidou algumas pessoas disponíveis. Como eu moro de frente para a igreja católica né, que é aonde a gente participava, ficou bem mais fácil. Aí a catequese era dada no Hugo Werneck, que era ao lado né, na época, então assim muito fácil, tranquilo, a gente fazia muito teatro né, então a gente já estava envolvida com esse trabalho.

O interesse da família pelo teatro irá demarcar, também, sua forma de penetração nas atividades desenvolvidas na vila. Assim, a timidez evidenciada por Nedir na infância parece ter vida curta diante das novas demandas que as relações familiares e comunitárias apresentaram para ela. E é através do envolvimento com essas instituições que, segundo ela, irá aprender a estudar.

Ah, eu acredito que a catequese foi o início de tudo, da minha vida. Mesmo com a questão de escola mesmo e pra mim foi um treinamento pra lidar com tudo: com a comunidade, até mesmo com o rendimento escolar, que a gente acaba tendo uma desenvoltura maior. Em tudo! Questão de pesquisa, né? Antes na catequese a gente ia dar uma certa disciplina, falar sobre um certo ... um assunto, um tema, a gente tinha que pesquisar. Então alguma coisa contribuiu bastante, sabe? O que a gente não tinha, porque na escola tradicional, aquela escola que a gente estudou, naquela época, eu achava tão engraçado, a

professora chegava na sala com os cadernos velhos, sabe, parecia que ela deu aula o ano passado com aquele caderno, o planejamento dela era aquele caderno, no outro ano também, sabe? Quando a professora era velha, quanto mais velha a professora mais velho o caderno dela de planejamento, sabe? Então essas questões, ela chegava para dar aula e pronto, não tinha pesquisa, não tinha nada, um trabalho livre pra fazer... é um padrão deles mesmo. Então eu acho que a catequese outros caminhos, sabe, que é a questão de pesquisar... Amanhã: Ah, é Semana Santa, então vamos procurar alguma coisa, um teatro, vamos procurar alguma história que conta a vida e a morte de Cristo, então assim, tinha muito que trabalhar aquilo, e acaba a gente treinando né, pra ser uma estudante mesmo, como deveria ser.

Nedir evidencia o quanto sua aprendizagem ocorreu principalmente fora da escola, através do contato com uma pedagogia diferente da tradicional, na qual passava a ocupar um lugar ativo no processo de aprendizagem. Critica, assim, o modelo tradicional da escola e sua proposta de saber pronto e acabado, representado pelos “cadernos velhos” das professoras.

Em sua juventude, sua história pessoal estará estreitamente relacionada à da vila. As transformações e conquistas na comunidade são transformações e conquistas dela própria enquanto sujeito. Pouco a pouco, à medida que ocorrem as mudanças nas instituições da comunidade às quais está associada, vemos em seu relato que Nedir abandona a aventura ingênua do início por uma postura mais consistente e madura, mas sempre deslumbrada. As conquistas são sempre descritas como fenômenos festivos.

Com a verba do MOBRAL, a gente dava alimentação pros meninos. Mas tava errado, criança não podia olhar criança né, então começamos a receber visitas convênios, então a SERVAS foi lá e falou “não desse jeito a gente não vai abrir convênio, vocês vão ter que admitir algumas pessoas para cuidar dos meninos pequenos”. Aí começamos: uma mãe poderia ser cozinheira, tudo combinado, aí começou dar certo, aí o primeiro convênio foi com o SERVAS: doou dez berços então foi uma farra, foi muito bom e o SERVAS mandava uma verba mensal que a gente teria que prestar contas, poderia gastar com qualquer coisa, mas era com alimentação, material escolar as mães davam, alguma mãe contribuía com três cruzeiros na época, isso levando né, a gente conseguiu na época trazer energia elétrica, era isento, na época era isento a taxa, a gente não pagava, conseguimos trazer a água colocamos uma pessoa, um casal que até hoje moram lá, que é Dona Ana e Seu João.

É possível notar que as pessoas da comunidade iam se adequando às exigências das instituições conveniadas, se organizavam de uma forma particular envolvendo outras pessoas no processo.

Mas Nedir começa a enfrentar atritos com a família. Tendo sido demitida de seu emprego, envolve-se integralmente nas atividades da escola, creche e Associação Comunitária. Sua disponibilidade e interesse para trabalhar na venda da família já vinham diminuindo. No entanto, as cobranças da mãe por um maior interesse de Nedir pela família evidenciam um descontentamento que começa a se avultar.

Lembra que eu falei que ficava o dia inteiro na Creche? Eu ficava lá e ganhava o quê? Meio salário mínimo, não dava nem pra mim, e mamãe sempre cobrou muito isso da gente, “Ah você fica lá trabalhando de graça pro povo? Vai morar lá!”, então mamãe sempre falava isso comigo. Então isso também me trouxe, “Puxa vida, mamãe só fica me tocando de casa! O que é isso?”. Eu chegava em casa, eu morava aqui, aqui é uma casa grande, dividiu pra alugar, porque então eu chegava em casa seis horas da tarde, mamãe havia tirado todos os vasilhames, toda louça: “você vai lavar a cozinha agora para você aprender.”. Então assim tinha que lavar do chão até o teto, sabe?! Uma coisa que não precisava, aqui em casa tinha empregada, e aquilo foi me deixando muito revoltada, eu fui e saí de casa, saí de casa com 26 anos, fui morar com uma... a tia da presidente da Creche, que aí a gente já tava ganhando um salário, tal, carteira não [...], aí eu fui ter minha vida sabe e depois minha irmã foi morar comigo.

Perguntada sobre a postura de seu pai em relação à sua decisão, Nedir responde sem hesitar: “Papai não, sempre calado. Papai gostava muito que a gente ajudasse.”. Nedir evidencia que seu pai nunca fez questão que os filhos trabalhassem, exceto que contribuíssem para o funcionamento da mercearia.

Diante desses atritos, Nedir lida de forma ambígua. Perguntada sobre a influência da família na sua trajetória pessoal, evidencia que o rancor nutrido pela incompreensão da mãe se sobrepõe mesmo aos aspectos positivos de suas relações familiares, inclusive a estima evidenciada em relação ao pai.

Então assim, a minha família, sem saber, sem querer eles me ajudaram muito. A gente já pegou gás aqui em casa emprestado pra levar pra Creche quando não tinha né, então eu pegava muita coisa mesmo, pegava arroz, açúcar, óleo, porque o MOBREAL não tinha

mandado. Então eu acho que houve uma influência muito boa, na questão assim, porque eu tinha condição de estar ajudando, tinha condições, eu podia sair de casa de manhã e voltar de tarde, porque eu tinha muitos voluntários assim, na época sabe, foi muito bom, como minha família tinha mercearia, eu tirava as coisas levava pra Creche. Então assim, a minha família, sem saber, sem querer eles me ajudaram muito.

Esse relato matreiro de Nedir é considerado repleto de significados. Por um lado por evidenciar as rugas com a postura opositora da mãe. Por outro, por retratar de forma fidedigna a maneira como as relações de solidariedade, pautadas em um envolvimento integral dos sujeitos caracterizavam as relações comunitárias. Essas relações estão presentes nos relatos de Nedir sobre o caso da diretora da escola que, todos os dias, levava lençóis limpos para a creche. Relata ainda o caso de D. Bruna, que cedeu parte de sua casa e de seu tempo para vacinação e realização de curativos para a comunidade. Mais tarde esse espaço tornou-se o posto de saúde da vila. Em outras palavras, não é possível considerar o ato de Nedir como um ato vingativo, mas também como uma ação engajada.

O Amadurecimento diante dos Compromissos com a Vila

Mas a ideia de que todo esse processo de envolvimento com o movimento comunitário ocorreu de forma circunstancial é válida apenas para seus primeiros momentos. Aos poucos, os jovens convidados a auxiliar a Associação dos Moradores passam a desejar mudanças diante de uma instituição que já vinha se tornando conservadora.

É porque existia associação né, ela era bastante antiga e era composta só por pessoas antigas mesmo, e existia o grupo de jovens... a própria Associação começou a convidar os jovens para participar das reuniões, porque o interesse da comunidade era levar os benefícios, e eles entendiam que os jovens tinham disposição para andar nas ruas, nos becos então a gente sempre participava, daí a gente começou a formar chapa, para entrar na Associação. [...] primeiro a da Renovação, porque a gente queria colocar só jovens, aí quando era época de eleição o grupo de jovens montava sua chapa.

Nedir foi eleita por duas vezes consecutivas como presidente da Associação Comunitária, permanecendo por oito anos nessa função. Ao assumir a

presidência da Associação Comunitária da Vila ainda jovem, por volta dos 22 anos, Nedir já apresentava uma significativa trajetória nos movimentos comunitários da vila, participando de um dos momentos de transformação mais radicais na história da comunidade. Através do PRODECOM foi possível à Associação realizar as obras de infraestrutura da vila.

Neste ponto evidencia-se como a participação na Associação produz um conhecimento aprofundado sobre a situação da comunidade em Nedir, fazendo-a compreender o funcionamento das relações políticas e como administrá-las. Nedir demonstra significativo conhecimento sobre a situação da Vila tanto em seus aspectos materiais quanto sociais, auxiliando na compreensão histórica e cultural da comunidade. Essa compreensão tem um papel fundamental, pois permite identificar a importância de certas ações e conquistas para a mobilização comunitária.

[...] toda área daqui de dentro do Morro das Pedras são áreas invadidas né, nós temos uma parte que foi da prefeitura cedida pela prefeitura para a pessoa ela assenta né, ela mora no local, hoje ela tem o título de propriedade, que foi passado, me parece foi na década de 80 mesmo pelo Sergio Ferrara, foi o primeiro prefeito a dar título de propriedade, né. E eu acredito que fomos os primeiros a receber o título de propriedade em Belo Horizonte nessa ocasião. A pessoa que recebe a escritura não pode vender então ela, tem é a posse do terreno e é tudo legalizado... Depois dessa titulação as pessoas animaram a arrumar suas casas. Porque elas tinha aquela desesperança, “Ah, eu vou mexer aqui, daqui a pouco a prefeitura vem aqui e me tira.”, então hoje não, ... Antes não se construíam dois andares, hoje como não tem muito espaço as pessoas tem feito até três andares no meio da vila, tem casas boas, muito boas. A maioria das pessoas são pedreiros, pintores ou bombeiros então eles trocam serviços, fazem o melhor né agora.

Nedir demonstra como sua relação com aquilo que a comunidade produz é constituinte de sua subjetividade, é um espaço no qual se nutre e desenvolve através dos ganhos, das vantagens e dos avanços que a comunidade obteve, mesmo antes de seu mandato, que irão refletir na construção de seus propósitos. Demonstra uma compreensão do processo histórico de construção da comunidade a partir de uma coletividade, dentro da qual ocupa um lugar significativo.

Em seu relato percebemos em Nedir uma mudança de postura no decorrer de sua trajetória. Inicialmente verificamos uma situação na qual é

convidada a participar e ainda insegura (“eu não estou apta”) é chamada a desenvolver as atividades. Da forma como é possível, assume funções e organiza a creche como uma aventura e como uma possibilidade de renda. O embate com as instituições conveniadas provoca nela uma percepção institucional com a qual terá de lidar. Ao falar da associação comunitária e suas ações, consegue mesclar um conhecimento que reúne sua experiência administrativa (o que podemos considerar como o discurso oficial) e sua experiência de moradora (discurso local). Aquela apresentando as condições formais e legais na administração de instituições voltadas para a prestação de serviços, esta voltada para o reconhecimento dos hábitos, anseios e características gerais dos moradores da vila.

É possível perceber que a comunidade neste período, tal como a compreende Nedir, atingiu o ápice de participação e envolvimento da comunidade neste período em que permaneceu, durante nove anos, envolvida com a creche e a Associação Comunitária da Vila São Jorge. No entanto, Nedir percebe que este movimento foi definhando aos poucos.

Até presidente da associação resolvia problema antigamente, se tivesse briga entre vizinho por causa de cerca, os primeiros a ser chamados era a gente, porque o vizinho tava fazendo janela virado pro quarto do outro, porque o outro tava fazendo muro e comeu um pedaço do llotel dele, quem era chamado era a gente, que era presidente da associação, hoje eles chamam é outra pessoa que seria o líder da comunidade, entre aspas. [...] Eu acho que foi mesmo essa, depois que as pessoas dispersaram não houve mais aquela referência, alguém tomou conta desse referencial, com o revolver na mão, matando um ali, mostrando que ele é o líder.

Segundo Nedir, esse movimento do qual fez parte sofreu significativas mudanças a partir da satisfação das necessidades mais básicas da população. As demandas passam a ser de outra natureza e a vila a se organizar segundo outra configuração. A Associação Comunitária, segundo ela, perde sua força e o caráter aglutinador de outrora para se tornar uma instituição esvaziada de sentido e representatividade na vila.

Hoje os desejos são outros, hoje não se interessa mais em reunir o povo, para fazer reunião para colocar luz no poste, para trocar o poste da rua, hoje não interessa mais. Tá se reunindo porque não tem vaga em escola, porque o centro de saúde não atende. Os desejos agora, as necessidades são outras, então é muito diferente. Nesse sentido, hoje o que faria maior sentido, dentro do Aglomerado seria

reunir as pessoas pra eventos para as crianças, para os adolescentes, ter alguma ocupação, emprego. Se falar assim: “Vamos fazer uma reunião que vai arrumar a rua.”. Ninguém vai! “Ah vamos! fazer uma reunião ali que vai cadastrar um tanto de jovem para emprego.”. Todo mundo vai. Então as necessidades são outras né!

Essa nova configuração, portanto, está orientada segundo a lógica dos conselhos, representativos das diferentes áreas (educação, saúde, etc). Apesar da especificidade da atenção que este modelo pode trazer para os moradores, facilitando localizar as demandas, um contraponto preocupante segundo seu ponto de vista é a divisão do movimento comunitário, anteriormente tão aguerrido diante dos problemas da vila. Considera, portanto que há uma desmobilização dos moradores. “Antes as pessoas conheciam mais, brigavam mais, pelas coisas, pelos benefícios, pelos interesses, hoje as pessoas entra pra dentro de casa e não se preocupam.”. E conclui: “então os setores estão separados e facilitou, mas dividiu as pessoas.”.

Durante certo tempo, Nedir mudou-se da vila e passou por situações muito difíceis ao morar com o pai de seus filhos, que neste período estava desempregado.

Daí eu trabalhei em casa, já não mexi com comunidade, tinha meu filho, já não morava aqui na vila. Eu era, nesse intervalo eu fiquei presidente da Creche, vinha muitas poucas vezes, tinha, como tava vindo com menino no colo, e mexia com marmitex. Então teve um período que eu fiquei um pouco afastada da comunidade.

Nedir decide, a partir da sugestão de uma amiga, voltar para a vila e concorrer ao cargo eletivo de Conselheira Tutelar. Realiza, a partir de sua eleição para o cargo, uma significativa análise na qual confronta sua experiência atual com sua experiência anterior na vila.

Relata, portanto, que já exercia a função antes de assumi-la, uma vez que sempre participou através dos grupos de jovens e das diferentes organizações nas quais atuou, sempre buscando socorrer crianças e orientar familiares. No entanto, uma diferença é significativa para suas intervenções como Conselheira.

O Conselho Tutelar ele lida com a lei, ele faz cumprir né [...] se fosse antes um pai que tá negando pensão pro filho e o filho tá passando necessidade, a gente ia lá, tentava sensibilizar, e não resolvia. Hoje não, com o poder na mão, eu posso ir falar: nós vamos arrumar um advogado, e o advogado vai tratar disso. Pra essa mãe, e a gente

não tinha esse poder, uma mãe batia numa criança, hoje não nós estamos lidando é com a lei, bateu, espancou, machucou vamos tratar dessa mãe, o que tá acontecendo, vamos aplicar medida. Então esse poder da lei é muito bom, desde que ele seja cumprido, desde que a gente consiga fazer. Se não conseguir você tem outras instâncias que antes não tinha.

A legitimação desse poder institucionalizado não confronta, portanto, no caso de Nedir, com os trabalhos voluntários que mobilizavam as pessoas da vila na década de 1980, mas o oficializa. Da mesma forma, apesar de apontar para possíveis limites a políticas localizadas em áreas específicas de atuação nos trabalhos comunitários, considera que há avanços significativos na organização pautada em orientações a partir de políticas públicas. Em outras palavras, não aponta uma dicotomização entre movimentos espontâneos e movimentos institucionalmente organizados. Nedir demonstra apostar nas políticas públicas como possibilidade de organização dos trabalhos comunitários.

Eu acho que antes, por exemplo, o presidente se coloca, a gente que é presidente da associação, por mais que você faça pela comunidade, você é voluntário, então se você por um motivo ou outro, porque você trabalha em outro lugar, e você ocupa aquele cargo de presidente, se você arrumar o muro da sua casa, principalmente dentro de vila, arrumou o muro, vão falar: dinheiro da associação. Igual assim tem muito isso, as pessoas não veem. O voluntário pra eles tem que ser uma pessoa que nunca, ou tem que estar muito bem de vida, ou se ele conseguir adquirir alguma coisa, eles vão dizer que é por causa, que a pessoa tá ali naquele cargo, tá roubando. Fala claramente isso: “Você viu fulano? Ele é Presidente da Associação. Olha como ele melhorou de vida.”. Eu acho que é isso. Eles não conseguem entender como a pessoa pode melhorar de vida trabalhando como voluntário, então eu acho que depois que você tem um trabalho remunerado, mas também adquire certo respeito, na sociedade mesmo, na comunidade, pelo menos eles falam: “Ela ganha pra isso, ele tem que fazer pra mim.”. Pelo menos isso, não fala mais que está roubando. Mas já coloca tarefa na sua mão que às vezes nem é da sua competência porque ganha pra isso, uai!

Nedir esclarece que embora haja equívocos na forma como a vila interpreta e demanda as intervenções daqueles que lhe prestam serviços, a remuneração isenta o profissional da acusação de corrupção e atribui-lhe um dever. Sua experiência na condição de Presidente da Associação

permite-lhe compreender as mazelas dessa ocupação nas características sociais da comunidade. Defende, portanto, uma remuneração profissional para o cargo, como forma de dar legitimidade e evitar interpretações maliciosas. Seus relatos sobre suas intervenções como conselheira evidenciam que não é a remuneração a causa da fragilidade das ações profissionais, mas a falta de um sentimento histórico de comunidade. Os relatos anteriormente construídos sobre suas ações na comunidade demonstram uma inseparável relação entre vida pessoal e comunitária.

Outro dia eu tava saindo pra festa, chegou uma mãe aqui, “Nedir, fulano de tal tá querendo sair de casa tá com a mochila prontinha, o menino dela tem 15 anos, ele tá com a mochila prontinha, quer sair de casa.”, eu falei “puxa vida, na hora de sair pra festa? Festa de crente o povo come pra caramba, chego lá não tem nada.”, brinquei ainda. Fui lá e conversei com ele, não é minha função tá fazendo isso, mas eu como moradora, eu tava fora do horário, mas pra mim é gratificante tá fazendo isso, né fui lá conversei com ele, expliquei pra ele da lei, você tem só 15 anos, se você sair de casa, sua mãe vai ter problemas, você também, porque não pensa que você não responde porque você responde, até 18 anos você vai ter que ficar aqui dentro, tá, e de 18 pra frente você vai resolver sua vida, mas agora sua mãe responde por você, e você também responde porque se você sair de casa e sua mãe souber aonde você está, ela pode ir lá na delegacia dar uma queixa e o juiz ir te buscar lá, mandar te buscar lá, então pra você não ter problema, fica em casa. Aí fui embora, conversei bastante com ele, vim embora. Então tem algumas questões, que é bom sabe, às vezes a mãe tá batendo no menino, eles fala vou chamar a Nedir pra você, e pelo menos aquela hora abafa, para, um pouco, cessa.

Observa-se que embora a entrevista fosse sobre a história de vida de Nedir, vemos que esta se apresenta através de suas ações na vila, evidenciando que sua subjetividade está estreitamente vinculada a esse processo histórico, como uma postura voluntária e ativa. Nesse sentido, embora demonstre sua satisfação e reconhecimento através dessas vivências que a constituem, considera-se integrada a uma realidade histórica, na qual outros a sucederão ou estarão a ela ligados. Em outras palavras, seu projeto está circunscrito não apenas a si própria, mas a um projeto coletivo.

Sabe, eu acho, agora eu tenho que sair porque a gente exerce uma função, mandato né... daqui a um ano, eu tenho que sair, mas a gente fica pensando numa pessoa que possa exercer essa função lá, seja morador, pra tá atendendo nossa comunidade né, então tudo que

venha a trazer de benefício pra nossa cidade é muito bom, sabe que tem alguns empregos pros meninos que tá na área de risco, a gente traz pra cá porque meu interesse é o Aglomerado né.

Nesse sentido, Nedir parece representar uma posição característica de um momento histórico no qual a coletividade seria como um ente vivo, militante e solidário. Nessa perspectiva, a política representava uma possibilidade real de transformação da sociedade, causa em torno da qual os indivíduos constituiriam sua subjetividade e na qual a devoção à coletividade era uma de suas principais características.

A postura apresentada pelas lideranças comunitárias e retratada por Nedir, à medida que narra a perda de poder da Associação Comunitária e a emergência de outras lideranças (traficantes e vereadores) retrata uma crítica à perda do sentimento de comunidade que mobilizava a população e a segmentação das ações a partir das políticas públicas em vias de implementação. Essa percepção subjetiva individualizada, representa um contexto histórico passível de ser verificado na literatura sobre o assunto. Literatura essa que certamente ela não teve acesso.

No caso de Nedir, foi possível perceber que a família teve um papel muito significativo através das relações estabelecidas com as instituições sociais, no apoio implícito do pai e nas atividades coletivas (como festas e apresentações de teatro) desenvolvidas pela família. Mesmo enfrentando o antagonismo da mãe, o apelo de seu projeto pessoal se sobrepunha às restrições que ela lhe impunha. Mas é a escola, não a escola primária onde estudou, ou a outra da qual foi impelida a abandonar, mas aquela na qual ela iniciou suas relações com o movimento de catequese que permitiu a Nedir iniciar na construção de seu projeto de vida. Enquanto a escola era vista muitas vezes como restritiva à possibilidade de efetivamente vir a conhecer, o movimento de catequese apresenta para ela uma possibilidade real de aprender. E, de fato, o conhecimento desenvolvido por Nedir na execução de seu projeto é facilmente percebido em sua trajetória e nas obras em que participou na comunidade.

Trilhas Acadêmicas: Uma Vida Construída nos Rastros da História Oral

Yvone Dias Avelino¹

“A técnica, como a religião, não dá conta do tempo interior e do tempo das coisas. Ele está em nós e fora de nós, na história do mundo, e, portanto, jamais pode ser objeto de manipulação absoluta.”

Adauto Novaes²

O historiador é um dos cientistas sociais que mais utiliza o conceito de tempo em suas interpretações sobre a sociedade, mas às vezes, como é o caso, abusa dele. Em Junho de 2009, em uma Banca de Defesa Pública de Mestrado em História, na Universidade de São Paulo, onde gentilmente a integrei, através de convite do Professor Doutor José Carlos Sebe Bom Meihy, na arguição feita à candidata, afirmei que, na PUC-SP, o Programa de Estudos Pós-Graduados em História foi pioneiro no uso da História Oral nos anos 80. Isso se dava através das aulas nas disciplinas de Leitura Sistemática e Pesquisa Histórica e, sobretudo, na criação do Laboratório Interdisciplinar de História Oral, criado pela Professora Doutora Luciara Silveira de Aragão e Frota, juntamente com os Programas de Ciências Sociais, Comunicação e Semiótica, Educação e Serviço Social.

Ao término dos trabalhos da Banca, num bate-papo informal, meu amigo Sebe me pediu que organizasse uma entrevista com Luciara, contando o que eu havia afirmado, pois achava o assunto importante para o conhecimento da academia brasileira, pois Luciara é historiadora, jornalista e especialista em Historiografia Brasileira pela USP e em História Oral pela FGV-RJ e UFF-RJ. É Mestra e Doutora pela USP na área de História/Ciências Humanas, Pós-Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Buenos Aires, e Pós-Doutora em História Econômica e Administrativa

¹ Professora Titular do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Chefe do Departamento de História – Gestão 2009/2011. Coordenadora do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP. Editora da Revista Cordis – Revista Eletrônica de História Social da Cidade.

² NOVAES, Adauto. Sobre tempo e história. In: _____. (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 10.

pela UnB-DF. Foi professora da PUC-SP, é Professora Titular da Unb-DF. Tem livros e artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais e coordena o NEHSC-Fortaleza, vinculado ao Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP.

Abusando, portanto, de um espaço de tempo existente entre a ocasião do convite e a presente data, é que pude realizar esta entrevista³. A demora se deve aos inúmeros compromissos acadêmicos, e pelo fato da referida professora residir em Fortaleza, Ceará, e só esta oportunidade se dar em virtude de sua vinda para uma Banca de Defesa Pública de Doutorado em São Paulo.

Foi realmente uma entrevista que me reapresentou uma amiga, uma profissional e uma mulher batalhadora que, nos trechos das trilhas acadêmicas apontadas, eu desconhecia. Convivemos durante muitos anos na Academia e, conseqüentemente, fora dela. Vimos nossos filhos crescerem, amadurecerem, caminharem na vida, os nossos netos surgirem e, ao mesmo tempo, vimos alunos tornarem-se Mestres, Doutores, Pós-Doutores, e continuarem nossos “filhos” e amigos.

Partilhamos juntas momentos alegres e difíceis da vida acadêmica. Todos superados com a firmeza e a certeza das nossas convicções. Entrevistá-la foi rememorar alguns momentos dessa vivência, e ao mesmo tempo, novas descobertas, que aqui ora são apresentadas.

Yvone Dias Avelino – Luciara, há muito eu aguardava uma oportunidade como essa, em que você viesse a São Paulo, terra que, eu sei, é a do seu coração, para falarmos um pouco do início de sua carreira universitária na Universidade Federal do Ceará, e dos seus primeiros contatos com a História Oral.

Luciara Silveira de Aragão e Frota – Quando falo do passado é que percebo que eu já trilhei muito da estrada, hein? E, com certeza, o tema central do seu interesse é de como o início da minha vida universitária teve uma íntima relação com o uso da história oral. De fato, ao prestar concurso para o Magistério Superior, na área de História, tive entre os meus examinadores, o que até hoje, trazendo o passado até mim, diria que se constituiu este num dos meus ídolos. Era o Professor Geraldo da Silva Nobre, uma enciclopédia viva, um laboratório oral de maravilhosa memória

³ Entrevista realizada em São Paulo no dia 22 de Junho de 2010, às 15h00, na residência da entrevistadora.

e de uma bondade e colaboração inexcedíveis. Sempre encontrava um tempo para me estimular e me dar apoio, sugerindo temas para a minha Pós-Graduação na USP, pois vibrava com a ideia de que eu ia trazer, como trouxe, para o Ceará o primeiro Mestrado em História. Foi conversando com esse sábio professor que percebi, na prática, a necessidade de gravar o que ele me dizia. Ia eu quase todas as tardes pesquisar no Instituto do Ceará, tomando chá de cidreira e me beneficiando, na prática, com um orientador notável. Assim, quando iniciei a carreira universitária, já possuía o título de Mestre, e já tinha feito muitas gravações com o meu emérito professor, já dos meus tempos de Graduação na Faculdade de Filosofia.

Y.D.A. – E vocês conversavam sobre métodos de estudos? Ele aceitava bem o gravador?

L.S.A.F. – Bom, esqueci de dizer que ele era também um erudito jornalista, que me deixava usar o gravador como melhor entendesse. Parecia a nós dois que isso era fácil, prático e moderno. Eu também já escrevia desde os 13, 14 anos, pequenos artigos e poemas em jornais locais, como o Nordeste e a Gazeta de Notícias. Achava jornalismo a mais bela profissão do mundo. Então, para mim, era uma doce atribuição transcrever as fitas e as informações para facilitar o meu trabalho. Minha mãe era a maior incentivadora e, às vezes, ouvia as fitas comigo, para que a descoberta do mundo das palavras fosse mais rápida na apreensão do conteúdo. Noutros termos, ela ditava pra mim o texto gravado. Enfim, quando já dando aulas no curso de História da Universidade Federal do Ceará, após minha aprovação em concurso público, considerei normal o uso do gravador. O Curso de História era pequeno e ainda inexpressivo, e possuía um só professor, que se chamava Pedro Alberto de Oliveira Silva. Creio que, com ele, fomos na prática os reais fundadores do Curso. Bom, mas como eu já possuía o grau de Mestre, fui selecionada, junto com outras colegas, para a instalação do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, uma ideia acalentada por professores como Eduardo Diathay Bezerra de Menezes, Paulo Elpídio de Menezes Neto, e pelo Professor Hélio Góes de Campos Barros, sendo este futuramente um dos melhores administradores da CAPES. Foi nesse momento então que me surgiu uma grande oportunidade, a de mergulhar no que eu já fazia, que era a História Oral. De gravador em punho, eu estava sempre às voltas com histórias a resgatar, tinha o interesse em ouvir Cruz Filho, o príncipe dos poetas cearenses; Francisco Sadoc Araújo, o fundador da Universidade Vale do Acaraú, que levou à

duas interiorizações da Universidade. E enfim, entrevistar personalidades dentro de temas de interesse coletivo. Agora, como primeira oportunidade de inserir-me entre os precursores da História Oral no Brasil, acredito que precisei de um pouco de sorte. Em primeiro lugar, surgiu no Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento um convite do Curso de História da Universidade de Brasília, através do historiador brasileiro – mas com formação em universidades norte-americanas – David Gueiros Vieira. Tratava-se de um intercâmbio entre universidades que iniciavam o uso da História Oral em seus currículos. Foi uma sorte ser indicada para esta função.

Muito entusiasmado, o Professor David conseguiu passagens para os convidados com a Fundação Ford, e reuniu na Universidade de Brasília todos os professores brasileiros que já se interessavam pelo uso da História Oral no Brasil, tais como Carlos Humberto Correia e Ondina Bossle da Universidade de Santa Catarina; Cecília Vestphalen e Altiva Palheta, da Universidade Federal do Paraná; o Professor Luis Henrique da Bahia... lembro que lamentou-se a ausência de Fernanda Pacca de Almeida Wrigt, da Universidade de São Paulo, que havia sido minha orientadora no Mestrado, e que depois foi no Doutorado. Presentes estavam professores americanos como William Moss, George Brown e iniciou-se então, ali, pela primeira vez no Brasil, uma discussão sobre como assentar as bases para a História Oral no Brasil, e sobre a sua legitimidade como ferramenta e como fonte de pesquisa histórica. O Professor William Moss falou sobre a linha que pode separar o entrevistador de História Oral da entrevista jornalística, e sobre o fato de que Allen Johnson dizia que, no caso do chamado jornalismo moderno, explora-se alguém por uma boa história. Afirmação que me deixou o que pensar... Lembro que fiquei ainda encantada em saber na palestra do Professor David que as gravações podiam ser estudadas por laboratórios especializados, o que já era feito nos Estados Unidos, transformando a voz em sinais luminosos, podendo estabelecer se a pessoa estava conscientemente dizendo uma mentira, ou se acreditava no que dizia. Não parava de pensar em como tinha sorte em participar desse grupo e, creio que bendisse o Professor Hélio Barros, por ter me indicado, mesmo sendo eu, então, na ocasião, muito jovem.

Y.D.A. – As discussões então lhe aguçaram o senso de uma grande responsabilidade por representar uma universidade como a Federal do Ceará, não? Ainda aí você deve ter percebido que o uso da História Oral era mais além e mais profundo do que só coletar entrevistas gravadas, mesmo quando as fazia para publicação no Caderno Especial de sábado

de jornais cearenses, como a *Tribuna do Ceará* e da *Gazeta*, como me dizia antes, não é certo? Imagino que se deu a partir desse encontro o nascimento da ideia, que depois se propagou pelo país, da criação de requisitos influentes para o uso e a seleção do material gravado. Imagino a distância percorrida para transformá-la numa documentação de relevo.

L.S.A.F. – Certamente. Sabe, a partir daí, liguei pontos sérios das conversas com o meu mestre Geraldo Nobre, refletindo e compreendendo melhor o que ele dizia sobre caber ao historiador a síntese do todo social, e que ele também tem a missão de preservar, em última análise, sua participação na História vivida, no seu próprio tempo. Mas como eu dizia antes, tive muita sorte de ir a esse encontro em Brasília. Os contatos da liderança desse grupo frutificaram e se transformaram no primeiro Curso de Especialização em História Oral dado no Brasil, num convênio entre a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação das Professoras Aydil de Carvalho Press e Ismênia Lima. Além de alunos brasileiros, o curso recebeu alunos argentinos, venezuelanos e da América Central. Os professores, coordenados por George Brown foram James e Edna Wilkie, além da Professora mexicana, integrante do Museu Antropológico do México, Eugenia Mayer.

Y.D.A. – Presumo que o curso teve um desdobramento nas universidades de origem dos participantes, pois os cursos de especialização requerem as extensas 360 horas entre trabalhos teóricos e práticos. Em que consistiu a natureza prática desses trabalhos? Imagino pelo que agora foi dito e de nossa experiência vivida na PUC-SP, como é cara a implantação de um Programa de História Oral, se uma Instituição não o patrocina. Como se arrumou no Ceará?

L.S.A.F. – A Universidade era prestigiada, e eu havia recebido bolsa de estudos da *Ford Foundation*. O Mestrado em Sociologia tinha credibilidade, e eu um projeto sobre as Secas no Ceará. Sempre me causou espécie que o problema das Secas pudesse ser um empecilho ao desenvolvimento do Estado, mesmo porque havia órgãos bem atuantes, como o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e o Banco do Nordeste. Assim, preparei um projeto onde requeria basicamente gravadores, fitas e material de escritório que fosse útil para as transcrições. Formulei uma listagem de governadores do Estado, ex-governadores, técnicos, secretários de desenvolvimento e sábios hoje já falecidos, como o Dr. Guimarães Duque, um dos maiores conhecedores

das xerófilas no mundo, plantas que se adaptam ao meio ambiente seco, e o laureado biólogo Ruy Simões de Menezes, um *crânio* em questões de açudagem e piscicultura. Antes do início da segunda parte do Curso, eu fiz a prova prática com o diretor do Arquivo Nacional, Dr. Raul Lima, e imaginei que ao Arquivo poderiam interessar essas Memórias das Secas. A essa época eu já alinhava ideias para o Doutorado, e o tema que me aconselhavam era *Seca e Política no Ceará*, tema no qual eu podia aproveitar todas as entrevistas feitas.

Y.D.A. – Ah! Já sei, parte dessas entrevistas estão no site do nosso Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC – da PUC-SP, desdobrado no NEHSC – Fortaleza (HYPERLINK “<http://www.nehscfortaleza.com>” www.nehscfortaleza.com), que você coordena, tendo nesse site a janela à esquerda da primeira página, Memória das Secas, não é isso? Lembro de haver lido parte de uma entrevista com o então governador Virgílio Távora, fruto de um convenio entre a UFC e o Arquivo Nacional.

L.S.A.F. – Boa memória visual a sua. É isso mesmo. Pena que após tanto tempo, estamos aqui falando dos anos setenta, dos quais muita coisa se perdeu. De qualquer forma, vemos como no plano das secas algumas coisas se modificaram. Não sei se é possível falar de menos assistencialismo, mas ao menos de uma visão mais objetiva para tratar o problema. Para ser sincera, não creio que a implantação da História Oral na UFC tenha tido resultados tão eficientes como os logrados em Santa Catarina, criada em 1974, dando subsídios para a História e a evolução política desde 1930, por exemplo. De qualquer modo, representou uma experiência positiva e deu-se como dizer, o lançamento de uma pedra fundamental para os que trabalhariam com História Oral depois. A grande experiência do Curso de História, com as primeiras bolsas concedidas aos alunos, veio da SUDEC – Superintendência de Desenvolvimento Econômico – que, em convênio com a UVA – Universidade Vale do Acaraú – organizou farto levantamento de livros de tombos pecuários na Zona Norte do Ceará, favorecendo o contato deles com a documentação de fonte primária existente. Você deve estar querendo que eu lhe conte como foi o meu ingresso na PUC-SP, quando você era a Coordenadora do Curso de História, ou seja, como saí do Ceará e fui implantar a História Ora lá.

Y.D.A. – Adivinhou meus pensamentos, moça. Sei que fui das primeiras a lhe dar as boas-vindas, mas conte para registro. Lembro muito do entusiasmo à ocasião do Coordenador-Geral da Pós-Graduação (Pró-Reitor), Professor Doutor Joel Martins ao recebê-la, pois havia pedido ao Professor Hélio Barros,

então na coordenação da CAPES, uma professora que lidasse com História Oral para um projeto interdisciplinar na Pós-Graduação na PUC-SP. Você já tinha então concluído os créditos e a Tese de Doutorado na USP, e aguardava a data da Defesa Pública com a Fernanda Paca, não é isso?

L.S.A.F. – Exatamente isso. Creio que vou lhe nomear minha biógrafa. Já estava vindo de uma experiência como instrutora na USP, onde traçava planos sobre como iria publicar a Tese, com tanto material de História Oral nela usado. Havia preparado esses documentos, excelentes fontes orais contemporâneas com agrônomos, jornalistas e técnicos da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), DNOCS e Banco do Nordeste. Depois, já vinha estudando sobre entrevistas e a forma como ela é trabalhada nos vários ramos de conhecimento. Na prática, todos nós somos entrevistados, seja na escola, na admissão ao emprego ou na anamnese médica. Todos se interessam por entrevistas, sejam antropólogos, cientistas sociais ou assistentes sociais. A questão residia no meu entendimento na criação de um documento espontâneo e, ao mesmo tempo, confiável, para que pudesse ser usado como um documento/fonte para a História, e que recebesse a aceitação dos historiadores. Quando queremos produzir ciência, o mais importante é a produção científica. Não pode, portanto, deixar de ser importante os métodos, as técnicas e as formas de sua escolha e emprego. Ora, a primeira mostra sociológica voltada para a história de vida é, se não me falha a memória, de 1918. Não tenho dúvidas sobre a importância dos ensinamentos que recebi nos cursos e treinamentos de História Oral. Creio que me inclinei para isso de forma quase instintiva. Ainda hoje, há uma tendência de julgar a História Oral como um registro de atualidades. Olha Yvone, são muitas as categorias no emprego da História Oral para que fiquem só perguntando se ela é História, se é Oral, ou se ela é um elemento de um contra história, como quer Paul Thompson. Penso que essas preocupações ele as codificou, mas foram todas estruturadas por esse grupo gerador da implantação da História Oral no Brasil, do qual fez parte também a Professora Doutora Tereza Malatian Roy, da UNESP de Franca. Lembro muito bem das minuciosas inquisições do Doutor Manuel Nunes Dias, professor da USP e diretor da Unidade de Franca, que em um Simpósio nessa UNESP disse sobre como podia ser enriquecedor no campo teórico o emprego dessa técnica. Mais tarde, as constantes evoluções e elaborações sobre História Oral levaram-na a ser considerada método, levando à polarização e disputas das várias áreas que a utilizam com os

nomes os mais diversos. Só para ilustrar, fui, na prática, afastada de uma Banca de Doutorado por ter posições discordantes da Orientadora da Tese de uma psicóloga, na área de Educação, que usava História Oral. Tal fato me remeteu às teorias de Oscar Handlin, da Universidade de Harvard, no livro *A Verdade na História*, e que nos ensina tão bem a ler as evidências e tudo o que elas significam, quer num livro, quer numa palavra. Fugirá a História Oral do conceito de evidência?

Y.D.A. – Conheço bem essa teoria, pois nos interessamos tanto pela mesma, que chegamos a produzir uma tradução da obra para o português, na Editora Martins Fontes, em 1982. Na verdade, os que assim pensam não se detiveram sobre essa documentação, que é elaborada pelo historiador, e nem mesmo se há uma preocupação na coparticipação de resgate/criação do documento contemporâneo. Como você diz sempre, a maior validade da História Oral, nesse conjunto de documentação Oral, reside na interdisciplinaridade. Isso explica pelo menos em parte, as suas idas à França para opinar na confecção do Estatuto do Laboratório Interdisciplinar de Documentação Oral, que se seguiu ao da PUC-SP. Sei que poderíamos falar horas sem fim sobre esse tema que você domina bem, e que sempre acompanha os seus trabalhos, os seus livros...

L.S.A.F. – É verdade Yvone, aqui mesmo na PUC, o meu então orientando de Mestrado, o Jean Claude Silberfeld, me proporcionou uma grande alegria. Ele era então aluno do Curso de História Oral. Eu estava preparando o livro *Empresários e Políticos na Industrialização do Nordeste*, e ele me proporcionou a assessoria necessária no planejamento e confecção do plano de entrevista. Ainda marcou, acompanhou e coadjuvrou a entrevista com o Dr. José Mindlin e com Keith Bush, da Empresa Alpargatas, muito atuante em Recife. Isto só diz bem do acerto da introdução da História Oral no Setor de Pós-Graduação da PUC-SP, quando era o já citado querido Doutor Joel presidente da Pós-Graduação, e você a coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Jean Claude tem grande domínio do uso da História Oral, e sabe aplicá-la muito bem na área econômica. Aliás, outra vantagem do Curso de História daquela época era a adaptação do aluno de outras áreas de conhecimento ao mundo do Mestrado em História. Eram aceitos alunos graduados em Economia, Direito, Arquitetura, Filosofia, o que era muito enriquecedor. O Curso de Leitura Sistemática, voltado à atualização do conhecimento e compreensão do sentido da História era de muito valor. Muitos deles queriam apresentar seus projetos utilizando a História Oral.

Lembro-me que o interesse despertado foi tanto, pois quando apresentei no Plano Central do CURSO a entrevista nos vários ramos do conhecimento humano, os alunos mesmos se propuseram entusiasticamente a pesquisar, voltando-se aos interesses de suas áreas específicas nos textos propostos. A partir dessas leituras, puderam estabelecer similitudes e diferenças no trabalho do historiador ao tratar com as entrevistas orais. Em sua segunda fase, o Curso de Leitura Sistemática tinha também a proposta de ajudar o aluno a formular e redigir o seu projeto, além de organizar entrevistas para o seu trabalho monográfico. As constantes palestras de advogados como Eduardo Mulyaert, Manoel Alceu Afonso Ferreira e Renan Lotufo ajudaram muito a que aprendessem sobre a importância de um Programa Oral de uma Instituição, e sobre os direitos de facultar ou não as entrevistas doadas, em sua integralidade. Aliás, foi essa interdisciplinaridade do Curso de Mestrado de então a mola propulsora para a criação do Laboratório Interdisciplinar de Documentação Sonora e Gráfica da PUC-SP, englobando todos os alunos da Pós-Graduação que fossem utilizar em suas monografias entrevistas orais. Lembro-me muito bem de como o projeto elaborado por mim foi aceito e aprovado pela Comissão de Pós-Graduação. O Laboratório proposto tinha um projeto-mãe: a *História da PUC-SP*. Os alunos de Leitura Sistemática adoraram a ideia, e se tornaram exímios colaboradores, lendo e se preparando para fazerem entrevistas com professores e funcionários. Formou-se um corpo de entrevistadores, incentivados pelas diversas Coordenações dos cursos de Pós-Graduação, respectivamente você, do Mestrado em História, Geraldo Pinheiro Machado, da Filosofia, Maria do Carmo Guedes, da Psicologia, Carmem Junqueira, da Antropologia, Maria Luiza, da Educação, Suzana Medeiros, do Serviço Social, Lucrécia Ferrara, da Semiótica, além de tantos outros professores, que nos concederam entrevistas pra o projeto.

Y.D.A. – Sei perfeitamente da importância do projeto. Era um todo aglutinador das mais variadas experiências, dos vários saberes agregados num programa de Pós-Graduação. Sei também o quanto o Dr. Joel Martins prezava e incentivava esse projeto, que foi gerado no começo dos anos oitenta, sob a inspiração dele. Sei também que ele a convocou, já quando candidato a Reitor, para que você retomasse esta ideia, dentro do projeto maior *PUC 2000*. Já ele empossado Reitor, retomamos através de algumas reuniões a possibilidade de implantação. Infelizmente, o homem põe e Deus dispõe, e perdemos nós um grande amigo, a PUC-SP e a Universidade Brasileira respectivamente um grande gestor e cientista.

L.S.A.F. – Pois é Yvone, uma lástima essa perda e, consequentemente, a não continuidade dos projetos. Tantas entrevistas feitas com personalidades importantes e notórios, como Dr. Franco Montoro, Dra. Aniela, Dr. Joel Martins, D. Paulo Evaristo Arns... Homens e mulheres que ultrapassaram os muros dessa Universidade. Trabalho cuidadoso e amoroso de tantos alunos que por aqui passaram. Alguns também já se foram, como o José Carlos, o arquiteto, um aluno tão querido por nós. Naturalmente, entrevistas com imperfeições das próprias condições inerentes às dificuldades de pesquisa, custos onerosos, financiados por eles próprios. Fitas, gravadores, custos das transcrições. É inacreditável que tanto desvelamos e revelamos nesse trabalho, tocando em seus pilares. Talvez os seus segredos e após tantos anos, nada se publique... Pra mim, pessoalmente, ficou o registro da convivência com o Dr. Luís Kubinsk, da Biblioteca, o sorriso franco do Dr. Pinheiro Machado, ou o Dr. Joel, a me lembrar que o recurso aos testemunhos orais era antigo. Do tempo de Michelet, adiantava. Eu retrucava: pois é Dr. Joel, mas quem redescobriu tudo isso foi esse Dr. Allan Nevins, da Universidade de Columbia, depois da guerra, em 1948. E começava o papo...

Y.D.A. – Lembro-me bem que fomos entrevistar a Professora Doutora Nadir Kfoury, então Reitora, que nos contou os detalhes da invasão da PUC...

L.S.A.F. – Bem, grande é a nossa persistência para publicar esse trabalho tão volumoso, de cerca de 400 páginas. Uma história contada pelos que fizeram e fazem a PUC-SP, resgatada pelos alunos desse Curso de Leitura Sistemática da História. Tantos professores, alguns ex-Reitores, como o Professor Doutor Eduardo Wanderley, ex-Vice-Reitores, como os Professores Doutores Casemiro dos Reis Filho e António Joaquim Severino... Todos torciam pela publicação desse trabalho importante na área de História Oral, que resultou num livro ainda não publicado. Seguimos esperando. Gostei de tratar desse assunto. Nem precisa me agradecer. Nem sentimos o tempo passar quando fazemos aquilo que gostamos.

Y.D.A. – Querida Luciara, foi realmente um prazer imenso lhe rever nesta São Paulo que você diz adorar e conversar sobre assuntos de um passado recente, e ao mesmo tempo, conhecer melhor a sua brilhante trajetória de professora universitária, nas angulações e nos vestígios da História Oral. Muito obrigada por tudo, e que possamos vivenciar mais vezes esses momentos de grandes alegrias e lembranças de nossas vidas e do mundo acadêmico.

Tradução



História Oral e democracia: lições de analfabetos*

Mercedes Vilanova**

Tradução: Roberto Rillo Bísaro

A “descoberta” do analfabetismo e de suas características definidoras deveria ser uma das principais preocupações da História Oral, posto ser o único modo de integrar a população não letrada ao mundo da história escrita. As dificuldades para alcançar os analfabetos, os problemas de comunicação e seus frequentes silêncios, especialmente em sociedades que sofreram guerras civis e repressão política, são desafios para os historiadores. A experiência de entrevistá-los permite-nos medir o nível de cumplicidade do historiador com a cultura letrada e o poder da escrita. Se os ignoramos, porém, perdemos um contraponto necessário para entendermos o letramento e nos recusamos a olhar para considerável parte do passado, perdendo completamente a memória do que fomos.

Através de um estudo comparativo em História Oral, pesquisamos o comportamento social e de voto de trabalhadores analfabetos em Barcelona, Baltimore e nos campos de concentração nazistas. Este estudo de caso apresenta alguns resultados, uma comparação entre as amostras e os desafios teóricos a respeito do papel da democracia e do analfabetismo em situações de distúrbios sociopolíticos. A pesquisa destina-se a provar que *os analfabetos não atrapalham* em tais situações e apresentam uma *resposta moderada*. A guisa de conclusão, indicamos uma futura pesquisa sob a forma de quatro conjecturas a partir das duas conclusões citadas acima e do trabalho de campo desenvolvido.

* Este estudo de caso foi escrito com a ajuda de Brian Subirana. Uma primeira versão tinha sido escrita com o auxílio de Linda Shopes e publicada sob forma de introdução em: Vilanova (2005a).

** N.T. Professora emérita de História Contemporânea da Universidade de Barcelona. Fundadora e editora, desde 1989, da revista **História, Antropología y Fuentes Orales**. Presidente da Associação Internacional de História Oral, em 1996. Suas principais publicações – que usam Estatística, História Oral, Cartografia e Historiografia Clássica – tratam do processo democrático, revolução e guerra civil durante os anos 1930 na Catalunha, Espanha.

Questões Principais, Locais de Pesquisa e Amostras de Respostas

A pergunta de corte da pesquisa foi: por que as democracias falham em situações de distúrbios sociopolíticos? Outras questões relacionadas foram: quais são as características do voto dos analfabetos e o que significa não ser capaz de ler ou escrever?

Escolhemos três locais para a pesquisa (tabela 1). Em Barcelona, contatamos trabalhadores que viveram a República, a guerra civil, a revolução social e a ditadura de Franco nos anos 1930². Em Baltimore, entramos em contato com trabalhadores que passaram pelo New Deal na década de 1930^{II} e pelo Movimento por Direitos Cívicos nos anos de 1960/70^{III}. Na Alemanha, entrevistamos republicanos espanhóis deportados para Mauthausen, Buchenwald ou Ravensbrück, entre 1940 e 1944. Nestes campos, não encontramos nenhum analfabeto entre os sobreviventes. Entretanto, algumas descobertas-chave de nossa pesquisa nasceram da análise comparativa originada dessas entrevistas. Os espanhóis nesses campos eram militantes, haviam lutado contra Franco e eram alfabetizados (VILANOVA, 2008).

Tabela 1

Tópico	Local de Pesquisa		
	Espanha: período da Guerra Civil Espanhola (anos 1930)	EUA: analfabetos de Baltimore (anos 1930)	Alemanha: campos de concentração (anos 1940)
Metodologia	Estatística, cartografia, bibliografia, fontes orais, 120 entrevistas*	Fontes orais, bibliografia, 24 entrevistas**	Fontes orais, mais de 1200 entrevistas colaborativas, bibliografia***
Identidade dos grupos analfabetos	Nenhuma	Afro-americanos	Nenhum analfabeto
Papel da religião	Igreja Católica opõe-se ao grupo	Apoio de igrejas locais	Religião perseguida
Ideologia dominante	Anarquismo	Democracia liberal	Nazismo
Resultado para a democracia	Fracasso da Guerra Civil Espanhola resulta na ditadura de Franco	Sucesso do Movimento pelos Direitos Cívicos	Fracasso, campos de concentração

** Algumas delas foram publicadas em VILANOVA (2005).

*** Cerca de 800 entrevistas pertencem ao MSDP (Mauthausen Survivors Documentation Project), sob a direção do Prof. Gerhard Botz, da Universidade de Viena; e aproximadamente 500 pertencem ao *Project*, coordenado pelo Prof. Alexander von Plato e financiado pela fundação berlinesa *Erinnerung und Zukunft*.

A história desta pesquisa começou quando entrevistei uma operária analfabeta em uma metalúrgica coletivizada durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Ela era eleitora e pertencia a um sindicato anarquista. Essa entrevista fez-me reavaliar a afirmação de que a alfabetização era pré-requisito para o pertencimento a um sindicato ou partido político (THOMPSON, 1963). Minhas entrevistas provam que analfabetos pertenciam a essas organizações e a outras, como a Maçonaria, mas jamais eram perturbadores dos valores das organizações das quais participavam.

O analfabetismo é camuflado pelo fato de os analfabetos saberem como disfarçar sua inabilidade, em parte por não utilizarem códigos discursivos diferentes dos usados pelos letrados, sendo difícil distingui-los em uma conversa informal. Eles podem tirar carteira de motorista e viajar longas distâncias: “Arranjo um mapa e estudo-o por cerca de um mês ou mais. Estudo a rota, o caminho que seguirei.” Podem abrir conta em banco: “Quando abri minha conta, não sabia ler ou escrever. Não disse nada a ninguém. Eles nem ligaram. Só assinei.” Podem escolher pratos em restaurantes: “Na maioria dos restaurantes que eu ia, eles diziam que tinham isso ou aquilo.” Podem até entrar para a Maçonaria: “Sou Maçom desde 1939 e eles nunca souberam que eu não sabia ler nem escrever.” No emprego, eles às vezes contratam colegas alfabetizados para realizarem tarefas das quais não são capazes.

Os entrevistados contaram-me suas histórias de vida, ao mesmo tempo salientando o significado de seu voto, ideologia, crenças religiosas e suas definições para mudança social, reforma ou revolução. Em Baltimore, os homens falavam mais e eram mais interessados em aprender, ao passo que na Espanha muitas mulheres aprenderam a escrever para se comunicar com seus companheiros, que estavam no exército, na cadeia ou no exílio. Em Baltimore, as mulheres tinham sofrido mais violência, a qual se revelava em muitas histórias sobre drogas, álcool e isolamento. Nos dois locais, muitas haviam vivido em barracos ou nas ruas. Todas começaram a trabalhar bem cedo, cortando grama, colhendo algodão, lavando pratos, fazendo faxina ou trabalhando nas minas. Algumas justificaram a falta de escolaridade devido à grande distância que tinham que caminhar ou à morte prematura de um ou ambos os pais. Algumas relatam que não tinham vontade de aprender. O trabalho infantil era especialmente comum entre as meninas, que tinham de cuidar de irmãos e irmãs ou de pais e avós enfermos.

Em ambos os países, os colaboradores emigraram ainda muito jovens em busca de trabalho, geralmente entregando o primeiro pagamento aos pais ou parentes: “Qualquer dinheiro que meu pai conseguia (do meu trabalho), ele embolsava.”, “O dinheiro era para meu cunhado.”. Em Baltimore, os entrevistados tendiam ter se casado duas vezes e a terem quatro filhos, as famílias eram menos estruturadas e as relações familiares e com os patrões eram mais violentas do que na Espanha. Enquanto os entrevistados em Baltimore e Barcelona procediam de grandes famílias com muitos irmãos, na cidade espanhola eles se adaptaram ao modelo demográfico catalão e tiveram apenas um ou dois filhos. Como em Barcelona, quando perguntei em Baltimore, o que seus pais lhes haviam ensinado, a resposta dos colaboradores foi muito clara: “Não roubar.”, “Manter as mãos longe do que não me pertence.”.

Analfabetos: um Grupo Não Radical

A diferença mais óbvia em nossas amostras foi que os afro-americanos – facilmente distinguíveis pela cor da pele – enxergavam-se e agiam como um grupo, a despeito de seu status de analfabetos. Por sua vez, os analfabetos brancos de nenhum lugar constituem-se como grupo visível ou autoconsciente. O sentido de identidade coletiva dos analfabetos negros era reforçado por uma história comum, consubstanciada pela denominação afro-americano. A África e a escravidão dão-lhes uma origem geográfica e social, além de todos se lembrarem da era da segregação. Mesmo os sem-teto sabiam quem foram Lincoln, Roosevelt, Kennedy e Martin Luther King. Tal conhecimento das figuras históricas, flagrantemente ausente nas entrevistas em Barcelona, foi o resultado da experiência afro-americana de mudanças sociais espetaculares durante suas vidas, quando superaram impedimentos legais e extraleais ao voto. Como resultado, o grupo atribui grande importância às eleições e tende a crer que um governo federal forte os protegerá melhor, mesmo que, como em Barcelona, não compreendam totalmente o que seja um partido político ou um sindicato. Na verdade, muitos não sabiam o que é democracia: “É uma raça, não?”, “É uma coisa laica.”, “Não sei explicar esta palavra.”.

O sentido de história dos afro-americanos aquilatou-se devido a sua experiência religiosa. É sabido que a igreja funciona como chave para o sentido de identidade dos afro-americanos e como fonte de apoio social. Além disso, ela oferece uma visão teleológica do mundo e compreensão

dos eventos sob uma perspectiva temporal. Embora a opressão racial tenha sido terrível, era suavizada pelo pertencimento a uma congregação, o qual, no final do século XX, promoveu uma progressiva visão de mudança social e um alentador compartilhamento de experiências. Em Baltimore, compreendi melhor como os trabalhadores espanhóis, política e socialmente marginalizados, tinham sido também derrotados espiritualmente por uma igreja que definia a Guerra Civil Espanhola como uma cruzada santa.

O voto é um exemplo onde as entrevistas com pessoas não alfabetizadas demonstram seu comportamento não radical e introduzem-nos rapidamente em mundos que desafiam teorias sobre alfabetização (em contraste com nossas descobertas, as teorias sociais e políticas tradicionalmente sugerem que os analfabetos são erráticos, intolerantes e facilmente maleáveis em seu comportamento nas urnas). Descobrimos que os analfabetos eram bastante moderados tanto em Baltimore quanto em Barcelona. Em Baltimore, a importância do direito ao voto foi reconhecida por todos os afro-americanos: “Votar faz você se sentir parte de algo, faz a gente se sentir como cidadão dos Estados Unidos da América.”. Essa atitude é diferente na Espanha, onde, de modo geral, as pessoas não confiavam em política e admitiam ter votado para “perder menos”, porque políticos “se vestem, todos, do mesmo jeito, engratados e de terno.”. Nos EUA, todos os entrevistados apoiam os Democratas e tendem a demonizar os Republicanos: “Voto no Partido Democrata. Os Republicanos pegam o dinheiro dos pobres para dar aos ricos.”. Os afro-americanos eram mais consistentes do que os euro-americanos em sua lealdade aos Democratas: “Na minha opinião, foram os Republicanos que implantaram a escravidão.”. Eles se sentem culpados quando não votam. Analfabetos brancos demonstraram mais volubilidade em seu comportamento nas urnas e alguns jamais votaram.

Em Barcelona, nos anos 1930, havia grande pressão para que os trabalhadores não votassem. Tal fato tem sido tradicionalmente atribuído ao *slogan* anarquista “não vote”, entretanto, uma trabalhadora analfabeta partilhou comigo sua experiência: “Sabe, quando alguém não votava, os patrões, a gente de dinheiro, valorizavam mais você. Eles não gostam de trabalhadores rebeldes.”. A despeito de os carismáticos líderes anarquistas exortarem a abstenção e de os patrões não quererem o voto, os não letrados e analfabetos funcionais persistentemente compareciam às urnas para elegerem candidatos moderados. Os operários deram-me uma justificativa lúcida

para o fracasso de sua revolução social: “Como poderíamos fazer uma revolução se sequer sabíamos que a letra O é redonda?”.

Como o voto, a filiação a sindicatos não era uma maneira de radicalizar o posicionamento dos analfabetos. Em Baltimore, sindicatos pareciam ser exclusivamente para homens, os quais, como em Barcelona filiavam-se para obter emprego e segurança no trabalho. Em ambos os lugares, os entrevistados jamais consideraram a hipótese de se tornarem ativistas sindicais. Quando indagados por que, a resposta era sempre a mesma: “Porque eu não era escolarizado.”. Constatamos que quase todos os republicanos espanhóis enviados aos campos de concentração nazistas eram alfabetizados, o que corrobora a noção de que o radicalismo é um fenômeno que depende da alfabetização.

Analfabetos são moderados e querem parecer moderados perante as sociedades em que vivem. Em Barcelona, quando perguntava a qual classe social pertenciam, eles prontamente respondiam: “Somos normais. Fazemos o que os outros fazem.”. Em Baltimore, os analfabetos brancos respondiam similarmente, pois também desejam passar por “normais”. Afro-americanos, por sua vez, cientes da desumanização imposta àqueles com pele escura, prontamente respondiam: “Somos seres humanos, ou você não acredita?”. No Brasil, os analfabetos responderam-me “somos mendigos”, reconhecendo sua condição de miséria. Na França, as respostas produzem uma imagem diferente, porque a pecha “*analphabète*” soa como “estúpido” ou “besta”, e, uma vez que os analfabetos não desejam ser chamados assim, eles se autodenominam “*handicapé*.” (deficiente). Talvez, o Ministro da Cultura francês tenha introduzido a palavra “*illettré*” para sanar esse problema semântico. Obviamente, os analfabetos não se enxergam como anormais, sub-humanos, mendigos, estúpidos ou deficientes; tais descrições são impingidas a eles pelos letrados.

Não está claro porque os analfabetos demonstram comportamento tão moderado, dadas as suas limitações. As entrevistas, no entanto, mostram que os analfabetos podem alcançar certos graus de sofisticação profissional. Teorias econômicas sobre o desenvolvimento, originadas nos anos 1960, ressaltavam a alfabetização como uma das condições para a modernidade. Essas teorias promoveram o mito de que o letramento era necessário para pensar, criticar, estabelecer governos democráticos, manter estabilidade política e até mesmo fazer controle de natalidade. As pessoas analfabetas que entrevistei trabalhavam na manufatura para a produção civil e militar,

eram empregados em minas ou ferrovias, dirigiam caminhões e operavam empilhadeiras. O analfabetismo não os impedia de trabalhar como capatazes ou supervisores: “Eu trabalhava no setor de pintura. Eu disse que não sabia ler muito bem, mas daria conta do serviço.”. Também serviram o exército com honra: “Claro que eles sabiam que eu era analfabeto, mas estavam desesperados por soldados. Fui motorista de caminhão na Coreia.”. Em outras palavras, o analfabetismo, por si só, não é um problema social.

O Que os Analfabetos Perdem

Nosso estudo em Barcelona concluiu que os não letrados experimentam certa redução em sua percepção de mundo e que suas vidas tendem a circunscrever-se a seus empregos e lares. Aqueles entrevistados capazes de se lembrar de seus salários, geralmente guardavam poucas lembranças das companhias para as quais trabalhavam, incluindo fatos que se passaram em suas fábricas coletivizadas durante a guerra. Em Barcelona e Baltimore, eles geralmente tinham atitude passiva perante fatos não pertencentes a seus ambientes imediatos, quer fosse a revolução social, quer fosse o Movimento pelos Direitos Civis. Além disso, careciam de memória cronológica. Frequentemente não sabiam o ano de seu nascimento, quando e por quanto tempo estavam casados ou quando seus filhos tinham nascido. Comparados com o discurso geral, os testemunhos dos analfabetos são mais breves e apresentam vocabulário mais limitado. Isso sugere uma dificuldade maior para compreender e expressar alguns conceitos abstratos, como democracia ou socialismo. Na verdade, analfabetos raramente usam esses termos e, quando especificamente indagados sobre eles, afirmam não compreendê-los, o que dificulta engajamentos políticos.

Uma de minhas descobertas mais surpreendentes foi que, mesmo em pequenas cidades, seus vizinhos não se lembravam deles. Essa ausência de lembrança seria o máximo de marginalização histórica? Suas lembranças pessoas não se estendiam além de seus pais. Desconheciam seus avós e não eram capazes de dizer coisa alguma a respeito deles. Eles sequer se lembravam dos nomes de seus parentes mais próximos. Eles os haviam esquecido? Será que algum dia existiram para eles? Suas memórias reduziam-se á suas vidas imediatas, como se fossem árvores sem raízes, seres desprovidos da consciência de suas origens ou da floresta que os cercava.

Analfabetos admitem sentimentos de vergonha e constrangimento, especialmente durante a juventude. “Sentia-me mal... quando você não sabe ler, o mundo todo está fora de seu alcance.”. Eles escondem seu analfabetismo dos amigos, dos colegas de trabalho e até dos cônjuges. “Quando não sei algo, sempre fico na minha.”. Para disfarçarem seu analfabetismo, muitos aprenderam a assinar o nome. “Aprendi a assinar já quando era grandote... se você sabe escrever o nome, isso pode ser útil.”. Eles também sabem aceitar suas limitações, porém: “Quando os filmes eram mudos as coisas eram bem diferentes. A gente podia se basear nas imagens, embora a gente perdesse o que aparecia escrito. Muitas vezes, alguém que ia comigo e lia as legendas.”.

Quatro Conjecturas: Azaustre, Ant Followers*, Mauthausen, e Galileo

Nossa pesquisa de campo levou-nos a concluir que os analfabetos não apresentam comportamento rebelde, antes, são moderados. Portanto, não podem ser responsabilizados por apoio ideológico a conflitos ou participação voluntária em guerras civis ou carnificinas. Sendo assim, tais atrocidades são resultantes da alfabetização. Essa conclusão insere-se no que denominamos *conjectura Azaustre*, em memória de Manuel Azaustre^{IV}, preso em campos de concentração nazistas e franquistas (os últimos muito piores do que os primeiros, segundo ele). De acordo com essa conjectura, “a perda do bom senso e do idealismo, que pode resultar em atrocidades de destruição em massa, é resultante da alfabetização”.

* N.T. Literalmente “perseguidores de formigas”. Espécie de pássaro que se alimenta desses insetos.

Tabela 2

Conjectura	Local de Pesquisa		
	Espanha: Segunda República/período da Guerra Civil 1931-39	EUA: New Deal em Baltimore - Movimento pelos Direitos Cívicos 1930-1970	Alemanha: campos de concentração 1940-45
Azaustre - Fracasso da alfabetização	Nenhum analfabeto exilado	Nenhum confronto no Movimento pelos Direitos Cívicos	Nenhum republicano espanhol analfabeto em campos de concentração
Ant followers - Ilusão de democracia	Ditadura de Franco	Escravidão	Totalitarismo nazista
Mauthausen - Campos latentes	Repressão oriunda da Guerra Civil	Guerra de Secessão e segregação	Campos de concentração
Galileo - Fracasso do texto linear	Memória combativa: José Antonio Primo de Rivera	Memória oficial: Ku Klux Klan	Texto doutrinário: <i>Mein Kampf</i> , de Adolf Hitler

Em consonância com a *conjectura de Azaustre*, a *conjectura de Galileo* determina que para combater o poder dos textos lineares que dão voz ao fracasso da democracia, eles têm que ser substituídos por narrações fragmentadas e por uma visão da História como uma rede de relações. Em outras palavras, “o paradigma da História como texto linear deve ser substituído por um de História como rede, a fim de coibir os abusos ditatoriais de textos históricos.”. O comportamento desordenado de certas democracias é produto de ideologias ancoradas em textos seminais. Em nossas três amostras, os textos principais, ilustrados em citações muito breves, são:

- EUA em 1868: questão aos candidatos à filiação à Ku Klux Kan: “Você é favorável que esta nação tenha um governo voltado aos brancos?”;
- Alemanha em 1924: “Ao estudar a história dos judeus, fiquei em dúvida se o destino reservou a eles o triunfo final.”, extraído de *Mein Kampf*, escrito por Adolf Hitler;
- Espanha em 1933: “Quando a justiça ou a pátria é ofendida, não há dialética admissível além daquela do punho e da pistola.”, dito por José Antonio Primo de Rivera, fundador de La Falange, partido político oficial de Franco.

Se estendermos o raciocínio, concluiremos que a vasta maioria dos eleitores não era radical. Provavelmente, a inter-relação entre o sistema democrático e os analfabetos seja representativa de todo o eleitorado, uma vez que a tarefa da maioria dos eleitores é escolher entre alguns candidatos. Os mecanismos que levaram à emergência de líderes como Hitler, e as brutais consequências desencadeadas, de certo modo não mudaram. Nos três locais pesquisados, as democracias fracassaram quando permitiram o estabelecimento de ditaduras – como na Espanha franquista e na Alemanha hitlerista – ou ensejaram a adoção da segregação e da discriminação, como nos EUA, depois da Guerra de Secessão. Corroboro tais observações na conjectura dos Ant Followers de que “democracias são ditaduras tácitas.”.

O testemunho de analfabetos, que já constituíram a maioria da população votante, particularmente nos períodos estudados, foi substituído por jovens alfabetizados no atual sistema político. Ninguém demonstrou diferença significativa entre estes últimos e os primeiros, sugerindo que continuamos a correr o risco de outra atrocidade nos moldes das do século XX, mesmo no chamado mundo desenvolvido. Sintetizo esta conclusão com a quarta e talvez mais preocupante conjectura, a de Mauthausen: “Os mecanismos que levaram às atrocidades do século XX ainda estão presentes e prontos para entrar em ação nas democracias modernas.”.

Referências Bibliográficas

MONJO, Anna; VEGA, Carme. **Els treballadors i la Guerra Civil**: història d’una indústria catalana collectivitzada. Barcelona: Empúries, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. **The making of the English working-class**. London: Victor Gollancz, 1963.

VILANOVA, Mercedes. Arbeit, Verfolgung und Tod nach dem spanischen Bürgerkrieg. In: VON PLATO, Alexander; LEH, Almut Leh; SCHLESINGER, Christoph (Eds.). **Hitlers sklaven und zwangsarbeit internationale lebensgeschichtliche dokumentationsprojekt zur sklaven und zwangsarbeit**. Vienna: Bohlau, 2008.

_____. **Atlas electoral de la II República en Cataluña**. Barcelona: Enciclopedia Catalana, 2006. 2 v.

_____. **The fourth world**: Baltimore narratives, 1990. Istanbul: Bogazicci University Press, 2005a.

_____. **Voces sin letras**: analfabetos en Baltimore. Barcelona: Anthropos, 2005b.

_____. **Las mayorías invisibles**: explotación fabril, revolución y represión. Barcelona: Icaria, 1995.

_____. Anarchism, political participation, and illiteracy in Barcelona, between 1934 and 1936. **American Historical Review**, Chicago, v. 97, n. 1, p. 96-120, feb. 1992.

_____. ; MORENO, Xavier. **Atlas de la evolución del analfabetismo en España de 1887 a 1981**. Madri: Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia/CIDE, 1992.

VON PLATO, Alexander; LEH, Almut; SCHLESINGER, Christoph. (Eds.). **Hitlers sklaven und zwangsarbeit internationale lebensgeschichtliche dokumentationsprojekt zur sklaven und zwangsarbeit**. Viena: Bohlau, 2008.

Notas

^I Este estudo de caso foi escrito com a ajuda de Brian Subirana. Uma primeira versão tinha sido escrita com o auxílio de Linda Shopes e publicada sob forma de introdução em: Vilanova (2005a).

^{II} As principais publicações sobre este trabalho são: Vilanova (1992). Em espanhol: Vilanova e Moreno (1992). Ver também: Vilanova (1995), que inclui 24 entrevistas, traduzidas em catalão, espanhol e grego. Em catalão: Monjo e Vega (1986). Utilizando estatísticas, cartografia e fontes orais, publicado em catalão e espanhol, em edição bilíngue: Vilanova (2006).

^{III} Cf. Vilanova (2005a), em edição bilíngue, em inglês e em turco. Em espanhol, com uma introdução diferente: Vilanova (2005b).

^{IV} A história de vida de Manuel Azaustre (1920-2002) foi publicada em: **Historia, Antropología y Fuentes Orales (HAFO)**, Barcelona, n. 35, 2006. (Utopía y Contrautopía).



Resenhas



História oral para além da academia: caminhos e orientações para empresas, universidades, comunidades e famílias

Kalliandra de Moraes Santos Araujo¹

MEIHY, José Carlos Sebe
Bom; RIBEIRO, Suzana
L. Salgado. **Guia prático
de História Oral:** para
empresas, universidades,
comunidades, família. São
Paulo: Contexto, 2011.



¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia e mestranda em História Social pela Universidade de São Paulo.

Algumas obras historiográficas nos informam outras nos divertem. Há ainda aquelas que nos instigam a trilhar outros caminhos ou que nos amparam quando ficamos sem saber quais caminhos seguir. As melhores são aquelas que despertam todas essas sensações ao mesmo tempo, ou seja, nos servem de guia, nos estimulam e convidam para reflexão. Segundo o dicionário Houaiss, a palavra guia significa: ação de guiar; direção, governar, documento que acompanha e direciona, roteiro. Desta forma, a obra *Guia Prático de História Oral* (Contexto, 2011) não podia ter outro título, pois nos orienta quando estamos imersos em questões práticas da elaboração e execução de um projeto em história oral. Guia prático de história oral é resultado de experiências de ensino e pesquisa desenvolvidas pelo professor José Carlos Sebe Bom Meihy e pela professora Suzana L. Salgado Ribeiro que, juntos, trilharam e elaboraram trabalhos de fôlego que abordam a prática de nossa história oral. Este guia chega ao público com uma pitada de ousadia, pois diversifica o público alvo, rompe para além dos muros da universidade, propõe alternativas para quem trabalha ou pretende trabalhar com história oral para empresas, comunidades, universidades ou famílias. José Carlos Sebe Bom Meihy é livre docente em História Social pela Universidade de São Paulo, professor titular aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo e coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP), é um dos introdutores da moderna história oral no Brasil e um dos idealizadores da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Dentre suas muitas orientações, a autora Suzana L. Salgado Ribeiro teve sua trajetória profissional ligada a ele desde sua graduação. Suzana trabalha com história oral há 15 anos. Possui mestrado e doutorado defendidos pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP), é professora da Universidade Paulista e coordenadora da Fala Escrita¹. Segundo Meihy, quem trabalha com história oral tem casos a contar. Além disso, se torna mediador dos relatos de um mundo reinventado pela fecundidade de experiências alheias e, desta forma, passa a ser colaborador, ou seja, parceiro na ação de trabalhar junto. Sendo assim, este guia se torna um útil colaborador aos que trabalham ou pretendem trabalhar com narrativas. Os autores salientam que não se deve confundir história oral com entrevistas simples, isoladas, únicas e não gravadas.

¹ Empresa que desenvolve projetos de história oral para instituições.

“O que define e caracteriza a entrevista em história oral é a sistematização dos processos organizados pela lógica proposta em um projeto inicial. Projeto este que deve ser capaz de articular argumentos operacionais de ações desdobradas de planejamentos de pesquisas prévias sobre algum grupo social que tem algo a dizer. Podemos afirmar que não há história oral sem um projeto que deve funcionar como um mapa de pesquisa”. (p.17)

A história oral é campo aberto e fecundo à produção do conhecimento sobre as diferenças. Através das entrevistas, registramos as experiências de cada um nesse processo dinâmico, a experiência pessoal ou de um grupo é um veículo importante de recuperação e revalorização do próprio indivíduo. Quando o colaborador narra sua trajetória, ele se sente inserido naquele contexto, percebe sua função como agente ativo nela e capaz de alterá-la, significá-la, conduzi-la, porém é importante definir quem é quem num projeto de história oral. O guia nos orienta quanto a essas questões. O livro se divide didaticamente em oito partes, o que facilita nas buscas por questões específicas. Já no início da obra surgem algumas indicações de soluções operacionais na área além de pequenos verbetes sucintos e objetivos que nos despertam para questões chave dos temas trabalhados. O tópico “alteridades em história oral” atualiza discussões sobre termos utilizados em pesquisa e definições sobre os papéis desempenhados tanto pelo pesquisador quanto pelo colaborador. Para se traçar um projeto, definir as estratégias da pesquisa se faz necessária clareza e domínio de tais denominações empregadas e suas funções. De acordo com os autores, “colaboração ou colaborador são termos usados como resultado de propostas de um tipo de história oral que advoga a participação conveniada de partes que se dispõem a produzir um trabalho de pesquisa de fundo de quintal. Nessa linha, colaborador é termo que supera outras referências como atores sociais, informantes, ou objeto de pesquisa. É fundamental definir “quem é quem em história oral”; tradicionalmente, as diferentes disciplinas tratavam de considerar os entrevistados como informantes, atores sociais. A indicação é utilizar o conceito de colaborador”. (p.21)

Assim como o guia nos possibilita definir conceitos, como por exemplo, o de colaborador, nos insere numa padronização destes conceitos, o que facilita no diálogo entre pesquisadores em história oral. Agregando a isso, os autores nos confortam em outro quesito que frequentemente nos deixa em dúvida: a questão da autoria, visto que as entrevistas que compõem os projetos que fazem uso de história oral são narrativas de um colaborador. Com responsabilidade e ética os autores solucionam de forma coesa e

objetiva: a definição de autor é assumida juridicamente, pois todo trabalho intelectual tem que ter responsável que responda legalmente pela situação. Éticamente a autoria deve ser repartida e explicada na apresentação pública do trabalho. É comum também que os eventuais direitos autorais sejam decididos em conjunto. (p.25) Na quarta parte do guia, em “Personagens: quando, de quem, como e por quê?” há um esclarecimento mais detalhado sobre definições no transcorrer da pesquisa e os objetivos que um estudo em história oral devem almejar. Toda história oral é transformadora, durante todas as fases do trabalho com história oral é preciso levar em consideração outras vozes para que se possa revelar os discursos que se opõem. Desta forma, nos alertam os autores, não podemos pensar, por exemplo, em entender um processo como um todo se não forem levados em consideração os discursos opostos. Mesmo que o projeto seja sobre grupos subalternos, deve-se considerar entrevistas com os dominadores. Alertando-nos para algumas possíveis armadilhas, Meihy e Ribeiro ainda apontam que é comum a simpatia pelos “vencidos”, mas a completude de um projeto deve conter ambos os lados (p. 32). Partindo do pressuposto de que todo processo histórico é sempre inacabado, o capítulo intitulado “Lugares da história oral”, aborda, avança e ousa para fora dos muros da academia. De forma didática instrui e mapeia os processos de história oral institucional, intelectual, comunitária, história empresarial. Rico em detalhes e especificidades, e contando com resumo explicativo, cada item é cuidadosamente trabalhado, respondendo e amparando os lugares e as formas de conduzir pesquisas com os colaboradores de cada comunidade da pesquisa que se propõe fazer. Avançando e aprofundando a análise, em “Projetos e operações” somos guiados desde o ponto de partida. A seção nos remete à ideia inicial de como proceder para fundamentar a pesquisa e fazer dela um mapa a ser seguido mesmo para além do projeto inicial, pois todo projeto deve ser visto como um guia essencial para uma pesquisa consequente e deve contemplar as etapas do desenvolvimento da proposta que precisa ser constantemente reavaliada.

O projeto é uma porta de entrada para demais pesquisas que podem surgir e que dialogarão com um projeto anterior. É interessante observar que os autores, pela bagagem de experiência que trazem ao longo de anos de diálogos e pesquisas, sabem que neste quesito, é preciso ponderar a aventura de trabalhar com história oral (p. 68). Uma dica valiosa são as etapas a serem seguidas para ter um bom controle e desempenho do trabalho.

Um dos pré-requisitos é detalhar o projeto a fim de não ter dúvidas durante seu desenvolvimento e articulações possíveis. Os projetos de história oral diferem dos demais por tratar de matéria que se relaciona diretamente com as pessoas, seres vivos, alcançáveis, que se valem de narrativas decorrentes da memória que é sempre dinâmica, variável, sobretudo, seletiva.

A experiência dos autores nos alerta para que não pensemos numa narrativa com ingenuidade. Toda narrativa tem intencionalidade, portanto é construída como quer ser ouvida, perpassada e perpetuada. Não existe neutralidade no discurso, quem concede a fala faz escolhas, seleciona, há o esquecimento natural e também o forjado, todos esses elementos compõem a obra do narrador. Em “Gêneros narrativos em história oral” os autores nos informam e definem as características de história oral de vida, história oral testemunhal, história oral temática e tradição oral. De forma clara e de fácil consulta, este capítulo inova ao aprofundar a discussão teórica e apontar para uma história oral testemunhal como um recurso para contemplar as questões relacionadas aos traumas e abordar especificidades da história oral brasileira. Além disso, trabalha e indica caminhos sobre como proceder com os bancos de história, prática ainda incomum no Brasil, porém recurso fundamental para a formulação de documentos e fonte de pesquisa.

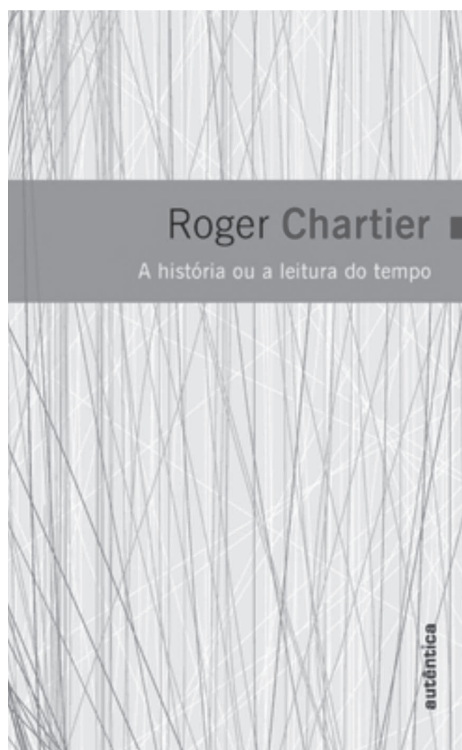
O capítulo “Entrevista em história oral” nos conduz a pensar a linha tênue entre entrevistador e colaborador. Indica caminhos para se estabelecer um cerimonial profissional, porém sem inibir as relações. Outra dica enriquecedora é quanto às situações que surgem que não estão previstas no projeto e formas de conduzir os imprevistos. Os autores problematizam a impossibilidade de a forma escrita dimensionar o que foi expressado oralmente. Das dificuldades da transcrição/transcrição à validação, que é a finalização da interação direta com o colaborador, este capítulo insere questões que podem ser evidentes para quem trabalha com história oral, porém como abarca demais públicos, há uma explanação detalhada e necessária sobre o passo a passo nesta etapa conclusiva. O capítulo intitulado “Exemplos e variações de história oral” é rico em exemplos. A cada tópico, há uma explicação e um exemplo que permite ver aplicado o que nos foi orientado previamente. As questões mais práticas são evidenciadas como, por exemplo, a importância e a relação que o pesquisador cria com seu caderno de campo, a lista de controle do andamento do projeto e quais tipos de informação podem e devem conter em ambos. Além

disso, oferece exemplos de carta de cessão, instrumento imprescindível ao pesquisador, pois é forma de garantir a legalidade do uso da entrevista. Cada exemplo corresponde a um tipo de necessidade de validação e permissão dos colaboradores para o uso da entrevista. Concluindo o guia, há três “Modelos de projetos” distintos, onde podemos perceber a aplicação dos itens explicados. Cada exemplo traz uma breve introdução, objetivo da pesquisa, hipóteses, fontes, metodologia, planos de trabalho e cronograma. Estes exemplos nos permitem visualizar e compreender o que cada um dos itens deve conter e de que forma é possível estruturar um projeto. Este guia traz consigo as convicções teóricas, éticas, políticas e metodológicas amadurecidas e repensadas ao longo de anos de pesquisa e trocas de experiências. O guia, na medida em que orienta, nos demonstra fundamentos, alteridades em história oral, como escolher os colaboradores a serem entrevistados, lugares da história oral, projetos e operações, gêneros narrativos em história oral, exemplos e variações de história oral. Guia prático de história oral é indicado tanto para quem já coloca quanto para quem pensa em colocar as “mãos na massa”. Um texto claro, coerente, de fácil consulta para acadêmicos ou não, ampara e guia quem pretende pesquisar ou trabalhar em arquivos, ouvir depoimentos, gravar entrevistas, manusear documentos, pesquisar vestígios, decifrar e compreender o que até então estava silenciado.

Um panorama da historiografia atual

Rodrigo Gomes de Araujo¹

CHARTIER, Roger.
**A história ou a
leitura do tempo.**
Tradução de Cristina
Antunes. Belo Horizonte:
Autêntica, 2009, 77 p.



¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná e mestrando em História por essa mesma instituição. Bolsista do programa REUNI. E-mail: othenada@yahoo.com.br.

Fruto das pesquisas de Roger Chartier sobre as mutações da disciplina da história, realizadas desde o final dos anos de 1980, *A história ou a leitura do tempo* apresenta um panorama da historiografia nas três últimas décadas. O ensaio aborda os principais debates recentes da disciplina da história, desde seu estatuto de verdade, passando por sua aceitação social, a difícil relação entre história, memória e ficção, até o surgimento do livro digital e as novas formas de apresentação do texto historiográfico. Desde seu primeiro livro publicado no Brasil, *A história cultural entre práticas e representações* (1990) e seu célebre artigo “O mundo como representação”, publicado na revista dos *Annales* em 1989, o historiador vem se mostrando atento às reflexões teórico-metodológicas da disciplina. Em estudos posteriores, o autor buscou aliar a crítica textual à história do livro e da cultura, além estudar o recente impacto da cultura digital sobre a tradição escrita. Em *A história ou a leitura do tempo*, Chartier tem como objetivo discutir a suposta “crise da história”. O ensaio se fundamenta nas questões postas por três livros seminais, publicados na década de 1970, que questionavam o estatuto de verdade da historiografia: *Como se escreve a história* (1971) de Paul Veyne, *Meta-história* (1973) de Hayden White e *A escrita da história* (1975) de Michel De Certeau¹. As questões suscitaram grande debate, que tinha por um lado a defesa da disciplina da história enquanto uma ciência produtora de verdade, e por outro como uma narrativa embasada métodos ficcionais.

Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção. (CHARTIER, 2009, p. 12).

O debate inclui o italiano Carlo Ginzburg, que recorre aos conceitos de Aristóteles para esclarecer que retórica e prova são indissociáveis, de modo que para o historiador, a historiografia possui uma verdade específica pautada nos vestígios do passado. Michel De Certeau apresenta postura

¹ Estas são as datas de publicação original dos três livros, no Brasil foram publicados em 1998, 2008 e 1994, respectivamente.

similar, segundo ele, para que o discurso histórico possua credibilidade há a necessidade de se buscar referências no passado, como a citação das fontes. Para De Certeau, historiografia é, a um só tempo, narração e ciência, conhecimento e relato. De acordo com Chartier, as instituições e técnicas que norteiam a disciplina da história devem ser consideradas em seus contextos específicos. E fazendo uso da sociologia de Pierre Bourdieu, o autor salienta que existem leis, determinações do campo que ditam o que é ser historiador, “a ‘instituição histórica’ se organiza segundo hierarquias e convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são e, portanto são excluídos ou censurados.” (CHARTIER, 2009, p. 18). Deste modo é que no fim da década de 1990 o lugar social da história entra em questão e se torna preciso saber como as sociedades a interpretam. Atualmente a disciplina da história não é vista como a única forma de relação com o passado, há ainda a memória e a ficção. Em um amplo estudo, Paul Ricoeur se dedicou a analisar as diferenças entre memória e história. Para ele, a historiografia tem um compromisso de busca da veracidade, enquanto a memória costuma ser entendida como se fosse naturalmente verdadeira. Em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur distingue o trabalho historiográfico em três fases distintas: o estabelecimento da prova documental, a construção da explicação, e a apresentação em forma literária. Mas, salienta Chartier, “A epistemologia de verdade que rege a operação historiográfica e o regime de crença que governa a fidelidade da memória são irredutíveis, e nenhuma prioridade, nem superioridade pode ser dada a uma à custa da outra.” (CHARTIER, 2009, p. 24). A respeito da relação da ficção com o passado, o historiador nos diz que a escola do Novo Historicismo nos permite perceber que determinadas obras literárias formaram representações coletivas do passado, que muitas vezes são mais eficientes que a narrativa historiográfica. É o caso de certas obras de Shakespeare, que remontam a história inglesa. Recentemente, a ficção se apropriou de métodos da disciplina histórica, como o uso de fontes e a referenciação, isso dificulta ainda mais a distinção. Entretanto, Chartier nos alerta que em meio a construções identitárias é necessário estabelecer critérios de verdade histórica, para evitarmos distorções e construções ficcionais. Discutindo os estudos culturais, o autor destaca que apesar de ser a área com maior número de pesquisas atualmente, o campo da história cultural é bastante difícil de ser delimitado devido às múltiplas concepções de cultura.

Conforme suas diferentes heranças e tradições, a história cultural privilegiou objetos, âmbitos e métodos diversos. Enumerá-los é uma tarefa impossível. Mais pertinente é, sem dúvida, a identificação de algumas questões comuns a esses enfoques tão distintos. (CHARTIER, 2009, p. 35).

Na história do livro, por exemplo, há dois grandes modelos interpretativos, o primeiro se relaciona ao modo de apropriação e recepção das obras, a forma como são lidas pelas diferentes sociedades. Outro modelo se refere à materialidade do texto, a comparação de diferentes edições. Pois a produção de um livro, inclusive sua escrita, é um processo coletivo, sujeito a uma série de balizas contextuais. Além disso, a materialidade do texto, o estudo de seu suporte é fundamental para sua compreensão. A comparação de publicações distantes no tempo e de suas apropriações revelam a importância dos códigos culturais de contextos específicos. Também a controversa relação entre o popular e o erudito sempre foi um dos focos da história cultural. Chartier destaca novamente dois modelos de interpretação: um no qual o popular é visto como autônomo e independente das elites, e outro no qual o popular depende do erudito. Para o historiador, deve-se buscar distinções menos categóricas, e uma das soluções está nas apropriações que as sociedades fazem, construindo suas próprias representações. Mas o grande desafio da história cultural é pensar a articulação entre os discursos e as práticas, os meios de produção e a recepção, pois além do discurso, é necessário pensar nas condições e possibilidades de cada contexto.

O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como atores sociais dão sentido às suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. (CHARTIER, 2009, p. 49).

Chartier enfatiza a importância do conceito de representação para a história cultural, pois através dele é possível vincular as posições e relações sociais com o modo pelo qual os indivíduos percebem a si mesmos e aos outros. Outra discussão atual da historiografia destacada por Chartier diz respeito à fragmentação temática das pesquisas. Durante os anos 2000, a micro-história mostrou-se predominante. A resposta crítica foram os

projetos de história global e de história comparada, protagonizados pelos alemães Reinhardt Koselleck e Jörn Rüsen. Mas a questão de como fazer um estudo de caráter global ainda não encontrou respostas que possam definir o projeto enquanto história global. De acordo com Chartier, possivelmente a maior transformação na forma de apresentação da historiografia e na relação entre o leitor e o texto se deve à informática. A textualidade eletrônica permite ao leitor ter acesso às mesmas fontes que o autor, podendo questionar a pesquisa.

Ao permitir uma nova organização dos discursos históricos, baseada na multiplicação de relações hipertextuais e na distinção entre diferentes níveis de texto (do resumo das conclusões à publicação de documentos), o livro eletrônico é uma resposta possível, ou ao menos apresentada como tal, à crise da edição nas ciências humanas. (CHARTIER, 2009, p. 61-62).

Mais que uma resposta à crise, o livro digital pode significar uma alternativa para a publicação de obras rejeitadas pelas editoras devido à falta de interesse comercial. Mas Chartier destaca que se trata de uma tecnologia bastante nova e ainda teremos de nos habituar a ela, sem sabermos se irá superar o livro tradicional. Chartier conclui seu ensaio dissertando sobre a história ser uma ciência que articula diferentes tempos. Sobretudo desde Fernand Braudel, vemos que os estudos historiográficos devem relacionar curta, média e longa duração. Mas não devemos esquecer que esta relação temporal é uma construção feita por nós mesmos, assim como os sentidos que atribuímos ao passado. O livro nos traz um interessante panorama da historiografia recente, e as principais polêmicas enfrentadas pela disciplina. Chartier consegue realizar uma síntese dos caminhos traçados no campo da história nos últimos trinta anos. Entretanto há que se destacar que o historiador enfatiza alguns pontos em detrimento de outros, como quando discute as correntes interpretativas da história cultural, destaca os estudos referentes à história do livro, deixando de lado outros objetos também característicos da abordagem cultural, como a música, o audiovisual e as artes plásticas, por exemplo. Além disso, enfoca a importância dos conceitos de representação e apropriação, concepções das quais ele próprio é um dos principais representante. Chartier deixa de mencionar importantes correntes de pesquisa como o contextualismo linguístico de Quentin Skinner e John Pocock, a história social alemã, em especial a história dos conceitos de Reinhardt Koselleck, e o atual destaque que

os estudos biográficos vêm apresentando na historiografia. Contudo, mesmo que o historiador destaque alguns aspectos que julga mais relevantes da historiografia atual, deixando outros de lado, seu ensaio é bastante esclarecedor e consegue sintetizar os desafios atuais enfrentados pela historiografia.

Normas editoriais

1. A Revista Oralidades recebe textos inéditos, em fluxo contínuo. São aceitos artigos em português, inglês e espanhol. Dossiês e números temáticos terão chamada e normas especiais.
2. São aceitos trabalhos nas seguintes modalidades: Artigos, Resenhas, Histórias de vida, Informes de pesquisa, Entrevistas e Ensaios. Artigos traduzidos podem ser enviados, desde que não publicadas no Brasil.
3. Entrevistas/histórias de vida e artigos traduzidos devem ser acompanhados de autorização de uso. Em ambos os casos, preferem-se autorizações formais por meio de carta de cessão. Autorizações informais (gravação em fita/mp3, escrito ou e-mail) e entrevistas anônimas passarão pelo conselho editorial para avaliação dos riscos legais.
4. Os originais (exceto resenhas e ensaios) devem ter entre 21.000 e 42.000 caracteres (contando espaços), fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas 1,5, devendo ser acompanhados de resumo (máximo 10 linhas) e palavras-chave (entre 3 e 5). Resenhas de livros deverão conter no máximo 12.000 caracteres. Ensaios têm apenas limite máximo de caracteres (42.000).
5. Título, resumo e palavras-chave devem ser apresentados em português ou espanhol e inglês.
6. As referências bibliográficas deverão obedecer à seguinte orientação:
A) As remissões bibliográficas deverão figurar no corpo do texto, devendo constar, entre parênteses, o sobrenome do autor seguido da data de publicação da obra e número da página. Exemplo: (CARVALHO, 1998, p. 128); B) As referências bibliográficas deverão ser listadas em ordem alfabética no final do artigo.
7. Os autores brasileiros deverão seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em especial a NBR 6023 e a NBR 10520 que tratam, respectivamente, das referências bibliográficas e da apresentação de citações em documentos.

8. A publicação reserva-se o direito de devolver aos autores os textos fora dos padrões descritos.
9. A publicação reserva-se o direito de executar revisão ortográfica e gramatical nos textos publicados.
10. A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.
11. As imagens devem ser enviadas separadamente em arquivos JPG com resolução de 300 dpi.
12. O nome do autor deve ser acompanhado por titulação, filiação institucional e função exercida no momento do envio do texto.
13. Todos os artigos apresentados dentro das normas serão analisados pela comissão editorial.
14. O processo de avaliação segue as normas internacionais de peer review. Os textos recebidos são encaminhados a dois pareceristas integrantes do conselho editorial, consultivo ou a convidados “ad hoc”. Em casos especiais, pode-se consultar um terceiro revisor. É mantido o anonimato do autor e dos consultores.
15. Em conformidade com a proposta de avaliação por pares, os autores com titulação mínima de Doutor que tenham textos aprovados podem ser incluídos no corpo de consultores “ad hoc” da revista.
16. Os textos devem ser enviados para: oralidades.neho@gmail.com.

Publishing rules

1. The Oralidades Journal receives unpublished writings in ongoing flood. Articles are accepted in Portuguese, English and Spanish. Dossiers and thematic volumes will have special convocation and rules.
2. Productions are accepted in the following sorts: articles, reviews, life histories, research reports, interviews and essays. Translated articles may be sent as long as they haven't been published in Brazil.
3. Interviews/life histories and translated articles must be followed by an authorization of use. In both cases, formal authorizations are preferred by using letter of cession. Informal authorizations (recording on tape/mp3 or any sound file type, writing or e-mail) and anonymous interviews will be sent to the editorial council for evaluation of legal risks.
4. The original papers (save reviews and essays) must have from 21.000 to 42.000 characters, in Times New Roman font, size 12, space between lines 1,5, followed by an abstract (maximum of 10 lines) and 3 to 5 keywords. Book reviews must have a maximum of 12.000 characters. Essays have only a maximum of characters (42.000).
5. Title, abstract and keywords must have both Portuguese and English versions.
6. The bibliographical references must submit to the following orientation:
A) The bibliographical quotations must be in the text body, with the author's last name, the publishing date and the page, using parenthesis. Example: (CARVALHO,1998, p. 128); B) The bibliographical references must be listed alphabetically at the end of the article.
7. The publication has the right to return the articles to its authors without the patterns listed above.
8. The publication has the right to review the writings both orthographically and grammatically.
9. The sending of the writings implies authorization for publishing and

remission of copyrights.

10. Pictures must be sent individually in JPG files with 300 dpi quality.
11. The author's name must be followed by academic background, institutional links and position hold at the current moment of the sending.
12. The editorial commission will analyze all articles presented within these rules.
13. The analysis process follows the international rules of peer review. The writings received are given to two different people from the editorial council, consultants or guests "ad hoc", who pass sentence upon the work. In special cases, a third reviewer can be consulted. Both the author and consultants' anonymity are kept.
14. The papers must be sent to: oralidades.neho@gmail.com.